

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A “VANGUARDA QUE SE AUTO-ANULA” OU A ILUSÃO NECESSÁRIA:
O SUJEITO ENREDADO
CARTOGRAFIA SUBJETIVA DA REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
2003-2008

Valéria da Cruz Viana Labrea

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi

Dissertação de Mestrado

Brasília, janeiro de 2009.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**A “VANGUARDA QUE SE AUTO-ANULA” OU A ILUSÃO NECESSÁRIA:
o sujeito enredado**

Cartografia Subjetiva da Rede Brasileira de Educação Ambiental 2003-2008

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração Educação e Gestão Ambiental.

Aprovada por:

Maria de Fátima Makiuchi, Doutora (Universidade de Brasília – UnB)
(Orientadora)

Laís Mourão Sá, Doutora (Universidade de Brasília – UnB)
(Examinadora interna)

Philippe Pomier Layrargues, Doutor (Universidade de Brasília – UnB)
(Examinador externo)

Brasília, 30 de janeiro de 2009.

Labrea, Valéria da Cruz Viana

A “VANGUARDA QUE SE AUTO-ANULA” OU A ILUSÃO NECESSÁRIA: o sujeito enredado. Cartografia subjetiva da Rede Brasileira de Educação Ambiental 2003-2008. / Valéria da Cruz Viana Labrea.

Brasília, 2009.

201 p.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

1. Rede social de educação ambiental. 2. Educação Ambiental. 3. Cartografia subjetiva. 4. Análise do Discurso. I. Universidade de Brasília. CDS
II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Valéria da Cruz Viana Labrea

DEDICATÓRIA

Boa parte deste trabalho foi escrito em Santo Ângelo, no inverno de meu pai.

Me consola pensar que ele entendeu o que eu estava fazendo e contava para todas as visitas espantadas sobre minha pesquisa, todo faceiro. Só pela alegria em seu olhar este estudo já valeu.

Entre meu pai e eu sempre houve a música. E entre todos os cantores que compartilhamos, a voz de Mercedes Sosa cantando Fito Paez:

*Como un documento inalterable
Yo vengo a ofrecer mi corazón
Y unire las puntas de un mismo lazo,
Y me ire tranquila, me ire despacio,
Y te dare todo y me daras algo ...

¿Quién dijo que todo está perdido?
yo vengo a ofrecer mi corazón.*

Pra mim este estudo está imbricado com os tempos de escrita enquanto ele estava adormecido e o tempo de leitura nos ônibus que fazem o percurso Santa Maria – Santo Ângelo. Eu que tento ver sentidos no silêncio, ainda não consigo expressar toda a falta que eu sinto: *tudo* não se diz. Mas existe a *memória*. E eu lembro.

Assim, para meu pai, Vitorino Viana, com amor e saudade.

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação é um trabalho de longo prazo, que requer paciência, tempo para estudo, leituras, escrita e conversas. Este tempo foi vivido junto e muitas pessoas fazem parte deste meu momento. Assim é justo agradecer e reconhecer a parceria. Sou muito grata:

Ao meu marido pelo amor, generosidade, tempo e espaço que escrever requer. Renan é meu primeiro interlocutor e em nossas intermináveis conversas eu consegui ver meu trabalho a partir do olhar do Outro. Sinto uma alegria imensa por ter conseguido criar um espaço de acolhimento e de partilha com este homem que fez pra mim uma vida bonita, junto com as crianças.

Aos meus filhotes – Nicolás, Pedro, Caetano e Isadora – pelo tempo que subtrai na nossa vida para dedicar ao mestrado.

Aos meus pais – Vitorino e Elisabete - e irmãos – Marcelo, Maurício, Daniele e Camila -, pela vida compartilhada e constante motivação.

À minha orientadora, Maria de Fátima Makiuchi. Sua paciência, sabedoria, sensibilidade e cuidado me permitiram mudar de idéia quantas vezes foi necessário. Nossas longas conversas me deram perspectiva e tornaram possível esta pesquisa. Agradeço também o bom humor, as risadas, as histórias, os almoços e a amizade.

À professora Laís Mourão pela generosidade e abertura em compartilhar saberes. E por me introduzir no “espírito do vale”.

À querida professora Izabel Zaneti por sua alegria e coragem criativa.

À professora Vera Catalão e minhas colegas da Ecologia Humana na Faculdade de Educação por compartilhar memórias educativas.

À professora Leila Chalub pela leitura gentil e rigorosa do meu projeto de qualificação.

Às minhas colegas Nádia Kornijezuk, Daniella Ungarelli, Claudia Bandeira pelas conversas e infinita paciência. Agradeço também à nossa primeira turma de Educação e Gestão Ambiental do CDS pela possibilidade de encontro e troca de saberes.

Aos professores do CDS pela acolhida e pelos conhecimentos que tornaram possível pensar essa dissertação.

Ao grupo de extensionistas do Programa Escola Aberta da Universidade de Brasília, pela confiança e pelo privilégio de construir junto uma prática educativa visando a liberdade e a emancipação.

Aos meus amigos queridos, Demerval Luiz, Liliana Salvo, Michelle Milhomem, Débora Lerrer pela escuta generosa nas mesas de bar de Brasília.

Ao meu “amigo invisível” Philippe Layrargues pela abertura ao diálogo e por se dispor a trocar experiência e saberes com tanta generosidade. Sou grata também pela inspiradora coragem de dizer.

Ao Celso Sanchez, por me oferecer sua tese e se permitir uma leitura crítica.

À Vivianne Amaral, pela preservação da memória.

Ao Frederico Loureiro e Luiz Antônio Ferraro Jr., pela disponibilidade e análises rigorosas sobre ser/estar enredado.

Aos enredados Isabel Carvalho, Jacqueline Guerreiro, Michèle Sato, Antônio Guerra, Patrícia Mousinho, Heitor Medeiros, João Paulo Sotero, Anabel de Lima, Igor Velho, Moema Viezzer, Luiz Afonso de Figueiredo, Liana Justen, Marcelo Aranda, Andréa Azevedo, Paulo Rocha, Patrícia Otero, Vitor de Souza Ferreira por permitirem meu acesso ao grupo da Facilitação Nacional e pela disposição em responder meus questionamentos com espírito solidário, aberto à análise crítica.

Aos enredados Alexandre Pedrini, Liliana Peixinho, Claudia Cunha, Cilene Gama, Serrano Neves, Mauricio Marcon, Bere Adans, Maria Augusta Ferreira Miguel pelo diálogo e inspiração. Através deles reconheço e agradeço a interlocução com os 213 membros da REBEA que responderam as minhas mensagens e me esclareceram o funcionamento da rede.

Os erros são todos meus.

RESUMO

Este estudo, a partir da escola francesa da Análise do Discurso e de noções oriundas das Ciências Sociais e Educação Ambiental, descreve o funcionamento da Rede Brasileira de Educação Ambiental. A proposta deste trabalho é organizar uma *cartografia subjetiva*, que permita o *mapeamento* não-linear de alguns sentidos que circulam e que, em boa parte, organizam a *memória discursiva* da REBEA. A história da REBEA é contada a partir desta memória, cristalizando e colocando em evidência alguns sentidos e silenciando e apagando outros, que são fadados ao esquecimento. A cartografia é um mapeamento organizado a partir dos discursos produzidos em dois espaços distintos, mas que se entrecruzam e auto-determinam:

- a. o *espaço de interlocução* (EI) dos educadores ambientais entre seus pares, aqui representado pelos recortes discursivos produzidos pela REBEA em suas trocas de mensagens eletrônicas cotidianas - na lista aberta e na lista restrita aos facilitadores - onde cada educador reforça sua identidade e seu território individual, a partir de suas práticas e ser-no-mundo; e
- b. o *espaço de formulação* (EF) da REBEA onde ela veicula para fora da rede os consensos do grupo, discursos materializados nos documentos oficiais, produzidos coletivamente em seus encontros presenciais ou virtuais, visando fortalecer e dar visibilidade a território e identidade comuns.

Pretendo organizar os recortes discursivos em *redes de formulações* que compõem estes discursos, suas filiações de sentido, explicitando a relação do sujeito com a memória discursiva. Assim, neste trabalho eu procuro responder as seguintes questões:

1. A partir de redes de formulação heterogêneas, como se constrói “o” sentido da noção de rede que é assumida no discurso da REBEA e passa a constituir sua memória discursiva?
2. Como são os processos decisórios e o que se decide coletivamente?

Destaco e caracterizo as posições-sujeito que entendo como representativa da REBEA: a posição-sujeito *dominante* e a posição-sujeito *dissidente*. Cada posição-sujeito evidencia uma filiação de sentidos específica e identifico que essas filiações de sentido relacionam-se com uma das questões de pesquisa. Considero que também compõem a REBEA um grande número de enredados silenciosos ou silenciados que constituem a grande parte dos membros. Em comum, as três posições-sujeito relacionam-se com o silêncio, de diferentes formas.

Relaciono a posição-sujeito *dominante* à primeira questão porque entendo que a noção de rede assumida pela REBEA tem sua origem no discurso da posição-sujeito dominante que controla os sentidos do dizer no Espaço de Formulação, sendo características a paráfrase e a repetição do mesmo. Para entender o que a REBEA decide coletivamente e como se dá este processo decisório é interessante observar o funcionamento discursivo da posição-sujeito *dissidente*, pois é nessa posição onde afloram a diferença e a polissemia. As respostas a essas questões permitem descrever e compreender quem são os sujeitos enredados e suas filiações de sentido e verificar se a sua experiência de gestão de redes sociais se apresenta como uma alternativa de emancipação social.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Análise do Discurso, redes sociais, cartografia subjetiva, subjetividade, silêncio.

ABSTRACT

Starting from the French School of Discourse Analysis and some notions borrowed from Social Sciences and Environmental Education, this study attempts to describe the functioning of the Brazilian Environmental Education Network (REBEA). This work aims at organizing a *subjective cartography* that allows the non linear *mapping* of some senses that move within and, to a great extent, rearrange the REBEA's discourse memory. REBEA's history is told starting from this memory, crystallizing and putting in evidence some senses, silencing and deleting others which are ostracized. Thus, in this work we propose the reorganization of this mapping starting from the speeches produced in two distinct spaces which over cross and self-determine each other:

- a. the environmental educator and peers *interlocution space* (IS), represented here by the discursive cuttings produced by the REBEA in their daily exchange of electronic mails –in the open list and in the restrictive list to facilitators- in which each educator reinforces his/her identity and individual territory, starting from their practices and from their to be and belong to the world; and
- b. the REBEA's *formulation space* (FS), in which it drives outside the network the group's consensus, discourses materialized in the official documents collectively produced in their presencal or virtual meetings attempting to strengthen and turn visible common territory and identity.

I try to organize the discursive cuttings into the *formulation networks* that form this discourse, the sensitive filiations that make explicit the subject relationship with the discursive memory. Thus, I make an attempt to answer the following questions:

1. starting from heterogeneous formulation networks, how is built "the" network meaning assumed by the REBEA passing to constitute its discursive memory?;
2. what are the decision making processes and what is collectively decided?

Just for analysis, I highlight and characterize the REBEA's subject-positions which I understand as representative: the *dominant* subject and the *dissident* subject positions. Each subject-position presents a specific senses affiliation and I notice that those sense affiliations are related with one of the research questions. I also consider that REBEA is composed of a large number of silent or buffered enrolled subjects which are the gross of their members. In general, the three subject-positions are related with silence in different forms.

I correlate the *dominant* subject-position to the first question once I understand that the network concept assumed by REBEA has its origins in the discourse of the dominant subject-position that controls the meanings of the speech in the Formulation Space, being

characteristic the paraphrase and the repetition of the same. As to understand how REBEA decides collectively and how is carried out that decision-making process it is interesting to observe the discursive functioning of the *dissident* subject-position, because is just in this position where the difference and polysemy bloom. Answers for these questions allow us to describe and understand who are the enrolled subjects and their sense filiations and to check whether or not their managing experience of social networks is presented as an alternative of social emancipation.

Key words: Environmental Education, Discourse Analysis, social networks, subjective cartography, subjectivity, silence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Escola Francesa de Análise do Discurso
AGUAPÉ - Rede Pantanal de Educação Ambiental
CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável
CGEA – Coordenação Geral de Educação Ambiental
CGEAM – Coordenação Geral de Educação Ambiental
CIEAs – Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental
CIMEA – Comissão Interministerial de Educação Ambiental
CISEA – Comissão Intersetorial de Educação Ambiental
CNMA – Conferência Nacional de Meio Ambiente
Com-vidas – Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CP – Condições de Produção
CTEA – Câmara Técnica de Educação Ambiental
DEA – Diretoria de Educação Ambiental
DIPLAN – Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
DS – Desenvolvimento Sustentável
E - enunciador
EA – Educação Ambiental
EF – Espaço de Formulação
EI – Espaço de Interlocução
FD – Formação Discursiva
FI – Formação Ideológica
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente
FUNAM – Fundo Único de Meio Ambiente
FUNBEA – Fundo Brasileiro de Educação Ambiental
GT – Grupo de Trabalho
GTEA – Grupo de Trabalho de Educação Ambiental
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anysio Teixeira
L - locutor
LINHA ECOLÓGICA - Rede de Educação Ambiental Linha Ecológica / Bacia Hidrográfica do Rio Paraná III
MEC – Ministério da Educação
MMA – Ministério do Meio Ambiente
NEA – Núcleos de Educação Ambiental

NMS – Novos Movimentos Sociais
OG – Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental
ONU – Organização das Nações Unidas
Org. – Organizador
Orgs. – Organizadores
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental
PLACEA – Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental
PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PONEA – Política Nacional de Educação Ambiental
PPA – Plano Plurianual
PROFEA - Programa Nacional de Formação de Educadores(a) Ambientais
ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental
RAEA - Rede Acreana de Educação Ambiental
RAMEA - Rede Amazônica de Educação Ambiental
REA CERRADO - Rede de Educação Ambiental do Cerrado
REABA - Rede Baiana de Educação Ambiental
REABRI - Rede Educação Ambiental da Bacia do Itajaí
REAI – GO - Rede de Educação e Informação Ambiental de Goiás
REAJO - Rede de Educação Ambiental da Bacia do Rio São João
REAL - Rede Alagoana de Educação Ambiental
REAMA- Rede de Educação Ambiental do Maranhão
REAPB - Rede de Educação Ambiental da Paraíba
REAPE - Rede de Educação Ambiental de Pernambuco
REARJ - Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro
REARN - Rede de Educação Ambiental do Rio Grande do Norte
REA-SC - Rede de Educação Ambiental de São Carlos
REASE - Rede de Educação Ambiental de Sergipe
REASUL - Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental
REBEA – Rede Brasileira de Educação Ambiental
REBECA - Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental
RECEA - Rede Capixaba de Educação Ambiental
REDE CEAS - Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental
REJUMA - Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade;
REDELUSO - Rede Lusófona de Educação Ambiental

REDEPAEA - Rede de Educação Ambiental do Estado do Pará
REIA-PR - Rede Paranaense de Educação Ambiental
REMTEA - Rede Mato-grossense de Educação Ambiental
RENEA - Rede Nordestina de Educação Ambiental
REPEA - Rede Paulista de Educação Ambiental
RMEA - Rede Mineira de Educação Ambiental
RUPEA - Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECEX – Secretária Executiva
SIBEA – Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas
SISNEA – Sistema Nacional de Educação Ambiental
TEIA - Rede de Educação Ambiental do Ensino Superior do Espírito Santo
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO	
DEDICATÓRIA	03
AGRADECIMENTOS	04
RESUMO	06
ABSTRACT	07
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
INTRODUÇÃO	15
1. DISPOSITIVO ANALÍTICO, TEÓRICO E METODOLÓGICO	22
1.1 DISPOSITIVO ANALÍTICO	22
1.1.1 A Análise do Discurso	22
1.1.2 Dispositivo Analítico Particular	24
1.2 DISPOSITIVO TEÓRICO	26
1.2.1 Formação Discursiva e Formação Ideológica	26
1.2.2 Sujeito	29
1.2.3 Interdiscurso	33
1.2.4 Texto	33
1.3 DISPOSITIVO METODOLÓGICO	34
1.3.1 A metodologia: cartografia subjetiva	34
2. DA SOCIEDADE EM REDE ÀS REDES SOCIAIS	41
2.1 A SOCIEDADE EM REDE: A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E COMO SEUS MÚLTIPLOS CAMINHOS LEVAM A UM ÚNICO MESMO LUGAR	41
2.1.1 Espaço de lugares e espaço de fluxos	43
2.1.2 Tempo intemporal	45
2.2 AS REDES SOCIAIS: A GLOBALIZAÇÃO ALTERNATIVA CRIA NOVOS CAMINHOS PARA RESSIGNIFICAR O TERRITÓRIO-REDE	46
2.2.1 As diferentes globalizações	47
2.2.2 Globalização alternativa e movimentos sociais	49
2.3 A REBEA PELA REBEA: A DANÇA DOS SENTIDOS	52
2.3.1. A estrutura da REBEA	52
2.3.2 As malhas da REBEA	56
2.3.3 Os membros da REBEA	58
2.3.4 A secretaria executiva da REBEA	58
2.3.5 A facilitação nacional da REBEA	59
3. NO MEIO DO CAMINHO HAVIA UMA REDE	61
3.1 O ESPAÇO DE FORMULAÇÃO: POSIÇÃO-SUJEITO DOMINANTE	61
3.2 A REDE DE REDES	62
3.2.1 O discurso pedagógico da REBEA: a repetição do mesmo	63
3.3 A ELISÃO DO POLÍTICO: O AVESSE DA REDE	65
3.4 POLIFONIA E DISCURSO: A DIREÇÃO DO SENTIDO É DETERMINADA PELA IDEOLOGIA	67
3.5 A REBEA E O PERFIL DA FACILITAÇÃO NACIONAL: CONECTANDO AS INFORMAÇÕES	70
3.5.1 O sentido de facilitador na Facilitação Nacional: diferença entre o dizer e o fazer	72
3.6 NO MEIO DA REDE HAVIA UM CAMINHO DO MEIO – A REDE SOCIAL HÍBRIDA	75
3.6.1 Da REBEA para o Estado, o Estado na REBEA	75
3.6.2 Novos Movimentos Sociais e o Estado: um exercício de tradução	79
3.6.3 REBEA/Estado: o sentido da relação em disputa	83

	3.6.4 A rede social híbrida: características em transição	87
4. POLISSEMIA E ALTERIDADE: AS VOZES DISSIDENTES DA REBEA		90
	4.1 A POSIÇÃO-SUJEITO DISSIDENTE: SUJEITOS EM DISPERSÃO	90
	4.2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA CARTA DA REBEA	92
	4.2.1 As duas Cartas de apoio: sentidos que se transformam em outro a partir da posição de sujeito dominante	94
	4.2.2 A Carta da REBEA: primeira versão	97
	4.2.3 A entrega da Carta da REBEA ao Ministro Minc: ação política de quem?	102
	4.3 A POSIÇÃO-SUJEITO DIVERGENTE INSTAURA UM ESPAÇO POLISSÊMICO E POLÊMICO	104
	4.3.1 A Carta da assessora do Ministro à REBEA	109
	4.3.2 O (em)/(de)bate na REBEA continua	111
	4.3.3 Posicionamento: enredados analisam o (em)/(de)bate	124
	4.4 O ACONTECIMENTO DISCURSIVO	129
	4.5 A PARTICIPAÇÃO DOS ENREDADOS NOS PROCESSOS DECISÓRIOS	133
	4.5.1 Os critérios decisórios da REBEA: quem decide o quê?	133
5 O SILÊNCIO E O NÃO-DITO		141
	5.1 O PARADOXO: MONOLOGIA NUMA REDE DE CONVIVÊNCIA	141
	5.2 O SILÊNCIO DOS FACILITADORES	145
	5.3 CENSURA E RESISTÊNCIA: TENSÃO ESTRUTURANTE DO PROCESSO SIGNIFICATIVO DA REBEA	146
6 PARA TER UMA CONCLUSÃO		148
	6.1 DAS MARGENS SE VÊEM MELHOR AS ESTRUTURAS DE PODER	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		164
ANEXO I – Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis		172
ANEXO II – O perfil da facilitação nacional		178
ANEXO III – Termo de Adesão		197
ANEXO IV – Acordo de Convivência REBEA		200

INTRODUÇÃO

Vanguarda que se auto-anula: educadoras(es) ambientais desempenham um papel de liderança na medida em que, indignados com a realidade tal qual se apresenta e por acreditarem e visualizarem alternativas que os demais talvez não estejam percebendo ou acreditando na possibilidade de enfrentamento, atuam na deflagração de processos educacionais para a transformação relativa às relações entre humanos e com a natureza. Atua “com” outros e não “para” outros, em uma perspectiva de liderança entendida como passageira (concepção de vanguarda que se auto-anula, sugerida por Boaventura de Sousa Santos), que se inscreve dentro do marco da democracia radical, na perspectiva de que todas(os) têm direito e devem participar da definição do futuro. Isto não significa que este(a) educador(a) ambiental se retira do cenário, mas tão somente que deseja e busca a perda da própria centralidade, inegável no início do processo mas que deve propiciar a emergência de novas(os) educadoras(es), novas lideranças. O futuro desejado é um contexto no qual os diversos processos transformadores da realidade, rumo à justiça socioambiental, à democracia, à qualidade de vida e à sustentabilidade sejam orientados pelos diferentes atores e grupos sociais, sem hierarquias nas relações educador(a)-educando(a) (PROFEA, 2006)

Não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos;
o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento.
Boaventura de Sousa Santos, 2007.

Neste estudo procuro compreender e descrever o funcionamento das *redes sociais de educação ambiental*. As *redes sociais* apagam as distâncias entre os sujeitos e os conectam através da rede mundial de computadores e de mídias alternativas. Seus integrantes se reúnem em encontros presenciais e virtuais, e nestes encontros se organizam elaborando uma *identidade coletiva* para fora, ao mesmo tempo em que reforçam sua *identidade local* dentro deste coletivo, instituindo práticas, organizando sua *memória* ao produzir documentos que visam validar e fazer circular seus discursos, seus valores e suas ações. Para ancorar essa discussão em uma prática concreta, proponho estudar a Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA e busco subsídios para compreender *quem são os enredados* em duas posições de sujeito¹, a saber, a *dominante* e a *dissidente* e as relaciono a duas questões de pesquisa, uma que versa sobre qual a é a noção de rede social a partir da qual a REBEA se constrói discursiva e identitariamente e a outra que versa sobre seus processos decisórios. Entendo que essas duas questões, quando relacionadas demonstram a circularidade do poder na rede. A questão da distribuição do poder é fundamental para determinar o funcionamento de uma rede social.

A proposta deste trabalho é organizar uma *cartografia subjetiva*, que permita o *mapeamento* não-linear de alguns sentidos que circulam e que, em boa parte, organizam a

¹ Esta noção, bem como as demais mencionadas, será explicitada no Capítulo I.

memória discursiva da REBEA. Entendo como *memória discursiva*² os *já-ditos* que, de alguma forma se relacionam, determinam e atualizam o discurso dos enredados. A história da REBEA é contada a partir desta memória, cristalizando e colocando em evidência alguns sentidos e silenciando e apagando outros, que são fadados ao esquecimento. O trabalho de organizar esta memória em *documentos* estabelece uma *versão que prevalece* (sobre as outras versões em disputa) e esta produção sempre é regulada pelo contexto sócio-histórico e pela ideologia:

(...) a acumulação de documentos não é um processo natural, posto que há uma seleção do que é considerado relevante permanecer no arquivo, ou não. Já os princípios de organicidade e unicidade não significam o documento como prova, mas sim, como integrante de uma **rede de memória que o significa e estabelece um vínculo entre os documentos, constituído no contexto de sua produção**. O conceito de memória perpassa os documentos, tanto pela AD que aponta a memória constitutiva do dizer quanto pela História que os considera materiais de memória social (FERRAREZI; ROMÃO, 2007:156, grifo meu).

Este trabalho reconhece essa *versão que prevalece* e a considera pois a história é interpretação, mas não parte somente deste arquivo oficial e cria um *arquivo particular*, oriundo de recortes de e-mails trocados (na lista aberta e na lista restrita³) pelos enredados.

Adoto como dispositivo teórico e analítico a orientar a reflexão a escola francesa de Análise do Discurso (AD) porque compreendo que essa disciplina amplia possibilidades interpretativas ao distinguir o *dispositivo teórico de interpretação* – posto na produção bibliográfica existente e que não pretende-se exaurir - do *dispositivo analítico* - construído pelo analista em cada análise particular a partir da formulação de questões condutoras. Assim, existe uma Teoria do Discurso cujo método e noções fazem a mediação entre a descrição e a interpretação, mas não existe um dispositivo analítico padrão, *a priori*, ele é *individualizado* a partir do olhar do analista, da natureza do material discursivo e sua finalidade.

A partir da análise dos discursos chega-se à descrição e à compreensão do processo discursivo e os dados resultantes vão estar à disposição para que o analista os interprete articulando os diferentes instrumentais teóricos dos campos disciplinares nos quais se inscreve e dos quais partiu. Neste sentido, a Análise do Discurso esclarece a sua origem ao se classificar como uma *disciplina de entremeio*, cujo dispositivo analítico é construído pelo analista em interlocução com outras disciplinas e campos do saber que o ajudem a compreender e responder sua questão a partir do trabalho com o simbólico e a interpretação.

² Sobre esse assunto recomendo a leitura de PÊCHEUX, M. "Papel da memória". In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. No capítulo I, aprofundarei a noção, a partir das questões desse estudo.

³ A REBEA tem duas listas de discussões: uma aberta aos membros em geral e outra restrita aos Facilitadores Nacionais. O funcionamento da REBEA será explicitado adiante.

Este trabalho propõe o exercício de pensar e articular saberes que a ciência arbitrou como separados, mas que entendo como inter-relacionados. Assim, em meu percurso de leitura e de vida, encontrei em várias disciplinas categorias e noções que levam a um mesmo caminho e uma compreensão, ainda parcial, do real ao relacionar e não se deixar reduzir por fórmulas e pré-concebidos.

Neste sentido, proponho articular o dispositivo analítico da AD à produção de diferentes autores, dispersos em várias disciplinas, focando a Educação Ambiental e as Ciências Sociais. Compreendo que essa abordagem considera a heterogeneidade que constitui as identidades e territórios de nossa época e realiza um diálogo entre os saberes. O trabalho que me proponho é fazer um *procedimento de tradução* (SANTOS, 2007:39), ou seja, “traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, é buscar inteligibilidade sem “canibalização”, sem homogeneização” articulando estes saberes oriundos de diferentes lugares com os produzidos no país sobre as experiências locais. “O que estou propondo é uma tradução recíproca: eu traduzo e você traduz, e nós nos traduzimos reciprocamente” (op.cit., p.43).

O mapeamento será construído a partir de textos produzidos pelos enredados que seleciono dos *documentos* produzidos da REBEA. Para efeito de análise, entendo como *documentos* os textos que circulam pela rede, sendo aceitos e repetidos, que são oriundos dos discursos produzidos e veiculados em seu site, os e-mails trocados pelo grupo de facilitação e enredados, projetos e material produzido pela REBEA, cartas, editoriais da Revista Brasileira de Educação Ambiental - REVBEA, entre outros.

Essa abordagem tenta uma aproximação do método proposto por Edgar Morin a partir do conhecimento complexo, pois segundo ele:

Há uma inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas e, por outro lado, realidades e problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais planetários.(...) A hiper-especialização impede de ver o global – que ela fragmenta em parcelas – bem como o essencial – que ela dilui (MORIN, 2000).

A escolha deste “objeto de pesquisa” é necessariamente subjetiva e decorre das experiências vividas, de inquietudes e questionamentos que surgem ao viver em rede desde 2003. A tendência, na tradição acadêmica, é *mascarar* essas determinações adotando uma postura pseudo-científica, pretensamente neutra, como se a questão do saber se justificasse a si mesma. Nada mais ilusório. Como bem diz Morin (2005:23), o observador está sempre associado a uma cultura e todo saber submete-se a uma determinação sociológica.

Participo de várias redes sociais, entidades e movimentos e em minha trajetória de vida encontrei dentro dos movimentos sociais meu trabalho, meus afetos, parceiros, minha identidade e território. Enfim, ao descrever e compreender os sentidos produzidos na rede

dou sentido a minha própria trajetória. Ao questionar algumas opções adotadas pelas redes, questiono a mim mesma. E ao procurar desvelar identidade e território próprio às redes, busco reafirmar minha própria identidade e território.

Assumo minha interpelação e nesse espaço de reflexão todas as escolhas são arbitrárias, oriundas de um sujeito desejante e totalmente implicado na pesquisa, pois sou membro da REBEA desde 2005, me identifico com a posição-sujeito *dissidente* e é desta posição que elaboro minha análise. O tema desta pesquisa surge neste contexto de viver em rede, de procura por um espaço de diálogo entre sujeitos que compartilham referências e valores e que, ao encontrá-lo, viver a contradição de ser rede, pois mesmo estando na REBEA não sinto que sou REBEA, raramente encontro interlocutores e minhas mensagens são sistematicamente ignoradas pelos membros “facilitadores” e, como a grande maioria da rede, me vejo falando sozinha envolta por um mar de informações. Essa distância entre o dizer e o fazer da rede me mostrou que existe um espaço para refletir crítica e teoricamente sobre o funcionamento discursivo das redes de educação ambiental.

Por isso, não é minha proposta fazer uma “análise do discurso” *stricto sensu*, mas – a partir das noções que a AD disponibiliza – elaborar *redes de formulações* que fossem representativas do período estudado (julho de 2003 a julho de 2008), ou seja, composta por recortes discursivo contendo *dizeres e sentidos que emergem periodicamente* nas trocas entre os enredados e relacioná-los às noções oriundas de diferentes disciplinas, organizando uma cartografia.

Nesse espírito iniciei um diálogo com os membros da REBEA e após explicitar os objetivos do meu estudo fui autorizada pela Facilitação Nacional a partilhar todos os espaços da rede. Já tinha acesso à lista aberta como membro e a Facilitação Nacional me autorizou a entrada na lista restrita após um processo indicativo do tempo decisório da rede: levei dois meses para ter acesso ao grupo embora somente uma pessoa tenha sido contrária à minha entrada na lista restrita. A dificuldade em estabelecer uma decisão simples – entra, não entra – me mostrou que a *dispersão* é uma das características da rede e ela vai de encontro a toda a literatura sobre as redes virtuais que são caracterizadas pela agilidade, simultaneidade, fluidez, etc. Para mim foi um forte indicativo que a teoria não dá conta da realidade complexa e que o caminho contrário seria o mais eficaz: ir ao discurso, observar na prática e depois relacionar à teoria (se houvesse) ou teorizar.

Mandei vários e-mails para a lista aberta e restrita e obtive 213 respostas e com cerca de 30% destes enredados iniciei uma troca de mensagens que foi esclarecedora para compreender a dinâmica interna da rede. Optei em não incluir recortes discursivos oriundos destas mensagens, privilegiando EF e EI porque entendi que essas mensagens de caráter

particular alteravam os sentidos que foram postados na rede. Dito de um modo direto: os enredados em uma interlocução pessoal se mostravam muito mais críticos e pessimistas em relação à existência da Facilitação Nacional, da interferência do Estado na rede, dos processos decisórios e da política de silenciamento do que está expresso nas mensagens coletivas.

A diferença entre o que é dito no espaço de interlocução e que está sujeito, portanto, à leitura de todos os membros e o que é dito em um espaço restrito evidencia que na rede existe controle dos sentidos que circulam. Indica também um sentido para a necessidade de “respeito ao sigilo e privacidade das instâncias deliberativas da REBEA - lista da facilitação nacional e reuniões da facilitação” (Acordo de Convivência da REBEA). Ora, em um espaço restrito e não sujeito à observação externa, formado por um grupo que já compartilha esse espaço há tempos, a argumentação – seja ela qual for – na certeza de não ser revelada, possui mais força. Curiosamente, inclusive muitos membros da FN também adotaram uma posição questionadora sobre o espaço onde circulam. São mensagens duras, que expressam de modo geral, uma decepção com os processos da REBEA e a teimosia e a insistência em mesmo assim estar ali neste espaço tensionando. Em muitos sentidos foram essas mensagens que sugeriram a formulação do *silêncio como espaço de resistência*.

A opção por estudar o período de 2003 a 2008 se deve principalmente ao fato de que pouca memória foi documentada antes desse período. Antes de 2003 existem documentos oriundos do que convencionei chamar *espaço de formulação*, mas não existem registros do *espaço de interlocução*. Grande parte da memória da rede foi organizada na gestão da Vivianne Amaral que teve a preocupação de sistematizar os documentos que compõem o EF e registrar as ações da REBEA no período em que ocupou a Secretaria Executiva. De lá para cá, os registros são esparsos e confusos, pois se tratam de textos “telegráficos⁴”, contendo descrição dos acontecimentos, mas que não focam nos objetivos, atividades, consensos e combinados, mas em narrativas sem coerência ou coesão textual. Antes de 2003 a REBEA era composta por cerca de 50 enredados que compartilham, desde a década de 90, uma trajetória que definiu uma parte da história da Educação Ambiental no país. Entre 2003 e 2008, muitos desses educadores se afastaram da REBEA, mas os que permanecem compõem parte da Facilitação Nacional.

Minhas questões de pesquisa buscaram descrever *quem* é o enredado e quais categorias forjam sua identidade coletiva. Uma questão diz respeito à noção de “rede (social)” que a REBEA adota em seu espaço de formulação e como ela realiza-se no espaço de interlocução. Outra questão trata de seus processos decisórios. Ao tratar destas duas

⁴Ver como exemplo o Relatório do II Encontro com o Órgão Gestor (2008).

questões de pesquisa, outras questões surgiram e eu continuei seguindo as *pistas* presentes no discurso dos enredados e me deparei com a estrutura vertical que determina a rede e sua relação com o Estado e outras várias questões “periféricas” que, no entanto indicam os caminhos da REBEA. Isto me levou ao lugar onde o *silêncio* atravessa e determina os sentidos da Rede Brasileira de Educação Ambiental.

Meu estudo está impregnado do entendimento de que para dar conta da complexidade o modo linear de escrita e a racionalidade lógico-científica não são suficientes e por isso propus uma *cartografia subjetiva*. A opção pelo termo *cartografia* marca uma posição e uma opção pela narrativa. Prefiro cartografia aos termos “histórico” e “diagnóstico” que na minha leitura não traduzem um trabalho autoral, mas são meros decalques e linearização de informação e deslocam o pesquisador da cena de pesquisa. Eu, ao contrário, pesquisadora e enredada, estou o tempo todo dialogando com os enredados, buscando informação e de muitas maneiras adiantando dados de análise e submetendo-os aos meus colegas de rede.

Assim, no **capítulo I** apresento as noções-entrecruzadas que organizam este estudo, privilegiando algumas categorias fundamentais à escola francesa da Análise do Discurso que organizam o meu dispositivo analítico particular a partir das noções de formação discursiva, formação ideológica, sujeito, interdiscurso e texto. Apresento também as características da *cartografia subjetiva* como o método de (des)/(re)organização do estudo porque compreendo que somente um modo de escrita não linear pode dar conta da *heterogeneidade discursiva* de uma rede social onde circulam cerca de 500 enredados e da *heterogeneidade da rede* onde os sentidos que circulam estão relacionados a posições político-ideologicamente historicamente enraizados. Finalizando este capítulo apresento minhas questões de pesquisa relacionando-as com posições de sujeito existentes na rede.

No **capítulo II** inicio uma discussão sobre as características da sociedade em rede a partir da contribuição de Castells (1999a,1999b, 1999c), Santos(2005, 2007) e Giddens (1991). Viso demonstrar que a globalização produz formas *hegemônicas* de produção de capital econômico e cultural, impondo um padrão civilizatório padronizado. Mas nas *brechas* do sistema é possível a utilização *contra-hegemônica* destes mesmos recursos materiais e por isso co-existem várias alternativas, revelando um mundo multiforme e pluricultural. Assim, se existem as redes neoliberais, existem igualmente as redes solidárias e diferentes formas de globalizações. Ao referir a alternativas ao modelo hegemônico é necessário referir aos movimentos sociais e seus aliados que são em grande parte protagonistas destas iniciativas. Assim, apresento rapidamente a teoria dos movimentos sociais no contexto brasileiro, a partir da contribuição de Gohn (1997). Neste contexto situo a história da REBEA e faço a descrição de sua estrutura, a partir do mapeamento do discurso dos seus membros

e de sua memória discursiva.

A análise inicia no **capítulo III** onde a partir do *espaço de formulação* da REBEA e da *posição-sujeito dominante* organizo *redes de formulação* que demonstram que existem duas noções de rede “convivendo” no EF e discuto as conseqüências do controle dos sentidos (e, portanto, da direção da rede) em um grupo restrito, a Facilitação Nacional, a partir de um trabalho discursivo de silenciamento da divergência que nomeio de *elisão do político*. A rede de formulações da REBEA, bem como suas alianças e sua proximidade com o Estado indicam uma forma de ser rede particular que caracterizo como uma *rede social híbrida*.

No **capítulo IV** discuto os processos decisórios da REBEA a partir da tensão que produz a *posição-sujeito dissidente*. Esta posição, sem nenhuma coesão ou estabilidade, indica que existe a possibilidade da abertura dos sentidos a partir do embate e do rompimento da política do silêncio característica da REBEA. A fim de demonstrar a rede funcionando, organizo uma *rede de formulações* que mostra o (em)/(de)bate que a escrita de uma carta para o Ministro do Meio Ambiente suscitou. Nesse episódio fica clara a natureza da vinculação da REBEA ao Estado, via Órgão Gestor (OG)⁵.

A questão do *silêncio* que aparece dispersa em toda a análise vai ser retomada no **capítulo V** e descrita a partir de quatro sentidos que circulam na REBEA: *não participação, não responsabilização pelo dizer, censura e resistência*.

Na **conclusão** retomo os principais argumentos de cada capítulo para relacioná-los. A opção por uma cartografia ao mesmo tempo em que possibilita seguir os movimentos da rede, gera uma dispersão que se não for retomada e alinhada faz com que os conhecimentos que emergem percam parte de sua força. Nesse espaço busco relacionar a experiência de ser rede social à construção de uma utopia crítica. Este estudo, assim, propõe uma tentativa de compreensão que contemple várias dimensões do real, associando as dimensões culturais, simbólicas, imaginárias, políticas ao ambiental, que é estruturante.

⁵O Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental é formado pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação.

1 DISPOSITIVO ANALÍTICO, TEÓRICO E METODOLÓGICO

Os instrumentos científicos não são feitos
para dar respostas,
mas para colocar questões.
Paul Henry

Neste espaço, apresento rapidamente algumas *noções-entrecruzadas* que guiam este estudo. Tomo este termo – *noção-entrecruzada* - de Barbier (2002) por entender que ela reflete a dimensão da transitoriedade que está ligada à singularidade de cada trabalho.

Culioli (1990:86 apud LABREA, 2000), na perspectiva discursiva, entende que o termo “noção” recusa a “relação de etiquetagem entre palavras e conceitos” e “um termo não remete a um sentido, mas a um domínio nocional, isto é, um conjunto de virtualidades”. Um domínio assim concebido possui um *centro organizador* que permite atrair para o seu interior o que com ele se identifica, bem como autoriza a excluir o que lhe é estranho. Permite, igualmente, avaliar o que está na fronteira, no limiar do domínio nocional, representando uma zona de alterações/transformações (idem: 89-90). Acredito que este termo também engloba a interdisciplinaridade por não se referir a uma disciplina específica, mas a vários olhares que se entrecruzam.

1.1 DISPOSITIVO ANALÍTICO

1.1.1 A Análise do Discurso

Não há ritual sem falhas.
Michel Pêcheux

A Análise de Discurso Francesa (AD) é uma disciplina que trabalha com as relações de contradição existentes entre três campos do saber: a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise. A AD não se reduz ao objeto da Lingüística, nem se deixa absorver pelo Marxismo e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Ela interroga a Lingüística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 1996).

Assim, desloca-se o objeto de estudo: não mais a língua, como os lingüistas, tampouco a fala a-historicizada, mas sim o *discurso*, onde podemos observar o homem falando e capturando sentidos em sua trajetória.

A linguagem é concebida, nessa perspectiva, como mediação entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação que é o discurso torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da

realidade em que está inserido. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

A AD caracteriza-se por problematizar conceitos já estabelecidos, referindo os conhecimentos produzidos dentro da lingüística àqueles trabalhados em outros campos do saber, assim como por uma reavaliação constante de seus pressupostos e re-elaboração de métodos a fim de dar conta da complexidade do objeto que se propõe a analisar. A AD, como bem lembra Leandro Ferreira (2006), é uma disciplina de conhecimento sobre a linguagem que permite alterar, modificar a experiência e a ação e o comportamento das pessoas. Isso a faz uma disciplina de intervenção no meio social, político e histórico.

Pêcheux tem em **Análise automática do discurso** de 1969, (in: GADET & HAK, 1997) o discurso fundador da escola francesa de Análise do Discurso. Para ele, existe uma ligação necessária entre a prática política e o discurso porque ele não concebe a linguagem como um mero instrumento de comunicação para troca de informações. Pêcheux concebe o discurso, enquanto *efeito de sentidos* entre interlocutores, como um lugar particular em que esta relação ocorre. Por efeito de sentido entende-se que o sentido sempre pode ser outro, dependendo do lugar social em que os interlocutores se inscrevem. O sentido não está mais na língua, mas tem que ser referido ao mecanismo discursivo que o tornou possível em determinado contexto sócio-histórico-ideológico.

Entende-se, assim, que a língua não é transparente e o sentido não é evidente: o sentido é uma construção de um *efeito de evidência* que deriva de um gesto de interpretação inscrito em um contexto histórico determinado. O discurso é um *objeto teórico* que se relaciona com o exterior, em que língua e história estão indissociavelmente relacionadas e está vinculado às condições de produção deste discurso, relacionando-o à exterioridade, à conjuntura histórico-social em que foi produzido e à rede de formulações que outros discursos estabelecem (INDURSKY, 1998:12).

Pela análise do funcionamento discursivo, é possível explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação. Assim, interagir pela linguagem significa realizar uma atividade discursiva: dizer alguma coisa a alguém, de uma determinada forma, num determinado contexto histórico e em determinada circunstância de interlocução. Isso significa que as escolhas feitas ao produzir um discurso não são aleatórias – ainda que possam ser inconscientes -, mas decorrentes das condições de produção em que o discurso é realizado.

Orlandi faz uma síntese exemplar da teoria do discurso:

Partindo de referências teóricas de G. Canguilhem e L. Althusser, Pêcheux reflete sobre a história da epistemologia e a filosofia do conhecimento empírico, visando transformar a prática das ciências

humanas e sociais. (...) Pêcheux critica a evidência do sentido e o sujeito intencional como origem do sentido. Ele considera a linguagem como um sistema sujeito à ambigüidade, definindo a discursividade como a inserção dos efeitos materiais da língua na história, incluindo a análise do imaginário na relação dos sujeitos com a linguagem. Estabelece a noção de interdiscurso, que ele define como memória discursiva, um conjunto de já-ditos que sustenta todo dizer. De acordo com este conceito, as pessoas estão filiadas a um saber discursivo que não se aprende mas que produz seus efeitos através da ideologia e do inconsciente. O interdiscurso está articulado ao complexo de formações ideológicas: alguma coisa fala antes, em outro lugar, independentemente. De acordo com Pêcheux as palavras não têm um sentido ligado a sua literalidade; o sentido é sempre uma palavra por outra, ele existe em relações de metáfora (transferência) que se dão nas formações discursivas que são seu lugar histórico provisório. (ORLANDI in: WWW.labeurb.unicamp.br, acesso em 05 de agosto de 2008).

1.1.2 Dispositivo analítico particular

Mas o que é um dispositivo?
É, antes de mais nada, uma meada, um conjunto multilinear.
Ele é composto de linhas de diferentes naturezas (...)
Destrichar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é traçar um mapa,
cartografar, agrimensar terras desconhecidas,
e é o que [Foucault] chama de 'trabalho de campo'.
Gilles Deleuze

Neste estudo não é objetivo recuperar toda a produção teórico-analítica da escola francesa da Análise do Discurso. Essa memória já foi feita, estando dispersa em vários trabalhos publicados⁶. A minha proposta é fazer um *recorte* para a construção de um *dispositivo analítico particular* que possibilite a análise do corpus discursivo e, quando for necessário, introduzirei algumas *noções-entrecruzadas* oriundas de outros campos do saber que permitam fundamentar a argumentação. O conceito de recorte que adoto neste trabalho se apresenta em Orlandi. Para ela, o recorte é uma unidade discursiva, ou seja, fragmento correlacionado de linguagem e situação. O texto organizaria os recortes, relacionando-os às condições de produção da situação discursiva. Para a autora, a noção de recorte não é segmental, *recorte é pedaço*, isto é, o recorte é um fragmento da situação discursiva que pode apreender a incompletude como constitutiva do sentido e condição da linguagem (ORLANDI, 1996:139-140).

Neste momento me interessa mais a análise do aspecto histórico, ideológico, político e pedagógico do corpus discursivo e me abstenho de uma análise estritamente lingüística. Segundo Courtine (1999:10) a AD, principalmente na França, em suas palavras, *gramaticalizou-se*. As análises favorecem os aspectos lingüísticos e recobrem as considerações históricas. Na contra-mão dessa tendência, aqui no Brasil privilegia-se a análise de cunho político e, particularmente, meu interesse volta-se cada vez mais para as

⁶ Para um aprofundamento no tema, indico as seguintes leituras: (GADET, F. e HAK, T.:1997); ORLANDI (1996; 1999); PÊCHEUX (1990; 1995).

Ciências Sociais e vejo que construir meu dispositivo analítico com os recursos que a AD dispõem tornam mais ricas a possibilidade de compreensão dos fatos discursivos que me proponho interpretar e dar sentido. Assumo minha preferência pela Análise do Discurso Brasileira, assim definida por Orlandi:

Podemos reconhecer nos estudos e pesquisas sobre o discurso uma filiação específica que teve como um de seus fundadores Michel Pêcheux e que se desenvolveu mantendo consistentemente certos princípios sobre a relação língua/sujeito/história ou, mais propriamente, sobre a relação língua/ideologia, tendo o discurso como lugar de observação dessa relação. E aí podemos falar de como os estudos e pesquisas da análise de discurso, dessa filiação, se constituiu com sua especificidade no Brasil, na França, no México etc., tendo no Brasil um lugar forte de representação. A isto podemos chamar Análise de Discurso Brasileira (ORLANDI, in: http://www.discurso.ufrgs.br/evento/conf_04/eniorlandi.pdf, acesso em 25 de julho de 2008).

Assim, desde já, torno clara minha opção teórica e analítica que é combinar o dispositivo da AD a outras noções-entrecruzadas e construir meu corpus discursivo a partir deste olhar e estender minha análise privilegiando aspectos não-lingüísticos ao fazer uma interpretação dos sentidos que este material produz para a Educação Ambiental - enquanto uma abordagem e um campo de conhecimento singular em construção.

Sobre a potencialidade de articular noções que tradicionalmente situam-se em campos distintos, Santos (2007:49) argumenta:

Muitas vezes buscamos o novo nos interstícios, o que está entre as realidades, porque a realidade lingüística, como a realidade social, como a de nossas subjetividades, é um palimpsesto. Ou seja: é um conjunto de estratos geológicos de nossa sociabilidade, que estão articulados de maneira muito complexa. Muitas vezes precisamos migrar de um campo a outro, de um estrato a outro, de uma linguagem a outra, de uma ciência a outra; a transdisciplinaridade é, em parte, isso. Temos ainda de buscar conceitos que venham de outros conhecimentos.

Orlandi procura elucidar a construção deste dispositivo analítico a partir do estabelecimento de uma escuta, que entendo como uma *escuta sensível* (BARBIER, 2002), que compreenda e acolha a determinação dos sentidos pela história, a opacidade da linguagem, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, proporcionando espaço para novos sentidos possíveis, para o singular, para a ruptura, para a resistência a partir do trabalho do analista - no entremeio entre a descrição e a interpretação.

Este dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo do que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras. (...) É porque há essa ligação que as filiações históricas podem se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes. (ORLANDI, 1996).

1.2 DISPOSITIVO TEÓRICO

Não é deslocando a direção do nosso olhar iludido que conseguimos torná-lo lúcido e calmo.
É criando em nós um novo modo de olhar e de sentir.
Fernando Pessoa

1.2.1 Formação Discursiva e Formação Ideológica

Os homens fazem a história, mas apenas sob as condições que lhe são dadas.
Karl Marx

Foucault (1969) dirá que uma Formação Discursiva (FD) se estabelece a partir de determinadas regularidades do tipo ordem, correlação, funcionamento e transformação. Uma FD é essencialmente lacunar em função do sistema de formação de suas estratégias, podendo ser individualizadas através desse sistema. “Uma FD não é o texto ideal, contínuo e sem asperezas. É um espaço de dissensões múltiplas, um conjunto de oposições cujos níveis e papéis devem ser descritos” (FOUCAULT, 1969:192). Para ele o discurso é constituído por um conjunto de enunciados que provém de uma mesma FD (p.146).

Pêcheux e Fuchs retomam a noção de FD elaborada por Foucault e a introduzem no quadro epistêmico da AD. Para eles, as formações discursivas determinam *o que pode e deve ser dito* a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (cf. PÊCHEUX e FUCHS in GADET & HAK, 1997:166-7).

Conseqüentemente, o sentido de uma manifestação discursiva é decorrente de sua relação com determinada FD. Por outro lado, uma mesma seqüência discursiva inserida em diferentes FD produzirá sentidos diversos. Tal fato explica-se porque o sentido se constitui a partir das relações que as diferentes expressões mantêm entre si, no interior de cada FD, a qual, por sua vez, está determinada pela Formação Ideológica de que provém (INDURSKY, 1997:32).

Os processos discursivos são assim uma relação de paráfrases interiores à matriz de sentido de uma FD (PÊCHEUX in GADET & HAK, 1997:14).

Processos discursivos assim concebidos não têm origem no sujeito, já que são determinados pela FD em que o falante se insere. (...) O sujeito do discurso é interpelado a tomar posição na FD que o determina e que corresponde ao seu lugar na formação social, responsável pelo modo de produção da sociedade em que vive. (...) Sua interpelação em sujeito relaciona-o com o imaginário e sua estruturação como sujeito faz-se através de sua relação com o simbólico (INDURSKY, 1997:32-3).

Para Courtine e Marandin (1981:24 apud LABREA, 2000) uma FD é heterogênea a si mesma, suas fronteiras são instáveis, não tendo limites definitivos, separando um exterior de um interior, mas se inscreve entre diversas FD como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica. É no interior de uma FD que acontece o “assujeitamento” do sujeito ideológico do discurso. *A ideologia interpela os indivíduos em*

sujeitos (ALTHUSSER, 1983:96), isto é, ela faz com que cada indivíduo inconscientemente seja levado a se identificar ideologicamente com grupos ou classes de uma determinada formação social. Contudo, o sujeito tem a impressão de que é senhor da própria vontade. A isto denomina-se “assujeitamento” ideológico ou sujeito assujeitado.

Para Courtine (1981:33-35 apud LABREA, 2000) as Formações Ideológicas – FI - representam posições sociais. Ele fala em Formação Ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto a outras na conjuntura ideológica característica de uma formação social, em um dado momento. Assim, podemos compreender porque as mesmas palavras produzem diferentes efeitos de sentidos no momento em que se inscrevem em diferentes FI. As FI comportam necessariamente como um dos seus componentes uma ou várias FD (cf. PÊCHEUX in GADET & HAK, 1997:166).

Os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeito de seu discurso) pelas formações discursivas que se definem pela relação que possuem com as formações ideológicas (PÊCHEUX in GADET & HAK, 1997:145). Isto ocorre porque a formação discursiva é constituída por um conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, pelas mesmas regras de formação, isto é, os textos que fazem parte desta formação discursiva remetem a uma mesma formação ideológica.

Neste espaço é que fica determinado o que se pode e deve ser dito, a partir de um lugar social historicamente determinado. Os sentidos são construídos a partir de sua relação com determinada FD e um mesmo enunciado, inserido em diferentes FD, produzirá, necessariamente, sentidos diferentes. O sentido de cada enunciado, pois, muda de acordo com a formação discursiva em que se inscreve.

A articulação do interdiscurso (ou memória discursiva) de uma FD com uma FI produz um *domínio de saber* que ao mesmo tempo em que determina aquilo que deve e pode ser dito, determina também o que não pode e não deve ser dito. Neste sentido, o *domínio de saber* delimita o conjunto dos elementos de saber que pertencem ao interior da FD e o conjunto dos elementos que não pertencem, fixando assim o que é exterior a ela. Assim, há um constante movimento de reconfiguração provocado pelo deslocamento de suas fronteiras onde a FD incorpora novos saberes e recusa outros.

Considero que a REBEA organiza várias FD heterogêneas. Sauv  (2005) dirá em sua cartografia que existem cerca de quinze correntes de EA, a saber: naturalista, conservacionista/recursista, resolutiva, sist mica, científica, humanista, moral/ tica, holística, biorregionalista, prática, crítica, feminista, etnográfica, ecoeduca o e da sustentabilidade. Segunda ela, cada corrente tem especificidades no que concerne a concep o dominante de meio ambiente; a inten o central da EA; os enfoques

privilegiados; exemplos de estratégias ou modelos que ilustram a corrente (p.18).

No Brasil, Sorrentino (1993 apud LAYRARGUES, 2006a) dirá que existem 4 correntes: conservacionista, educação ao ar livre, economia ecológica e gestão ambiental. Layrargues atualiza essa descrição:

Surgiram, então, no Brasil e no mundo, novas nomenclaturas para a prática educativa relativa ao meio ambiente na década de 90: além da educação ambiental, fala-se agora em Educação para o Desenvolvimento Sustentável (Neal, 1995), Ecopedagogia (Gadotti, 1997), Educação para a Cidadania (Jacobi, 1997a) e, finalmente, Educação para Gestão Ambiental (Quintas e Gualda, 1995) (LAYRARGUES: 2006a:88).

Pode-se inferir que essas diferentes correntes mobilizam diferentes saberes e sentidos e que se inscrevem em diferentes FD que provêm de uma mesma Formação Ideológica (FI) que regula o campo ambiental. Essas FD não são estanques, elas movimentam-se e suas fronteiras são reconfiguradas o tempo todo, pois diferentes saberes as atravessam. Em uma FD tudo é movimento e dispersão.

Entendo que o espaço discursivo que configura o que na análise denomina-se a FD da REBEA incorpore diferentes FD que o campo ambiental mobiliza. **Quando refiro que essas FD provêm de uma mesma FI faço um recorte e excluo dessa FI os discursos ambientais provenientes da cooptação do mesmo pelo Mercado.** Esse gesto de interpretação permite compreender que mesmo saberes antagônicos, provenientes de diferentes FD remetam à mesma FI, pois entendo que a “origem” destes saberes é a contracultura e toda a história do ambientalismo a partir da década de 60. Carvalho (2002) quando desenvolve a idéia do educador intérprete e da invenção de um sujeito ecológico vai retomar as condições de produção do discurso ambiental e dizer que “o ambiente político-cultural que caracteriza as condições de emergência do campo ambiental como configuração contemporânea pode ser pensando no âmbito do movimento contracultural do ideário emancipatório dos anos 60, no qual surgem os movimentos ecológicos” (p.39).

Para fins de análise, proponho construir um *corpus discursivo*, que represente os sentidos que circulam na FD da REBEA, constituindo sua memória, trazendo em si as marcas do trabalho da ideologia e do simbólico. Este *corpus* é constituído pelo que é dito (e repetido, tendo um sentido estabilizado) na FD da REBEA e pode ser compreendido a partir de famílias parafrásicas para estabelecer suas matrizes de sentido. Faz parte da análise remeter essas seqüências discursivas a outras noções, provenientes de outros campos do saber, para compor a interpretação dos dados.

1.2.2 Sujeito

A identidade somente se torna uma questão
quando está em crise,
quando algo que se supõe como fixo,
coerente e estável
é deslocado pela experiência
da dúvida e da incerteza.
Mercer in Hills, 2006.

Pêcheux concebe que a AD deve ter ancoragem em uma teoria do sujeito (PÊCHEUX in GADET & HAK, 1997:9), concebido não como um indivíduo, mas como uma posição entre outras. Assim, o sujeito é um efeito ideológico, pois qualquer pessoa é interpelada a ocupar um lugar determinado no sistema de produção. Althusser é a origem dessa concepção de sujeito que Pêcheux traz para o quadro teórico da AD e coloca que “nada se torna um sujeito, mas aquele que é chamado (a ocupar um lugar na formação social) é sempre já-sujeito” (cf. HENRY in GADET & HAK, 1997:30). Para Althusser o sujeito é o sujeito da ideologia, e não há outro sujeito senão este da ideologia. Essa concepção de sujeito, tomada isoladamente, é categórica demais porque Althusser não estava particularmente interessado na linguagem.

Já Pêcheux estava justamente interessado nas relações entre linguagem e ideologia, por isso mediou essa concepção do sujeito por outras, formuladas por Foucault e Lacan, mais ligadas à linguagem e ao signo lingüístico: para Foucault *ser sujeito é ocupar uma posição enquanto enunciator*. Os discursos são enunciados⁷. O sujeito de Foucault é o sujeito da "ordem do discurso" (cf. GADET & HAK, 1997:33). Lacan, por sua vez, “concebe o sujeito como aquele do inconsciente estruturado como uma linguagem. A linguagem é a condição do inconsciente, aquilo que introduz para todo ser falante uma discordância com sua própria realidade” (idem:34). A formulação de sujeito vai sair deste *entremeio*, pois ele é uma posição atravessada pelo inconsciente e pela ideologia.

A Análise do Discurso questiona o sujeito como ser único, central, origem e fonte do sentido, porque na sua fala outras vozes também falam, é uma construção polifônica que se constitui a partir de muitas vozes e está marcado pela ilusão de autonomia. O sujeito deixa de ser um *eu* marcado pela subjetividade que o situa como centro e senhor de seu discurso, e se constitui na interação deste *eu* com o *Outro*.

O sujeito se constitui no e pelo discurso, na sua relação com o Outro, na permanente

⁷O enunciado, para Ducrot, se distingue da frase, pois a frase é um objeto teórico, não pertencendo ao domínio do observável, mas constitui uma invenção da gramática. Já o enunciado é a manifestação particular, a ocorrência *hic et nunc* de uma frase (Ducrot, 1984:164 apud INDURSKY, 1997). A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. O enunciado para este autor é um segmento de discurso. Ele tem, pois, como o discurso, um lugar e uma data, um produtor e um ou vários ouvintes. É um fenômeno empírico, observável e não se repete (DUCROT, 1989:13 apud INDURSKY, 1997).

oposição entre interioridade e exterioridade. Não há um sujeito único, centro e origem de seu discurso, mas diversas posições-sujeito que, por sua vez, relacionam-se com determinadas formações discursivas e ideológicas. “O sujeito, pois, pensa que domina o que diz, mas, de fato, é determinado, sem se dar conta, a dizer o que seu lugar na formação social impõe que seja dito” (INDURSKY, 1998: 11). Segundo Silva:

A consciência do sujeito não se fecha sobre si mesmo, mas ao abrir-se sobre si mesmo abre-se para o mundo, comunicando suas experiências individuais com base na reciprocidade. Nestas experiências do Sujeito com o Outro é que urdimos a trama da intersubjetividade que dá sentido ao mundo vivido, pois é o campo das interações comunicativas por excelência. A intersubjetividade se opõe aos subjetivismos individualistas, porque colabora com a constituição do sentido plena da experiência humana (SILVA, 2008:28).

Os processos discursivos nesta concepção não têm origem no sujeito, pois este está determinado pela formação discursiva em que está inscrito (INDURSKY, 1997). O sujeito é afetado por dois tipos de esquecimento, criando uma realidade discursiva ilusória. O sujeito se coloca como fonte e origem exclusiva do sentido do seu discurso. Por esta ilusão discursiva, o sujeito rejeita, apaga, inconscientemente, qualquer elemento que remeta ao exterior da sua formação discursiva. Ele esquece que seu conhecimento vem de outro lugar, ele pensa que é a fonte do seu dizer, mas na verdade, reproduz o que já está dito no interior da FD. O sujeito tem a ilusão de que é ele o criador de seu discurso. Na verdade, o sujeito não produz sentidos, ele se identifica com determinados sentidos que estão postos no interior de uma FD. De natureza inconsciente e ideológica – aí o ponto de articulação da linguagem com a teoria da ideologia - é uma *zona inacessível ao sujeito*, sendo por isso o lugar constitutivo da subjetividade (PÊCHEUX in GADET & HAK, 1997:177).

Sobre o esquecimento nº 1 Pêcheux diz:

Trata-se da defasagem entre uma e outra formação discursiva, a primeira servindo de algum modo de matéria-prima representacional para a segunda, como se a discursividade desta matéria-prima se esvanecesse aos olhos do sujeito falante. (...) É o processo pelo qual uma seqüência discursiva concreta é produzida, ou reconhecida como sendo um sentido para um sujeito, se apaga, ele próprio, aos olhos do sujeito (PÊCHEUX in GADET & HAK, 1997:168-9).

Além disso, o sujeito acredita que domina seu discurso, que escolhe livremente entre o que é dito e o que deixa de ser dito, elegendo algumas formas e seqüências que se encontram em relação de paráfrase e “esquece”, oculta outras. Essa operação dá ao sujeito a ilusão de que o discurso reflete o conhecimento que tem da realidade. Isto se passa num nível pré-consciente ou consciente na medida em que o sujeito retoma seu discurso para explicitar a si mesmo o que diz, para formulá-lo adequadamente, para aprofundar o que pensa, utilizando-se de “estratégias discursivas”. Pêcheux formula da seguinte maneira o esquecimento nº 2:

Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o dito e em consequência rejeitar o não-dito. A enunciação equivale pois a colocar fronteiras entre o que é selecionado e tornado preciso aos poucos e o que é rejeitado. Deste modo se acha desenhado num espaço vazio o campo de "tudo que teria sido possível ao sujeito dizer (mas não o diz)" ou o campo de "tudo a que se opõe o que o sujeito disse". Essa zona do "rejeitado" pode estar mais ou menos próxima da consciência e há questões do interlocutor que o fazem reformular as fronteiras e re-investigar esta zona (idem: 1997:175-6).

O sujeito na AD, ao incorporar na sua constituição a ideologia, o poder e o inconsciente é mais denso que o sujeito "ideal" e "intencional" formulado pelas Ciências Humanas em geral. A AD concebe um sujeito fragmentado em diferentes posições sociais. A leitura de Morin (2002) me indica um outro caminho: o sujeito não fragmenta-se, ele é **complexo**, pois sofre determinações de diferentes ordens: biológicas, históricas, ideológicas, inconscientes, imaginárias, simbólicas. É o sujeito do *desejo*, da contradição, da práxis, um *vivo*. Um ser complexo que não se deixa reduzir a um modelo e que, sempre que necessário, transforma-se em outro, na relação com o Outro.

Para ele "todo indivíduo-sujeito é um centro gerador/receptor de comunicações e toda associação entre indivíduos (celulares ou policelulares) comporta intercomunicações entre congêneres" (op. cit., p.189). O ser humano é unidade múltipla, *unitas multiplex*:

O homem é racional (*sapiens*), louco (*demens*), produtor, técnico, construtor, ansioso, extático, instável, erótico, destruidor, consciente, inconsciente, mágico, religioso, neurótico; goza, canta, dança, imagina, fantasia. Todos esses traços cruzam-se, dispersam-se, recompõem-se conforme os indivíduos, as sociedades, os momentos, aumentando a inacreditável diversidade humana, *unitas multiplex* (MORIN, 2005: 63-4).

Makiuchi (2005), ao considerar a dimensão da alteridade, do Outro, busca na filosofia alemã – principalmente em Buber e Dussel – a fundamentação para distinguir entre alteridade e diferença, incorporando mais uma dimensão ao sujeito complexo. Para ela, a *diferença* incorpora o Outro, reduzindo-o ao Mesmo. "Este outro – o diferente - é objeto de *compreensão* resultado da neutralização da alteridade real perpetrada pela razão e pelo princípio do mercado. Dessa forma o diferente na verdade é o Mesmo" (op.cit., p.73).

A alteridade, ao contrário, retoma o sujeito como um sujeito complexo, incompleto, infinitamente distante do Outro, solitário (MAKIUCHI, 2005:74). A alteridade resgata a dimensão ética da subjetividade: "se o Outro não me escapar, se não puder ser imprevisível para mim, não puder me surpreender, não puder se revelar a mim na proximidade do acolhimento, estarei vivendo uma relação alienada e prisioneira, onde eu e o Outro somos o mesmo" (idem:p.74-5).

A educação ambiental, na minha leitura, incorpora a dimensão da complexidade a partir da elaboração do sujeito ecológico. Carvalho (2002:71) designa como "sujeito

ecológico o *tipo ideal* que opera uma matriz para outras identidades derivadas que circulam no campo (ambientalista, ativista ambiental, verde, alternativo, etc.)”. Este tipo ideal “alude simultaneamente a um perfil identitário e a uma utopia societária”(idem). Para esta autora:

Sujeito ecológico é, então, um modo de descrever um conjunto dos ideais que inspira atitudes ecologicamente orientadas. O sujeito ecológico é incorporado pelos indivíduos ou pessoas que adotam uma orientação ecológica em suas vidas, bem como, pode ter efeito sobre instituições que se definam por esta orientação. O sujeito ecológico, portanto, designa a internalização ou subjetivação de um ideário ecológico. Este mesmo processo pode ser pensado nos termos de uma incorporação por indivíduos e grupos sociais de um certo campo de crenças e valores compartilhados socialmente, que passa a ser vivida como convicção pessoal, definindo escolhas, estilos e sensibilidades éticas e estéticas (CARVALHO, 2007).

Para a AD toda FD tem seus saberes regulados pela *forma-sujeito* ou *sujeito universal*. O sujeito-enunciador, a partir de uma posição, se identifica com este sujeito do saber da FD. Pêcheux (1995:157) vai dizer que cada posição-sujeito é definida nos termos de uma tomada de posição particular e diferenciada em relação à forma-sujeito. Nesse sentido, podemos pensar que o ideal do sujeito-ecológico se oferece como um “modelo ético para o estar no mundo” (CARVALHO, 2002:71) e é a partir desse ideal – entendido como a forma-sujeito que regula os saberes da FD da REBEA - que o educador ambiental organiza o seu estar no mundo.

Essa compreensão é de alguma forma reafirmada em estudos onde relaciona-se o educador ambiental ao sujeito ecológico, organizando-se redes de formulações:

O “sujeito ecológico” assemelha-se muito com um membro atuante de uma rede de EA, o qual apresenta novas formas de relacionamento consigo, com o outro e com o ambiente e luta por suas idéias, por sua autonomia e emancipação, inclusive do coletivo, a fim de um mundo mais humanitário, mais justo social e ambientalmente e com melhores condições para as gerações atuais e futuras. (LIMA, 2006:33)
Carvalho salienta, assim, o processo de estabelecimento do que chamou de um “sujeito ecológico” marcado por seu tempo, datado pelo contemporâneo, capaz de apropriar-se de uma noção clara da perspectiva espaço-temporal escolhida em seu projeto. Isto porque o educador ambiental fala para as “gerações futuras” e questiona a maneira como o espaço é utilizado pela sociedade capitalista, ele defende a criação de áreas protegidas, de unidades de conservação, que devem ser mantidas fora do alcance do modo de produção capitalista, uma contramão no mundo globalizado e neoliberal. (SANCHEZ, PEDRINI, 2007:8)
Carvalho (2001) desenvolve um mapeamento de traços constitutivos da identidade de um “sujeito ecológico”, compartilhada pelos educadores ambientais. (LIMA, 2005:159).
A EA é um colorido que possui diversas imagens, vozes e sentidos, que depende de cada sujeito ecológico num universo em movimento. (SATO, 2003:80)
Um ponto que serve de divisor de águas entre esta diversidade de interesses e orientações no campo ambiental é a presença do registro do <i>sujeito ecológico</i> e do <i>educador</i> , nas identidades sociais. Dessa forma, o sujeito ecológico não se constitui apenas como indivíduo, mas também como movimentos e grupos sociais que constroem e reconstróem constantemente identidades alternativas, na medida em que atuam politicamente no espaço coletivo. (MAKIUCHI, 2005:119).

Percebe-se um movimento de aproximar as práticas do educador ambiental ao ideal do sujeito ecológico. Ao contrário do que é sinalizado em algumas análises não entendo que o educador ambiental é ou torne-se o sujeito ecológico. **Não entendo a sobreposição, mas**

a relação: o educador ambiental é um sujeito ecologicamente orientado, que a partir de seu estar no mundo aproxima-se (e afasta-se) desse ideal, mas está buscando-o.

Carvalho (2006b) refere que “o sujeito ecológico demarca um campo de ideais disponíveis para a formação da identidade” do educador ambiental.

Longe de ser uma solução para as tensões apontadas, **esta posição de sujeito remete a um lugar possível** onde são vividas essas tensões pelos indivíduos historicamente situados. Esse sujeito, concebido enquanto um tipo ideal, traduz uma subjetividade ambientalmente orientada, que encarna os dilemas societários, éticos e estéticos configurados pela crise societária em sua tradução contracultural, tributário de um ideal de sociedade socialmente emancipada e ambientalmente sustentável (CARVALHO, 2006b;62-3, grifo meu).

1.2.3 Interdiscurso

O interdiscurso é o conjunto virtual de todos os dizeres possíveis e essas formulações constituem a *memória do dizer*. Este espaço é exterior ao sujeito, “já que, no domínio da memória ressoa uma voz sem nome” (ORLANDI, 1999:89), anônima. “No interdiscurso o dizível não é o sentido, por exemplo, de “rede” para “x” ou para “y”, é “o” sentido de rede”. (idem:90).

O interdiscurso é do nível de constituição do discurso, da ordem do repetível – o mesmo. O intradiscurso é a formulação da enunciação – do diferente, no aqui agora do sujeito. Se, pelo intradiscurso o sujeito intervém no repetível, é o interdiscurso que regula os deslocamentos das fronteiras da FD, incorporando os elementos pré-construídos (ORLANDI, 1999:90).

O interdiscurso é assim constituído pelos elementos *pré-construídos*, exteriores à FD, que são incorporados à FD (COURTINE,1981:49 apud LABREA, 2000). Paul Henry (1990:81-9 apud LABREA, 2000) designa como *pré-construído* uma formulação anterior, exterior e independente em oposição àquilo que está sendo formulado em uma determinada enunciação. Assim, um sentido é naturalizado através do discurso e o sujeito se imagina a origem do seu dizer, produzindo a evidência do sentido. Um *já-dito* é deste modo destituído de toda historicidade anterior, sendo retomado, transformado, esquecido, dependendo da posição do sujeito enunciador, fornecendo, impondo o seu sentido sob a forma da universalidade, fornecendo as evidências pelas quais o sujeito produz o *seu* sentido (COURTINE, 1982:36 apud VIANA, 2000). O interdiscurso de uma FD deve ser visto como um processo de reconfiguração incessante: instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber da FD, é o interdiscurso que comanda o deslocamento das fronteiras da FD.

1.2.4. Texto

Para a Análise do Discurso o texto seria um “objeto” lingüístico através do qual se tem acesso ao discurso. Indursky (1999) compreende que o texto é heterogêneo, um espaço

simbólico que remete para muitos lugares, não fechado em si mesmo, pois, além da relação lingüística, mantém relação com a exterioridade, vale dizer, com o contexto – social, político, histórico e cultural –, intertexto – retomada/releitura que um texto produz sobre outro texto, dele apropriando-se para transformá-lo e assimilá-lo – e interdiscurso.

O *efeito* de unidade que encontramos em um texto é dado a partir da tessitura ou “costura” dos diversos recortes textuais relacionados a diferentes redes discursivas mobilizados pelo sujeito-autor que organiza este material heterogêneo e disperso e essas diferentes vozes a partir de sua posição-sujeito. O texto é produzido por um sujeito interpelado ideologicamente e identificado com uma posição-sujeito inscrita em uma Formação Discursiva, ou seja, o sujeito produz seu texto a partir de um lugar social e, ao fazê-lo, exerce a função enunciativa de autor (INDURSKY, 1999: 3).

O sujeito-autor organiza e reúne os *recortes* heterogêneos e dispersos provenientes do exterior, produz a textualização destes elementos que, ao serem aí recontextualizados, se naturalizam, “apagando” as marcas de sua procedência, de sua exterioridade/heterogeneidade/dispersão (idem: p.4).

A autora acrescenta que este trabalho discursivo de textualização é o responsável pelo *efeito de textualidade*, do qual decorre outro efeito essencial, o de *homogeneidade do texto*. Assim, apresenta-se como uniforme e sem marcas aparentes o que, na verdade, é produto da interdiscursividade, produzindo o *efeito-texto*. Este *efeito-texto* apresenta-se como uma forma completa, fechada, acabada, com começo, meio e fim, dando a ilusão de que tudo que devia ser dito foi dito, nada faltando e nada sobrando (ibidem: p.5). O texto, com estas características constitutivas, seria, nas palavras de Indursky, uma *heterogeneidade provisoriamente estruturada*.

1.3 DISPOSITIVO METODOLÓGICO

As relações sociais se significam na reprodução e não-ruptura,
através da emergência de falas desorganizadas
que significam lugares onde sentidos faltam,
incidências de novos processos de significação que perturbam
ao mesmo tempo a ordem do discurso e a organização do social.
Eni Orlandi

1.3.1 A metodologia: cartografia subjetiva

Nada é belo, nada é amoroso, nada é político
a não ser que sejam arbustos subterrâneos
e as raízes aéreas, o adventício e o rizoma.
Gilles Deleuze & Felix Guattari

Para os geógrafos, a cartografia é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – uma perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais

os universos vigentes tornaram-se obsoletos. Sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fizerem necessária (ROLNIK, 1989:15-6).

A idéia de propor uma cartografia como método de organização desse estudo parte da compreensão de que articular os procedimentos teórico-analítico da Análise do Discurso às Ciências Sociais para tratar da Educação Ambiental constrói um espaço entre-disciplinas que a escrita – a leitura, a compreensão e a análise – linear não dá conta. É necessário, como propõe Rolnik acima *desenhar* e acompanhar as transformações e as derivas de sentido que uma rede social produz o tempo todo, seja porque acompanha a fluidez do tempo intemporal ou porque contraditoriamente estanca a fluidez do território-rede ao concentrar poder em alguns pontos fixos.

A opção metodológica em escrever uma *cartografia* subjetiva em vez de elencar um relato linear habitual que é feito para introduzir os dados e a história do objeto de estudo, se justifica porque prefiro deixar que as *vozes* dos enredados contem essa história do que *falar sobre*. Essas vozes, para Rolnik, formam um “relevo de paisagens contemporâneas”. Neste histórico que não quero fazer, o texto é homogêneo, linear, com seu sentido transparente e estabilizado, dando uma *cronologia dos fatos* como se fossem os *fatos*, que passa a ser versão que prevalece e vira história. Como analista de discurso e candidata à cartógrafa, o que me instiga são justamente as histórias que se sobrepõem, as versões que correm na rede, os diferentes tempos dos acontecimentos e quais os sentidos que afloram simultaneamente e disputam pelo efeito de evidência. Deleuze e Guattari (1995:11-13) propõem *rizoma* como *metáfora* de uma escrita que contemple o múltiplo a partir de alguns princípios que, na minha leitura, convergem com os princípios do estudo ora proposto. Nessa concepção rizoma é discurso.

Apresentando o rizoma como um modelo para superar um pensamento binário e genealógico (ainda que sem excluí-lo), estes autores trabalham com a multiplicidade através dos agenciamentos: uma estrutura aberta e heterogênea que comporta tanto a rigidez da organização hierárquica quanto a flexibilidade da rede (PILLAR, 2006:20).

Assim, entendo com Guattari e Deleuze, que a escrita é heterogênea na sua constituição e que podemos relacionar, ou conectar para ficarmos nos termos dos autores, os enunciados “colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas”. Se entendermos a escrita ou o discurso como um rizoma, vamos conectar cadeias de sentidos, organizações de poder, ocorrências que remetem à ideologia, à história e ao sentido.

Para eles,

Uma cadeia (de sentidos) é como um tubérculo que aglomera atos

muitos diversos, lingüísticos, mas também perceptivos, mímicos, gestuais, cogitativos: não existe língua em si, nem universalidade da linguagem, mas um concurso de dialetos, de patoás, de gírias, de línguas especiais.

Não existe um locutor-auditor ideal, como também não existe comunidade lingüística homogênea. (...)

Não existe uma língua mãe, mas tomada de poder por uma língua dominante dentro de uma multiplicidade política (DELEUZE & GUATTARI, 1995:16).

A multiplicidade na escrita é entendida como a capacidade de, no fio do discurso, evidenciar a exterioridade que o constitui: acontecimentos vividos, determinações históricas, conceitos pensados, indivíduos, grupos e formações sociais (DELEUZE & GUATTARI, 1995:18).

O discurso que se quer rizoma não pode ser justificado nem compreendido por nenhum modelo estrutural ou gerativo visando hierarquizar ou decompor elementos. A cartografia organiza uma parte da história da REBEA, contada pelo enredados, em textos dispersos na rede e que proponho recuperar e mapear.

O mapa contribui para a conexão dos campos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. (...)

Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre ao mesmo (DELEUZE & GUATTARI, 1995: 22).

Entendo o discurso da REBEA como um rizoma e proponho compreender sua história e constituição a partir da *cartografia* que é a escrita de um mapeamento não-linear dos seus movimentos e sentidos produzidos e circulando na rede e que mantém conexões com cada educador ambiental individualmente e também com o grupo social que elabora estratégias singulares para marcar sua identidade, seu território e seus saberes, enfim, a sua historicidade materializada em seu discurso (cfe. SERRES, 1995 apud SANCHEZ, 2008)).

Latour (1994 apud SANCHEZ, 2008) relaciona rizoma como uma metáfora adequada para a rede, pois ela é aberta e heterogênea, passível de estabelecer todo e qualquer tipo de conexão. Neste sentido rizoma é uma dupla metáfora neste estudo: sinaliza a *heterogeneidade discursiva* e a *heterogeneidade da rede*.

A rede como rizoma é marcada pela transformação, pelo trabalho de fabricação dos fatos, dos sujeitos, dos objetos. Fabricação que se faz em rede, através de alianças. Na noção de rede o que importa não é somente a idéia de vínculo, mas sim o que estes vínculos produzem e que efeitos decorrem de tais alianças. (...) Neste sentido, uma sociologia de redes é igualmente uma geografia, ou uma cartografia social (SANCHEZ, 2008:104-5).

Organizar uma narrativa, constituída pelas vozes dos que estiveram neste começo e tiveram a *experiência vivida* e pelas vozes dos que chegaram depois, muito em função da atualização e retomada da *memória* dessa vivência é a proposta da parte inicial deste

estudo. Neste sentido, assumo, com Carvalho (2004) que o trabalho de organizar a cartografia, mapeando este percurso tem como desafio “adentrar a dinâmica das relações entre indivíduo e sociedade, entre campo e trajetória, entre sujeito e sua historicidade, para aí compreender a educação ambiental como um ponto de inflexão nas histórias de vida onde se dá o encontro de um tempo social, um tempo vivido e um tempo narrado”(p.25). As subjetividades individuais e coletivas adquirem um papel relevante nos estudos culturais sobre identidades construídas sob a forma de narrativas (SANTOS, 2005:19).

A proposta deste trabalho é organizar este mapeamento a partir dos discursos produzidos em dois espaços distintos, mas que se entrecruzam e auto-determinam:

- a. o *espaço de interlocução* (EI) dos educadores ambientais entre seus pares, aqui representado pelos recortes discursivos produzidos pela REBEA em suas trocas de mensagens eletrônicas cotidianas - na lista aberta e na lista restrita aos facilitadores - onde cada educador reforça sua identidade e seu território individual, a partir de suas práticas e ser-no-mundo; e
- b. o *espaço de formulação* (EF) da REBEA onde ela veicula para fora da rede os consensos do grupo, discursos materializados nos documentos oficiais, produzidos coletivamente em seus encontros presenciais ou virtuais, visando fortalecer e dar visibilidade a território e identidade comuns.

Pretendo ordenar os recortes discursivos em *redes de formulações* que compõem estes discursos, suas filiações de sentido, explicitando a relação do sujeito com a memória discursiva.

Um dos aspectos considerados nessa rede de formulações foi a existência de diferentes sentidos e interpretações entre o *espaço de interlocução* e o *espaço de formulação*, ou seja, entre aquilo que é dito entre os membros na lista aberta e na lista dos facilitadores e aquilo que é veiculado para fora da rede e que passa a constituir o discurso autorizado da REBEA. A fim de evidenciar estes sentidos em disputa e co-existência, sinalizo e diferencio a rede de formulações em dois tópicos (EF e EI) que representam estes dois espaços.

Os recortes discursivos oriundos do que denomino EF da REBEA terão sua origem explicitada, sendo identificadas suas referências bibliográficas, pois em grande parte são baseados no discurso reconhecido da Rede Brasileira: textos veiculados em seu site, documentos oficiais e textos introdutórios da Revista Brasileira de Educação Ambiental e aparecem grafados EF seguido de um número, por exemplo, EF01. Já o EI não será identificado, pois estes recortes são oriundos dos e-mails trocados entre a pesquisadora e membros e facilitadores da REBEA e da pesquisa realizada nos arquivos da lista de

discussão aberta e da Facilitação Nacional. Este procedimento obedece a um acordo de sigilo e anonimato entre a pesquisadora e os enredados e constitui um dos *ethos* do estudo. Estes recortes discursivos aparecem sob a identificação EI, seguida de um número, por exemplo, EI01. Quando eu utilizar recortes de um mesmo documento grafarei EI01A, EI01B, etc., para sinalizar a continuidade.

Para este estudo privilegio o *espaço de interlocução entre os facilitadores da REBEA e sua lista restrita*. Mas não me limito a ela, transitando entre a lista aberta e a fechada, a fim de evidenciar confluências e alteridades entre os diferentes espaços. Além disso, algumas discussões ficam limitadas a um destes espaços. Justifico essa opção por entender que a lista restrita é o espaço de gestão da rede e ali são organizados, em grande parte, os saberes que virão a compor o espaço de formulação.

A lista da facilitação nacional é composta por cerca de 56 enredados ativos, em um total de 118 facilitadores inscritos, tendo pouca dispersão, sendo possível acompanhar todos os e-mails trocados entre 2003 e 2008, o que permite a organização temática e a sistematização de gráficos que ajudarão a visualizar a rede funcionando. Também considero significativo o fato dessa lista ser *estável*, pois, desde que foi organizada em 2003, os membros têm pouca rotatividade – os mesmos se mantêm e existem poucos novos facilitadores – ao contrário da lista aberta que em 2003 contava com cerca de 50 enredados e hoje já mantêm cerca de 500 membros. A lista da facilitação nacional não reflete as adesões à REBEA que vem ocorrendo ao longo dos 5 anos estudados e sua estabilidade é um indício de que o núcleo decisório e de poder se mantêm constante, independente do crescimento do número de membros e este é um dado importante para entendermos o funcionamento da REBEA.

A análise inicia, assim, na própria seleção do corpus, sejam as *noções-entrecruzadas* que são mobilizadas nas diferentes disciplinas que sustentam o trabalho do analista, sejam os recortes discursivos ou a organização da cartografia – espaço da memória (e do esquecimento) onde as vozes dos enredados constroem uma narrativa não-linear, e que só se tornará linear a partir de um gesto de interpretação do analista - que não ocupa posição de neutralidade ou imparcialidade, mas situa-se histórica e ideologicamente e é por isso muito importante que sua relação (do analista) com seu corpus seja sempre mediada pela teorização, por um conjunto de noções que permita um olhar transdisciplinar para dar respostas às questões que orientam o estudo.

A AD distingue o *corpus empírico* – no caso, constituído pela totalidade da produção discursiva realizada entre 2003 e 2008 entre cerca de 500 sujeitos (entre membros e facilitadores) que representam uma instituição ou rede local – e o *corpus discursivo* – o

recorte que, no gesto de interpretação do analista, representa essa totalidade - porque não se pretende a análise exaustiva, tendendo à *completude* (ORLANDI, 1989:32), mas estipula-se arbitrariamente um número de seqüências discursivas visando uma amostra representativa, cujos resultados serão considerados extensivos ao campo discursivo de referência (INDURSKY, 1997: 48). Neste estudo proponho organizar *redes de formulação* a partir dos recortes selecionados e fazer uma análise qualitativa deste material, entendendo-os como representativo das questões que proponho analisar. Assim, neste trabalho eu procuro responder as seguintes questões:

1. A partir da organização de redes de formulação heterogêneas, como se constrói “o” sentido da noção de rede que é assumido no discurso da REBEA e passa a constituir sua memória discursiva?
2. Como são os processos decisórios e o que se decide coletivamente?

Somente para fins de análise, destaco e caracterizo as posições-sujeito que entendo como representativa da REBEA: a posição-sujeito *dominante* e a posição-sujeito *dissidente*. Cada posição-sujeito evidencia uma filiação de sentidos específica e identifico que essas filiações de sentido relacionam-se com uma das questões de pesquisa. Considero que também compõe a REBEA um grande número de enredados silenciosos ou silenciados que constituem a maioria dos membros.

No início da REBEA pode-se reconhecer uma *posição-sujeito dominante* e praticamente unívoca, em função do grupo ter se organizado a partir de um núcleo comum de pessoas conhecidas oriundas da universidade e da militância ambiental, mas atualmente com a adesão de novos enredados essa posição-sujeito encontra resistências e oposição e existe uma disputa, mais ou menos explicitada, pelo poder e direção dos sentidos da rede.

Neste espaço constituído pela heterogeneidade é visível a *disputa pelos sentidos* e nessa pesquisa privilegio os diferentes entendimentos sobre a *constituição e gestão de redes sociais* e suas *instâncias deliberativas* porque compreendo que essas questões norteiam as questões identitárias da rede em sua relação com o poder. Entre inúmeras posições-sujeitos possíveis, destaco duas para explicitar as conseqüências *políticas-ideológicas* da fragmentação ou “pluralização” de subjetividades em disputa. Destaco o fato de que na AD não interessa nomear ou individualizar os sujeitos, mas entender que os *mesmos sujeitos podem transitar em diferentes posições*, a partir de interesses e alianças temporárias. Assim, os dois grupos não são fixos, suas formações são fluidas e se deslocam constantemente e apontam para diferentes matrizes de sentido que se atualizam em redes de formulações próprias.

Relaciono a posição-sujeito *dominante* à questão 1 porque entendo que o conceito de rede assumido pela REBEA tem sua origem no discurso da posição-sujeito dominante que controla os sentidos do dizer no Espaço de Formulação, sendo característica a paráfrase e a repetição do mesmo. Para entender o que a REBEA decide coletivamente e como se dá este processo decisório é interessante observar o funcionamento discursivo da posição-sujeito *dissidente*, pois é nessa posição onde aflora a diferença e a polissemia.

As respostas a essas questões permitem descrever e compreender quem são os sujeitos enredados e suas filiações de sentido e verificar se a sua experiência de gestão de redes sociais se apresenta como uma alternativa de emancipação social.

2 DA SOCIEDADE EM REDE ÀS REDES SOCIAIS

We are in the epoch of simultaneity: we are in the epoch of juxtaposition, the epoch of the near and far, of the side-by-side, of the dispersed. We are at a moment, I believe, when our experience of the world is less that of a long life developing through time than that of a network that connects points and intersects with its own skein. One could perhaps say that certain ideological conflicts animating present-day polemics oppose the pious descendents of time and the determined inhabitants of space⁸.
Michel Foucault, 1986.

2.1 A SOCIEDADE EM REDE: A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E COMO SEUS MÚLTIPLOS CAMINHOS LEVAM A UM ÚNICO E MESMO LUGAR

(...) As mudanças sociais são tão drásticas quanto os processos de transformação tecnológica e econômica.
Apesar de todas as dificuldades do processo da condição feminina, o patriarcalismo foi atacado e enfraquecido em várias sociedades. (...)
Houve uma redefinição fundamental de relações entre mulheres, homens, crianças e, conseqüentemente, da família, sexualidade e personalidade.
A consciência ambiental permeou as instituições da sociedade, e seus valores ganharam apelo político a preço de serem refutados e manipulados na prática diária das empresas e burocracias.
Os sistemas políticos estão mergulhados em uma crise estrutural de legitimidade, periodicamente arrasados por escândalos, com dependência total de cobertura de mídia e de liderança personalizada e cada vez mais isolados dos cidadãos.
Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com objetivo único e efêmero, encolhidos em seus mundos interiores ou brilhando por apenas um instante em um símbolo da mídia.
Neste mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais. (...)
A busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social. (...)
A identidade está se tornando a principal e, às vezes, única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras. (...)
Segue-se uma divisão fundamental entre o instrumentalismo universal abstrato e as identidades particularistas historicamente enraizadas.
Nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a Rede e o Ser."

Manuel Castells

A civilização moderna ocidental disseminou-se globalmente a partir do seu poder econômico, político e militar fundado sobre a conjunção de quatro dimensões institucionais da modernidade: capitalismo, industrialismo, aparatos de vigilância indireta e baseada no controle de informação e o monopólio dos meios de violência pelo Estado (GIDDENS, 1991:61-64). A partir da década de 70, até os nossos dias, a modernidade foi marcada pela reestruturação do capitalismo - com o triunfo do estado neoliberal e de um *modelo hegemônico de produção e consumo* -, associado à revolução tecnológica advinda do

⁸ Estamos na época da simultaneidade: estamos na época da justaposição, na época do perto e do longe, do lado a lado, do disperso. Estamos em um momento, acredito, em que nossa experiência do mundo é menos a de uma longa vida se desenvolvendo através do tempo do que aquela de uma rede que conecta pontos e se cruza com sua própria trama. Pode-se dizer, talvez, que certos conflitos ideológicos que animam polêmicas atuais opõem os fiéis descendentes do tempo aos determinados habitantes do espaço (Trad. Gabriel Pillar).

acesso à informação em tempo real e do surgimento de novas mídias que apagam as distâncias, modificando antigas estruturas, transformando-as, criando novas formas de representações sociais, desejos, necessidades, territórios, redefinindo a base material da sociedade.

Giddens dirá que a modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornariam mais ou menos mundiais em sua influência (1991:11) e que construíram as condições para a globalização se instalar. Pode-se entender que estamos em um período limítrofe, em uma fase de transição, entre a superação de um paradigma e a emergência de outro. Este reconhecimento não indica que o novo paradigma já exista ou que a modernidade esteja superada ou em vias de sê-lo, mas revela a dimensão utópica necessária à construção de alternativas para a relação entre conhecimento e poder.

Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade. (...) O capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital *vis-a-vis* o trabalho, com o declínio concomitante da influência dos movimentos dos trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade; aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográfico e culturais para a acumulação e gestão de capital (CASTELLS, 1999a: 39).

Um novo tipo de estrutura social descreve essa re-elaboração dos imaginários sociais, resignificando práticas e instaurando culturas padronizadas. É a *sociedade em rede*⁹ que surge na cena mundial.

A *sociedade em rede* é caracterizada pela globalização das atividades econômicas; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pelas transformações das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes. Essa nova forma de organização social, dentro de sua globalidade que

⁹ Nesse trabalho optou-se por não realizar uma resenha de toda a extensa bibliografia existente sobre o conceito de rede, pois essa pesquisa já existe e é acessível. Assim, para quem quiser acompanhar o percurso de leitura que produziu o recorte teórico que adotou-se nessa pesquisa, sugiro a leitura de Castells (1999a, 1999b, 1999c), Mance (2002), Marques, (2000), Lima (2006), Scherer-Warren (1999), Makiuchi (2005), Sanchez (2008).

penetra em todos os níveis da sociedade, está sendo difundida em todo o mundo (...) abalando instituições, transformando culturas, criando riqueza e induzindo a pobreza, incitando a ganância, a inovação e a esperança, e ao mesmo tempo impondo o rigor e instilando o desespero. Admirável ou não, trata-se na verdade de um mundo novo (CASTELLS, 1999a:17).

2.1.1 Espaço de lugares e espaço de fluxos

A *sociedade em rede* caracteriza-se também por uma mudança significativa nos espaços, que passam a estar interconectados e sob influência das redes globais. Ao *espaço de lugares*, historicamente enraizado e onde ocorre a experiência da vida cotidiana, justapõe-se um *espaço de fluxos*. Ainda que a lógica espacial de um lugar histórico seja mantida, tanto o *espaço de fluxos*, quanto o *tempo intemporal* prevalecem por causa da articulação da elite em torno do seu paradigma. Enquanto fomenta um processo de conexão entre o local e o global, a rede e seus fluxos também conduzem a uma segregação social, onde as distâncias são infinitas em contraponto a distância nula daqueles que estão integrados a ela. Castells identifica uma manifestação espacial da elite, sugerindo que a dominação só torna-se possível a partir da desarticulação dos grupos sociais estabelecidos.

O espaço de poder e riqueza é projetado pelo mundo, enquanto a vida e a experiência das pessoas ficam enraizadas em lugares, em sua cultura, em sua história. Portanto, quanto mais uma organização social baseia-se em fluxos a-históricos, substituindo a lógica de qualquer lugar específico, mais a lógica do poder escapa ao controle sociopolítico das sociedades locais/nacionais historicamente específicas (CASTELLS, 1999a:440).

Segmentos sociais estão literalmente desconectados deste cenário e isso aponta *novas formas de desigualdades*, pois o poder que representa o acesso a essas novas tecnologias de informação é “seletivo tanto social quanto funcionalmente” (CASTELLS, 1999a:70) e seu acesso restrito a grupos sociais específicos acentua processos excludentes.

A elite e suas atividades transformam as bases materiais da vida – o tempo e o espaço – a partir da criação de *espaços de fluxos* e de um *tempo intemporal* (CASTELLS:1999b:17). O “esvaziamento do tempo” condiciona o “esvaziamento do espaço” na medida em que a modernidade amplia o tempo ao permitir relações entre “ausentes”. O dinamismo dos processos de globalização deriva da *separação do tempo e do espaço*; do *desencaixe* dos sistemas sociais e da *ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais* a partir de *inputs* de conhecimento que afeta e modifica continuamente indivíduos e grupos. Essa compreensão sugere um alongamento das relações sociais de seus contextos locais, para a qual as inovações tecnológicas teriam encolhido o mundo de forma a reproduzi-lo no nível local, pois “o que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a *forma visível* do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza” (idem: 27) .

A *sociedade em rede* também impõe uma mudança significativa nos espaços, que passam a estar interconectados e sofrem influência das redes globais. O *espaço de lugares* privilegia a interação social e a organização social tendo por base a contigüidade física, concentrando a maior parte das experiências e significados humanos, historicamente enraizados. O *espaço de fluxos* organiza a simultaneidade das práticas sociais a distância, sem presença ou memória, por meio dos sistemas de informação e telecomunicações cujo tempo é determinado pela velocidade das conexões. Estes fluxos são caracterizados por “seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade” (CASTELLS:1999a, 436).

Na *sociedade em rede* a tendência é o estabelecimento de espaços de fluxos a-históricos, visando impor sua lógica em lugares segmentados e espalhados, cada vez menos relacionados uns com os outros, cada vez menos capazes de compartilhar códigos culturais. A menos que, deliberadamente, se construam pontes culturais e *físicas* entre essas duas formas de espaço, podemos estar rumando para a vida em universos paralelos, cujos tempos não conseguem encontrar-se porque são trabalhados em diferentes dimensões de um hiperespaço social (CASTELLS,1999a:451).

Assim o espaço do lugar é penetrado e moldado por influências sociais distantes, favorecendo a padronização sócio-cultural e os mecanismos de *desencaixe* que é este deslocamento das relações sociais dos contextos de presença e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço (GIDDENS, 1991:29). Giddens analisa a globalização a partir de quatro dimensões: a economia socialista mundial, o sistema de estado-nação, a ordem militar mundial e o desenvolvimento industrial, principalmente a transformação das tecnologias de informação, pois elas tornaram possível a globalização cultural a partir da mídia.

A globalização impõe uma padronização de consumo, valores e comportamento porque compartilha e disponibiliza apenas uma única matriz produtiva. Sua forma organizacional característica é a *rede neoliberal* que reafirma seus valores e permeia todas as relações da contemporaneidade, se naturalizando e afetando a vida social e cultural. Ela enreda diferentes territórios e contextos culturais “de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância” (GIDDENS, 1991:69) em processos dialógicos e complexos onde a transformação de um território é influenciada tanto pela globalização quanto pelas relações locais. Esta influência do local é denominada *reencaixe* (idem: p.83) e permite a apropriação ou remodelação de relações sociais desencaixadas de forma a comprometê-las – mesmo que provisória ou parcialmente – a condições de tempo e lugar. Assim enquanto a globalização tende a padronização e

uniformidade, a dimensão local pode vir apontar tendências divergentes o que resulta que as transformações nunca são totalmente homogêneas e regulares. Os arranjos locais podem mudar radicalmente o sentido de uma ação.

Enquanto Castells justapõe o *espaço de lugares* ao *espaço de fluxos*, Haesbaert (2004 apud. PILLAR, 2006) propõe duas lógicas de territorialização: o *território-zona* e o *território-rede*. O primeiro diz respeito ao controle de áreas e espaços físicos, e o segundo ao controle de fluxos na rede. Estes seriam acompanhados, ainda, por *aglomerados de exclusão*, noção que contempla aqueles espaços desencaixados de um ou outro processo territorializante. Enquanto o *território-zona* é criado nos limites tradicionais ou zonais das fronteiras da contigüidade onde, assim como no *espaço de lugares*, comunidades estão historicamente enraizadas, o *território-rede* é um espaço dinâmico e dotado de mobilidade, onde territorializar-se significa controlar fluxos e conexões na rede.

Diferente do *espaço de fluxos*, porém, esta noção de *território-rede* traz em si a apropriação que se julga necessária dos fluxos. Não é, assim, apenas espaço, mas também ato e própria possibilidade de subversão, expandindo a idéia de Castells no que tange a participação e criação identitária. A idéia de multiterritorialidade surge do transitar entre ambas esferas de espaço: entre os lugares ou fluxos, zona ou rede. As diferenças no acesso e na velocidade das relações, porém, são também representantes de uma segregação talvez ainda pior que aquela promovida pelos fluxos: uma população não apenas excluída da configuração das redes telemáticas, mas de toda uma dinâmica sócio-espacial.

(...) o grande dilema deste novo século será o da desigualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-re-territorialização, especialmente aquela entre a minoria que tem pleno acesso e usufrui dos territórios-rede capitalistas globais que asseguram sua multiterritorialidade, e a massa ou os “aglomerados” crescentes de pessoas que vivem na mais precária territorialização ou, em outras palavras, mais incisivas, na mais violenta exclusão e/ou reclusão sócio-espacial (HAESBAERT, 2004 apud PILLAR, 2006:21).

2.1.2 Tempo intemporal

O conceito de tempo cronológico, linear, mensurável e previsível dominou a sociedade contemporânea e foi fundamental para a consolidação do capitalismo e do estatismo moderno. Na sociedade em rede o tempo fragmentou-se, emergindo um novo conceito de temporalidade, caracterizado pela simultaneidade e a intemporalidade:

É a mistura de tempos para criar um universo eterno que não se expande sozinho, mas que se mantém por si só, não cíclico, mas aleatório, não recursivo, mas incursor: *tempo intemporal*, utilizando a tecnologia para fugir dos contextos de sua existência e para apropriar, de maneira seletiva, qualquer valor que cada contexto possa oferecer ao presente eterno (CASTELLS: 1999a, 526, grifo meu).

Os processos da globalização não afetam a todos indistintamente e nem da mesma maneira e há vários modos de inclusão e de exclusão e existem imensos grupos sociais que estão totalmente fora do mundo globalizado. A dominação global é exercida por meio da inclusão seletiva e da exclusão de funções e pessoas em diferentes estruturas temporais e espaciais (CASTELLS: 1999a, 527). Enquanto os grupos sociais dominantes têm na globalização um modo de reafirmar seus valores e naturalizar seu modo de vida, transitando e produzindo dentro deste “tempo intemporal”, a maior parte da população ainda vive inscrita no tempo biológico, circunscrita ao local, sem condições de acessar essas tecnologias em *tempo real* e, mais importante, não tendo visibilidade, condições de acesso ou voz política.

Makiuchi sugere que

(...) a perda da duração do tempo acarreta a obsolescência dos espaços e dos vínculos sociais de pertencimento a grupos e territórios que somada à negação das alteridades, fluidifica o devir e homogeneiza o tecido social (2005:14).

Mesmo admitindo a existência dos *espaços de lugares*, o *espaço de fluxos* e o *tempo intemporal* predominam, pois articulam a sociedade civil hiper-incluída em torno do seu paradigma. Enquanto fomenta um processo de conexão entre o local e o global, a rede e seus fluxos também conduzem a uma segregação social, onde as distâncias permanecem, em contraponto a distância nula daqueles que estão integrados na rede.

2.2 AS REDES SOCIAIS: A GLOBALIZAÇÃO ALTERNATIVA CRIA NOVOS CAMINHOS PARA RESSIGNIFICAR OS *TERRITÓRIOS-REDES*

A possibilidade de subverter o *espaço de fluxos*, reencaixando-o, passa pela afirmação do poder da experiência, utilizando-o para construir lugares de pertença e enraizamento, apropriando-se dessa conexão a partir de experiências locais e criando novos territórios na rede. Essa apropriação transforma as relações de poder existentes nos espaços de fluxos.

A *reflexividade do conhecimento* na modernidade é introduzida na “própria base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados em si”. Giddens diz que na modernidade a reflexividade assume um caráter diferenciado porque nas culturas tradicionais o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contém e perpetuam a experiência de gerações a partir das narrativas orais (p.44). Com a escrita expande-se o distanciamento com o passado, criando uma perspectiva entre passado, presente e futuro e a apropriação reflexiva do conhecimento pode ser destacada da tradição designada, embora no pré-modernismo a reflexividade está em grande parte limitada à reinterpretação e esclarecimento da tradição. (GIDDENS, 1991:44)

A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformatadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. (...) Somente na era da modernidade a revisão da convenção é radicalizada para se aplicar (em princípio) a todos os aspectos da vida humana, inclusive à intervenção tecnológica. (...) O que é característico da modernidade não é uma adoção do novo por si só, mas a suposição da reflexividade indiscriminada – que é claro, inclui a reflexão sobre a natureza da própria reflexão (GIDDENS, 1991:45-6).

Isto contribui para fortalecer os movimentos sociais na medida em que permite que a reprodução do sistema e a rotinização da vida cotidiana sejam constantemente problematizadas e modificadas e ressignificadas ao serem inseridas em novos contextos. É assim que “reações locais nascem marcadas pela ampliação da comunicação e pelas novas práticas sociais” (CASTELLS, 1999b). Essas reações locais mostram que existe por parte dos sujeitos uma resistência à homogeneização e indiferenciação associados à globalização hegemônica que faz da ausência de fronteiras um instrumento de inferiorização e desqualificação do outro.

2.2.1 As diferentes globalizações

A globalização enquanto um fenômeno homogêneo e linear é uma falácia. Ao se apresentar como um processo espontâneo, irreversível e indiferente à interferência externa, a globalização mascara o fato de que é resultado de um conjunto de decisões políticas dos Estados nacionais centrais que se organizaram a partir do Consenso de Washington (cfe. SANTOS: 2005b:50).

A idéia de globalização tenta encobrir a hierarquia entre os sistemas mundiais. Para a globalização neoliberal, a nova divisão de trabalho não ocorre entre países, mas entre agentes econômicos, não tendo mais sentido distinguir centro, periferia e semiperiféria no sistema mundial. Santos argumenta que, mesmo tendo a economia se globalizado, a dívida externa continua a ser cobrada e contabilizada e as políticas de salário e segurança continuam a ser definidas em nível nacional. Além disso, é evidente que existem países ricos e países pobres e a distância entre eles não cessa de aumentar.

São os países periféricos e semiperiféricos os que mais estão sujeitos às imposições do receituário neoliberal, uma vez que este é transformado pelas agências financeiras multilaterais em condições para a renegociação da dívida externa através dos programas de ajustamento estrutural (SANTOS, 2005b:31).

Outra questão importante é o fato de que não existe uma única globalização, mas *globalizações* no plural, ou seja, conjuntos diferenciados de relações sociais que envolvem conflitos, vencedores e vencidos. Santos distingue quatro formas de globalização: localismo globalizado, globalismo localizado, cosmopolitismo, patrimônio comum da humanidade

(idem:65-70).

Por *localismo globalizado* descreve-se o processo pelo qual “determinado fenômeno local é globalizado com sucesso” (ibidem: 65). Isso implica em “determinar os termos da integração, da competição e da inclusão e a conseqüente exclusão ou inclusão subalterna das diferenças alternativas” (ibidem). O *globalismo localizado* “consiste no impacto específico nas condições locais produzidas pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem dos localismos globalizados” (ibidem: 66). Santos relaciona o localismo globalizado e a globalização localizada como manifestações da globalização hegemônica.

A hegemonia é entendida como

A capacidade econômica, política, moral e intelectual de estabelecer uma direção dominante na forma de abordagem de uma determinada questão (...) todo processo hegemônico produz um processo contra-hegemônico no interior do qual são elaboradas formas econômicas, políticas e morais alternativas” (SANTOS, 2003: 43).

Os processos de globalização dão origens a diferentes lutas em torno do direito da “igualdade na diferença e da diferença na igualdade”, assentadas na etnia, identidades, culturas, tradições, sentimento de pertença, imaginário, rituais, literatura escrita ou oral. Essa transconflitualidade ocorre também em função dos diferentes tempos, durações e ritmos das várias dimensões que compõem os conflitos que, em última instância, produzem as hierarquias, particularmente a dicotomia global/local (SANTOS, 2005b: 60).

O global e o local são socialmente produzidos no interior de processos de globalização. Santos (2005b:63) define o modo de produção da globalização:

É o conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado artefato, condição, entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras nacionais, e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefato, condição, entidade ou identidade rival. As implicações mais importantes desta concepção são as seguintes. (...) Perante as condições do sistema mundial em transição não existe globalização genuína; aquilo que chamamos globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo. (...) Não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local, real ou imaginada, uma inserção cultural específica. (...) A globalização pressupõe a localização. O processo que cria o global, enquanto posição dominante nas trocas desiguais, é o mesmo que produz o local, enquanto posição dominada e, portanto, hierarquicamente inferior (p.63).

O *cosmopolitismo* e o *patrimônio comum da humanidade* são formas de resistências relacionadas à globalização contra-hegemônica. Nestes termos, os grupos sociais usam em seu benefício as possibilidades de interação transnacional para transformar trocas desiguais em “trocas de autoridade partilhada, e traduz-se em lutas contra a exclusão, a inclusão subalterna, a dependência, a desintegração, a despromoção” (p.67). Essa luta inclui também a proteção e a desmercadorização dos recursos e ambientes naturais considerados essenciais para toda a humanidade.

2.2.2 Globalização alternativa e movimentos sociais

Essa lógica permite a construção de uma globalização política alternativa, a partir das lutas que ocorrem na periferia e semiperiferia do mundo. Os protagonistas dessa *outra* globalização, que contesta e apresenta alternativas ao modelo hegemônico são os movimentos sociais e seus aliados. Entendo como “aliados” dos movimentos sociais, por exemplo, segmentos dos professores universitários, intelectuais, políticos e militantes que mesmo não pertencendo a grupos sociais excluídos e sem legitimidade, os defendem e se identificam com suas lutas, dando evidência e problematizando – e com isso reconhecendo - suas questões em seus trabalhos e pesquisa e na mídia. Os aliados participam do movimento social, mas dele não se beneficiam diretamente, ou seja, não fazem parte do grupo social que, caso sua demanda seja atendida, receberá o benefício ou direito. Entendo que a REBEA foi estruturada e é composta basicamente por aliados do movimento social e embora tenha como membros sujeitos oriundos dos movimentos sociais – ambientalistas, contraculturais, pacifistas e políticos – tem também membros que pertencem ao Estado e ao mercado. Assim, mesmo não a considerando um “movimento social”, reconheço que ela participa do processo de construção de alternativas.

Sobre essa articulação entre movimentos sociais e seus aliados, Gohn (1997:236) vai dizer que na América Latina não é possível entender a problemática dos movimentos sociais se não incluirmos a categoria de intelectuais no cenário. São pessoas de grupos sociais dos mandatários e têm se constituído em interlocutores dos movimentos junto a agências governamentais e à mídia em geral.

Na concepção desenvolvida por Melucci (apud LERRER 2008:23), movimento social é toda e qualquer **“ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere”** (MELUCCI, 2001: 35 apud LERRER, 2008:23, grifo meu). Neste processo, este autor dá particular ênfase à construção da identidade coletiva que, para ele, não é um dado ou uma essência e sim “produto de trocas, negociações, decisões, conflito entre os atores” (idem, p. 23), ou seja, é uma identidade interativa e compartilhada, resultante do que “vários indivíduos produzem acerca das orientações da ação e o campo de oportunidades e de vínculos que esta ação se coloca” (ibid, p. 24). É através deste processo que se criam novos códigos culturais e novas alternativas simbólicas que definem a identidade coletiva que não são produto somente de decisões pautadas na “racionalidade instrumental”, ou seja, na obtenção de demandas concretas, pois incorporam fortes ingredientes emocionais.

Segundo Melucci, o papel dos movimentos sociais é **“provocar a visibilidade do poder, obrigando-o a tomar forma”** e, deste modo, eles “explicitam conflitos e

necessidades de mudança, operam como motores de transformação e como reveladores dos pontos mortos, das contradições, dos silêncios que os aparatos dominantes tendem a ocultar” (MELUCCI, 2001: 123 apud LERRER, 2008:24, grifo meu). Esta definição indica que o conceito “movimento social”, mais do que dar conta de um determinado fenômeno empírico, com características claramente definidas, serve como “lente” para nomear determinados fenômenos associados a lutas sociais, cuja classificação nesta categoria pode facilitar a compreensão de aspectos fundamentais de uma determinada sociedade, mais particularmente, onde se dão seus conflitos sociais mais intensos (LERRER, 2008:24).

Gohn (1997) analisa o contexto brasileiro e suas especificidades e propõe a seguinte noção de movimento social:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política do país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir de interesses em comum. Essa identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações na esfera pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política do país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. (...) Os movimentos participam da mudança social histórica e o caráter das transformações geradas poderá tanto ser progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam (GOHN, 1997:251-2).

Os movimentos sociais criam uma agenda política e se estabelecem com a proposta de subverter os sentidos hegemônicos e possibilitar que grupos socialmente discriminados se organizem a partir das questões identitárias e resistam a processos de homogeneização, formando *redes sociais*. Por sua vez, seus aliados, formando alianças com outros segmentos sociais organizam as suas redes, com pontos de confluência e alteridade, com a disposição de eles também interferir na agenda política tanto dos movimentos sociais quanto do Estado e mercado. É esse o sentido que vejo na REBEA: a REBEA enquanto aliada do movimento social ambiental.

Não deve-se, assim, compreender o virtual apenas como espaço desencaixado sob o controle e domínio das elites, mas também como local de quebra de hierarquias e criação de linhas de fuga que possibilitam novas territorializações. Pode-se identificar na expansão da produção e colaboração em comunidades virtuais, listas de discussão, ações

ciberativistas, *blogs* elementos que criam novas significações na rede, liberando a emissão e possibilitando o controle tanto dos fluxos quanto dos próprios espaços físicos. (LEMOS 2006 apud PILLAR, 2006). Estes *territórios-redes*, a partir do qual a contestação dos poderes pode acontecer, criam novas significações e novas formas de controles. Com a justaposição ou próprio entrecruzamento do virtual com o real, do ciberespaço com a dimensão física das redes sociais, a tecnologia pode ser usada como ferramenta de territorialização tanto nos *lugares* quanto nos *fluxos*. Deste modo, o virtual torna-se espaço para a fomentação do local, e, interconectado com os espaços urbanos em des-territorializações, colocam as redes sociais como palco da experiência e da transformação.

As redes sociais se apropriaram das novas tecnologias e subvertem seus princípios para produzir *outros* discursos, impondo *novos* sentidos que não os hegemônicos, questionando os sentidos estabilizados e naturalizados, utilizando os mesmos recursos materiais do estado neoliberal e as mesmas estratégias do mercado, agora, para um *retorno ao essencial* ou os valores que estes movimentos entendem importante incluir em um novo paradigma.

Este movimento de *resistência do sujeito* se realiza nas *brechas* do sistema, e torna possível que uma *outra* globalização, *contra-hegemônica*, se instale e produza seus sentidos, ressignificando práticas, reafirmando a singularidade dos sujeitos, a valorização do território e da identidade local, do multiculturalismo e da diversidade, organizando mercados alternativos e solidários.

Para Makiuchi (2005), a distinção fundamental entre estas duas estruturas organizadas em rede – hegemônica e contra-hegemônica - é a noção de *poder e a gestão interna*. Nas redes neoliberais o poder é concentrado em algumas conexões, tendo uma arquitetura vertical, piramidal, enquanto as redes sociais solidárias ou contra-hegemônicas são caracterizadas pela dissolução de poder a partir de processos de auto-gestão e multilideranças, num processo de gestão horizontal.

A REBEA é uma rede que surgiu neste contexto de globalização contra-hegemônica onde segmentos sociais se organizam para a criação de alternativas que se contrapõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e o mercado com a proposta de criação de um cenário que aponte possibilidades de outros pactos sociais e de mudança de paradigma a partir do eixo da sustentabilidade socioambiental e do multiculturalismo.

Este cenário aponta para a construção de conhecimentos emergentes, que visam criar condições para que processos emancipatórios e contra-hegemônicos possam se concretizar. Essa produção de conhecimento, no entanto, não se dá sem contradições ou disputas. Ao contrário, este conhecimento socialmente elaborado está sujeito a ser

apropriado por diferentes grupos à revelia de quem o produziu e ressignificado a partir do que Morin (2002:118) denomina a *ecologia dos atos* que insere a *incerteza* como estruturante, pois a produção do conhecimento está imersa em um “complexo de inter-retroações” que deriva, desvia e, por vezes, inverte seu sentido.

2.3 A REBEA PELA REBEA: A DANÇA DOS SENTIDOS

Promover um amplo debate sobre os caminhos da educação ambiental no Brasil, apontando prioridades, métodos, técnicas, público alvo e estratégias de fortalecimento da atuação dos educadores ambientais.
Missão da REBEA

A história da REBEA está imbricada na história do movimento ambiental e da formação dos educadores ambientais que se constituíram a partir da militância e da organização de um *campo ambiental* (CARVALHO, 2001). A discussão sobre processos identitários da REBEA passa pela tensão entre o individual e o coletivo e a inserção de educadores ambientais oriundos de diferentes territórios – diferentes *posições-sujeito* - em uma mesma comunidade virtual e suas conseqüências prática e epistemológica. A rede é um espaço *heterogêneo* e essas alteridades se manifestam o tempo todo nas comunicações entre os *enredados* ou nas suas diferentes práticas e rituais. O consenso é imaginário, o discurso social não é homogêneo, dando lugar a diferentes movimentos de discurso que se encontram na incompreensão. É necessário, para o funcionamento da rede, focar e ampliar aquilo que é comum ao grupo, e construir um *efeito de homogeneidade* que é principalmente para o *outro*, o que está fora da rede, mas que, por algum motivo, com ela se relaciona. Nessa troca constante entre os enredados e com o outro é que se forja a identidade coletiva.

As redes de educação ambiental são expressões poderosas de identidade coletiva porque ao mesmo que tornam possível a articulação de atores dispersos no espaço-tempo, estando neste sentido incorporadas a uma cultura de virtualidade real, são altamente diversificadas e seguem os contornos pertinentes a sua própria cultura, mantendo sua identidade local.

2.3.1 A estrutura da REBEA

Gestada nos primeiros fóruns de educação ambiental, no início da década de 90, a REBEA foi formada principalmente por professores universitários e ONGs ambientais reunidas pela militância nos fóruns paulistas de EA. Essa dupla formação, acadêmica e social, é característica da modernidade reflexiva na medida em que “a modernidade é constituída por e através de conhecimento reflexivamente aplicado” (GIDDENS, 1991:46). A origem universitária da REBEA é simultânea ao aparecimento e difusão da comunicação global mediada por computadores, que ocorreu em larga escala entre pós-graduandos e corpo docente de universidades no início dos anos 90 e o acesso à rede mundial de

computadores possibilitou, em grande medida, a organização de uma rede de educadores ambientais brasileiros.

Se fôssemos datar o processo de constituição da Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA, poderíamos retroceder aos fóruns de educação ambiental promovidos em São Paulo nos anos 90, pelo Grupo Interinstitucional de Educação Ambiental (formado pela Universidade de São Paulo, 5 Elementos, Instituto Ecoar para a Cidadania, Central Única dos Trabalhadores, Clube Alpino Paulista, Colégio Santa Helena, Cetesb, Cesp, Cepam, Fundação Santo André, Grupo de Estudos da Serra do Mar, Prefeitura Municipal de Garulhos, Prefeitura Municipal de São Paulo e Rede Paulista de Educação Ambiental) e ao contexto da ECO-92.

Seguindo a pista dos fóruns paulistas, situamos no II Fórum de Educação Ambiental, em março de 1992, no clima que antecedia a ECO-92, o lançamento da idéia de uma rede brasileira de educação ambiental.

Era também o momento de uma intensa articulação mundial de educadores ambientais pela elaboração da Carta de Educação Ambiental. A Carta, um documento coletivo elaborado em rede sob a coordenação da educadora Moema Viezzer, foi apresentado no Fórum de ONGs, evento paralelo à conferência oficial como um tratado, e foi entregue às autoridades governamentais presentes na Rio-92, juntamente com os outros documentos produzidos pela sociedade civil.

Aos poucos, uma estrutura de funcionamento e gestão foi gerada, com a formação de uma instância de coordenação, a Facilitação Nacional, que procurava ser representativa das regiões geográficas brasileiras e que tinha como apoios regionais, os elos locais. Neste período a estrutura da rede tinha um desenho referenciado nas regiões geográficas do país, o que era muito mais um desejo de abrangência nacional que uma realidade de interiorização.

A idéia de trabalho em rede era muito nova e vaga, um campo de atuação em fase bastante inicial de constituição.

A rede funcionava apoiada pelas instituições-membro. Fazem parte desta fase inicial da REBEA, entre outros, Cristina Guarnieri (Cecae-USP), Marcos Sorrentino (Instituto Ecoar/ Cecae-USP), Gabriela Priolli (Instituto Ecoar-SP), Haydée de Oliveira – (Rede de Educação Ambiental de São Carlos), Luis Afonso Vaz de Figueiredo (Fundação Santo André-SP) Martha Tristão (UFES-ES), Lilite Cunha (Gambá-BA) Cláudia Macedo (Roda-Viva- RJ) (AMARAL, 2004b: 134).

Inicialmente a REBEA se propôs a ser uma rede de articulação nacional de educadores ambientais, mas foi sendo aos poucos substituídas pelas redes locais. Em 2000, na Reunião Culturas de Redes e EA, surgiu a proposta de que ela fosse também uma *rede de redes* de educação ambiental, assumindo a função de tecer uma malha nacional que conectasse as redes estaduais e locais (AMARAL, 2007).

Composição da rede em 2000:

- a. Facilitação Nacional: Roda-Viva - RJ; Bioconexão – MT; Ecoar – SP; SubPrefeitura de Paranapiacaba; Instituto Mangue Verde /Movida – AL; UFES – Universidade Federal do Espírito Santo; Apremavi-SC – Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí; Cecae /USP – SP; Semasa – Serviço de Saneamento Ambiental de Santo André;
- b. Elos locais e regionais: Instituto Ecoar– SP; REA / PB – Rede Educação Ambiental da Paraíba; Remtea – Rede Mato-grossense de Educação Ambiental; RMEA – Rede

Mineira de Educação Ambiental; Reabri/SC – Rede de Educação Ambiental da Bacia do Rio Itajaí; Repea – Rede Paulista de Educação Ambiental; Rede EA de S. Carlos; Gamba/BA – Grupo Ambientalista da Bahia; Universidade Regional de Erechim – RS; WWF – Fundo Mundial para a Natureza; Univali – Universidade do Vale do Itajaí; Universidade Federal da Paraíba; Ecomarapendi – RJ; Faor – PA.

Apresentamos a primeira proposta de mudança no desenho da rede, alterando o desenho de elos, por região geográfica, com a incorporação de muitas das redes de educação ambiental existentes e cujos coordenadores ou articuladores haviam sido convidados para a reunião, como elos da REBEA, que passava a ser uma **rede de redes**.

A mudança no desenho correspondeu uma mudança na forma de atuação: **a REBEA passava a ser uma facilitadora da criação e desenvolvimento de novas redes**, promovendo sua articulação nacional e tendo como eixo maior de sua atuação a coordenação da ação macro de articulação de todas as redes, como um processo de comunicação, com a difusão de informações estratégicas para a EA e para o trabalho em rede.

A rede assumia, sem medo, seu caráter virtual, já que ação presencial, no sentido de execução de ações localizadas, seria o campo de atuação das redes locais (estaduais ou temáticas) (AMARAL, 2004b:137, grifo meu).

Na ocasião, percebeu-se que a criação e atuação de novas redes de educadores ambientais criavam um novo cenário para a atuação da Rede Brasileira. O objetivo do encontro proposto era refletir sobre os problemas da REBEA, sua relação com as outras redes, discutir sobre o V Fórum e II Encontro da Rede Brasileira, e sobre a implantação da Política Nacional de Educação Ambiental. Nessa reunião foram identificadas como principais demandas: estruturação da secretaria executiva; fortalecer os elos regionais; implantar e manter projeto de comunicação que contemple ações on-line, impressas e presenciais; difusão da cultura de redes; capacitação para facilitadores (REBEA, 2004b).

Os problemas comuns às redes também foram assinalados: a formalização; a manutenção de fluxo regular de informação de qualidade; a gestão horizontal; a realização de parcerias e ações conjuntas, a necessidade de trabalho profissionalizado. Outra constatação importante da reunião foi a necessidade de capacitação para o trabalho de facilitação, envolvendo não só aspectos relacionados à mobilização e difusão de informações, mas incluindo o domínio de ferramentas eletrônicas para a comunicação (idem:p.4).

Pela natureza imaterial de seus resultados: articulação, difusão de cultura organizacional, difusão de valores, construção de cidadania e pela sua composição de abrangência nacional, a REBEA tem na comunicação eletrônica sua ferramenta preferencial de trabalho, o que explica as tentativas recorrentes de criação e manutenção de site, listas, fórum eletrônico.

Neste campo, a maior dificuldade tem sido a falta de recursos financeiros para manter um fluxo regular e qualificado de informações que efetivamente interessem e apoiem o educador ambiental (REBEA, 2004b:4).

A REBEA adotou como carta de princípios o "Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global"¹⁰ e como padrão organizacional uma estrutura horizontal em rede, formato que apresenta possibilidades inovadoras no campo relacional, político e operacional e tem surgido como uma alternativa da sociedade organizada para enfrentar situações complexas, onde ações isoladas não apresentam resultados (REBEA, 2004b:4). Inicialmente são objetivos da REBEA:

- Difundir e implantar o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.
- Difundir e experienciar a cultura organizacional de rede.
- Propiciar a difusão de informações relacionadas aos temas presentes no exercício da Educação Ambiental.
- Potencializar estratégias de atuação conjunta que apontem para uma maior definição do campo de atuação da EA.
- Contribuir para o fortalecimento da atuação dos educadores e educadoras ambientais no país, através do incentivo e apoio à comunicação e à troca de informações.
- Mapear iniciativas de EA, identificando métodos e técnicas bem sucedidas.
- Identificar os principais setores (por área temática e/ou geográfica) fomentando o surgimento de redes temáticas/geográficas que funcionariam articuladas a REBEA, dando corpo a ela.
- Contribuir para uma maior visibilidade e socialização de projetos e experiências da área de Educação Ambiental.
- Promover os Fóruns de Educação Ambiental em nível nacional, descentralizando ações e propiciando o exercício presencial da Rede.
- Avaliar e propor políticas públicas relacionadas à Educação Ambiental.
- **Apoiar a implantação da Política Nacional de Educação Ambiental** (REBEA, 2004a:2, grifo meu).

Para dar respostas a questões consideradas estratégicas para o desenvolvimento e o cumprimento dos objetivos da REBEA foram criadas instâncias descentralizadas, os Grupos de Trabalhos. São eles:

- GT Cultura Digital;
- GT Educação Ambiental & Empresas;
- GT Agenda 21;
- GT Avaliação em processos e projetos de EA;
- GT Desdobramentos da CNIJMA;
- GT Formação de educadores e educadoras ambientais;
- GT Sustentabilidade REBEA;
- GT Informação e Comunicação Ambiental;
- GT Observatório da Política Pública de EA;
- GT Formação de facilitadores e difusão da cultura de redes;
- GT Programas Universitários de Educação Ambiental;
- GT Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global;
- GT Centros de EA;
- GT Acordo de Convivência;
- GT V Fórum;
- GT Captação de recursos;

¹⁰ O texto integral do Tratado está disponível no ANEXO I.

- GT Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental – SIBEA (cf. REBEA, 2004a:11).

Os primeiros foram criados na reunião da Facilitação Nacional, em outubro de 2003. Alguns grupos são temporários, encerrando suas atividades após o cumprimento dos objetivos e outros são permanentes. Na dinâmica da Rede surgem novos grupos a partir do interesse dos educadores como é o caso da ativação do GT sobre Avaliação a partir de iniciativas na lista aberta da REBEA, em 2005. Alguns GTs possuem seus documentos disponíveis no site da Rede Brasileira, mas atualmente todos estão inativos. De acordo com os gráficos temáticos¹¹, os GTs foram tópicos de discussão na lista de Facilitação até 2006.

EI01

Os GTs foram uma tentativa frustrada de descentralização e de estímulo a novos focos de iniciativa. Poucos funcionaram e se reuniram além da oportunidade presencial do Fórum Brasileiro de EA. (...)

A avaliação de porque os GTs não funcionaram é em parte devido a cultura de uso do trabalho virtual que é baixa na REBEA, a não ser em lista de discussão. As pessoas têm muita resistência de sair da lista de discussão e irem para um AVA – ambiente virtual de aprendizagem -, que oferece mais ferramentas para a produção coletiva. (...)

Outra coisa que influenciou é que o espírito de rede, da produção coletiva ainda é baixo e a cultura de subordinação ainda é forte, as pessoas ficam numa zona de conforto e esperam que alguém tome a iniciativa então a descentralização e a horizontalidade não tem oportunidade de acontecer. E também é muito forte o fato de não haver recursos financeiros para realizar reuniões presenciais dos GTs.

2.3.2 As malhas da REBEA

A REBEA, em 1999, contava com cerca de 50 integrantes espalhados pelo Brasil. Atualmente a Rede Brasileira conta cerca de 500 membros e é composta por 44 redes-elos¹², com diferente organização territorial, origem, sistema de gestão e adesão. São elas:

1. Rede de Educação Ambiental do Estado do Pará – REDEPAEA;
2. Rede Acreana de Educação Ambiental – RAEA;
3. Rede Carajás de Educação Ambiental;
4. Rede Baiana de Educação Ambiental – REABA;
5. Rede de Educação Ambiental da Paraíba – REAPB;
6. Rede de Educação Ambiental de Pernambuco – REAPE;
7. Rede de Educação Ambiental de Sergipe – REASE;
8. Rede Alagoana de Educação Ambiental – REAL;
9. Rede de Educação Ambiental do Rio Grande do Norte – REARN;
10. Rede de Educação Ambiental do Maranhão – REAMA;
11. Rede Nordestina de Educação Ambiental – RENEAL;
12. Rede Mato-grossense de Educação Ambiental – REMTEA;
13. Rede de Educação e Informação Ambiental de Goiás – REIA-GO;
14. Rede Pantanal de Educação Ambiental – AGUAPÉ;
15. Rede de Educação Ambiental do Distrito Federal;
16. Rede Escola de Mato Grosso;
17. Rede de Trabalho Conectar Pessoas com a Natureza – Rede Conectar;
18. Rede de Educação Ambiental do Cerrado – REA Cerrado;

¹¹ Os gráficos estão disponíveis no Anexo II, bem como o perfil completo da Facilitação Nacional.

¹² Conforme descrito no site WWW.REBEA.org.br, acesso em 03 julho de 2008.

19. Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro – REARJ;
20. Rede Capixaba de Educação Ambiental – RECEA;
21. Rede de Educação Ambiental de São Carlos – REA-SC;
22. Rede Mineira de Educação Ambiental – RMEA;
23. Rede Paulista de Educação Ambiental – REPEA;
24. Rede de Educação Ambiental da Bacia do Rio São João – REAJO;
25. Rede de Educação Ambiental Escolar IIDEA (RJ);
26. Rede de Educação Ambiental do Ensino Superior do Espírito Santo – Teia Universitária;
27. Rede de Educação Ambiental de Nova Friburgo (RJ);
28. Rede de Educadores Ambientais da Baixada Fluminense (RJ);
29. Rede de Educadores Ambientais da Baixada de Jacarepaguá (RJ);
30. Rede Parque Estrada Central do Brasil – Barbacena (MG);
31. Rede de Educadores Ambientais de Niterói (RJ);
32. Rede de Educadores Ambientais de São Gonçalo (RJ);
33. Rede de Educadores Ambientais de Volta Redonda (RJ);
34. Rede Educação Ambiental da Bacia do Itajaí – REABRI;
35. Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental – REASUL;
36. Rede de Educação Ambiental Linha Ecológica / Bacia Hidrográfica do Rio Paraná III – Linha Ecológica;
37. Rede Paranaense de Educação Ambiental – REA-PR;
38. Rede Regional de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos;
39. Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis – RUPEA;
40. Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental – REDE CEAS;
41. Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade – REJUMA;
42. Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental – REBECA;
43. Rede Lusófona de Educação Ambiental – REDELUSO;
44. Rede Amazônica de Educação Ambiental – RAMEA.

Um número expressivo de redes de EA foi criado a partir dos eventos e encontros de forma espontânea; outras foram criadas a partir de projetos e editais e ainda há aquelas que foram articuladas por órgãos públicos e ONGs, como estratégia para o fomento da educação ambiental (AMARAL, 2004b:134).

Nem todas as 44 redes listadas pela REBEA como elos são funcionais: algumas não estão ativas e outras têm poucas conexões e existem praticamente somente no nome. As redes-elos muitas vezes desconhecem a estrutura e hierarquia da REBEA, mantendo com a mesma uma interlocução de baixa intensidade.

As redes-elos são apontadas como componentes da Facilitação Nacional:

As entidades gestoras, os elos e facilitadores pessoa física e instituições constituem a facilitação nacional da Rede. As entidades gestoras são as instituições diretamente envolvidas na administração e execução das atividades de manutenção da Rede. Os elos são as redes locais, temáticas, regionais, de educação ambiental que constituem os grandes nós regionais da malha da REBEA. São como as sinapses do cérebro, zonas de intensidade de fluxos de informação, centrais de articulação e difusão. (REBEA, Institucional, 2003, grifo meu).

As trocas de mensagens revelam que muitas redes não têm representação na lista restrita e os motivos apontados são vários: as redes-elos estão em diferentes estágios de

organização e não indicaram um nome, as redes desconhecem essa instância deliberativa e a estrutura da REBEA ou as redes não foram convidadas a indicar representação.

2.3.3 Os membros da REBEA

A estrutura de gestão da REBEA compreende quatro categorias de participação: entidades gestoras, redes-elos, facilitadores e membros. A diferença entre essas categorias são níveis de responsabilidades diferentes na manutenção e administração da rede. Os membros são as pessoas ou instituições que atuam na área de Educação Ambiental ou se interessam pelo tema e/ou pela experiência de trabalhar em rede. Para ser um membro da REBEA é necessário preencher o cadastro disponível no site (REBEA, 2004a). A lista de discussão da REBEA tem cerca de 500 inscritos e é acessível aos educadores ambientais a partir de uma inscrição e a adesão à Carta de Princípios e ao Acordo de Convivência. Em geral, seus membros são *informados* das decisões e processos, não participando dos mesmos e são chamados somente quando existe necessidade de mobilização ou enfrentamentos onde a REBEA necessita mostrar sua força. Atualmente existe um debate onde estas questões estão sendo explicitadas e isso ocorre periodicamente, em função de algum acontecimento que mobiliza a rede, mas a estrutura ainda não mostra sinais de alterações. Assim como ocorre na lista da Facilitação Nacional, os *membros ativos* da lista aberta estão em número inferior aos membros inscritos, cerca de 20% da lista é funcional. Os membros ativos são estáveis, sempre os mesmos e, em geral, monologam.

2.3.4 A secretaria executiva da REBEA

A REBEA no período de pesquisa – julho de 2003 a julho de 2008 - contava com uma secretaria executiva eleita nos Fóruns de EA com mandatos de 2 anos que podem ser renovados.

A secretaria tem função organizar e manter viva a rede. Para tal tarefa são designados facilitadores nacionais que auxiliam no processo de vincular a REBEA às demais redes de EA temáticas existentes nas regiões (SANCHEZ, 2008:70).

A secretaria executiva, no período estudado, esteve em um primeiro momento (1999-2004), sob a responsabilidade de Vivianne Amaral da Bioconexão e, desde 2004, assumiu Patrícia Mousinho da Ecomarapendi. A gestão da Vivianne Amaral foi caracterizada pelo esforço em organizar a estrutura da REBEA e politizar os debates e grande parte da memória da REBEA e seus documentos foram organizados em sua gestão. Seu foco era na comunicação e visibilidade da REBEA, na disseminação da cultura de redes e foi na sua gestão que a REBEA se consolidou como *rede de redes* de EA, a partir de encontros e oficinas presenciais. A partir de 2004, a secretaria executiva segundo Sanchez “foca seus esforços na consolidação das redes nacionais, em especial o apoio a projetos governamentais, com destaque aos Coletivos Jovens Educadores” (2008: 64).

2.3.5 A facilitação nacional da REBEA

A lista da Facilitação Nacional (FN) – composta pelas entidades gestoras, redes-elos e facilitadores - foi criada durante o projeto Tecendo Cidadania com o objetivo de fazer uma gestão compartilhada da REBEA. Era para se constituir no espaço da comunidade de facilitadores de redes de EA que compõem a Rede Brasileira de EA. Nessa dinâmica, os facilitadores, pessoas e instituições atuariam difundindo a cultura de redes, apoiando a criação de novos nós.

Periodicamente discute-se nas listas aberta e da FN a relevância da existência de uma lista restrita, havendo posições favoráveis e contrárias à manutenção da lista fechada.

EI02

Do ponto de vista operacional, a lista da facilitação é uma oportunidade que temos de avançar no trabalho coletivo, fazendo uma gestão compartilhada da REBEA e estruturando um espaço onde podemos construir nossas deliberações, posições em relação a governança da Rede e nossa política de atuação em relação as políticas públicas e ao cumprimento dos nossos objetivos como coletivo.

Como não podemos estar presencialmente reunidos regularmente, a lista da facilitação é nossa reunião permanente e como espaço diferenciado deve ser respeitado.

Um dos argumentos favoráveis à manutenção da lista de facilitação diz respeito sobre a questão da governança e o desafio que representa a busca por horizontalidade quando se lida com uma rede com tantos membros. Acrescenta-se o fato de que na lista aberta existem diferentes níveis de envolvimento e responsabilidade e as discussões levam um tempo enorme e os consensos são demorados, contrariando a premissa do *território-rede* e do *tempo intemporal*: fluidez e simultaneidade.

EI03

Supõe-se que todos que compõem a facilitação tenham um envolvimento diferenciado com a rede, sua sustentação e desenvolvimento, o que resulta em níveis de complexidade diferenciados de participação na rede. E a lista da facilitação é ferramenta para que seja civil estarmos todos compartilhando a gestão.

Para justificar a manutenção da lista restrita argumentam:

EI04

(...) a maior parte das pessoas não tem noção da rede como padrão e processo. Parece uma coisa meio mágica, espontânea. No entanto, para uma rede funcionar tem todo um trabalho de administração de infraestrutura de comunicação e de gestão de informação, de nutrição de fluxos. (...) Assim, acho que a forma conseqüente de encaminhar a discussão sobre a lista de gestão compartilhada é contextualizando-a no processo de governança. Super legal se fizerem desta forma ao encaminhar para a lista aberta. Caso contrário é assembleísmo, farsa de participação, em que as pessoas serão chamadas a "participar" sobre um processo a respeito do qual não dominam todas as informações.

Essa *posição-sujeito* – que se atualiza em diferentes enredados e inúmeras paráfrases - prevalece e a lista restrita se mantém, mas essa compreensão da necessidade da FN não é compartilhada por todos os facilitadores e pela grande maioria dos membros que se

manifestam e costumam questionar sobre a validade da proposta de gestão que, na prática, repete modelos hierarquizados e verticalizados. Alguns entendem não ser democrático e participativo haver em uma rede espaço onde “alguns podem estar presentes e outros não” (FN, 8/02/2005).

EI05

Como esta lista é democrática, sendo que a maioria dos "REBEAnos" não se encontram neste espaço? Esta lista é somente para alguns. Aqui só participam os chamados dinossauros e os amiguinhos amestrados.

Embora um tanto rude, EI05 verbaliza uma sensação que é compartilhada pelos membros que não têm acesso à lista fechada e permanecem distantes do foco deliberativo. Alguns facilitadores sugerem que as deliberações sobre a gestão que não tenham um tempo determinado devam ser remetidas para a lista aberta da REBEA para deliberação. Outra sugestão é a de criar um sistema de rotatividade na lista fechada porque,

EI06

Os facilitadores das redes estaduais e temáticas são eternamente os mesmos, não ocorrendo um fluxo de novos membros aqui (na FN) e não incentivando, muito menos formando novos animadores.

Estes facilitadores temem que a FN se torne um “gueto de informações privilegiadas” onde poucos prevaleçam sobre a maioria que é informada sobre as deliberações. Essa *posição-sujeito divergente* é atualizada na discussão sobre a função da lista aberta:

EI07

Há uma cultura neste espaço de que as decisões são feitas aqui e a discussão na listona, com perfil democrático e sensato, fica perdida.

A lista da REBEA torna-se mera lista de informação, repasse e muitas coisas que nem sabemos direito porque circulam naquela lista.

Se é enfadonho participar da listona por isso, culpa temos nós, que deixamos as grandes discussões políticas só entre nós e negligenciamos o espírito da rede.

Novamente estamos em tribos urbanas, Olimpo dos deuses, bambambam, CULTURA HEGEMÔNICA! Precisamos aprender a fazer o contra, com o risco de cair na hegemonia de que só poucos se pronunciam e decidem as coisas.

Guarnieri (2004) argumenta que acreditar que apenas os valores e as premissas do trabalho horizontal, democrático e participativo darão conta da efetividade da ação em rede, independentemente da forma de gestão adotada é uma postura ingênua e pode contribuir para a descaracterização do trabalho em rede.

A vontade, a identidade e os objetivos comuns reúnem, aparentemente, os "iguais" - mas, muitas vezes, com o desenvolvimento e o crescimento das redes, questões que antes não faziam parte deste mundo aparentemente tão "igualitário" começam a aparecer. As diversidades culturais, as diferentes maneiras de pensar, de atuar política e socialmente, colocando em conflito hábitos e culturas que vão do clientelismo, do assistencialismo e do centralismo à participação horizontal, podem transformar as redes em atores ineficientes, "pesados" e de poucos. E aí, todos muito ávidos por resultados, passam a agir ou até a transformar redes em associações e organizações piramidais. "Fica mais fácil e ágil", afinal o exercício da democracia é lento, complicado e exige compromisso e responsabilidade de todos. Exige respeito à diferença. Exige alimentação constante do processo, para que ele não se transforme em sua antítese. (GUARNIERI, 2004).

3 NO MEIO DO CAMINHO HAVIA UMA REDE

Para entender o protagonismo de algo deve-se ter como referência quem são os atores envolvidos, como se transformam em sujeitos políticos, que forças sociopolíticas expressam, qual o projeto de sociedade que estão construindo ou abraçam, qual a cultura política que fundamenta seus discursos e práticas, que redes criam e se articulam, quais suas relações com conjuntos sociopolíticos maiores.
 Maria da Glória Gohn

3.1 O ESPAÇO DE FORMULAÇÃO: POSIÇÃO-SUJEITO DOMINANTE

A Rede Brasileira de Educação Ambiental *posiciona-se* em seu espaço de formulação (EF) e assume um discurso sobre seu entendimento da noção de rede e gestão. Os documentos produzidos explicitam opções teórico-metodológicas e tornam-se referências que são reproduzidas por seus membros e por outras redes de EA. Localizo este EF principalmente nos textos que estão disponíveis em seu sítio eletrônico www.rebea.org.br. Uma análise textual prévia remete a um campo multidisciplinar onde sua concepção de rede e educação ambiental é apresentada. Cabe salientar que essas referências foram construídas em um processo ao longo dos anos da rede. Infelizmente a história dessa construção está dispersa em vários textos e, principalmente, na memória dos que participaram deste processo. Como alguns documentos têm diferentes autores e foram elaborados em gestões e tempos alternados, verifica-se uma certa heterogeneidade entre os textos, nem todos sinalizam a mesma compreensão e entendimentos, mas no geral, não apontam posições-sujeitos excludentes. Isso se explica em parte porque a REBEA possui um núcleo de gestão estável e uma tendência a concentração das decisões e direções de sentido em um grupo restrito.

Assim, para compreender a construção do sentido de *rede* assumido discursivamente pela REBEA procuro *pistas* nos textos disponíveis no espaço de formulação, pois compreendo que as disputas e posições-sujeitos divergentes se organizam em torno deste sentido que predomina – o sentido dominante. Em outras palavras, não vou construir um discurso exterior à rede, mapeando a história e os conceitos de rede que existem, até mesmo porque este trabalho já existe¹³. A partir da materialidade discursiva produzida na REBEA pela REBEA – discurso dominante vinculado ao espaço de formulação e discursos divergentes construídos no espaço de interlocução entre os membros – tentar chegar a noção de rede e, a partir da análise, observar a produção de sentidos que ela possibilita e as referências com as quais dialoga.

¹³ Pode-se citar nesse sentido Castells (1999a, 1999b, 1999c), Mance (2002), Lima (2006), Makiuchi (2005), Martinho (2003), Sanchez (2008) entre outros.

O campo semântico do espaço de formulação (EF) da REBEA é caracterizado textualmente por um intenso trabalho de reformulações parafrásicas, onde o *mesmo* é repetido de formas diferentes e passa a constituir a *memória do dizer*, organizando um imaginário de rede fundado na idéia-força de *sustentabilidade, colaboração, diversidade, auto-organização, multi-relações, auto-gestão, gestão compartilhada, autonomia, horizontalidade, multi-liderança, articulação, malha* que podem ser traduzidos na máxima “a REBEA é uma rede de redes”. Este conceito indica inicialmente uma opção por uma forma organizacional que se constrói politicamente para resistir e ser uma opção *contra-hegemônica - as redes sociais solidárias* - cuja característica é a dissolução de poder a partir de processos de auto-gestão e multi-lideranças, num processo de horizontalidade.

A *posição-sujeito dominante* – que associa ao EF - representa o discurso que determina os sentidos que circulam no espaço de formulação e que se mantém na “direção” dos sentidos da rede. Esta posição-sujeito se identifica com o “núcleo de poder” da Facilitação Nacional e com seus aliados na lista de discussão aberta. Embora numericamente inferior, é estável e determina as ações políticas da rede e sua identidade coletiva.

3.2 A REDE DE REDES

EF01

A REBEA é formada pelas **multi-relações** entre instituições e pessoas de diversos setores: organizações sociais, universidade, governo, empresas, entre outros.

A **malha das relações** constitui um ambiente **multi-setorial** de comunicação, com objetivos **compartilhados** para a construção da **sustentabilidade local e global**, e o aprimoramento da educação ambiental. (...)

Constituindo-se como uma **rede de redes**, a REBEA desenvolveu-se no ciberespaço, podendo ser considerada uma **rede virtual** e tem na participação em sua lista aberta, que congrega todos os membros cadastrados, o espaço maior de participação. (...)

Vale salientar que as dinâmicas internas da REBEA estão **focadas nas pessoas e não nas instituições**, as quais são reconhecidas como estratégicas no processo de sustentação, mas não tem peso ou espaço maior que as pessoas nas deliberações e rotinas da rede. Essa característica faz com que participar e operar na Rede, atendendo aos processos de **horizontalização** e aos movimentos da **auto-organização** seja uma experiência de aprendizagem permanente de novo fazer político, tendo como habilidades a serem aprendidas e desenvolvidas: **a colaboração, o compartilhamento, o respeito à diversidade, a autonomia, a insubordinação** (AMARAL & OLIVATO, 2004:2-3, grifos meus).

O sentido de rede expresso em EF1 é uma concepção *à priori* de redes – solidária -, idealizada, “baseada apenas na sua forma aparente” (SANCHEZ, 2008:100) e desconsidera a “lógica de produção de dinâmicas de relacionamento, afastamentos e aproximações, tensões e contradições entre os nós” (idem) característica da rede real. Para Sanchez é

mais importante “observar os processos que levam à articulação em rede que descrever a sua estrutura em si” (ibidem).

A REBEA, para além da idealização, mostra que existe uma distância entre o dizer e o fazer e tem problemas que tornam evidente que a rede solidária só realiza-se discursivamente porque na prática os enredados - no I Encontro com o OG em 2005, com a participação de 43 pessoas e 23 redes-elos - mapearam uma rede caracterizada pela:

- Falta de iniciativa individual e coletiva;
- Ausência do exercício de autonomia;
- Responsabilidade de alguns elos das redes;
- Fragilidade nas estruturas físicas,planejamento estratégico das redes, nos planos objetivos para recursos financeiros;
- Fragilidade na integração entre as redes;
- Não reconhecimento do saber acumulado dos educadores ambientais integrados às redes;
- Necessidade de profissionalização;
- Dificuldades de disseminação das informações;
- Dificuldade de integração de setores;
- Dificuldade na articulação entre as CIEAs e redes;
- Centralidade e fragilidade na capilarização das redes (REBEA, 2008:22).

Em 2008, em nova edição deste encontro – que contou com 67 participantes, de 30 redes locais e diversos membros do OG, o “diagnóstico” atualizado da REBEA é o seguinte:

- Falta apropriação da cultura de redes;
- Falta horizontalidade;
- Falta de informação para atuação em redes e engajamento de elos;
- Ausência de perspectiva de rede;
- Ausência de cultura de rede;
- Falta de participação com comprometimento com a gestão das redes;
- Falta de cultura de redes;
- Falta de unidade na formação política (redes, EA, juventude);
- Falta de reconhecimento das redes por outras instituições e organizações (público e privado);
- Falta articulação entre os vários programas/projetos;
- Falta compromisso articulado das Universidades com a EA ou ambientalização institucional;
- Falta conhecimento das ações;
- Falta entendimento sobre o que é a educomunicação socioambiental;
- Dificuldade de comunicação – poder – descentralização;
- Falta de articulação das redes (REBEA, 2008:72).

3.2.1 O discurso pedagógico da REBEA: a repetição do *mesmo*

Orlandi em *O discurso pedagógico: a circularidade* (1996:15-23), caracteriza o discurso pedagógico (DP) como um discurso autoritário. Por discurso autoritário, entende-se aquele em que não há interlocutores, mas um agente exclusivo (ORLANDI, 1996:15). Ou seja, não é um lugar onde haja diálogo, no sentido de existir um sujeito que fala e outro que ouve e esta situação poder ser revertida: aquele que falou, agora ouve e assim por diante. E não é possível a troca, pois os papéis sociais estão cristalizados. É importante destacar que

a análise sugere que o discurso da REBEA em seu espaço de formulação caracteriza-se como um discurso pedagógico – porque reproduz um certo saber institucionalizado sobre o funcionamento da rede – e autoritário – na medida em que este discurso é referendado como matriz de sentido e não esteja disponível para a problematização, pois já está posto.

Esta matriz de sentidos estabilizados vai sendo incorporada e repetida de várias formas diferentes inclusive ao referir outras redes, inscrevendo-se na configuração típica dos discursos pedagógicos que é a *circularidade*: discursos que se auto-alimentam, repetindo o mesmo sem deixar espaço para a reflexão (ORLANDI, 1996: 15). A repetição de um enunciado discursivo e a regularização de seu sentido passa a constituir a memória discursiva (ACHARD, 1983:238-9 apud INDURSKY, 1997:43). Vejamos como isso ocorre na REBEA, a partir de uma rede de formulação:

EF02

A Rede Brasileira de Educação Ambiental é hoje **uma rede de redes** de educadores. Faz a articulação nacional das redes estaduais e locais. Todos seus facilitadores participam de redes locais ou de núcleos de formação de novas redes (AMARAL, 2004:1).

EF03

A Rede Brasileira de Educação Ambiental é hoje **uma rede de redes** de educadores. Faz a articulação nacional das redes estaduais e locais. (...) Neste sentido, a experiência de implementar a cultura organizacional de rede revela-se uma experiência política transformadora. É claro que a rede simbiótica, ideal, na qual todos colaboram de forma permanente não existe, é ilusória. O que há é um esforço individual e coletivo para a superação da cultura autoritária, um aprendizado permanente querendo construir novas relações humanas (SANCHEZ, 2008: 120).

EF04

Assim, juntas, as redes de EA nacionais, tecem **a rede das redes** que articulam e fortalecem a atuação de educadores e educadoras ambientais (GUERRA 2004 apud GUERRA et alii, 2007).

EI08

A rede é muito mais que uma lista de discussão ou "ajuntamento" de pessoas. A rede é uma forma de entendermos que é possível um outro modelo de organização social. A horizontalidade, multi-referencialidade, autonomia, co-gestão, participação, organização e auto-organização, etc. são elementos que proporcionam a uma organização em rede trabalhar de forma diferenciada.

É esse movimento de repetir o mesmo, modificando-o ligeiramente, que permite organizar-se as redes de formulações parafrásicas que regulam a retomada e a circulação do discurso constituindo a memória discursiva. A constituição da memória pode ser produzida a partir de 3 formas de repetição do saber discursivo:

- a. A repetição empírica,
- b. a repetição formal e
- c. a repetição histórica.

Na primeira há mero exercício mnemônico. Na segunda, já temos uma elaboração, mas que não produz transferência de sentidos. É na terceira forma de repetição, a histórica, que o homem integra o discurso outro em seu discurso. E o faz fazer sentido (ORLANDI, 1996).

Entendo a repetição de esquemas argumentativos característica do trabalho parafrásico da REBEA entre a repetição empírica e a formal, pois em muitos textos há o simples decalque: “recorta-se” o conceito e o “cola” em outro texto sem nenhum tipo de posicionamento. Retomo aqui a idéia de texto como uma *heterogeneidade provisoriamente estruturada*. Ou seja, considero que o sujeito na posição-autor organizou recortes dispersos em diferentes textos e produziu um *efeito-texto*. Esse é o sentido de autoria em AD e é nesse sentido que utilizo o termo “original”, porque entendo que esse *efeito-texto* é por sua vez retomado e atualizado em outros efeitos-texto e aí inicia um trabalho de produção de memória discursiva. Assim, o enunciado EF01 é uma matriz de sentido, a elaboração “original” e é principalmente a partir dessa formulação que se organiza o trabalho de repetição empírica e formal. Neste sentido, EF02 a atualiza. No recorte discursivo EF03 apaga-se inclusive a referência a autoria, evidenciando o trabalho da memória discursiva.

Courtine vai dizer que quando um enunciado retoma um saber, repetindo-o e reformulando-o, atualiza um acontecimento, pois uma formulação origem é re-atualizada e é esse movimento que constitui a memória inscrita na história (COURTINE, 1981 apud INDURSKY, 1997:43-4). Em EI08 e EF04, o imaginário da REBEA sobre a concepção de rede e seu funcionamento é repetido e assumido como matriz de sentido, mostrando como funciona na prática a constituição da memória discursiva. A repetição histórica não está presente no discurso parafrásico da REBEA porque esta pressupõe um trabalho de interpretação e de tomada de posição, a partir da re-contextualização do conceito a partir de novas condições de produção que relacione história e política.

3.3 A ELISÃO DO POLÍTICO: O AVESSE DA REDE

Este fechamento dos sentidos **adia a possibilidade de experiência**, pois aparentemente estes sentidos são apenas “transportados” de um texto a outro, criando um efeito de estereotipia, enquanto do ponto de vista discursivo estes sentidos estão sendo (re)construídos o tempo todo, neste caso, *em uma mesma direção*.

Orlandi ressalta que este movimento de fechamento dos sentidos não se faz aleatória nem “impensadamente”. É uma construção deliberada que, na minha leitura, **elide o político** e submete o sentido ao controle de grupos ao impedir que um espaço de argumentação se instale.

Gesto de interpretação que, não admitindo do que é feito, por isso mesmo não atravessa os efeitos que produz. (ORLANDI, disponível em www.ecoar.org.br, acesso em 19 de maio de 2008).

A elisão do político permite que o espaço de formulação produza *no fio do mesmo discurso* outro campo semântico onde convivem formulações que evidenciam outro sentido

de rede – *redes neoliberais* - onde “o poder é concentrado em algumas conexões, tendo uma arquitetura vertical, piramidal” (MAKIUCHI, 2005). Este outro campo semântico indica que há em todo discurso, uma relação tensa entre o que é “estabilizado e o que é sujeito a equívoco, entre o mesmo e o diferente, entre a paráfrase e a polissemia” (ORLANDI, 1996).

Este campo semântico é formado pelos itens lexicais *gerência, lista restrita, lista aberta, lista fechada, instância gestora, secretaria executiva, coordenadores*. Há um trabalho discursivo intenso visando re-significar ou *significar também* este sentido de rede, incorporando a dimensão de diferentes categorias e responsabilidades, concentrando o poder em grupos específicos:

EF05

Sua **gerência** é realizada on-line, também por **lista de discussão administrada e moderada pela secretaria executiva, restrita aos membros da Facilitação Nacional, sua instância gestora**. Seus elos locais, as Redes de Educação Ambiental, são o espaço do presencial e os centros ou nódulos de maior densidade (OLIVATO & AMARAL, 2004:2).

EF06

Considerando-se a abrangência nacional da rede e a composição da facilitação nacional, a gestão é compartilhada por meio de uma **lista de discussão fechada** da qual participam os **coordenadores** de cada rede que constitui a REBEA, pessoas facilitadoras e instituições que estão envolvidas diretamente na administração e sustentação da rede. A lista foi criada em junho de 2003 e é um espaço de deliberação, discussão, diálogo de questões relativas à gestão da Rede, sendo **moderada e administrada pela secretaria executiva** (OLIVATO & AMARAL, 2004:3).

EF07

Nossa estrutura de gestão compreende **quatro categorias de participação**: entidades gestoras, elos, facilitadores e membros. A diferença entre essas categorias são níveis de responsabilidades diferentes na manutenção e administração da rede (REBEA, 2004a:5).

EF08

Em 2003 (...) houve nova reformulação na estrutura da Facilitação Nacional da REBEA, ampliando-a. A partir dessa reformulação a facilitação ficou composta de entidades gestoras (diretamente envolvidas na manutenção e administração da rede) Redes elos e facilitadores (pessoas físicas e instituições). A participação na REBEA se dá a partir do cadastramento e participação na lista aberta da Rede. A REBEA mantém, além da lista aberta, uma lista fechada para a gestão da rede (REBEA, Oficina de Futuro: 2003).

Essa contradição se explicita se marcarmos as características da REBEA, a partir do espaço de formulação, em texto parafrásico (P1+P2) que reúne as informações sobre a concepção de rede:

<p>P1 – REDES SOLIDÁRIAS A REBEA se propõe a conectar redes de EA em âmbito nacional. A REBEA é uma rede de redes de EA. A REBEA é virtual. A REBEA é caracterizada pela horizontalidade. A REBEA é caracterizada pela multi-referencialidade.</p>	<p>P2 – REDES NEOLIBERAIS A REBEA é caracterizada por uma estrutura de gestão que compreende quatro categorias de participação. A REBEA é caracterizada por uma estrutura de gestão que compreende entidades gestoras, elos, facilitadores e membros. A REBEA é caracterizada por uma gerência</p>
--	--

<p>A REBEA é caracterizada pela autonomia. A REBEA é caracterizada pela co-gestão. A REBEA é caracterizada pela participação. A REBEA é caracterizada pela organização e auto-organização. A REBEA é caracterizada pela colaboração. A REBEA é caracterizada pelo compartilhamento. A REBEA é caracterizada pelo respeito à diversidade. A REBEA é caracterizada pela insubordinação.</p>	<p>realizada on-line. A REBEA é caracterizada por duas listas de discussão: uma aberta aos membros e facilitadores e outra fechada, restrita aos facilitadores. A REBEA é caracterizada por uma por lista de discussão administrada e moderada pela secretaria executiva, restrita aos membros da Facilitação Nacional.</p>
--	---

Como duas idéias tão opostas convivem? Como a REBEA dá conta dessa contradição? Minha hipótese de trabalho vai na direção de processos de silenciamentos. A rede silencia sobre essas (e outras) questões, evitando a polêmica despolitizando e naturalizando a desigualdade e a hierarquia.

Estes textos parafrásicos tornam claro que embora o discurso da REBEA seja afinado com a concepção de redes sociais solidárias, contra-hegemônicas, o discurso assume igualmente um processo de gestão característico das redes neoliberais onde as informações são dispersas em diferentes conexões, porém controladas e concentradas em grupos restritos e isso só é possível, torno a repetir, pela elisão do político.

É importante destacar que quando me refiro à elisão do político refiro ao fato de que estes dois enunciados remetem a diferentes formações discursivas e co-existem sem problematização porque essa ausência de problematização é um *efeito discursivo* produzido pela ausência de reflexão política em torno dos sentidos que a REBEA produz e seus enredados reproduzem. O espaço de argumentação política na rede é negado.

A não-politização da rede ocorre não por uma ausência de consciência política. Ao contrário essa consciência “transborda” e é pelo conhecimento dos efeitos que a inserção do político produz que ele é negado, este é um movimento deliberado para concentrar a direção dos sentidos – e portanto da rede – em determinados grupos que se perpetuam no poder. Ressalto aqui o fato de que não localizo o poder na Secretaria Executiva, embora ela também seja um lugar de determinação de direção de sentidos. Mas minha pesquisa sugere que o poder se concentre na Facilitação Nacional, porque ela é a origem da posição-sujeito dominante.

“Numa rede tem poder quem tem iniciativa” (SANCHEZ, 2008:121). Idealmente, o poder muda constantemente e não se concentra em um só lugar ou em determinado grupo. Quando isso não acontece, a rede simplesmente reproduz a estrutura piramidal com base estendida ao concentrar informações e tomadas de decisões no espaço restrito.

3.4 POLIFONIA E DISCURSO: A DIREÇÃO DO SENTIDO É DETERMINADA PELA IDEOLOGIA

Cabe aqui um retorno ao lingüístico. Ducrot (1987) considera a “possibilidade de

encontrar no interior de um mesmo enunciado a voz do outro, vozes diferentes, ou ainda, vozes em confronto” (INDURSKY, 2000:76). A teoria polifônica de Ducrot quer mostrar como num mesmo enunciado isolado é “possível detectar mais de uma voz, assinalando, em sua enunciação, a superposição de diversas vozes, contestando o pressuposto da unicidade do sujeito falante” (DUCROT, 1987:161-172).

A Semântica Argumentativa considera que em um texto pode-se perceber a fragmentação do sujeito em duas posições - locutor L e enunciador E - e que essas diferentes posições enunciativas veiculam *pontos de vista* divergentes. O locutor L seria uma produção discursiva responsável pelo dizer. É aquele que fala, que conta, que é tido como fonte do discurso. É aquele a que refere o pronome *eu* e as marcas da primeira pessoa. O *enunciador* E (DUCROT, 1987:193 e 202) se distingue tanto do locutor (ser do discurso) quanto do sujeito falante (ser empírico). É a figura da enunciação que veicula diferentes *pontos de vista* de onde os acontecimentos são apresentados. Ele se apresenta como E1, E2, E3, etc., conforme os diferentes pontos de vista que apresenta. Em um *enunciado polifônico* o locutor organiza essas diferentes vozes ou ponto de vista, relacionando-as com E1 ou E2 e ao mesmo tempo posiciona-se, identificando com um ponto de vista e recusando o dizer do outro.

A AD trabalha a polifonia nos termos de um *enunciado dividido*. Courtine (1982:254-62 apud INDURSKY, 1997:39) mostra que existe um “espaço de parafraseagem discursiva, no qual é possível que tanto valores semelhantes quanto valores antagônicos sejam associados ao mesmo enunciado discursivo”. O enunciado discursivo evidencia a contradição que é constitutiva e condição do dizer. P1 e P2 apontam sentidos antagônicos, característicos de FD inscritas em diferentes ideologias, cada uma responsabilizando-se por um dizer e uma direção de sentido – redes solidárias e redes neoliberais. No discurso da REBEA o locutor aparentemente *não toma posição* por um dos enunciadores, orientando o discurso nessa direção, ao contrário, identifica-se e responsabiliza-se *simultaneamente* por E1 e E2 porque “o locutor trabalha discursivamente a textualização, produzindo um *efeito de homogeneidade*, naturalizando um dizer que não é absolutamente natural” (cf. LABREA, 2000:16-27).

Nessa perspectiva, entendo que não posicionar-se é uma *estratégia discursiva* para manter o controle dos sentidos. Todo sujeito é ideológico, todo sujeito tem, portanto, uma posição (e não outra). A enunciação se dá em um contexto de disputa pelos sentidos (e direção da rede) e é por isso que a EF naturaliza sentidos ideologicamente antagônicos.

O espaço de formulação da REBEA organiza essas diferentes vozes para conduzi-las na direção que pretende e esta direção é onde os seus interesses e os interesses de seus aliados são preservados. Assim, o discurso da REBEA no EF não é um mero instrumento de

informação ou de saber institucional e sim um importante construtor de memória que colabora na produção de uma determinada forma de pensar, perceber, sentir e agir no mundo.

Existe um trabalho da interpretação que se fixa, buscando o fechamento e a estabilidade dos sentidos, apagando a contradição. Essa diferença entre o *dizer* e o *fazer* é justificada e explicada a partir do entendimento de que a proposta de organização horizontal que as redes preconizam é um “desafio porque existe uma dificuldade em estabelecer uma rotina de trabalho colaborativo, virtual, que tenha condições de garantir o fluxo de informações, a gestão compartilhada e a decisão coletiva” (REBEA, 2005).

Este conceito de rede é possível porque muito não se diz, apontando que as características da Rede Brasileira são o *silêncio* e o *não-dito*. Esse se distingue entre:

- a. o *silêncio fundador*, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito que relaciona língua e ideologia e
- b. a *política do silêncio* que subdividi-se em *silêncio constitutivo* que indica que para dizer é necessário não-dizer (uma palavra apagas as outras) e o *silêncio local*, que refere à censura – aquilo que é proibido dizer em certa conjuntura (ORLANDI, 1997:23-4).

A censura para Orlandi (idem:12-3) contempla qualquer processo de *silenciamento* – que não é silêncio mas “pôr em silêncio” - que limite o sujeito no percurso de sentido. Considera-se que estar em silêncio é um modo de também produzir sentidos.

Assim, quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que: elas são atravessadas por silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas silenciam. As palavras são cheias de sentidos a não se dizer e, além disso, colocamos no silêncio muitas delas (ORLANDI, 1991:14).

Ao considerar a relação com o silêncio e o não-dito como características fundamentais da REBEA, assumo que ela é uma *rede monológica*, onde há abundância de informação e poucas trocas dialógicas. O discurso da REBEA – em sua posição-sujeito dominante – caracteriza-se por uma língua “de espuma” vazia, prática, de uso imediato, em que os sentidos não ecoam. Ela trabalha o poder de silenciar (ORLANDI, 1997).

É uma língua onde os sentidos batem forte mas não se expandem, em que não há ressonância, não há desdobramentos. Os sentidos se calam. Eles são absorvidos e não produzem repercussão. Se de um lado não se comprometem com nenhuma “realidade”, de outro, impedem que vários sentidos se coloquem para esta mesma “realidade” (ORLANDI, 1997:102).

A REBEA optou por “comunidades diferenciadas”, apagando e silenciando sobre as implicações político-ideológicas de tal opção, e a Facilitação Nacional é encarregada das demandas operacionais da rede, embora reconheça que este processo gera verticalização e

exclusão nos processos decisórios. E assim essa estrutura “esquizofrênica” se naturaliza e passa a constituir o modo de fazer e ser rede da REBEA e a gestão centralizada passa a ser vista como uma *vantagem*:

Apesar das **vantagens** desta solução (Secretaria Executiva e Facilitação Nacional), há uma tendência viciosa de que a secretaria com o tempo passe a constituir um centro forte na malha da Rede, criando fluxos verticalizados que acabam por perturbar o processo de horizontalização. Esta verticalização deriva de uma cultura de subordinação que só pode ser transformada a partir de experiências de autonomia, co-responsabilidade e produção coletiva (REBEA: 2005:4-5, grifo meu).

A questão que a REBEA não responde é: como vivenciar experiências de autonomia, co-responsabilidade e produção coletiva se é vedada a todos os membros o acesso à instância deliberativa? Como criar vários focos de iniciativas e multilideranças se a rede acontece somente para a Facilitação Nacional e a lista aberta é mera lista de informação ou convivência? Como avançar e superar essa dicotomia entre lista aberta e lista fechada?

3.5 A REBEA E O PERFIL DA FACILITAÇÃO NACIONAL: CONECTANDO AS INFORMAÇÕES

A AD parte de um procedimento que pode ser descrito como o trabalho de tornar evidente as condições de produção do discurso: quem diz, para quem, onde e quando, considerando que o que funciona no discurso não são locutores empíricos, mas posições, suas projeções e por isso considera-se também as formações imaginárias. O trabalho analítico tem a ver com mapear os diferentes efeitos de sentido que uma noção adquire em diferentes contextos. Neste sentido, a presente análise evidencia uma inversão: mapeamos noções divergentes – oriundas de FDs que se opõem – que juntas produzem “o” sentido de rede assumido pela REBEA em um contexto específico: no discurso produzido pela posição-sujeito dominante oriunda da Facilitação Nacional.

Até aqui, pode-se inferir uma noção de rede que engloba e naturaliza aspectos conflitantes que se originam em formações discursivas que se opõem e se excluem mutuamente. Voltemos à paráfrase (P1) que congrega os qualificadores da rede dispersos nos diferentes recortes discursivos:

P1 -

A REBEA é uma rede de redes de EA, virtual, que se propõe a conectar redes de EA em âmbito nacional caracterizada pela horizontalidade, multi-referencialidade, autonomia, co-gestão, participação, organização e auto-organização, colaboração, compartilhamento, respeito à diversidade, insubordinação.

Este enunciado foi construído a partir das formulações que compreendem que as redes solidárias são uma resposta à globalização hegemônica e à sociedade em rede neoliberal.

As redes sociais emergem nos últimos anos como um padrão organizacional capaz de expressar, em seu arranjo de relações, as idéias políticas e econômicas inovadoras, nascidas do desejo de resolver problemas atuais. São a manifestação social, a tradução em padrão organizacional, de uma nova forma de conhecer, pensar e estar no mundo. (...) A estrutura horizontal em rede rompe com as relações tradicionais, piramidais, de poder e de representação, possibilitando vivenciar nas relações sociais e políticas as idéias e princípios democráticos. Organizar-se em rede resgata a radicalidade de propostas libertárias e a fé no ser humano como um ser de afetividade e liberdade. Na rede, o poder pessoal, tradicionalmente vivido como poder sobre os outros ou sobre as coisas, expressa-se como potência de realizar objetivos compartilhados. (...) Participar verdadeiramente de uma rede implica em aceitar o desafio de rever as formas autoritárias e hegemônicas de comportamento às quais estamos acostumados e que reproduzimos apesar dos discursos e intenções democratizantes. (...) Como numa rede tem poder quem tem iniciativa, a localização do poder muda constantemente e não se concentra num só lugar. Este fenômeno causa um certo atordoamento, já que estamos acostumados a obedecer ou mandar, a partir de funções fixas, determinadas hierarquicamente. Não estamos acostumados a decidir e compartilhar. Não temos o hábito de conviver com diversos focos de poder atuando simultaneamente e de forma interdependente, compartilhando objetivos comuns, numa só estrutura. (AMARAL in Redes Sociais: conexões, p.4-7).

É possível localizar histórica e ideologicamente a rede a qual se refere P1: rede enquanto organizações descentralizadas que propõem alternância no poder e rompem com as relações piramidais tradicionais, características da sociedade de consumo. Estas redes têm comprometimento com segmentos sociais marginalizados, alternativos, que são ambiental, social, cultural e economicamente excluídos. Elas relacionam-se principalmente com os movimentos sociais que se organizam em torno de paradigmas emergentes caracterizados pela complexidade e o diálogo de saberes e entre diferentes segmentos que prezam suas identidades e singularidade e, portanto, precisam de um novo espaço de poder. Este espaço é a rede social solidária.

Sobre as redes solidárias Makiuchi (2005:126-7) afirma:

A partir de suas práticas e fundamentos estas organizações que emergiram da sociedade civil contribuem para a criação de uma nova cultura, pois questionam a exclusão social, o domínio do mercado sobre as relações sociais no ambiente do privado e do público e a posição do Estado em relação ao mercado e à sociedade. Nesse sentido, o que se coloca em questão é a própria democracia e a necessidade de se instituir mecanismos democráticos onde a sociedade civil possa ter controle tanto sobre o Estado como do mercado. (...) Estas redes vêm constituir-se como verdadeiros nichos comunitários, espaços possíveis para a criação de subjetividades coletivas e pessoais autênticas, isto, é eticamente referenciadas e (...) buscam tornar possível a criação de condições políticas e materiais de vida, o fluxo de informação e formação educacional, balizados pela relação ética de respeito à alteridade.

Essa rede social nega o desejo de regulação - característica das redes neoliberais - que se traduz em regulamentos, burocracias e rotinas:

A dinâmica da rede é uma dinâmica de des-regulação e de coordenação não-hierárquica. A base da ação da rede é a parceria e mais

que regulamentos, cartas de princípios, e outros documentos institucionais, o que faz a rede existir é o trabalho conjunto para realizar alguma coisa que é importante para a comunidade ou conjunto de pessoas que está na rede. (AMARAL in Redes Sociais: conexões, p.8)

E vai além, caracterizando a rede como uma estrutura onde circulam informações. Assim, seus “facilitadores” devem ser lideranças e ter como característica “estimular e manter a conectividade dos participantes e estimular uma cultura de compartilhamento de conhecimento, experiências, informação e ideais” (idem). Para tentar mapear confluências e alteridades entre este perfil desejado e o real da rede, traço o perfil dos facilitadores¹⁴.

Esquemáticamente, os dados apontam um perfil do enredado que participa da Facilitação Nacional:

Perfil da Facilitação Nacional 2003-2008
Entre os 118 facilitadores inscritos, 62 não participam da gestão. Estes 62 facilitadores não mandam nem respondem mensagens eletrônicas.
Entre os 56 facilitadores ativos, 36 enredados enviam ou respondem entre 1 a 5 mensagens eletrônicas anualmente; 8 enredados enviam entre 6 e 10 e-mails anuais; 4 enredados enviam entre 11 a 15 e-mails anuais; 2 enredados enviam entre 16 e 20 e-mails anuais; os 6 restantes enviam mais que 20 e-mails anuais.
Entre os 56 facilitadores ativos, 13 enredados enviam ou respondem a mais de 10 e-mails anuais, destes 10 se mantém estáveis entre 2003-2008.
Os 56 facilitadores da REBEA em geral não se manifestam na lista aberta, exceção feita aos 5 facilitadores que mediam a lista aberta.
Ao longo de 2003-2008 o grupo se mantém homogêneo, havendo poucas mudanças de facilitadores não significativas, pois os novos enredados, em geral, limitam-se a uma participação mínima (um e-mail anual ou somente leitura), mantendo-se mais ou menos estável o grupo que iniciou seu trabalho em 2003 e que, em grande parte, se organizou a partir da Reunião da REBEA “Cultura de Redes” em 2000 no Rio de Janeiro.
A lista de gestão não sofre alterações significativas, não acompanha o crescimento do número de membros e muitos dos facilitadores sequer são membros ativos de redes locais ou estão inscritos na lista aberta da REBEA. A troca fica restrita aos facilitadores entre si.
A facilitação nacional acompanha a tendência verificada na lista aberta que é o <i>silêncio e a não-participação</i> .

3.5.1 O sentido de *facilitador* na Facilitação Nacional: diferença entre o dizer e o fazer

No discurso presente no espaço de formulação da REBEA, os facilitadores são caracterizados como

Pessoas e instituições que atuam na difusão da cultura de rede, apóiam e participam das atividades das redes. São re-editores que atualizam, no sentido de tornar presente, local, informações e iniciativas, adequando-as a realidade presencial. Em cada entidade gestora, em cada rede elo, há o trabalho permanente dos facilitadores. Os membros são as pessoas ou instituições que atuam na área de Educação Ambiental ou se

¹⁴ O perfil completo da FN está no Anexo II. Para não quebrar o fio da narrativa, trabalho aqui apenas com o resumo dos dados.

interessam pelo tema e/ou pela experiência de trabalhar em rede (REBEA:2003).

Para Toro (2005 apud SANCHEZ 2008, grifo meu)

Um facilitador deve ser reconhecido pelo seu grupo e por ele ser autorizado a re-adequar as mensagens interpretando-as, podendo negar, transformar, introduzir e criar sentidos, contribuindo para modificar formas de pensar, sentir e atuar.

Sanchez (2008:123) em seu estudo sobre a REBEA afirma que investir na formação dos facilitadores é um desafio urgente para concretizar a desconcentração do poder e permitir o fluxo permanente de informação.

O perfil dos facilitadores da REBEA afasta-se do ideal de uma rede contra-hegemônica e isso talvez possa ser compreendido se retornarmos ao modo como se deu a organização deste grupo: indicação das redes-elos ou enredados que originaram a REBEA. Os facilitadores que representam redes-elos são atuantes nas suas redes de origem, mas não na REBEA, e isto é um problema no sentido de que se eles são Facilitadores da REBEA, deviam atuar também na REBEA, na lista aberta, *facilitando*.

EI09

Teoricamente todos os (facilitadores) cadastrados deveriam estar na lista aberta, mas nem sempre isso aconteceu por falta de interesse deles. A lista de facilitação é restrita a facilitadores das redes que fazem parte da REBEA, podendo a rede associada indicar de 3 a 5 pessoas para estarem na lista da facilitação. Como essas pessoas são escolhidas é uma questão de cada rede.

Outra questão que surge em relação aos facilitadores diz respeito ao seu tempo de rede. Alguns estão na origem da rede e, mesmo não atuando, permanecem, sugerindo que a Facilitação Nacional é um lugar de *prestígio* e por isso seus membros se tornem reticentes à renovação e alternância de poder.

EI10

O problema com a lista da facilitação da REBEA é que ela não é circunstancial. E acaba abrigando gente que esteve presente no dia-a-dia da REBEA, que foi atuante, mas que agora não é mais. E aí, fazer o quê? Limar estas pessoas? Não é assim tão simples...

EF09

Além da questão da Facilitação "em si", ainda temos que repensar esta lista: temos pessoas aqui efetivamente "facilitadoras" de redes, da REBEA, mas temos também, e não sei em que momento isto aconteceu, até estagiários de ONG...em algum momento temos que voltar a discutir isto...o que é mesmo ser facilitador da REBEA? O que é mesmo estar aqui neste espaço?

A lista de Facilitação Nacional acaba por não praticar a alternância no poder e na gestão, apenas agrega novos atores. O sentido de *facilitador* na REBEA é diferente do sentido sinalizado em Toro (op. cit) tornando possível e naturalizando na posição de facilitador enredados que não facilitam, não compartilham informações na lista aberta, e permite a manutenção de estruturas de poder centralizadoras em uma rede solidária. O facilitador da REBEA não permite a "*dissolução* do poder numa malha reticulada, ao

contrário, organiza-se para concentrar o poder em apenas alguns nós desta rede” como é característica das redes solidárias (cf. MAKIUCHI, 2005).

Este movimento é possível porque a noção de rede da REBEA é idealizada e despolitizada e não representa o real de uma rede social solidária¹⁵. Ela se mantém artificialmente, através do discurso naturalizado – memória discursiva - e encobre relações e organização hierarquizadas e centralizadas, em função do poder não ser distribuído entre os enredados, mas se manter estabilizado porque se concentra em um grupo pequeno, cujos membros são estáveis, pelo menos ao longo do tempo analisado (junho/2003-junho/2008).

Essas relações são constituídas discursivamente. Para Foucault (1979:74), o discurso, é um espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de um lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Este discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber – o saber institucional – é gerador de poder. A produção deste discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência deste poder. Nessa reflexão, é possível pensarmos como se dá este jogo de poder. O enredado é assujeitado, e ele próprio – a partir do seu silêncio e da sua opção pela não-participação - legitima o controle dos sentidos que o espaço de formulação exerce.

Há *duas redes paralelas* compondo a REBEA: a Facilitação Nacional e a lista aberta. A FN e suas características dessa rede foram apontadas acima e é sobre ela que trata, em geral, este estudo.

A lista aberta compõe outra rede, em um sentido antropológico, *rede de convivência ou de informação*, onde sujeitos que buscam estreitar laços identitários se reúnem para troca de informação e debates. Este é caráter da lista aberta: uma lista de informação onde educadores ambientais de todo o país se encontram, trocam textos informativos, científicos, notícias, eventos, cursos, concursos e oportunidades profissionais, e onde ocorrem esporadicamente discussões onde são veiculados diferentes pontos de vista sobre algum tema ambiental. Um aspecto importante é que as discussões da lista aberta não afetam a lista restrita e não provocam mudanças na estrutura de gestão e nos processos decisórios. As duas redes que compõem a REBEA raramente dialogam, pois os membros da Facilitação Nacional não transitam na lista aberta e, mesmo quando estão inscritos, raramente se colocam discursivamente.

Nos termos de Santos, compreendo que a *posição-sujeito dominante* da REBEA se constrói inicialmente como uma *coligação cosmopolita* para organizar ações de cunho

¹⁵Nesse sentido, pode-se conhecer experiências de redes sociais solidárias atuando em Mance (2002) e Makiuchi (2005).

emancipatório. Esta posição-sujeito, unívoca em seus anos iniciais, aspira organizar-se como um espaço de práticas e discursos de resistência contra “as trocas desiguais” (cf. SANTOS, 2005b:68) para dar visibilidade política à questão ambiental. No entanto, a coligação cosmopolita ao expandir-se pode produzir grupos instáveis e problemáticos, sujeitos à “ecologia dos atos” (MORIN, 2002), havendo diferentes concepções de resistência emancipatória em disputa dentro da REBEA e isso “exige dos que nele participam uma auto-reflexividade permanente. Iniciativas cosmopolitas concebidas e criadas com um caráter contra-hegemônico podem vir a assumir posteriormente características hegemônicas, correndo mesmo o risco de se converterem em *localismos globalizados*” (SANTOS, 2006a:440 e 2005b:70) que é caracterizado pela existência de um “vencedor” que “dita os termos da integração e da inclusão” (SANTOS, 2005b:65) ou seja, passa a existir uma *posição-sujeito dominante* ou *hegemônica* que “implica a conversão da diferença vitoriosa em condição universal e a conseqüente exclusão ou inclusão subalterna de diferenças alternativas” (SANTOS, 2005b:66). Este tipo de associação “está longe de constituir uma rede social, mas funciona como meros grupos de pressão que reivindicam coletivamente benefícios de que só individualmente se apropriam” (SANTOS, 2006b:92).

Entendo que a motivação inicial para a constituição da REBEA – unir os educadores ambientais de todo o território nacional em um espaço comum - se transformou em outra coisa e perdeu parte de sua vitalidade. Isto pode ser demonstrado pela sua opção em abrir mão da ação local para as redes de EA enraizadas em lugares geográfico concretos e assumir o *território-rede* e o *espaço de fluxos* como seu espaço de interlocução para tornar-se uma “rede de redes de EA”, virtual. Santos (2005b:72-74) ao mesmo tempo que reforça a necessidade de “lutas globais ou translocais” enfatiza que nem por isso elas deixam de estar “ancoradas em locais concretos e em lutas locais concretas”. Para ele as redes que ocupam um vasto território não serão sustentáveis se “não partirem de lutas locais ou não forem sustentados por elas”. Para ele, “o global acontece localmente. É preciso fazer com que o local contra-hegemônico também aconteça globalmente”.

3.6 NO MEIO DA REDE HAVIA UM CAMINHO DO MEIO – A REDE SOCIAL HÍBRIDA

Mélange, mistura, um pouco disso e um pouco daquilo,
é dessa forma que o novo entra no mando.
(...) Celebrar o hibridismo, a impureza, a mistura, a transformação,
que vêm de novas e inesperadas combinações
de seres humanos, culturas, idéias, políticas, filmes e músicas.
Salman Rushdie, 1991.

3.6.1 Da REBEA para o Estado, o Estado na REBEA

Surge uma nova variável, explicitada em vários recortes discursivos: a origem dos membros da Facilitação Nacional da REBEA e as alianças que promovem determinam

também os sentidos que a rede assume. A REBEA é composta por sujeitos oriundos de diferentes lugares sociais. Os dados da pesquisa sugerem que, entre estes lugares, o mais problematizado é a vinculação de alguns enredados com o Estado. Sanchez – que dedicou sua tese a estudar a relação entre a REBEA e o Estado - compreende que a REBEA é um “movimento social que se articula em rede com a estrutura governamental federal” (SANCHEZ, 2008:99). Como já sinalizei anteriormente, a teoria dos movimentos sociais (GOHN, 1997) indica que a REBEA não é um movimento social, mas uma articulação entre vários segmentos sociais. Retomarei este argumento adiante.

Retornando à origem da FN, ajuda entender esta diversidade se acompanharmos a história dos enredados. A origem da REBEA, como já foi dito anteriormente, se dá no contexto universitário e da militância ambiental na década de 90. Ao longo dos anos, seus membros vão se colocando no mercado de trabalho: ONGs, universidades, empresas e governo (âmbitos municipal, estadual, federal) e permanecem como enredados e compõem a Facilitação Nacional. Sanchez (2008) observa que

Os indivíduos que hoje se encontram no governo federal ocupando cargos de liderança têm suas trajetórias no campo da EA atravessada pela criação da REBEA. Todos participaram da criação da REBEA e estiveram presentes e atuantes na rede em seu início, principalmente, afastando-se ao irem para o MMA e MEC (p.136).

Destaco que, mesmo ao ingressarem no Estado, muitos membros não se afastam da FN e o Estado indica representantes para compor a FN.

Sanchez em sua tese descreve como características dos enredados a experiência acadêmica e/ou militância política em movimentos sociais. Ele distingue 3 grupos distintos de enredados:

1. atores dirigentes governamentais, educadores ambientais com experiência política, ocupando cargos de governo relacionados ao PT (Partido dos Trabalhadores) e com trajetória acadêmica, sendo pesquisadores e professores universitários, altamente qualificados (mestres e/ou doutores);
2. facilitadores ligados à atual Secretaria Executiva são profissionais com intenções acadêmicas, com pouca prática na militância política partidária e não ocupam cargo de governo¹⁶ e fazem parte da primeira geração pós-fundadores;
3. facilitadores e membros da REBEA ligados à gestão anterior e que fazem oposição à atual gestão. Têm experiência político partidária diferente do PT ou, ao menos, se ligados ao PT, em setores diferentes ao que na época pesquisada estava na direção do OG (p.134-5).

¹⁶Atualmente a ex-secretária executiva da REBEA, gestão 2004-2008, é consultora do MMA em Goiás.

Acrescento que também compõem a REBEA os novos membros, educadores que estão ingressando no campo. É interessante notar que essa circulação de enredados em diferentes espaços possibilita convergências e diálogos que de outra forma se dariam em outros termos ou sequer se realizariam.

EI10

A *periferia* é composta pelos novos educadores ambientais, que vêm na rede uma forma de começar a fazer parte do grupo, mas eles não fazem parte da lista de facilitação.

A origem classe média universitária da REBEA é explicitada no recorte discursivo EI11 e ela determina muitas opções políticas da rede, pois os indivíduos que hoje ocupam cargos governamentais são oriundos do movimento ambiental e da academia e na rede atuam muitas vezes como mediadores entre governo e sociedade.

EI11

A REBEA é formada por educadores oriundos da classe média - a rede é virtual, as pessoas precisam de um PC para se conectar. A rede é composta por professores de escolas e universidade, alunos de pós-graduação, ONGs ambientais e funcionários públicos. Essa formação talvez determine o tipo de relação que a REBEA mantém com o Estado.

Essa é uma relação de mão-dupla, pois ao saírem do governo, estes sujeitos retornam ao movimento social de origem (SANCHEZ, 2008:136).

Visto o percentual de participantes da REBEA no período 2002-2004, verifica-se que a afirmação de que a REBEA abarca o universo dos atores sociais – educadores ambientais é falsa.

67% dos integrantes da REBEA no período 2002-2004 é de pós-graduados, **o que evidencia a REBEA como espaço elitizado, assim como a fala da REBEA é a fala de atores sociais definidos** (REBEA, 2008:87, grifo meu).

Marques¹⁷ (2000) ao discutir a relação entre o público e o privado nas redes sociais cria o termo “permeabilidade” para descrever a relação de proximidade entre membros do Estado e dos diferentes segmentos que compõem a rede. Em seu estudo afirma que são as relações pessoais e a estruturação de vínculos entre indivíduos, grupos e entidades que traçam os limites e as interpenetrações entre o público e o privado. Embora em outro contexto e dadas as devidas proporções, pode-se entender que a relação entre o Estado e a REBEA seja “permeável” e que a relação interpessoal entre os membros de um e outro determinem também a qualidade da interlocução. Isso limita, evidentemente, a atuação política da rede.

Sanchez (2008) explica que o movimento ambiental até o final da década de 80 tinha uma função mais política, era um espaço de militância e que a partir da década de 90 o ambientalismo profissionalizou-se e no séc. XXI,

¹⁷ Marques (2000) em sua tese estuda 20 anos de política de saneamento no Rio de Janeiro e verifica que existe um padrão de empreiteiras em licitações e este é determinado pelas relações entre empreiteiros e funcionários do Estado. A essa influência mútua ele denominou “permeabilidade” pois, em muitos casos, o que determina a escolha de um ou outro fornecedor é a natureza das relações entre os envolvidos e não a qualidade ou preço dos serviços.

O movimento ambientalista encontra sua pauta e a sua agenda de ações e reivindicações alinhados com uma perspectiva política que chega ao poder. Portanto, compreende-se a migração de antigos integrantes destes movimentos sociais fundantes, inclusive da REBEA, para as estruturas de governo. O itinerário de vida, de trajetória, se confundem com o próprio projeto de institucionalização da EA brasileira (p.143).

A incorporação de membros dos movimentos sociais em seus quadros pelo Estado, vinculam os movimentos sociais ao Estado, ao mesmo tempo em que “os esvaziam pela migração das lideranças para o setor governamental, tornando-os subordinados e sem autonomia” (idem).

Reigota faz uma análise sobre a relação entre os educadores ambientais e o Estado. Esta análise aponta uma crise da cidadania, aprofundada no Governo Lula:

Os respingos da crise ética e política atingiram os/as educadores ambientais dividindo-nos entre os favoráveis ao governo e os dissidentes. A cooptação de educadores/as ambientais se deu através de apoio oficial, político e econômico, aos projetos e presença no sistema de difusão (publicações, consultorias, direito a participação e voz em eventos) ou convites a conhecidas ONGs na terceirização de serviços e atividades financiados pelos Ministérios da Educação e Meio Ambiente. Muitas ONGs têm atuado como organizações do aparelho ideológico de Estado, e a própria denominação “não governamental” perdeu o seu sentido. A desqualificação pública ou nos bastidores e a exclusão dos/as educadores/as ambientais dissidentes da história do movimento foram os fatos políticos mais relevantes e paradigmáticos (REIGOTA, 2006:20).

A REBEA tem como objetivo influenciar a formulação e implementação de políticas públicas a partir da interlocução com o Órgão Gestor e acaba funcionando como uma “articuladora do governo junto aos movimentos sociais, legitimando-se cada vez mais em função da proximidade com as políticas públicas” (SANCHEZ, 2008:143).

Essa relação onde as fronteiras entre o Estado e a sociedade são tênues e muitas vezes se perpassam, a torna uma rede *híbrida* e esta característica, retomando a teoria dos movimentos sociais, a distancia dos mesmos porque ao acolher sujeitos oriundos da sociedade, do Estado e do mercado cria vínculos que se produzem ações de cunho emancipatório, também produzem regulação e hegemonia.

Santos (2001) ao discorrer sobre o encontro entre sociedade civil e Estado aponta a existência de relações onde “já não sabemos onde está o Estado e onde está a sociedade. Porque neste caso existe o que chamo de *híbrido*. É uma forma de dominação híbrida, na qual está o Estado e também a sociedade.” A hibridização também se refere a processos que resultam do confronto ou coabitação entre tendências homogeneizantes e tendências particularizantes (SANTOS, 2005:46). Na minha leitura, considero que a relação da REBEA/Estado caracteriza uma *rede híbrida* que sofre influências e influencia em certa medida o Estado. Mas o Estado não se transforma em um *híbrido* nessa relação porque o poder de interferência da rede no Estado não é significativo.

3.6.2 Novos Movimentos Sociais e o Estado: um exercício de *tradução*

Neste estudo compreendo que a REBEA se constrói a partir da articulação de diferentes segmentos sociais (movimento social, sociedade civil, Estado e mercado), e a partir da posição-sujeito dominante mantém uma relação próxima do Estado, via OG. Esta caracterização, na minha leitura, a afasta do movimento social e a aproxima do hibridismo. Sanchez tem outra leitura e compreende que a articulação REBEA/Estado é característica dos novos movimentos sociais (NMS).

Há uma nova postura do movimento social parceiro do Estado. Estaríamos observando uma nova configuração política? A indagação faz sentido se observarmos que **governo e REBEA formam um único tecido, na perspectiva dos novos movimentos sociais**. Este tecido é um mosaico, uma outra rede produzida pelos movimentos entre os atores que configuram este cenário. Podemos indagar então: a rede da rede seria um novo *modus operandi* político que teria no cenário, no espaço discursivo da EA, encontrado solo fértil para se manifestar? (SANCHEZ, 2008:148)

Este questionamento parte do pressuposto “de que o pensamento político hegemônico (de esquerda, do governo Lula) estaria alinhado e seria coerente com o que preconiza a EA crítica” (SANCHEZ, 2008: 147) e que “a tendência do Estado contemporâneo é assumir o papel de mediador, onde ele divide com a sociedade o poder de legitimar ações sociais” (idem: p.137) e nessa configuração a REBEA seria precursora de uma nova relação Estado/sociedade. Esta compreensão fundamenta-se no argumento de Santos de que

Sob a mesma designação de estado está a emergir uma nova configuração política mais vasta que o estado, de que o estado é o articulador e que integra um conjunto híbrido de fluxos, de redes e organizações em que se combinam e interpenetram elementos estatais e não estatais, nacionais e globais (SANTOS, 1998:59 apud SANCHEZ, 2008).

Essa interpretação pode ser problematizada, pois parte de três princípios, que na minha leitura, não se sustentam se submetidos a uma análise:

1. A REBEA está inserida no paradigma dos novos movimentos sociais (NMS);
2. A REBEA – e todos seus educadores ambientais vinculados - assumam a *EA crítica* como matriz/referência epistemológica¹⁸ e
3. O Governo Lula concretiza um pensamento político de esquerda.

No caso brasileiro, é necessário um trabalho de *tradução*, nos termos de Santos (2007), porque a simples transposição das características do NMS não dá conta da complexidade dos movimentos sociais contemporâneos do Brasil. Entendo que a organização da REBEA em uma rede aponte uma característica comum com os NMS, mas

¹⁸O próximo capítulo trabalha os sentidos produzidos por um debate protagonizado pela REBEA onde se vê a defesa de duas vertentes de EA, a EA crítica e emancipatória e a Educação no processo de gestão ambiental. Assim, na rede podemos observar que co-existem, ao menos, duas vertentes de EA. Se considerarmos os relatos de experiência que são partilhadas na lista aberta, veremos que esse número aumenta ainda mais.

julgo necessário destacar que a análise demonstra que este espaço é um *híbrido*, tensionado entre duas concepções distintas de gestão, justamente porque hesita em abrir mão do poder e de hierarquias, para isso elidindo o político que é tão caro ao NMS. Nesse sentido, a posição-sujeito dominante da REBEA distingue-se inclusive da comunidade ambientalista brasileira, pois essa trabalha e adensa a discussão política, vinculando justiça ambiental à democracia e demonstra que a identidade coletiva da REBEA se distingue da identidade constituinte de cada membro.

Layrargues dirá que

os educadores ambientais brasileiros têm corretamente insistido em afirmar, ao menos discursivamente, que esta é também uma educação política que visa a participação do cidadão, não deixando o poder decisório à tecnocracia do poder público (2006a:99).

Retomando o que já foi dito anteriormente, na REBEA, a exemplo do que ocorre no movimento ambiental brasileiro, o político abunda e é uma estratégia política sua elisão na rede. Cria-se uma situação paradoxal: **os educadores ambientais ganham poder político para enfrentamentos na sociedade ao se organizar em rede, mas não tem poder político dentro da rede porque o poder se concentra em determinados grupos e este não flui.**

O estudo da história dos movimentos sociais no Brasil sugere que a REBEA não se insere no paradigma dos novos movimentos sociais, embora tenha alguns pontos convergentes com os mesmos. Os NMS são criados em contexto europeu, propondo um novo modelo teórico baseado na cultura (GOHN, 1997:121) com a política tendo centralidade na análise e sendo totalmente redefinida, constituindo uma dimensão da vida social, abarcando todas as práticas sociais (idem: p. 123) e ele está vinculado à classe média europeia e “suas manifestações coletivas contemporâneas que geraram demarcação de suas diferenças em relação ao passado” (op.cit: p. 129).

Gohn (op.cit) entende que o contexto latino-americano diferencia-se do europeu e propõe uma teoria sobre os movimentos latino-americanos que considere as particularidades históricas, econômicas, político-sociais da sociedade. Essa contextualização cria categorias analíticas mais plausíveis do que a mera transposição.

Uma questão importante é distinguir o contexto europeu do brasileiro no caso do movimento ambiental. Na Europa, a luta ambiental se insere no paradigma dos NMS e é incorporada às necessidades culturais da classe média europeia. No caso brasileiro, a dimensão ambiental também é incorporada aos dilemas da classe média, mas não se limita a ela. Segundo Layrargues,

Tudo indica que pelo menos na esfera discursiva, o que se discute no Brasil e na América Latina é diferente da prática historicamente realizada nos países desenvolvidos europeus e na América do Norte (2006a:100).

Lá a abordagem é predominantemente naturalista, focada em campanhas de preservação e aqui embora também exista um segmento mais preservacionista, o foco é integrar aspectos ambientais aos econômicos, sociais e culturais (idem).

No Brasil, a insustentabilidade ambiental é mais uma dimensão das desigualdades sociais, e os grupos socialmente excluídos são os mais atingidos pela devastação ambiental. Não por acaso Boff (2004) vincula o grito da Terra ao grito dos pobres, entendendo-o como duas dimensões de uma mesma problemática. Embora sejam os intelectuais, como é o caso da REBEA, os responsáveis por também fazer chegar as demandas ambientais às esferas de governo e à mídia, a questão ambiental faz parte da agenda dos movimentos populares que lutam por terra, casa, comida, equipamentos coletivos básicos.

Ou seja, necessidades sociais materiais básicas elementares à sobrevivência, direitos sociais básicos elementares. Não há nada de modernidade nessas lutas. Elas são seculares dos excluídos (GOHN, 1997:228).

Neste sentido, a agenda da classe média dos educadores ambientais brasileiros está interligada com a agenda dos movimentos sociais populares e relacionam-se diretamente com os bolsões de pobreza da cidade e do campo (catadores, populações ribeirinhas, excluídos por barragens, indígenas, caboclos, quilombolas, populações tradicionais, extrativistas, coletores, pequenos agricultores, unidades de conservação, etc.). “Os movimentos populares são formas de resistência e nos NMS são lutas pela inclusão e não pela integração social, dois fenômenos sociais distintos” (idem: p.233). Assim, não estamos falando em NMS quando referimos no Brasil à luta ambiental.

(...) A questão ambiental nos países do Terceiro Mundo converge e se complementa com a pauta social, e isso decididamente não pode passar despercebido. Avançado ou não, o que ocorre é que as demandas sociais e ambientais do Sul são diferentes do Norte, e ponto (LAYRARGUES, 2006a:101).

Sobre a hipótese de Sanchez de que Estado e sociedade formam um *único tecido social* é importante entender e distinguir o Estado enquanto uma estrutura das ações que ele promove.

Tamaio (2008) caracteriza os sujeitos que compõem a DEA/MMA como gestores/educadores e em seu estudo privilegia a “relação e materialização da subjetividade trazida das aspirações dos movimentos ambientalistas para a esfera do Estado” (p.18). Os gestores/educadores procuram estabelecer um programa de políticas públicas comprometidos com a transformação emancipatória na transição paradigmática, com características contra-hegemônicas (idem, p.160). Pode-se entender que o DEA/MMA – na

gestão do período estudado - esteve comprometido com processos emancipatórios. Mas não se pode inferir que essa é a perspectiva de Estado, nem mesmo a de governo.

Santos (2007: p.95-6) argumenta que no Brasil a relação entre Estado e movimentos sociais se articulam em nível local – a partir da experiência da democracia participativa -, mas que em nível nacional – na esfera federal – isso não ocorre porque não há articulação política. Os movimentos sociais não conseguem adensar a luta e os partidos no poder mantêm as estruturas inalteradas pois este é um dos pressupostos de sua governabilidade. “A política de meio ambiente está muito a reboque da visão predominante do governo, que adotou políticas referenciadas pelo pensamento hegemônico neoliberal” (TAMAIÓ, 2008: 161).

Assim, se reconhece dois fatos:

1. A política de governo é afinada com o pensamento hegemônico neoliberal e nesse sentido perpetua uma *política de Estado neoliberal*, e
2. Existem segmentos que estão no governo que tentam, através de políticas públicas, produzir ações contra-hegemônicas e organizam um espaço onde a sociedade tem uma escuta.

Essa “parceria”, no entanto, não modifica a estrutura do Estado, transformando-o por sua vez em um híbrido. Além disso, o fato do Estado *responder* a uma demanda social não faz dele um “parceiro”. Responder politicamente à sociedade é a função do Estado. O sentido de “parceiro” Estado/sociedade em Santos (2006a) é na direção de **co-gestão e partilhamento de poder** e essa experiência não se concretiza em nenhum governo no Brasil seja no nível local ou nacional.

Na América Latina o Estado tem sido, e continua a ser, alheio e distante do cidadão, apropriado por alguns, mas não por todos. Suas políticas sociais consolidam a fragmentação social por intermédio de ações compensatórias e populistas que não têm resolvido os problemas de ordem estrutural. A institucionalização dos conflitos sociais tem sido a principal estratégia do Estado para responder aos movimentos sociais. A cada onda de movimento surgem uma série de leis e novos órgãos públicos para cuidar da problemática (GOHN, 1997: p.232- 234).

Para Santos (2005:31), nos países do Sul, entre eles o Brasil, “as mudanças políticas ocorridas nas décadas de 1980 e 1990 têm-se traduzido na aplicação de reformas neoliberais, muitas delas impostas por agências internacionais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional)”.

O Estado no Brasil é capitalista neoliberal e procura, através do atual governo, compor o grupo hegemônico de poder (político e econômico) mundial, estabelecendo uma *política de alianças*. A administração do governo Lula não só assumiu essa característica como a aprofundou garantindo a “sobreposição do econômico sobre o político e permitiu a invasão

do interesse privado na esfera pública” (cf. LOUREIRO, 2008:3, por e-mail). Isso é reafirmado pela “opção do PT no governo de não se organizar como uma democracia participativa em nível nacional” (SANTOS, 2007:95).

A capacidade de auto-reflexão característica da modernidade (GIDDENS, 1991; SANTOS, 2005) é necessária, pois os gestores/educadores precisam se perceber protagonistas de processos emancipatórios que estão sendo realizados dentro de um marco regulatório que é o Estado, estando suas ações sujeita à ecologia dos atos (MORIN, 2002) cujos resultados são por vezes contraditórios e vão em direção oposta ao objetivo original.

3.6.3 REBEA/Estado: o sentido da relação em disputa

O Estado via DEA/MMA vem sustentando sistematicamente algumas atividades da REBEA, seja através de edital do FNMA, da edição da Revista Brasileira de Educação Ambiental, do apoio a eventos, disponibilizando técnicos e serviços, custeando passagens e diárias para encontros esporádicos, empregando enredados em projetos e programas.

A REBEA no período estudado manteve uma relação de dependência financeira com o Estado e tem pouca autonomia em relação ao mesmo, pois não tem sustentabilidade econômica. Ao não criar alternativas, potencializando a ação de seus membros, desperdiça essa experiência e adia a possibilidade de criar fluxos emancipatórios e criativos. Essa dependência é notada e problematizada por membros do Estado:

Eu vejo a REBEA muito próxima das políticas que nós, no governo, estamos fazendo. Em parte porque nós somos sociedade civil também, é muito difícil a gente se tornar totalmente governo, é praticamente impossível.

Mas eu acho que a REBEA está, talvez em alguns momentos, um pouco próxima demais das nossas ações, apesar de que para este VI Fórum nós definimos com muita clareza qual seria a participação do governo federal. (...) Nós consideramos, como OG, o nosso grande objetivo é fortalecer a REBEA, mas que ela se auto-fortaleça. Paralelamente trabalhamos nessa interlocução do governo com as redes e fazer com que elas realmente exerçam este papel de controle social (SANCHEZ, 2008:144-5).

Santos (2006a) argumenta que a sociedade civil pode manter diferentes relações com o Estado, dependendo da qualidade e intensidade na execução de políticas públicas:

Tal papel pode limitar-se à execução de políticas públicas, mas pode também envolver a escolha das políticas e, em última instância, a formação da própria agenda política e pode ser exercido, tanto por via da complementaridade como por via da confrontação com o Estado.

Farrington et al. (1993) distingue três tipos de relação possíveis: o terceiro setor como **instrumento do Estado**; o terceiro setor enquanto **amplificador de programas estatais**; o terceiro setor enquanto **parceiro nas estruturas de poder e coordenação** (SANTOS, 2006a:362-3, grifo meu).

O discurso produzido em *posição-sujeito dissidente* entende que a relação REBEA/Estado situa-se na primeira categoria: a rede como instrumento do Estado, estando a rede “subordinada e sem autonomia, tornando-se uma *agência de projetos*

governamentais” (SANCHEZ, 2008:147, grifo meu) e sendo utilizada “como instrumentos de implementação de políticas públicas” (REBEA, 2008:82) mas que não encontra espaço para pensar junto com o OG a construção dessas políticas. Esta compreensão está expressa em várias mensagens que circulam na lista aberta:

EI12A

A situação de alinhamento com a DEA/ MMA causou profunda erosão na autonomia e identidade da Rede. A falta de clareza política dos que não souberam separar o papel do Estado do papel da Sociedade civil, a instrumentação persistente de todos os processo como tática da DEA, e a convivência por amizade ou interesse pessoais com o que estava acontecendo criaram uma tal situação (...) que os GTs criados , com alguma exceção, não conseguiram cumprir minimamente suas tarefas, o que mostra como a insistência em preservar estruturas e espaços de poder apenas mantém o impasse.

A não-problematização sobre a participação e influência do Estado na rede e a conseqüente *naturalização* dessas presenças, tornando indistintos atores que têm funções sociais diferentes e, muitas vezes, contrárias ao interesse dos movimentos sociais indica que a rede encontra-se na categoria que Santos (2001) denomina hiper-incluídos com seus direitos, informação, deslocação e mobilidade assegurados.

São formas de inclusão extremamente ricas em termos de conhecimento, de interação. Os direitos estão garantidos. É uma sociedade extremamente próxima do Estado, tão próxima que, por vezes, é promíscua. Por exemplo, no caso do domínio das organizações não-governamentais (...) algumas organizações são obviamente sociedade civil, estão regulamentadas pela sociedade civil, mas sua promiscuidade com o Estado é total (SANTOS, 2001: 6).

Os hiper-incluídos atuam junto ao Estado, são *colados* a ele, reproduzindo seus valores e sofrendo suas determinações e sendo muitas vezes, incorporados em seus quadros. Essa compreensão está presente no discurso que representa a posição-sujeito dissidente em diferentes matizes:

EI12B

Na administração Lula a REBEA sofreu um processo de instrumentalização pela DEA e atualmente não parece ter vitalidade para influir (na formulação e implementação de políticas públicas).

EI13

Existe um "silêncio" em torno da relação entre REBEA e OG, talvez pela relação de dependência de recursos. Por essa mesma razão a REBEA não ocupa uma posição crítica e de criação de demandas que lhe caberia.

EI14

A interlocução com o OG foi mais eficiente no primeiro mandato (do governo Lula), pois as pessoas que fazem parte da EA se envolviam mais e lutavam por seus ideais e crenças. O que não acontece na gestão atual, em que as questões ambientais como um todo foram esquecidas para dar lugar a aceleração do crescimento a qualquer preço.

E115

E o que é pior, é que as pessoas que fazem parte do MMA, parecem que esqueceram suas lutas, seus ideais, apenas para permanecer com seu cargo político.

Portanto, não há interlocução e nem interesse de quem faz parte do DEA, seja pelo MMA ou MEC em executar qualquer programa conjunto com a sociedade para a EA, apenas alguns programas empurrados “goela abaixo” para fazer propaganda do Governo, como a sala verde, Conferência do Meio Ambiente, entre outros.

Para Sanchez (op.cit) os enunciados discursivos acima estão associados ao grupo que formava a secretaria executiva na gestão até 2004, caracterizado por uma “postura mais crítica e antagônica” (p.146). Em sua pesquisa Sanchez percebe que na Facilitação Nacional existem dois grupos que se distinguem justamente na compreensão sobre a relação Estado/REBEA. Nesta pesquisa não priorizo a descrição de grupos, mas de *posições-sujeito* e entendo que uma mesma posição-sujeito pode ser ocupada indiferentemente por sujeitos que estão distribuídos entre grupos distintos, a partir de alianças e entendimentos específicos ou temporários. De forma geral, vinculo todos os membros atuantes da FN à posição-sujeito dominante, no que diz respeito à noção de rede. Reconheço que em relação ao Estado co-existam diferentes posições-sujeito na FN.

Segundo Sanchez, a secretaria executiva que assumiu a partir de 2004 era afinada com o DEA/MMA e desenvolveu uma relação descrita como “positiva, salutar, amigável, de parceria e continuísta”(op.cit.:p.145). Esta visão relaciono à posição-sujeito dominante que vê a participação de gestores do Estado na rede como algo intrinsecamente positivo e sem contradições. Ela sinaliza a compreensão de que a rede é potencializada “por envolver tanto instituições públicas, privadas, pessoas, pesquisadores, o pessoal que trabalha em sala de aula, que está fora, que trabalha com gestão, com fomento” (LIMA, 2006:80).

E116

As pessoas que hoje estão à frente da EA nestes órgãos felizmente são educadores. Entendo que esta relação é construída principalmente com base no respeito mútuo e na crença de que é preciso haver espaços de participação para que se faça uma EA verdadeira. Todo cidadão tem o direito – ou mesmo dever – de influenciar nas políticas públicas. As redes devem ocupar este espaço, revelando não apenas aos educadores ambientais, mas a toda a população os caminhos de participação existentes.

E117

A REBEA com certeza fortalece a voz dos Educadores e das Educadoras ambientais brasileiras, pois seguidas vezes percebe-se um certo desagrado ou desconforto quando não são consultados em algumas decisões que foram tomadas e anunciadas pelo OG, e articulam-se para tomarem providências, cobram estas atitudes e são "ouvidos". Com certeza a REBEA colabora para ecoar ideologias dos Educadores Ambientais que cobram tomadas de atitudes do OG quando consideram necessário evidenciando ser um espaço bastante fértil.

EF09

Não consigo ver a REBEA separada entre sociedade civil e governo... Deu a sensação de que o Órgão Gestor não faz parte da REBEA, quando na realidade, muitos foram os fundadores dela na Eco92. No tocante à captação de recursos, sim, aí concordo contigo - somos mesmo muito dependentes do governo às nossas ações.

A relação entre a REBEA e Estado é descrita como uma “parceria” onde as ações conjuntas são quase uma continuidade entre governo e sociedade civil. Os projetos são gestados e criados de forma coletiva a partir de diretrizes selecionadas pelo governo (SANCHEZ, 2008:139). Destaco que a parceria é entendida não como co-gestão e compartilhamento de poder e que as diretrizes são determinadas pelo governo e não conjuntamente. Nos termos de Santos essa relação funciona com a rede ampliando os programas estatais (SANTOS, 2006a).

Em 2008, no Encontro das Redes de EA com o OG, a REBEA constrói uma pauta de reivindicações ao Órgão Gestor.

- Que as linhas de fomento do OG permitam a participação das redes;
- Promover cursos de elaboração de projetos que visem à utilização dos fundos disponíveis;
- Manter um banco de dados atualizado contendo o nome de profissionais e suas habilidades, além das atividades e materiais que cada rede pode oferecer;
- Que haja membros da REBEA e de outros setores das redes de EA nas Comissões do Programa Nacional do Livro didático - PNLD, a fim de priorizar a transversalidade da EA nas diferentes áreas disciplinares e de acordo com as peculiaridades de cada região. Recomendação: indicação da CGEA junto à comissão de avaliação do PNLD;
- Estreitar um diálogo com o OG para o recebimento e distribuição efetiva de suas matérias nas redes;
- Maior participação das redes na produção, de materiais didáticos dentro das comissões;
- Criação de editais de fomento (FNMA, FNDE, e etc.) para criação, produção e edição e publicação de materiais teóricos e didáticos em EA que contemplem todas as regiões. (Editais de fomento a cultura de redes semelhantes ao de 2002);
- Que se mantenham as consultas públicas e que sejam mais acessíveis através de oficinas, reuniões de esclarecimentos;
- Produção dos cadernos técnicos em tempo real;
- Maior presença dos enraizadores em todos os níveis governamentais;
- Tomada de conhecimento de como se dá a discussão dos programas;
- Participação da estratégia nacional de EA para gestão de bacias hidrográficas;
- Participação na elaboração das diretrizes para projetos e programas da EA dentro dos licenciamentos (participação da estratégia nacional de EA no âmbito do SNUC);
- Usar o encontro nacional de comitês de bacias para criar estratégias de EA, planejamento, fortalecimento;
- Reforçar a participação da REBEA nos conselhos nacionais e estaduais afins;

- Maior mobilização da rede para a cobrança dos órgãos municipais e estaduais para o cumprimento da PNEA;
- Rever o papel das redes no SISNEA, com relação aos programas de governo, e redefinir o papel das redes no PNEA e SISNEA e uma organização do SIBEA (REBEA, 2008:126-7).

Pode-se entender que essa pauta solicitando condições gerais para tornar possível a participação da REBEA em instâncias deliberativas indica que existe uma assimetria na relação entre a rede e o Estado: na rede os membros vinculados ao OG têm voz e condições de participação plena, muitas vezes indicando a pauta. Já no Estado, a REBEA ainda está disputando espaço básico. É necessário recuperar o caráter político da REBEA para que essa parceria seja uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que a rede potencializa as ações do governo expressas em projetos e políticas, o governo acolha as reivindicações sociais dos educadores ambientais.

3.6.4 A rede social híbrida: características em transição

Uma dimensão do hibridismo que entendo como característico da REBEA diz respeito a sua relação com o Estado, descrita acima. Outra dimensão, inter-relacionada a anterior, diz respeito aos sujeitos enredados.

Sato (2004) denomina *sujeitos híbridos* aqueles que, vindos de diferentes lugares sociais, encontram um lugar na REBEA. Nessa visão, a rede é heterogênea e essa diferença se manifesta e é reconhecida e acolhida por seus membros:

(...) ao aumentar a ciranda em constante movimento, a REBEA incorpora enormes desafios. Seu potencial de diálogos deve se magnificar para abarcar **múltiplos sujeitos com posições ideológicas diferenciadas, métodos e campos epistemológicos bastante plurais**. Evidenciam-se, também, **sujeitos híbridos** que atuam em **academias e ONGs, ou paradoxalmente, em organismos governamentais e não-governamentais**, misturando as combustões da vida, em busca de oxigênio que alimente os sonhos. A constatação de que os fragmentos necessitavam de aproximação, mesmo em campos opostos e contraditórios, é igualmente revelada nas estruturas científicas, em especial ao movimento da Pós-Modernidade, questionadora dos valores cartesianos da Modernidade, e cuja inquietação provoca o mal estar da hierarquia das ciências (SATO, 2004:123, grifo meu).

Na minha leitura, os sujeitos não são híbridos, são complexos. A rede é heterogênea, mas os sujeitos estão vinculados a um ou outro lugar e na rede (re)produzem discursos condizentes com seu lugar social e para manter seu lugar de prestígio. Hills caracteriza o sujeito a partir da possibilidade de formar e transformar sua identidade pela sua interpelação ou posição de sujeito.

A identidade muda de acordo com a forma que o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida. Ela tornou-se politizada (HILLS, 2006:21).

Retomo aqui o argumento utilizado para explicar que mesmo quando os sujeitos assumem enunciados polifônicos e os naturalizam, este é um efeito discursivo utilizado para manter um certo tipo de estrutura inalterado. Aqui, ocorre o mesmo.

Os sujeitos não são híbridos, eles têm uma posição ideológica e nesta posição ocupam diferentes posições enunciativas, de acordo com o lugar social do momento, ou seja, as condições de produção do discurso. Os sujeitos “híbridos” utilizam duas posições discursivas, a de seu lugar de origem¹⁹ e a de enredados, como se fossem uma só para criar a ilusão discursiva de que poder simbólico de seu lugar de origem não age, *somos todos iguais*. Este efeito determina direções e o controle dos sentidos dentro da rede, sem que se conheçam as vinculações e as hierarquias entre eles. Essa ilusão discursiva gera o silêncio como censura, pois muito não pode ser dito. O desafio é conseguir administrar a alteridade e o poder simbólico que cada espaço traz. Explicitar os lugares, tornando-os claros, elucidando as relações de poder que presidem tanto à produção do mesmo quanto da diferença. Um exemplo dessa sobreposição de posições-sujeito atuando na rede é, outra vez, o Estado onde vemos pessoas públicas irem ocupar funções públicas:

Muitas das pessoas que eram lideranças ativas na rede foram trabalhar no MMA e (...) quando elas saem do espaço público e vão para a estrutura de governo elas não percebem que é um outro lugar, que elas não estão mais como cidadão no espaço público, elas estão dentro de uma estrutura de Estado. (...) É complicado porque você fala como poder de Estado, mas quer ser visto como cidadão sem poder, só com o poder da ação política(...) Eu acho que isso criou uma grande dificuldade entre todos, os que estavam no Estado e os que permaneceram na rede e organizações em conseguirem perceber essas mudanças de papéis (SANCHEZ, 2008:146).

Retomando os argumentos que surgiram na análise, destaco: a REBEA é uma rede *híbrida* porque transita no espaço público e no estatal igualmente e não diferencia deliberadamente funções sociais de atores distintos. O *hibridismo* diz respeito a “rede de redes” ter em sua composição, além de redes, outras instituições (sistema S, Estado, etc.) e educadores ambientais desvinculados de redes locais. A rede é *híbrida* também porque sobrepõem uma rede ideal (P1) a uma rede de fato (P2) e produz um novo deslocamento. O hibridismo não descreve uma rede inteiramente nova, mas reconhece uma nova dinâmica que reconfigura o sentido e as práticas dessa rede social. Existe uma subversão do sentido de rede social e uma apropriação dos fluxos de informação que passam a ser regulados por um núcleo decisório que impede uma possível e necessária transformação nas relações e na distribuição de poder.

A posição-sujeito dominante da REBEA construiu uma noção de rede que está no entremeio, entre duas redes de formulação distintas (P1 e P2), nem neoliberal nem solidária,

¹⁹ Por exemplo, o enredado que está no Estado, fala com o poder regulatório do Estado; o ligado à academia, reproduz o discurso do saber, e assim por diante.

transita entre a regulação e a emancipação, sem optar por nenhuma, é uma *rede social híbrida* onde ainda estão em disputa as suas características, prevalecendo discursivamente uma visão idealizada do potencial da rede. No entremeio significa que a posição-sujeito dominante construiu um sentido particular de rede social, a partir do trabalho com a memória. Essa visão híbrida de rede atenta para as identidades e territórios históricos e enraizados que a rede acolhe e para as relações fluidas da rede, inscritas numa materialidade discursiva virtual que se organiza a partir da elisão do político e de alianças que visam deliberadamente concentrar o poder em um grupo restrito. A *rede social híbrida* possui características que apontam que existe uma resistência do sujeito a mudanças estruturais e à circulação ou diluição do poder. Ela demonstra de modo inequívoco que há uma enorme dificuldade no descolamento dos enredados das estruturas de poder. A REBEA, nessa concepção, está no limite, desejando a emancipação e (re)produzindo regulação.

4. POLISSEMIA E ALTERIDADE: AS VOZES DISSIDENTES DA REBEA

De onde saem as iniciativas, quem propõem?
 Quem enuncia?
 Porque a rede, na verdade, é um espaço de conversação.
 Quem faz os enunciados?
 Quem faz os enunciados te dá uma idéia,
 te mostra quem puxa ação da rede.
 Então se você fizer uma análise, a partir do registro da lista,
 você vai perceber que em todas as iniciativas da REBEA,
 a partir do V Fórum de EA,
 foram iniciativas sugeridas ou acionadas pelo governo.
 Fala de enredado in SANCHEZ, 2008.

4.1 A POSIÇÃO-SUJEITO DISSIDENTE: SUJEITOS EM DISPERSÃO

Mas onde está a alteridade?
 Baudrillard

Vimos no capítulo anterior que a *posição-sujeito dominante* da FD da REBEA, mesmo que produza um *efeito de homogeneidade* no espaço de formulação - e sirva de *matriz de sentidos* que serão posteriormente repetidos, reformulados e re-editados - passa por problematização freqüentemente. O espaço de interlocução da REBEA aponta que a constituição do sentido não se dá sem contradições ou disputas e co-existem diferentes modos de significar os sujeitos e a história porque os discursos são caracterizados pela diferença, sendo atravessados por diferentes posições-sujeito. Contrapondo-se ao discurso oficial, os membros produzem *deslizamentos* de sentido, resistindo à homogeneização e a tendência do EF a estabilizar sentidos.

(...) O campo ambiental torna-se, sobretudo, um lugar de disputas entre concepções, interesses e grupos sociais. Mesmo verificando a repetição *ad nauseam* de uma retórica genérica sobre a importância do meio ambiente, como discurso comum de parte desses atores sociais, não se pode supor um acordo efetivo, que viabilize uma reorientação consistente das relações da sociedade com a natureza. Mais do que um fenômeno que tende à convergência e estabilidade, prefiro tomar essa heterogeneidade de práticas e sentidos em torno do ambiental como um campo social instável, contraditório e multifacetado, que constitui um amplo e diversificado ideário ambiental (CARVALHO, 2006a:59).

Da mesma forma, no EI não há unanimidade e os enunciados se distribuem em diferentes posições-sujeitos – com níveis diferenciados de questionamentos em relação a distância entre o discurso e a prática de gestão de rede da REBEA e tornando evidente que a rede real é muitas vezes o oposto da idéia-força da rede social solidária, sendo uma *rede social híbrida*, como descrita no capítulo anterior.

A *posição-sujeito dissidente* é plural, organiza novas e diferentes posições enunciativas, formando uma nova rede de formulação que se contrapõe à concepção dominante - onde convivem idéias antagônicas não-problematizadas e naturalizadas no processo discursivo, criando um efeito de textualidade - e constitui um outro léxico: *falta de pertença, práticas verticalizadas, cristalizadas, tradicionais, idealizadas, segregação, estagnação e centralização do poder*. Esta rede de formulação apresenta questionamentos

em vários graus de intensidade e níveis de problematização diferenciados. Em comum, somente a resistência do sujeito em se deixar enquadrar.

EI18

Será que a Rede que queremos é a Rede que temos? Será que a Rede realmente se presta (pelo menos atualmente) para a construção colaborativa?

EI19

Sempre me posicionei contra o discurso horizontalizado e prática verticalizada.

EI20

Os feudos se cristalizam no discurso horizontal que esconde práticas tradicionais de formação de grupos que brigam entre si.

EI21

Quando comecei a questionar práticas incoerentes com os discursos de quem comanda a rede eu fui aliado imediatamente e segregado pelos que detinham o poder que está engessado até hoje. Não há renovação, nem troca, nem avaliação dos facilitadores das redes.

EI22

Na REBEA as pessoas estão petrificadas, defendendo cada um o seu território de prestígio, que gera contratos, participação em bancas de pós, publicação de livros, e projetos.

EI23

Sou desrespeitado e enxotado das decisões tomadas numa instância verticalizada na rede que é o grupo da chamada facilitação nacional que no meu entender não facilita nada e se transforma numa instância pétrea de poder, pois não há reciclagem de pessoas. A REBEA é comandada por quem está no poder federal e não aceita discordância.

Destaco que esta *posição-sujeito dissidente* é absolutamente heterogênea em si mesma, não há consensos ou grupos estabilizados e ela sugere que a prática da gestão de redes ainda está em construção e em disputa, sujeita a contradições, pois se existe o engessamento e a perpetuação do poder de um grupo restrito, co-existe também a falta de iniciativa dos membros, acarretando muitas vezes no não envolvimento e comprometimento destes para com a rede.

Conseqüentemente, este fator e a distribuição desigual das atividades e funções dentro da rede geram uma grande institucionalização e baixa horizontalidade entre os integrantes (LIMA, 2006:54).

Os membros em geral não se mobilizam para disputar a gestão estancando o movimento em que o *por-fazer* agregaria sentido à rede em sua materialidade contraditória:

EI24

A secretaria executiva deveria ser um serviço administrativo e de apoio às iniciativas da rede, no entanto isto acaba não acontecendo pelas mesmas razões que os grupos não se desenvolvem: a cultura de autonomia e interdependência, co-responsabilidade ainda é fraca.

EI25

Por uma questão de comodismo a secretaria acaba assumindo papel de representação da rede.

EI26

Outra coisa que influiu é que o espírito de rede, da produção coletiva ainda é baixa e a cultura de subordinação ainda é forte, as pessoas ficam numa zona de conforto e esperam que alguém tome a iniciativa então a descentralização e a horizontalidade não tem oportunidade de acontecerem.

EI27

Não sabemos, exatamente, quais os critérios utilizados para a entrada no grupo de Facilitação, mas estamos sempre dando opiniões, sugestões ou críticas que não sabemos serem absorvidas ou não.

EI28

Não fazemos parte da facilitação por alguns motivos, em primeiro lugar porque inicialmente não fomos convidados. Tem muita incoerência entre o discurso e a prática da rede.

A rede ao mesmo tempo em que fortalece diferentes vínculos identitários dos educadores ambientais e estreita relações entre alguns, também expõe que nem todos compartilham as mesmas referências e valores. No processo discursivo as falas desorganizadas são um observatório que permitem ver este jogo lingüístico-histórico em que o simbólico se confronta com o político e torna evidente a não-politização das relações, dando sentido à rede e permitindo vislumbrar como ocorre o processo de subjetivação, na emergência ou silenciamento de posições-sujeitos divergentes.

A *posição-sujeito dissidente* representa uma posição discursiva que questiona e problematiza a direção do sentido que circula no espaço de formulação, colocando em evidência as ambigüidades e contradições que são naturalizadas na rede. Esta posição contempla sujeitos que transitam entre a lista da Facilitação Nacional e a lista de discussão aberta. **Entendo que esta posição-sujeito é fluida e “habitada” por diferentes sujeitos que não conversam entre si, não se articulam e este é um dos motivos que credito a sua pouca influência dentro da rede.**

Seu discurso é caracterizado pelo questionamento e pela crítica e propõe mudanças e novos procedimentos. Regra geral são ignorados pelo grupo dominante e suas questões não obtêm respostas – **são silenciadas** - e se esgotam em si mesmas, pois não têm o poder de modificar a estrutura. Seu discurso é por vezes (re)apropriado por membros do grupo dominante e assim é *ressignificado*, pois passa a fazer parte de um processo de autocrítica que, até o momento, não levou a mudanças na estrutura e gestão da rede, mas que serve para atenuar a divergência. Exemplos dessa apropriação:

EI29

O que tenho observado é que a proposta de rede sempre foi a horizontalidade, mas parece que não estamos acostumados a isto. Vejo um discurso hierárquico e em outras uma manifestação em prol da participação de todos de forma igualitária.

EI30

Percebo que temos historicamente cometido um grande equívoco, que vem a ser a personalização da REBEA na figura de quem está na Secretaria

Executiva... nós REBEAnos, na maioria das vezes, passamos nossa representatividade para a Secretaria Executiva. (...) precisamos ampliar nossa representatividade, nosso pertencimento a REBEA... Precisamos trabalhar com a lógica de que a REBEA está presente em todas as regiões do país, através das pessoas que fazem parte da REBEA, exercem esta condição de pertencimento... mas precisamos fazer isto funcionar efetivamente... precisamos aprender que se temos um convite para uma representação da REBEA em algum lugar do país, o correto é uma pessoa desta região/estado fazer a representação da REBEA, com isto ampliamos a interlocução da REBEA, fazemos nossa rede mais forte e inclusive economizamos recursos financeiros... mas o mais importante é o fortalecimento de nossa malha de enredados... temos elos da REBEA por diversos estados e região do país, mas não temos exercitado esta dinâmica de inserção dos elos na representação...

EI31

Penso que seria o momento de refletirmos sobre as possibilidades de contarmos com uma Secretaria Executiva colegiada, formada por cinco instituições, uma de cada região do Brasil. Penso que o adensamento e capilaridade das redes de EA demandam atenção e apoio maior da REBEA, desta forma, a Secretaria (executiva) estaria mais perto (fisicamente) das demandas e ações das demais redes de EA.

EI32

A maioria das facilitações dos Grupos de Trabalho estão engessadas e poderíamos também construir o perfil destes facilitadores para que suas atividades fiquem mais claras e eles possam ser substituídos quando não realizarem a verdadeira facilitação.

A fim de explicitar o funcionamento discursivo da *posição-sujeito dissidente* e descrever como os processos decisórios ocorrem na REBEA e o que é decidido coletivamente – e quem compõe este coletivo -, proponho analisar o funcionamento discursivo - e suas filiações de sentido - de um episódio recente que ficou conhecido na rede como “a Carta da REBEA”.

A questão de pesquisa neste capítulo é descrever e compreender os processos decisórios da REBEA, relacionando-o à *posição-sujeito dissidente*, mas os recortes discursivos evidenciam outros efeitos de sentido circulando na rede que são importantes descrever. Este episódio, para além de ser exemplar dos processos decisórios da rede, explicita a vinculação da REBEA com o Estado, cujo estudo iniciei no capítulo anterior, bem como retoma a questão sobre a co-existência de diferentes vertentes de EA na rede, e pode-se refletir criticamente sobre os sentidos que (re)produz.

4.2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA CARTA DA REBEA

Em 13 de maio de 2008 Marina Silva demitiu-se do cargo de Ministra de Estado do Meio Ambiente, após vários embates perdidos para vincular a questão ambiental ao desenvolvimento econômico no Governo Lula. Marcelo Furtado, diretor de campanha do Greenpeace, afirma que a Ministra ao se afastar do governo, sinaliza que o mesmo não tem mais interesse na questão ambiental.

Se olharmos o histórico de como as coisas estavam acontecendo, isto é mais ou menos a crônica de uma morte anunciada. Porque você tem todos os sinais do governo Lula na contramão da sustentabilidade. O governo Lula liberou transgênicos, retomou o programa nuclear brasileiro, está promovendo a Angra 3, mais não sei quantas usinas nucleares no Brasil, está sujando a matriz elétrica, trazendo termelétrica no lugar de energias renováveis. Governo Lula está fomentando desmatamento da Amazônia, ao invés de fazer ação coibitiva.

(FURTADO http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI2884843-EI6578_00.html acesso em 10 de agosto de 2008)

Para ele, e para grande parte do movimento ambiental, o que motivou a demissão de Marina Silva foi a passagem – e o que ela simboliza - da gestão do plano Amazônia Sustentável ao Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger.

O PAS tem por função orquestrar e coordenar um processo que viabilize o desenvolvimento sustentável de 60% do território brasileiro, da maior floresta tropical e biodiversidade biológica do planeta, da maior diversidade cultural do Brasil. E, na hora de você operar esta agenda, o Meio Ambiente não é visto como o ministério que pode fazê-lo. Na hora em que se constrói uma visão de integração entre o governo e esta biodiversidade cultural, o ministério não é mais visto como o que pode gerir isto. Esta questão tem a ver com a visão do governo sobre qual é o papel do MMA. Nesta visão, é só para fiscalizar, criar unidade de fiscalização. Não é dialogar, no contexto do governo, na busca de soluções sobre o desenvolvimento sustentável, que dêem ao Brasil condições para explorar suas potencialidades. (CAPOBIANCO em entrevista a João Domingos, e-mail da REBEA em 30 de maio de 2008).

Uma parte da equipe de Marina Silva acompanhou o gesto da Ministra e pediu demissão, fazendo fortes críticas ao governo. João Paulo Capobianco, ex-Secretário Executivo do MMA, (idem) disse que a questão ambiental nunca foi considerada importante pelo governo. E que a situação se agravou depois que as ações punitivas do ministério começaram a interferir na economia. Neste momento o governo Lula defendeu que as funções do ministério deveriam ser pequenas, de fiscalização e controle e licenciamento. Para o secretário executivo, o MMA transformou-se em um ministério de 2ª. categoria.

O MMA não era mais capaz de oferecer opções e vantagens para o interesse nacional. Era como se tivéssemos um ministério que não era parte da solução. Este é o dilema mais grave. A questão ambiental não era vista como um elemento de vantagem. Mesmo num momento de crise ambiental que o planeta vive, das mudanças climáticas, da crise da biodiversidade, da perda das florestas - e o mundo vive a questão ambiental numa intensidade jamais vivida -, o País que tem o maior ativo ambiental do planeta não considera este ativo e a sua gestão como algo que pode contribuir para o desenvolvimento do País, ajudar nas soluções que o País procura corretamente. O MMA foi relegado às funções pequenas do ponto de vista de sua importância: licenciamento, fiscalização e controle. (ibidem).

4.2.1 As duas Cartas de apoio: sentidos que se transformam em outro a partir da posição de sujeito dominante

Neste contexto, surge um e-mail convidando os educadores ambientais a se posicionarem sobre a saída da Ministra e divulgarem o fato, problematizando-o:

Lamentamos profundamente a saída da nossa ministra Marina Silva. Entendemos que o Brasil perde com isso e a corrente desenvolvimentista ganha força. O que está em jogo? Quem ganha com isso? Como reagirá o movimento ambientalista e os educadores ambientais? Para além de divulgar o fato penso que poderíamos nos posicionar. Ressaltamos a coragem e a hombridade de Marina são exemplos de força e de uma postura ética comprometida com a sustentabilidade da vida. (Fonte: <http://br.groups.yahoo.com/group/6forum/message/745>)

Daí surge também a idéia da REBEA manifestar-se *apoiando a política exercida pela Ministra, validando suas ações e valorizando seu trabalho*. Alguns enredados apoiaram esta iniciativa, sugerindo que a Secretaria Executiva da rede escreva a Carta.

A lista inicia uma discussão incipiente para organizar este apoio, mas **a idéia inicial da Carta é ressignificada, ocorre um deslizamento de sentido e passa-se de um apoio amplo e generalizado a um apoio setorial, focando especificamente a manutenção do diretor do DEA e sua equipe**. Passa-se de um apoio valorizando o gesto da ex-ministra de sair de um governo que não prioriza a questão ambiental à necessidade de permanência da equipe do DEA para manter uma política funcionando. Localizo esta passagem de um sentido a outro no seguinte recorte discursivo onde o enunciador utiliza o pronome indefinido “alguns” para ao mesmo tempo colocar sua ação dentro de um coletivo e diluir a responsabilidade pelo dizer:

EI33A

Alguns colegas educadores ambientais que vivem em Brasília, dos quais me incluo, estão em diálogo constante e, como todos, preocupados com as possíveis mudanças na condução das políticas de EA que vêm sendo implementadas pelo Órgão Gestor da PNEA, em especial pelo MMA, dada a saída da Marina. (...) A idéia é acionarmos e mobilizarmos pessoas, compartilharmos idéias e tudo mais que estiver ao nosso alcance para contribuirmos para a manutenção do Marcos Sorrentino na Direção do DEA, e conseqüentemente, da manutenção das políticas de EA em curso.

Para situar este deslizamento de sentido no contexto amplo, retomo as condições de produção iniciais. A demissão da Ministra Marina Silva gerou grande repercussão em geral e, especificamente, no movimento ambiental que entendeu que após embates perdidos e desgaste geral no governo a Ministra e ambientalista reconheceu que a política de governo optou pelo desenvolvimento econômico em detrimento do ambiental. Neste cenário, o núcleo de sua equipe demite-se junto com ela.

É sugerido, por um membro do governo que dialoga com as redes, que a REBEA se posicione e publicize sua solidariedade à ex-ministra. Esta Carta tem como finalidade apoiar e ser solidária à ex-Ministra Marina Silva. O enunciado EI33 acima configura novas informações que modificam a idéia inicial: não mais uma carta de apoio à ex-ministra, mas uma carta solicitando a permanência da equipe do DEA para que as políticas de EA não sejam alteradas. Ou seja, uma *outra* carta acaba sendo proposta.

A fim de demonstrar o deslizamento de sentido, a partir do espaço de interlocução, utilizo paráfrases (P3 e P4):

<p>P3 - Carta da REBEA I</p> <p>Onde a rede posiciona-se em apoio a Ministra Marina Silva (não está claro se a Carta é para a Ministra ou para o novo Ministro).</p>	<p>P4 - Carta da REBEA II</p> <p>Onde a rede solicita a permanência da direção do DEA/MMA ao Ministro Carlos Minc.</p>
---	---

EI33 vincula a manutenção de uma política pública de Estado à permanência de uma equipe específica, “esquecendo” que estas políticas são resultado de um processo que define o campo ambiental e não iniciou na gestão do DEA (2003-2008), embora tenham sido aprofundadas e qualificadas nesta gestão, e que conta com legislação reguladora. Ou seja, é legítima e, como tal, não depende de pessoas específicas para realizar-se, mas de estruturas definidas dentro de uma visão macropolítica. Sotero (2008:101) afirma que uma política pública é formada por um plano, programas e projetos, além de ser estabelecida por uma lei. Pode-se inferir, portanto, que a EA no MMA não está vinculada a permanência ou não de determinada equipe, mas faz parte da estrutura de governo.

Sanchez complementa:

A EA pode ser pensada como instituição. (...) O seu histórico político levou-a a se tornar uma estrutura integrante inclusive da macroestrutura de governo, (...) além do seu estabelecimento formal pela Lei 9795/99 e pelo decreto 4281/02. As estruturas criadas e estabelecidas em instâncias físicas, espaços, escritórios, cargos, enfim, formam um ambiente formal, instituído, onde se reforçam e expandem costumes, interesses, etc. A EA, possivelmente, configura-se hoje, inclusive como um nicho de atuação política (SANCHEZ, 2008:86).

Seria legítimo, no entanto, uma mobilização para manter a equipe do DEA pelo fato dela ser afinada com o movimento ambiental e suas políticas refletirem o diálogo que se instaurou a partir desta gestão. A rede se mobilizar para manter essa equipe se justifica também porque a direção do DEA é fundadora da REBEA. O trabalho do DEA, como aponta Tamaio (2008) leva para a estrutura de Estado um modo de fazer gestão e políticas públicas fundado no diálogo e na crítica, buscando criar condições para que a sociedade produza processos emancipatórios. Na minha leitura, a estratégia de defender a permanência da equipe do DEA, vinculando-a a manutenção de políticas foi um equívoco. Defendê-la a partir de afinidades e afetos, explicitando a ligação existente entre membros da REBEA e DEA/MMA, traria ao cenário a dimensão subjetiva/efetiva e é esta que realmente provoca a mobilização.

O deslizamento de sentido – de carta apoiando o trabalho da Ministra Marina Silva à carta solicitando a permanência da diretoria do DEA - passa “despercebido” e não é problematizado pela REBEA. A Secretaria Executiva sugere que algum enredado faça uma

proposta de carta e que esta seja discutida em todas as redes da malha da REBEA, a partir da adesão espontânea de cada elo.

EI33A representa a *posição-sujeito dominante*. Justifico esta filiação porque este recorte discursivo é produzido por um membro da Facilitação Nacional, pertencente ao Estado, sua argumentação não encontra resistência entre os outros membros da FN - como veremos adiante -, sendo assimiladas sem questionamentos ou problematização pelos outros membros da FN que organizam a matriz de sentidos da REBEA.

4.2.2 A Carta da REBEA: primeira versão

Respondendo ao convite da Secretaria Executiva um enredado propõe um texto para a Carta:

EI34A

PELA CONTINUIDADE DAS AÇÕES ESTRUTURANTES E ESTRUTURADORAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Carta dos educadores e educadoras ambientais ao novo Ministro do Meio Ambiente, companheiro ambientalista Carlos Minc.

A educação ambiental desde 1988 com a Constituição Federal passou a ser um direito social fundamental do povo brasileiro. O artigo 225 da Constituição, bem conhecido dos ambientalistas, diz que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações e para assegurar este direito cabe ao poder público promover a educação ambiental (...)". Além de ser um direito de todos, a educação ambiental tem, desde 1999, status de política nacional sendo disciplinada pela lei 9.795/99.

A lei da educação ambiental como ficou conhecida, entre outros elementos, trouxe um aspecto fundamental para a gestão da política de EA ao criar a figura de um Órgão Gestor (OG) para sua coordenação, afinal trata-se de tema de competência de mais de um ministério. Neste sentido, cabe a coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) ao Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. Embora criado em lei desde 1999 e regulamentado desde 2002, por meio do decreto 4.281/02 o Órgão Gestor da PNEA passou a existir efetivamente a partir de 2003, após sua instalação no início da primeira gestão do Governo Lula.

A instalação do OG foi um marco na política de EA, pois a partir daquele momento as ações entre MMA e MEC passaram a ser pautadas pela cooperação e complementaridade e pela clareza de atribuições entre as duas instituições. Para alguns a instalação do Órgão Gestor pode parecer um simples ato burocrático, contudo, podemos afirmar que contribuiu efetivamente para a EA, sendo o primeiro passo para uma série de ações estruturantes relativas à política de educação ambiental, entre elas podemos citar:

- Enraizamento da Educação Ambiental: tratou-se do fortalecimento das estruturas de educação ambiental nas Secretarias de Educação e Meio Ambiente nas unidades da federação, incluindo a criação e/ou fortalecimento, pautadas na democracia e participação, das Comissões Intersetoriais de Educação Ambiental – CIEAs;

- Conferências de Meio Ambiente: a EA nas três edições da CNMA versão adulta foi o tema que contou com o maior número de participantes. Nas duas edições da Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente foram envolvidas milhares de escolas e a partir desta grande mobilização ocorreram várias ações como a formação de professores, o estímulo a

criação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, além da Agenda 21 na Escola, entre outras;

- Juventude pelo Meio Ambiente: criação de coletivos jovens pelo meio ambiente nas unidades federativas com o intuito de atuarem e promoverem ações socioambientais. Este programa, além do foco na atuação e ativismo juvenil, pautou-se também na formação dos jovens por meio de três encontros nacionais e de processos a distância. Cabe destacar que o tema meio ambiente foi elencado como a quarta prioridade na Conferência Nacional de Juventude;

- Coletivos Educadores: programa de formação de educadores ambientais populares por meio da mobilização e organização das instituições com competência ou potencial formador em um dado território. Trata-se de uma ação de formação que leva em conta os saberes locais e contribui efetivamente para a organicidade das ações e atores do campo da educação ambiental e do socioambientalismo em um espaço comum;

- Fortalecimento das Redes de EA: apoio integral na organização e financiamento do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, evento central para as Redes de EA, cuja realização da última edição (IV Fórum) havia ocorrido em 1997, além de apoio no que tange a organização da VI edição do Fórum, previsto para ocorrer no Rio de Janeiro em 2009. Realização em 2005 do I Encontro das Redes de EA com o OG e previsão e organização para 2008 do II Encontro das Redes de EA com o OG. Organização em 2006 do V Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental que contou com mais de 4 mil educadores ambientais brasileiros, além de delegações de mais de 15 países;

- Financiamento da EA: embora o artigo que tratava da fonte de recursos para a implementação da PNEA tenha sido vetado em 1999, podemos observar o crescimento dos recursos para a educação ambiental a partir de 2000, ano em que a educação ambiental passou a integrar o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal por meio de um programa. O crescimento observado ainda é tímido, mas alguns esforços neste sentido são visíveis como o estabelecimento de emendas (ao orçamento) parlamentares junto ao Congresso Nacional, o programa Educação de Chico Mendes que garantiu recursos para escolas junto ao FNDE e, sobretudo a relação estabelecida junto ao FNMA para a constituição da Rede Brasileira de Fundos Socioambientais cujo tema prioritário para o financiamento foi a educação ambiental;

- Estabelecimento do SISNEA: proposição junto aos educadores e educadoras ambientais brasileiros do estabelecimento de um Sistema Nacional de Educação Ambiental, capaz de propiciar organicidade entre instituições e atores do campo da EA no sentido de potencializar suas práticas. Trata-se de um sistema que perpassa e fortalece o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e os sistemas de ensino, públicos e privados;

- Ressaltamos que existem inúmeras outras ações e resultados neste período como o fomento às Salas Verdes; o fortalecimento das relações internacionais, sobretudo junto aos países latino-americanos e países africanos de língua portuguesa; o efetivo lançamento do Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental (SIBEA); a elaboração de várias publicações como Encontros e Caminhos e Identidades da Educação Ambiental Brasileira.

Portanto, sabedores dos avanços conquistados nos últimos cinco anos no campo da educação ambiental enquanto política pública e sobretudo sabedores dos desafios que estão postos para esta área tendo em vista as mudanças ambientais globais decorrentes de um modelo de desenvolvimento absolutamente insustentável, nós, educadores e educadoras ambientais, **solicitamos a manutenção e o fortalecimento das ações desenvolvidas pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, bem como a manutenção da equipe que a compõe.**

Além disto, assim como aprovado no âmbito da Comissão Intersetorial de Educação Ambiental do MMA (CISEA) formada pelas secretarias e vinculadas, solicitamos que a educação ambiental seja efetivamente transversal no Ministério do Meio Ambiente, bem como em suas instituições vinculadas, contanto com estruturas fortes e dinâmicas, capazes de empreender processos de educação ambiental.

Cabe destacar neste contexto, a necessidade urgente da (re)institucionalização da educação ambiental no IBAMA e a criação de estrutura de EA no ICMBio, tendo em vista os serviços prestados à educação ambiental pelo IBAMA e o potencial de ação de suas estruturas descentralizadas – Núcleos de Educação Ambiental (NEAs). Ressaltamos que devem ser levados em consideração, no que tange a (re)institucionalização, os resultados do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (GTEA) do IBAMA, instituído pela Portaria IBAMA n.147, de 22 de fevereiro de 2008.

Desejamos ao novo Ministro e sua equipe muita paz e força, e estaremos ao seu lado, assim como estivemos com a companheira Marina Silva, na busca de uma sociedade sustentável.

Brasil, maio de 2008.

O conteúdo desta carta concretiza e materializa discursivamente o *deslizamento de sentido* ao focar aspectos referentes ao trabalho realizado pelo DEA na gestão da Ministra Marina. É “esquecida” e “apagada” a intenção original – apoiar e valorizar a política da Ministra Marina Silva, revelando que sua saída do MMA sinaliza uma compreensão tacanha ou apequenada por parte do Governo Lula do papel da questão ambiental no cenário político e econômico brasileiro. A ex-ministra e sua política não são mencionadas explicitamente no texto.

Esquema argumentativo da Carta da REBEA:

Marco regulatório Constituição Legislação ambiental OG PNEA
Ações do DEA/MMA Enraizamento da EA CNMA Juventude e MA Coletivos Educadores Redes de EA
Financiamento de EA
SISNEA
Manutenção e fortalecimento das ações desenvolvidas pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, bem como a manutenção da equipe que a compõe.
CISEA
Reinstitucionalização da educação ambiental no IBAMA e a criação de estrutura de EA no ICMBio, tendo em vista os serviços prestados à educação ambiental pelo IBAMA e o potencial de ação de suas estruturas descentralizadas – Núcleos de Educação Ambiental (NEAs). Considerar os resultados do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (GTEA) do IBAMA, instituído pela Portaria IBAMA n.147, de 22 de fevereiro de 2008.

Esta Carta mapeia um cenário sem contradições, de conquistas e avanços por parte do DEA, ignorando o contexto de disputa e de perda de território que caracterizou a gestão da Ministra Marina Silva dentro do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva. E

desconsiderando que esta política de EA também se estabeleceu a partir de embates e disputas dentro do MMA e suas vinculadas – IBAMAs. Neste texto tampouco está descrito o papel da REBEA e do movimento ambiental na formulação e implementação das políticas públicas. As redes e os ambientalistas são mencionados em virtude de acesso a verbas públicas para projetos e eventos. O texto vincula a reestruturação da EA do IBAMA ao GTEA.

As manifestações que surgiram na REBEA são favoráveis à Carta – adesão, sem comentários, questionamentos ou problematização do sentido do texto²⁰. Nenhum enredado questionou as omissões da Carta seja no que tange ao apoio inicial à Ministra Marina Silva, seja do papel das redes e sua relação com o Estado ou qualquer outra questão.

O único questionamento que surge - problematizando a vinculação da EA no IBAMA ao GTEA -, vai iniciar uma discussão na rede, explicitando que entre os enredados vinculados ao Estado não existe consenso sobre a questão da EA praticada no IBAMA e que a Carta é uma *versão* e como tal está sujeita a disputa pelos sentidos. Este recorte discursivo adere em todas as proposições da Carta, com exceção de um aspecto:

EI35A

Importante iniciativa, precisando ainda de correções em alguns adjetivos, talvez um pouco exagerados.

Discordo apenas - mas veementemente -, de se levar em consideração o relatório do GTEA do IBAMA.

Optou-se deliberadamente neste relatório por omitir todo e qualquer compromisso com a consolidação das diretrizes e ações da Educação Ambiental pela Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM).

O efeito disto é que o documento contribui com a potencialização dos danos negativos na EA do órgão causados pela divisão do IBAMA.

Com a omissão, o GT contribuiu, na melhor das hipóteses, para a fragilização de uma experiência construída coletivamente por quinze anos; na pior das hipóteses, colocou-se contra os acúmulos da Educação no

²⁰ “Lindo texto emocionante.”

“O texto está ótimo e representa também o meu pensamento.”

“De acordo com o conteúdo do texto.”

“Oi!!! De acordo com conteúdo.”

“(…) tudo bem quanto ao texto... se for ter uma lista de assinantes, por favor, inclua meu nome (…)”

“Considero excelente a proposta de texto e assino pessoalmente e como líder (…)”

Em sua quase totalidade é este o nível de participação e adesão à Carta. Respostas mais elaboradas partem de enredados vinculados ao IBAMA e ao GTEA:

“Compartilho da opinião do texto de que o advento da DEA/MMA e a sua articulação com a CGEA/MEC através do Órgão Gestor têm colaborado para que de fato a EA defina seu espaço nas estruturas do Estado Brasileiro, de forma articulada, e efetiva. Entendo que a manutenção da atual equipe da DEA, pelo novo Ministro, é de uma importância extrema para consolidação de importantes políticas públicas de EA em andamento. No que me cabe, ratifico o que está colocado pelo texto, e apelo aos colegas que manifestem rápido sua opinião sobre o mesmo. Isto se quiser, de fato, causar alguma influência nas definições que se aproximam. Aliás, elas já estão a bater em nossa porta, pois o Minc foi nomeado no DOU de hoje e logo mais a tarde é a sua posse!!!”

Fonte: <http://br.groups.yahoo.com/group/REBEA/message/>

Processo de Gestão Ambiental. Em tempos em que se diz que o importante é fortalecer a EA em todos os cantos do país, isto parece contraditório.

Caracterizo esta posição-sujeito como *dissidente* porque ela produz o **único** questionamento sobre o conteúdo da Carta na rede. O campo ambiental (CARVALHO, 2002), como já mencionado anteriormente, é formado por um grupo heterogêneo que compreende diferentemente a relação entre sociedade e natureza e o papel educativo neste contexto. Na formação discursiva que compõe o discurso da REBEA situamos sujeitos que, muitas vezes, só tem em comum o fato de trabalhar com educação e meio ambiente. É um gesto de interpretação reunir na FD da REBEA sujeitos que estão vinculados a diferentes redes de formulação inscritas em diferentes FD que, juntas, compõem o campo ambiental. A FD é um espaço de dispersão, de movimento, de alianças temporárias e por isso causa estranheza que em uma rede de 600 educadores não exista problematização e apenas a mera adesão ao documento.

Pode-se entender que **EI35A coincide em todos os aspectos com a posição-sujeito dominante, com exceção de considerar o Relatório do GT do IBAMA**. Esta não-coincidência do dizer vai marcar uma posição ligeiramente diferente de EI33 e EI34 e possibilitar que emergja um novo sentido para o relatório do GTEA: fragilizar a experiência já desenvolvida durante 15 anos no IBAMA a partir da extinta CGEAM. E este efeito de sentido instaura uma posição-sujeito dissidente. Compreender que a posição-sujeito dissidente é construída a partir de uma contraposição a uma posição-sujeito dominante inicial permite compreender que os sentidos não são fixos, eles circulam e se tornam outros a partir de uma posição enunciativa. Ou seja, não compreendo que existem 2 ou mais *grupos organizados* disputando o poder na REBEA, mas que sim existem posições de sujeitos e a partir do trabalho de interpretação o sujeito se coloca em uma (e não em outra) posição. Como se verá adiante, membros tem interpretações que coincidem com as dos facilitadores, facilitadores divergem entre si, membros não compartilham as mesmas posições enunciativas... No discurso, tudo é movimento de sentido.

O Relatório do GTEA foi anexado aos arquivos da REBEA e ele não foi objeto de comentário crítico de qualquer membro na época de sua finalização. A REBEA, nessa ocasião, abriu mão de seu papel de controle social sobre as ações do governo porque mesmo tendo acesso ao material se absteve de avaliá-lo. Este procedimento é uma característica da REBEA. Seus arquivos são compostos por importantes documentos que ficam disponibilizados para leitura e comentários. A facilitação nacional, que seria responsável por re-editar esse material, problematizando-o, se abstém de sua tarefa. Assim, textos, teses, relatórios e outros documentos produzidos são depositados no arquivo sem que seus conteúdos de alguma forma modifiquem ou sensibilizem a REBEA. Esse procedimento é um exemplo do que Boaventura de Sousa Santos (2007) classifica de

“desperdício da experiência”. EI35A funciona como uma atualização deste acontecimento, pois o evoca e inicia uma problematização oportuna, pois o Relatório retorna como fato discursivo na proposta da Carta.

O espaço de fluxos e o tempo intemporal da rede são múltiplos e ocorrem simultaneamente no território-rede:

- EI35A circula e provoca novas manifestações de enredados;
- o apoio incondicional de alguns enredados a EI34 continua a chegar, ignorando estes novos sentidos;
- a grande maioria dos enredados segue indiferente ao debate e/ou participa de outras discussões paralelas, envolvendo outros assuntos ou permanece em silêncio.

Nesse momento, recupero dois fatos que provocam sentidos na rede e abrem duas discussões paralelas (mas que em alguns pontos coincidem):

1. a Carta da REBEA é entregue ao Ministro Carlos Minc sem o conhecimento prévio da REBEA;
2. a questão da extinção da CGEAM do IBAMA é retomada e dois grupos polarizam os sentidos.

4.2.3 A entrega da Carta da REBEA ao Ministro Minc: ação política de quem?

Sem aviso preliminar ou discussão na REBEA a versão inicial da Carta da REBEA é entregue ao Ministro Carlos Minc na cerimônia de posse, em 27/05, por dois enredados vinculados ao Estado que estavam presentes ao evento. Este fato posteriormente é anunciado na rede:

EI33B

Estivemos lá e conseguimos entregar a Carta pessoalmente ao Carlos Minc. Foi uma ação executada por mim e pelo amigo XX, e **certamente contou com o apoio** de muitos outros colegas...

Peço que vejam no blog mais detalhes desta **ação política**, inclusive com fotos....

Sei que se tratou de uma ação rápida e que não propiciou ampla discussão aqui na rede...

Entretanto, não se tratou de uma fala de "representação" da REBEA, ainda que muitas manifestações se mostraram favoráveis à Carta...

O fato é que tínhamos uma **oportunidade que precisava ser aproveitada e potencializada, e foi isto o que fizemos....**

A questão que fica agora é, se a REBEA comunga das idéias da Carta, seria importante encaminhá-la formalmente ao novo ministro, com MUITA URGÊNCIA...

Este enunciado organiza a argumentação no sentido positivo da ação (vide termos em negrito) e no nível parafrásico outros sentidos afloram:

A Carta da REBEA ao Ministro Carlos Minc foi entregue a ele sem o conhecimento da REBEA por membros da Facilitação Nacional da REBEA vinculados ao Estado.

Muitos colegas – não nomeados ou identificados – e muitas manifestações se mostraram favoráveis à Carta da REBEA.
Nenhuma manifestação se mostrou favorável à entrega da Carta da REBEA ao Ministro Minc na cerimônia da posse.
A entrega da Carta da REBEA é caracterizada como uma ação política e é justificada nos termos de aproveitar e potencializar uma oportunidade <i>política</i> .
Esta ação política não foi alvo de <i>ampla</i> discussão na rede. (Infere-se que houve <i>alguma</i> discussão na rede, <i>discussão restrita</i>).
A entrega da Carta da REBEA ao Ministro não foi uma “representação” da REBEA.
A entrega da Carta da REBEA não representa a REBEA, portanto, não tem significado <i>político</i> para a REBEA.
A entrega da Carta da REBEA ao Ministro foi uma “representação” de quem?
A entrega da Carta da REBEA tem significado <i>político para alguém</i> .
Se a REBEA comunga com as idéias da Carta da REBEA, a REBEA deve encaminhar a Carta da REBEA ao Ministro.

De fato, esta *ação política* não foi alvo de **nenhuma** discussão na rede, não foi anunciada previamente nem problematizada de forma pública com nenhum membro da REBEA, nem na lista aberta nem na lista da Facilitação Nacional. A proposta inicial da Carta tinha sido postada no dia anterior à posse e a discussão na rede estava em fase inicial.

Até o momento da notícia da entrega da Carta ao Ministro Carlos Minc, apenas 17 membros da REBEA haviam se manifestado. Assim, pode-se relativizar a afirmação de que “**muitas manifestações**” se mostraram favoráveis à Carta. Publicamente, até o momento da posse do Ministro, 7 enredados²¹ se manifestaram de modo favorável, em um universo de cerca de 500, sem considerar as outras redes de EA, onde o debate não havia sequer começado.

Se a entrega da Carta - que teoricamente estava sendo construída e debatida dentro da/pela REBEA e representa o *posicionamento político da rede* -, não é representativa da REBEA, ela representa o quê? Ou a quem? Qual a finalidade *política* desta ação política? Aparentemente, a vantagem de se entregar pessoalmente um documento se sobrepõe ao fato de que este documento no momento da entrega não esteja respaldado pela rede e não tenha, portanto, sentido político algum.

No enunciado “A questão que fica agora é, **se a REBEA comunga das idéias da Carta, (...)**”, pressupõe-se que a Carta é *anterior*, externa à REBEA e a rede deve aderir a ela (ou não) e não que a Carta tenha sido construída neste coletivo. Assim, a língua no encontro com o inconsciente mais uma vez expõe *o que não pode ser dito*, e revela que a Carta da REBEA não é da REBEA. É de quem, então? Este lapso, adiante será explicitado.

Na minha interpretação, a entrega da Carta ao Ministro Carlos Minc é uma ação política da REBEA feita à sua revelia e sem seu conhecimento. Justifico essa interpretação porque em mensagem à rede – que será descrita adiante – a assessoria do Ministro relata

²¹ Os outros 10 enredados haviam se manifestado favoravelmente à Carta apoiando o trabalho da Ministra Marina, que como já foi dito, sequer foi mencionada nessa Carta.

que a “*Carta dos educadores e educadoras ambientais ao novo Ministro do Meio Ambiente, companheiro ambientalista Carlos Minc*” quando foi entregue *não estava assinada* e, portanto, não poderia ter sido vinculada a um grupo de educadores ambientais residentes em Brasília, era uma manifestação não nomeada que foi compreendida e vinculada à REBEA.

A argumentação da assessora do ministro é dirigida à rede, em carta aberta na lista da REBEA. Assim, parece claro que o Ministro recebeu a Carta como manifestação da REBEA e não dos dois enredados e seu grupo de EA. E mais, me parece que os dois enredados se valeram de sua posição na REBEA para fazer chegar ao ministro um documento que ainda não havia sido referendado no coletivo. E esta ação não teve sequer um questionamento de qualquer membro da rede. Posteriormente, alguns enredados avalizam tal procedimento.

4.3 A POSIÇÃO-SUJEITO DIVERGENTE INSTAURA UM ESPAÇO POLISSÊMICO E POLÊMICO

Porque a utopia de uma ecologia dos saberes é que possamos aprender outros conhecimentos sem esquecer nossos próprios conhecimentos.
Boaventura de Sousa Santos, 2007.

A partir do questionamento inicial sobre o trabalho do GTEA, a Carta passa a ser problematizada por enredados vinculados ao Estado e surge uma proposta de modificar o texto inicial:

EI36A

Acho que deveríamos, a exemplo de manifestações que houveram na época (da reestruturação do IBAMA) salientar nossa insatisfação com a eliminação da estrutura para educação ambiental, sem o mínimo de participação e/ou transparência na decisão tomada. Isto visaria demonstrar que estivemos atentos e articulados também nas perdas que tivemos em determinadas disputas. Afinal, seria um resgate e um posicionamento importante para este momento de transição.

Quanto a isto, proponho modificar o texto.

Onde fala da necessidade de reinstitucionalizar a educação ambiental no IBAMA, acho que poderíamos ser mais explícitos e solicitar a reinstitucionalização da "Coordenação Geral de Educação Ambiental".

Afinal, nenhum motivo foi dado para a sua extinção, e me parece mais legítimo do que nós, enquanto REBEA, referendar o relatório do GTEA que foi formado em uma situação adversa, e para o qual não construímos coletivamente, em função, inclusive, do tempo disponibilizado para os trabalhos. Acho que podemos ser mais ousados e solicitar a "correção" dos fatos.

Desde a mensagem eletrônica inicial, a iniciativa da Carta partiu de enredados ligados ao IBAMA/MEC/MMA. A rede, neste sentido, se tornou o espaço onde se **materializou discursivamente posições-sujeito divergentes vinculadas ao Estado.**

O Relatório do GTEA passou despercebido na REBEA – **e somente este fato desautoriza sua presença na Carta.** Não obstante, uma das solicitações ao novo ministro é considerá-lo em relação à reestruturação da EA no IBAMA, criando a ficção de que a

REBEA conhece e endossa o Relatório. A partir daí inicia um “diálogo” entre duas posições-sujeito divergentes que instaura a polêmica a partir do recorte EI35A acima descrito. Vou recuperar os principais argumentos de cada parte, a partir de recortes discursivos. É interessante contextualizar os interlocutores: a posição sujeito dissidente (se opõe ao Relatório do GTEA) representa alguns funcionários do IBAMA nos estados e um membro do DEA/MMA; a posição-sujeito dominante (que defende o Relatório) é composta por membros do GTEA do IBAMA e GTEA ICMBio. Vejamos:

<p>Posição-sujeito dissidente EI37 Concordo totalmente em "solicitar a reinstitucionalização da <i>Coordenação Geral de Educação Ambiental do IBAMA</i>. Somente quem entendeu o que significa a "Educação para gestão ambiental" desenvolvida pelo Prof. Quintas e sua equipe da CGEAM, pode entender a nossa insatisfação depois da divisão do IBAMA e do fim da CGEAM.</p>	<p>Posição-sujeito dominante EI38 O GT deu sim contribuição significativa para a EA do IBAMA. Afinal, não vamos nos esquecer que desde a reestruturação e criação do ICMBio a EA do IBAMA ficou no limbo, deixou de existir. Deixamos claro também que a EA do IBAMA deve ser crítica, transformadora e emancipatória e com certeza isso se conecta a prática de EA desenvolvida pela equipe do Prof. Quintas. Explicitamos a necessidade da EA do IBAMA ser transversal, ou seja, estar em todas as Diretorias e Unidades do IBAMA, portanto, sair do casulo.</p>
--	--

EI35B aprofunda o debate, ao construir sua argumentação em torno da crítica ao Relatório do GTEA:

EI35B

GT é contra experiência de 15 anos de EA no IBAMA

(...) Elegendo a falta de transversalização da educação ambiental entre as unidades do IBAMA como o problema a enfrentar. (...) assim, justificando a opção por esse objetivo, o GT buscou diagnosticar onde existem ações em educação ambiental no IBAMA.

É importante frisar que transversalização não é o mesmo que articulação.

Se transversalização remete ao esforço de se disseminar as diretrizes da educação ambiental em todos os espaços institucionais do IBAMA formando uma unidade político-pedagógica orgânica; a articulação remete ao esforço de unir as distintas unidades para a continuidade da comunicação institucional.

(...) A baixa articulação e transversalização da educação ambiental no IBAMA não se devia à resistência da CGEAM ao diálogo com as demais áreas, como alguns querem acreditar, e muito menos por causa da antiga estrutura organizacional do órgão que permitia à CGEAM, na condição de Coordenação Geral, ter a autonomia político-administrativa necessária para coordenar o processo de transversalização interna ao órgão.

(...) A previsão orçamentária da CGEAM estava estimada em cerca de seis milhões de reais anuais. Porém, o orçamento de fato investido na unidade era de menos de um milhão de reais. Para se ter uma idéia do prestígio político que a CGEAM tinha dentro do IBAMA ultimamente, entre 2003 e 2006, a unidade recebeu menos de 1% dos recursos do órgão.

(...) Assim, com a mesma clareza que se teve para concluir no Relatório que a proposta de estrutura organizacional apresentada para a gestão da educação ambiental no IBAMA deverá ser a opção a ser implementada no órgão; o GT poderia simplesmente ter explicitado de que forma os trabalhos da CGEAM voltados à transversalização e articulação seriam retomados nesta nova configuração institucional.

Além da omissão de como a nova estrutura organizacional deverá incorporar e dar continuidade àquilo que era desenvolvido pela CGEAM, causa estranheza ler no Relatório a afirmação de que a nova Coordenação de Educação Ambiental formulará as diretrizes para a Educação Ambiental no IBAMA, porque o IBAMA já possui suas diretrizes para a educação ambiental.

(...) Não reconhecer sua existência agora também no contexto da “reinstitutionalização” do IBAMA no mínimo levanta suspeita de haver discordâncias sobre elas. É de se perguntar ainda se existe alguma avaliação concluindo que as diretrizes para a Educação Ambiental no IBAMA deveriam ser substituídas.

Fruto de quase duas décadas de aprimoramento fundado na práxis, a formulação do marco político-pedagógico da Educação Ambiental no IBAMA pela CGEAM estava demarcado pelos pressupostos da Política Nacional de Educação Ambiental, pelos princípios da educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória, e fundado no complexo desafio da não desarticulação entre o enfrentamento das injustiças sociais com o enfrentamento da degradação ambiental. Foi nomeado de Educação no Processo de Gestão Ambiental, por materializar essas diretrizes no âmbito das atividades finalísticas do IBAMA.

Tomando o espaço da gestão ambiental pública atividade finalística do IBAMA como um espaço pedagógico, e orientado pela concepção da justiça sócio-ambiental, as diretrizes da CGEAM estavam em sintonia com o enfrentamento dos conflitos sócio-ambientais. Gestão ambiental é um processo de mediação de interesses e conflitos entre distintos atores sociais que agem no ambiente natural e construído, redefinindo continuamente o modo como alteram a qualidade ambiental, e também como se distribuem os custos e benefícios da apropriação e uso dos bens ambientais. Assim, a singularidade das diretrizes da Educação Ambiental no IBAMA estava em tomar o espaço da gestão ambiental como lugar de aprendizagem propiciando condições à participação nos processos decisórios sobre acesso e uso dos bens ambientais. Visava o controle social na elaboração e participação de políticas públicas por meio da participação cidadã, principalmente de forma coletiva, na gestão do uso dos recursos ambientais e decisões que afetam a qualidade ambiental.

O processo pedagógico desenvolvia-se junto a servidores públicos envolvidos na gestão ambiental e comunidades dependentes ou vulneráveis sob os recursos ambientais, partindo da análise da realidade sócio-ambiental de tais grupos sociais, tomando como tema-gerador o exame dos conflitos latentes ou explícitos e as condições de risco e injustiça ambiental.

Tais premissas se aplicavam, além da transversalização das diretrizes para as distintas áreas temáticas do IBAMA como a do licenciamento ambiental, em uma unidade dialética por meio de dois processos simultâneos e complementares: (a) o Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental (criado em 1997, tendo sido realizado 24 edições até 2006, formando 890 profissionais, e que se desdobrava em outros cursos de aprofundamento temáticos específicos da gestão ambiental); e (b) a elaboração e execução de projetos de intervenção em Educação no Processo de Gestão Ambiental, no contexto das atividades de gestão ambiental de competência do IBAMA.

Assim, é importante mencionar o trecho do Relatório que para o grupo, sempre esteve muito claro que a EA no IBAMA continuará a ser crítica, transformadora, emancipatória e popular. Claro que todos querem distância de uma educação ambiental alienante e domesticadora.

Mas o fato é que não é suficiente demarcar essa concepção genérica no Relatório, se o IBAMA já possui diretrizes para a educação ambiental em um grau de refinamento bem maior, exatamente por representar a materialização dessa vertente da educação ambiental aplicada ao contexto das atividades finalísticas do órgão.

Talvez o IBAMA não deseje trabalhar exclusivamente com uma diretriz calcada na Educação no Processo de Gestão Ambiental. Mas mesmo nessa hipótese bastante questionável, ninguém tem o direito de suprimir do órgão um trabalho fundamentado nessa perspectiva.

Assim, com a mesma certeza que o Relatório afirmou diversas vezes haver um compromisso com os princípios de uma educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória; o GT poderia também concluir pela manutenção das diretrizes da Educação no Processo de Gestão Ambiental. Não há explicação para a omissão da reafirmação com este compromisso. Mas como o GT tratou apenas da proposição de uma estrutura organizacional, tendo desperdiçado a importante oportunidade política de deixar registrado a já existente diretriz político-pedagógica da educação ambiental no IBAMA, ficam as seguintes questões: como as diretrizes e ações da CGEAM serão de fato transversalizadas na nova estrutura organizacional do IBAMA? Que unidade do IBAMA ficará responsável pela coordenação do Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental? E dos cursos de aprofundamento temáticos decorrentes?

Afinal, se o problema gerado pela reestruturação do IBAMA foi justamente o sumiço da CGEAM, é na sua reinstitucionalização dentro da nova estrutura do órgão que o GT deveria ter concentrado seu trabalho.

Não é porque se esqueceu da CGEAM tanto na reestruturação como na reinstitucionalização do IBAMA que da noite para o dia tudo aquilo que vinha sendo desenvolvido por mais de quinze anos também deve desaparecer. Contudo, é exatamente esta a impressão que fica após a análise do Relatório do GT de EA do IBAMA.

Este texto é considerado problematizador pela posição-sujeito que defende o Relatório. Considera que o GTEA não foi contra a experiência do CGEAM porque até mesmo tem entre seus membros pessoas oriundas do ex-CGEAM. E finaliza:

EI39

Entendi seu gesto como totalmente inoportuno para este momento, onde a REBEA tenta discutir o fortalecimento e manutenção das ações e equipe do DEA/MMA. Fico a me perguntar qual é a real intencionalidade desse gesto? Existe algo mais a ser lido nas entrelinhas? Não sei! O que sei é que não podemos perder o foco, sob risco de em alguns dias estarmos chorando/debatendo mais um copo de leite derramado. Não me nego ao debate da EA no IBAMA. Não mesmo! Só afirmo que isso não deve ocorrer agora... vamos focar na EA do MMA.

A resposta que esse questionamento provoca traz um novo sentido para a inclusão do Relatório na Carta: o fortalecimento dos membros do GTEA através da REBEA.

EI35C

Inoportuno não é o meu gesto de chamar a atenção para o aprofundamento dos prejuízos que o relatório traz para a consolidação das ações e diretrizes da CGEAM desde a divisão do IBAMA. Inoportuno é vocês tentarem desviar a atenção das pessoas para outros lugares.

O problema não está na necessidade de manutenção das ações e da equipe do DEA/MMA em função da mudança de ministros de um mesmo governo (como vocês querem fazer os educadores ambientais da REBEA acreditarem); o problema está na necessidade de manutenção das diretrizes das ações e da equipe da CGEAM/IBAMA, que foram todas suspensas em função da divisão do IBAMA. Este é o foco do debate.

Esta discussão veio à tona agora simplesmente porque vocês resolveram tentar legitimar o documento usando a REBEA.

Vocês podem ficar tranquilos que, diferentemente do que ocorreu com a CGEAM/IBAMA, o DEA/MMA não corre nenhum risco de subitamente ser extinta, ter sua equipe esfacelada, seus programas interrompidos, suas diretrizes apagadas, por causa de uma assombração infundada. Acho

pouquíssimo provável que o ministro Carlos Minc baixe uma medida provisória que acabe com o DEA/MMA, assim como aquela que em abril de 2007 'esqueceu' de incluir a CGEAM. Então vamos ser francos: o problema que a REBEA poderia discutir, ao contrário do que vocês sinalizam, é a educação ambiental no IBAMA, e não a educação ambiental no MMA.

Vocês podem ficar tranquilos que não existem entrelinhas nas minhas palavras. Ao contrário do que vocês conspiratoriamente supõem, está tudo muito claro. A única e real intencionalidade de minha manifestação é óbvia, está explicitamente descrita nas duas mensagens anteriores que enviei em resposta aos movimentos efetuados pelo ex-coordenador do GT de EA do IBAMA em tentar validar o relatório dentro da REBEA: trata-se apenas de chamar a atenção à responsabilidade pela omissão na reparação dos estragos causados na CGEAM/IBAMA em função da divisão do órgão. Essa discussão veio à tona nesse momento somente porque foi agora que o documento foi publicizado.

O GT não só desperdiçou uma oportunidade imperdível de corrigir um equívoco histórico para a educação ambiental no IBAMA, como está se valendo desse artifício para oportunisticamente apagar as experiências acumuladas em mais de quinze anos. A pretexto de uma Medida Provisória que extinguiu a CGEAM, não é justo também invalidar as diretrizes que inclusive foram referendadas no mesmo mês que o IBAMA foi dividido.

Então, sim, o GT foi contra a consolidação das ações da CGEAM, porque na medida que não posicionou-se explicitamente a favor da continuidade de seus trabalhos, manteve-se indiferente e passivo frente aos problemas causados com a divisão do IBAMA, automaticamente posicionando-se contra.

Assim como você, com essas insistentes tentativas de afirmar que o relatório fortaleceu as ações da CGEAM, de qualificar esse debate como sendo de menor importância para o momento, e que estamos perdendo o foco, começo a me perguntar qual a real intencionalidade do seu gesto, acreditando haver algo nas entrelinhas do seu discurso. Não combina ver a apressada tentativa de vocês para legitimar o relatório na REBEA, inclusive tentando incluí-lo na carta a ser enviada ao ministro do meio ambiente, sem debater qualificadamente quais foram seus resultados e suas intencionalidades.

Não adianta vocês tentarem dizer que o GT buscou "integrar diferentes olhares", porque ocorreu uma exclusão dos antigos olhares. Aliás, vocês precisam reconhecer que o GT (felizmente) não foi unânime em suas posições, ao contrário do que o relatório aponta. Houve divergências internas exatamente na questão da consolidação dos trabalhos da CGEAM. Não adianta vocês tentarem dizer que "está muito claro no relatório final do GT a proposta em fortalecer as ações anteriormente desenvolvidas no IBAMA pela CGEAM", porque não está nada claro. (...)

Esta *posição-sujeito dissidente* compreende que os enredados vinculados ao GTEA do IBAMA buscam, através da Carta, legitimar politicamente o seu próprio fazer através da REBEA e para o novo ministro. Nessa perspectiva, pode-se inferir que os enredados agiram rapidamente, entregando a Carta ao Ministro sem consultar a rede porque interessava a eles legitimar a Carta e vinculá-la à Rede Brasileira de Educação Ambiental.

Embora o poder simbólico de estar Estado não seja irrelevante e produza efeitos na rede e determine interditos e silêncios, neste caso específico, entendo que mais que o poder simbólico do Estado, a *posição-sujeito dominante* vinculada ao Estado orienta sua argumentação para empoderar a si mesma. A apropriação da REBEA por membros do

Estado para fins pessoais não atende a propósitos do Estado. Estes membros se valem do poder simbólico inerente ao estado para atingir fins pessoais. E aqui ocorre a elisão de dois lugares distintos. O enredado que está ocupando posição no Estado, utiliza sua posição de enredado para se fortalecer junto ao governo. Este é um efeito da elisão do político na rede.

4.3.1 A Carta da assessora do Ministro à REBEA

A nova equipe responsável pela gestão do MMA sinaliza, através de um e-mail para a REBEA (postado por uma gestora ligada ao novo ministro que permanece no Rio de Janeiro), que está acompanhando o debate atentamente e não passou despercebido o fato de que nas redes de EA o debate sobre a Carta está em estágio inicial e que no momento da entrega da Carta na posse do ministro cerca de 10 pessoas haviam endossado o documento.

E ao contrário da afirmação de que a entrega da Carta no momento da posse não era uma “representação da REBEA”, foi justamente como esta representação que ela foi entendida pelo ministro e sua equipe. O texto comenta sobre o conteúdo da Carta e o fato de que mesmo entre o grupo que está discutindo o documento, ele não é um consenso e muito menos está finalizado. O enunciador demonstra que está atento à rede e que em relação à Carta existem diferentes níveis de participação:

- Enredados que “não discutem o conteúdo e declaram apoio ao texto”,
- Enredados que “desenvolvem algumas colocações”,
- Enredados que “aprofundam e questionam posicionamentos”, além da
- Não-participação de grande parte da rede.

Sua argumentação retoma o Relatório do GTEA, problematizando-o e reitera que as contribuições dos NEAs/IBAMA não foram consideradas neste relatório e que na Carta existem ausências e omissões importantes. E questiona a REBEA:

EI40A

Por que o texto entregue ao Ministro fala da EA, mas apenas da DEA/MMA e nem mesmo toca no assunto DISAM e CGEAM, ou mesmo nas produções e conquistas de ambas, nem mesmo na linha metodológica desenvolvida (no caso, conhecida como educação ambiental no processo de gestão) e que se configurou numa das poucas políticas realmente estruturantes, com recursos orçamentários próprios, desenvolvida pelo maior braço operacional do MMA, e que está sendo copiada em inúmeros estados da federação, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, entre outros? Os educadores da REBEA e outras redes não apóiam as políticas desenvolvidas pela DISAM e pela CGEAM?

Se apóiam, este apoio também não deveria estar explicitado no texto?

Este enunciado revela a percepção de que a Carta contempla e legitima a concepção de EA – crítica e emancipatória - da DEA/MMA, que também está sendo implementada no IBAMA, desde a reestruturação, ao mesmo tempo em que desperdiça a experiência de 15

anos de trabalho de Educação Ambiental no processo de Gestão. Ao questionar a REBEA evidencia que **a despolitização da rede não passa despercebida** e que **a Carta dos educadores e educadoras ambientais do Brasil não foi escrita por eles, mas sugerida por membros do Estado que a utilizaram para legitimar seus interesses pessoais**. Vai além:

EI40B

Se a CGEAM foi extinta e a EA entrou numa espécie de limbo no IBAMA, e se a justificativa foi um certo tipo de "esquecimento" na hora de escrever a MP, no mínimo, os educadores ambientais críticos se perguntam:

A QUEM interessou este esquecimento?

Se foi realmente um mero esquecimento, por que não foi reestruturada imediatamente (a MP poderia ser republicada por erro de redação, por exemplo, a gente vê isto cotidianamente no Diário Oficial), tendo sido necessária a instalação de um GT, mesmo assim apenas 10 meses depois, e com prazos curtos para amplos debates, e que resolveu recriar diretrizes pedagógicas que se eram boas, operacionais e estruturadas orçamentariamente porque deveriam ser recriadas?

E por que o GT não absorveu alguma que fosse das contribuições propostas pelos NEAs, nem mesmo citando no Relatório Final que houve estas contribuições? (...)

Como a REBEA pode "esquecer" também desta enorme contribuição à EA, que a CGEAM, deu ao país? E é isto mesmo? A REBEA não apóia esta política de EA?

Este enunciado evidencia que **o “esquecimento” da CGEAM na reestruturação do IBAMA não foi um esquecimento qualquer, ele teve finalidades políticas evidentes de favorecer grupos e deslegitimar outros**. O enunciador toma posição e assume sua afinidade com a CGEAM:

EI40C

Digo que AS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DE EA NO LICENCIAMENTO, CONSTRUÍDAS PELA CGEAM, FORMAM UM MARCO NA HISTÓRIA DA EA DESTE PAÍS.

O mesmo pode ser dito com o corpo metodológico construído para unidades de conservação, que resultou em trabalhos excelentes em vários estados brasileiros. Assim como a linha metodológica de educação ambiental no processo de gestão, que busca qualificar os grupos e comunidades para a participação na vida pública, para um enfrentamento qualificado frente aos processos e atividades lesivas ao ambiente, onde a sociedade passa a exercer um controle real da qualidade do ambiente onde ela se insere, para que possam realmente atender a Diretriz Nº 1 do MMA "Participação e Controle Social". (...)

Uma das coisas que considero geniais, como gestora pública de EA, é que a proposta apresentada e desenvolvida pela extinta CGEAM/IBAMA não apenas regulamenta um artigo da PNEA (muitos outros ainda precisam de regulamentação), como normatiza pedagogicamente as ações de EA no âmbito das medidas mitigadoras e compensatórias, para que a EA neste campo não seja tratada apenas como um bando de panfleto e folder distribuído, e sim atenda àqueles grupos em vulnerabilidade socioambiental real, expostos que ficam às injustiças ambientais das mais diversas e perversas.

Finalizando sua intervenção, sinaliza que a Política Nacional de Educação Ambiental não sofrerá alterações, e que será retomada a Educação para Gestão Ambiental que

caracterizou o trabalho realizado durante 15 anos pelo extinto CGEAM do IBAMA. E expressa literalmente que a equipe do DEA será outra, determinada pelo Ministro.

EI40D

Neste sentido, podemos afirmar que a Educação Ambiental será tratada e estruturada no processo da gestão ambiental federal, como instrumento estratégico para a efetivação do tão mal compreendido controle social, com pressupostos emancipatórios, casada com a dinâmica dos processos sociais e com os conflitos inerentes à sociedade.

Fiquem certos de que o Ministro Minc determinará uma equipe gestora para a educação ambiental que valoriza o servidor público e a sua produção e que seja afinada com as redes, coletivos, organizações e movimentos sociais que atuam na Educação Ambiental formal e não formal, e não se furtará em apoiar as políticas desenvolvidas e aquilo que já foi conquistado.

Os membros da FN da REBEA simplesmente silenciaram, não tendo um único gesto de reconhecimento a esta mensagem e a rede continuou o debate sobre a Carta como se a manifestação da educadora não houvesse ocorrido. Dito de outro modo, a REBEA quando se depara com posições-sujeitos divergentes em um primeiro momento a ignora, desconsidera suas falas. Isto é feito de um modo simples e terrível: a mensagem não tem resposta. A rede segue adiante como se a interlocução nunca houvesse ocorrido.

Cabe aqui questionar: por que a REBEA não se posiciona? Por que a Rede Brasileira de Educação Ambiental, cuja Facilitação Nacional reúne membros de 44 redes de EA, a “rede de redes” entende que nesse assunto não cabe pronunciar-se? A quem interessa que a sociedade civil não entre neste debate? Enfim, qual o sentido político de abrir mão da discussão política na REBEA?

4.3.2 O (em)/(de)bate na REBEA continua

Porque é preciso criar inteligibilidade sem destruir a diversidade.
 Porque há muitas linguagens para falar da dignidade humana,
 para falar de um futuro melhor,
 de uma sociedade mais justa.
 Boaventura de Sousa Santos, 2007.

A discussão que ocorre entre membros do Estado sobre a questão da reestruturação do IBAMA e da extinta CGEAM ganha fôlego na REBEA, e entram no debate os protagonistas do IBAMA: coordenadores de EA do GTEA e do ICMBio.

É interessante observar a estratégia discursiva da coordenação do GTEA: se identificar como *servidores do IBAMA* – distinguindo-se dos demais interlocutores - e por isso reivindicando um lugar diferenciado no debate, a saber, **o lugar enunciativo do direito**, de quem fala pela instituição. Este lugar privilegiado é marcado no texto: **nós, SERVIDORES**. Este recurso cria um vácuo, um espaço onde quem pode questionar o IBAMA – uma autarquia pública, mantida por impostos dos cidadãos brasileiros – são seus SERVIDORES, criando a ilusão discursiva de que esse grupo não tem outro interesse – de

prestígio pessoal e poder para grupos em detrimentos de outros - que não SERVIR ao IBAMA.

Outra estratégia é particularizar a discussão, desqualificando-a desse modo, e responder às questões pontuais de forma genérica e pessoal, como se estas questões fossem reflexo de um melindre pessoal e não resultado de uma análise crítica do Relatório. Como recurso discursivo a expressão: **quero que você compreenda**, como se as questões levantadas anteriormente tratassem de uma incompreensão por parte do interlocutor e não de posicionamentos distintos em relação à EA praticada no IBAMA. Os questionamentos são entendidos como desrespeito às deliberações do GTEA.

Vejamos o texto:

EI34B

GT formado por SERVIDORES foi e é a favor do IBAMA e de suas ações

Que bom que o debate referente a EA do IBAMA esteja em pauta na REBEA, embora com pouquíssimas pessoas se manifestando.

Bom por que **nós SERVIDORES/EDUCADORES do IBAMA somos os maiores interessados na educação ambiental promovida por nossa instituição**. Afinal, estamos vivendo a expectativa da (re)institucionalização da EA a mais de um ano.

Nós, SERVIDORES, temos compromisso com o IBAMA, somos orgulhosos de vestir a camisa deste órgão, instituição mais lembrada pelos brasileiros no que tange meio ambiente (prêmio Top of Mind).

Ressalto que poste o Relatório Final do GT na pasta de arquivos da lista de discussão da REBEA em 13 de maio, pois na semana anterior havíamos divulgado o Relatório internamente, logo após apresentá-lo ao Conselho Gestor do IBAMA (diretores e presidente).

Penso ser oportuna e necessária a leitura do documento pelos demais membros da REBEA para formarem seu juízo de valor! (...)

Encaminho a tod@s alguns esclarecimentos sobre o GT:

Quero que você e outras pessoas compreendam que o Grupo de Trabalho optou por escolhas e caminhos.

Quero que você compreenda que existem pessoas no Grupo com a mesma

capacidade crítica que você, com histórico semelhante ao seu em EA e com enorme compromisso junto à educação ambiental.

Quero que você compreenda que o GT não deixou em momento algum de discutir e refletir sobre a atuação da CGEAM nos últimos 15 anos.

Inclusive, gostaria que você compreendesse que existiam 3 servidores oriundos da CGEAM no Grupo.

Quero que você compreenda que discutir o projeto político pedagógico da EA no IBAMA é algo tão sério, tão complexo que o GT julgou ser necessário que isso ocorra com tempo adequado, com aprofundamento conceitual e com mais atores participando desta discussão. Por isso o Grupo não entrou, com aprofundamento, nesta questão em seu período de vigência, contudo sinalizou que isso deve ocorrer. Aliás, o GT propôs a criação de um COLEGIADO para a EA do IBAMA, pois trata-se de uma instituição muito grande e com enorme capilaridade e que a discussão relativa aos aspectos pedagógicos, conceituais e de gestão deverá ocorrer no âmbito desse Colegiado, que inclusive será composto por pessoas da Coordenação de EA, por educadores lotados nas diretorias e sobretudo por educadores dos NEAs.

Quero que você compreenda que a Educação no processo de Gestão Ambiental, embora seja uma prática pedagógica construída a 15 anos

por pessoas capazes e comprometidas, precisa ser potencializada, ganhar escala e desta forma precisa de ajustes, de discussão, de aprofundamento, de reflexão, de outros olhares. Não podemos nos esquecer que o IBAMA, desde sua (re)estruturação ocorrida em abril de 2007, entrou em uma nova fase onde suas competências são relativas ao licenciamento, proteção e controle ambiental, desta forma esse momento demanda reflexão. Cabe lembrar que estamos falando de POLÍTICA PÚBLICA e isso significa que precisamos e devemos avaliar nossas ações no sentido de aprimorá-las, de potencializá-las, não há anormalidade nenhuma nisso, aliás, esse é um preceito Constitucional.

Desta forma, o Grupo fez as escolhas que fez (não discutir mas apontar a necessidade da discussão em um momento que reunisse características propícias para tal).

Portanto, gostaria que você respeitasse as escolhas do Grupo de Trabalho, afinal foram 60 dias de intensa discussão, reflexão e conseqüentemente convicções, em um momento difícil para todos educadores ambientais desta instituição. Ressalto que o Professor Quintas, Você e o Marcos Sorrentino foram convidados pelo GT para darem contribuições. **Os NEAs foram convidados para darem sua contribuição. Contribuíram! E aquilo que o Grupo julgou pertinente, tendo em vista as convicções que foram construídas ao longo do processo, foi incorporado.**

Finalizo, reafirmando, assim como fiz na primeira reunião do GT ocorrida no final de fevereiro, MEU COMPROMISSO e o compromisso do próprio Grupo com a ações realizadas pela antiga CGEAM, pelo seu legado e importância para a educação ambiental enquanto política pública no IBAMA e no Brasil.

Afinal, sou SERVIDOR desta instituição e devo prezar pela CONTINUIDADE e APRIMORAMENTO das nossas ações.

É uma educadora/gestora do NEA/IBAMA – uma interlocutora legítima, nos termos que EI34B elaborou -, quem responde, demonstrando que NÓS, SERVIDORES, é uma ficção, criado pelo discurso, pois não há consenso:

EI41

Acredito que não é por acaso a preocupação de algumas pessoas com a continuidade dos processos iniciados pela DEA, pois, aos estarem centrados em programas de governo, são frágeis e podem sofrer alterações a cada mandato. Inegavelmente os avanços na EA com a DEA nos últimos anos são muitos, e entendo o zelo dos seus servidores em lutar para dar continuidade aos mesmos.

O caso da EA no IBAMA, porém, é outro. A EA do IBAMA (e no ICMBio), ao usar o espaços das políticas de gestão ambiental de responsabilidade do órgão, possui um lócus específico de atuação que não se altera facilmente. A Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública amadureceu e evoluiu muito nos últimos 15 anos, e não há interesse de grande parte dos educadores do órgão de que seja extinta.

Por isso, **gostaria de manifestar minha concordância com os textos (EI35) e (EI40)**, pois acredito que eles tocaram em aspectos chaves no documento do GT, sobre o qual, como educadora no NEA/SC, junto com diversos outros colegas de NEAs todo o Brasil, fizemos manifestações por escrito, pois **não acreditamos que o documento final reflita as sugestões apresentadas, nem a situação da EA no IBAMA.**

Discordo do documento do GT, em primeiro lugar, porque a proposta apresentada não corresponde às necessidades de dar continuidade a um trabalho desenvolvido pelo Instituto há mais de 15 anos, com experiências e avanços tão diversos como a realidade socioambiental brasileira. **Ter processos educativos institucionalizados na gestão ambiental pública, como os que temos hoje em dia não são obras do acaso, mas sim frutos de uma proposta político-pedagógica amadurecida, que evoluiu**

positivamente na sua práxis ao longo desses anos e que necessita ser fortalecida, não substituída.

Estruturalmente vislumbro a inoperância da proposta sugerida, atrelada a uma estrutura engessada, sem autonomia nem recursos orçamentários próprios, dependente da vontade política e financeira de dirigentes de plantão nos cargos de diretoria e presidência. Como acreditar que as diretorias, isoladamente, vão destinar parte de seus recursos, também parcos, para uma educação processual e comprometida com os conflitos sociais na gestão ambiental pública? Apesar de todo histórico de luta e compromisso da extinta CGEAM, como Coordenação Geral, que possuía um exemplar planejamento anual de suas ações - baseado num projeto político-pedagógico claro, as fatias orçamentárias que lhe cabiam por direito vinham sofrendo recortes ano-a-ano. Será que o GT acredita que a escassez de recursos destinados a EA se devia a pouca capacidade de negociação da CGEAM? O que os faz acreditar que como “pontos focais”, amorfos em cada diretoria, receberão mais apoio estrutural e financeiro para desempenhar uma educação crítica, emancipatória e transformadora? Como acreditar que individualmente se tem mais força que coletivamente? **Exemplo recentíssimo é o que estamos vivendo, pois com a mudança de ministro e de presidência no IBAMA, retorna-se à estaca zero em relação à coordenação proposta pelo GT. Estivesse a educação na estrutura funcional do órgão, ela resistiria incólume às mudanças de direção.** E esse foi apenas um dos aspectos que se questionou na proposta da DEA para a EA no IBAMA.

Os membros do GT reiteraram, em diversas ocasiões, que o processo foi participativo, que ouviu diversas partes e que se levou em conta documentos diversos da EA no IBAMA. Questiono-me o que realmente foi apropriado nesse processo. Como exemplo, lembramos que os que estivemos presentes no encontro da ex-DISAM, em abril/07, tão somente algumas semanas antes do MMA ter “esquecido” da educação ambiental no IBAMA, em nenhum momento propusemos, ou sequer mencionamos, que a CGEAM devesse ser extinta, muito pelo contrário, vimos a necessidade de fortalecê-la. Porque então o GT também se “esqueceu” de propor sua re-institucionalização? Como disse EI35, se desperdiçou uma oportunidade imperdível de corrigir a educação ambiental no IBAMA. Será que o GT EA criado no ICMBio vai cometer o mesmo equívoco histórico e também querer apagar as experiências acumuladas junto às UCs?

Sentimos sim que, apesar das inúmeras manifestações contrárias, **o GT IBAMA escolheu sua proposta, mais voltada a atender uma demanda ministerial do que a uma necessidade do Instituto. De por si, este fato já demonstra a incoerência com a proposta política-pedagógica sugerida, de ser participativa, crítica, emancipatória e transformadora. Como dar continuidade a processos educativos autênticos, inseridos no lócus das políticas de gestão executadas pelo órgão, se as ações e atividades ficam engessadas a um programa ministerial? Qual a autonomia de um processo educativo assim construído?**

Creio que ambas instituições têm um papel fundamental na institucionalização da EA do país, porém não acredito que para que uma se firme a outra deva ser anulada ou enfraquecida. Uma trata das políticas públicas e tem um papel importantíssimo na construção de políticas públicas e de “ambientalização” das demais políticas setoriais = transversalidade. E a outra, tem o papel de executor, ainda que o IBAMA tenha cumprido esse papel durante algum tempo, quando da formulação da Lei 9795 (PNEA) e da sua regulamentação, devido ao vácuo existente então.

A educação ambiental desenvolvida junto aos processos gerados pela aplicação das políticas ambientais executadas pelo IBAMA e pelo ICMBio (hoje forçadamente separados institucionalmente), tem nesses processos um lócus próprio, e se dá planejada e transversalmente, como instrumento

estratégico para efetivação do controle social e em resposta aos conflitos ambientais inerentes à nossa sociedade. **Para que isso ocorra é fundamental a re-institucionalização da CGEAM, tanto no IBAMA como no Instituto Chico Mendes, como uma Coordenação Geral fortalecida e estruturada, que coordene a concepção político-pedagógica necessária para que a educação no processo de gestão ambiental pública seja de fato crítica, emancipatória e transformadora.**

Nesse meio tempo, o ICMBio publiciza a criação do seu GT de EA para discutir a reinserção da EA em sua estrutura. EI35 novamente se manifesta na REBEA:

EI35D

Carta aberta ao coordenador do GT de EA do ICMBio

O Diário Oficial da União publicou na segunda-feira, dia 2 de junho, a Portaria nº 116, da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que cria um Grupo de Trabalho com a finalidade de propor medidas necessárias à institucionalização e à execução das diretrizes de Educação Ambiental do ICMBio; do qual você foi nomeado como coordenador, motivo pelo qual lhe envio meus cumprimentos.

Fico satisfeito em testemunhar o compromisso do ICMBio com essa importante iniciativa, **mesmo que realizada sem o conhecimento prévio de muitos de nós que sempre desejamos o diálogo e a articulação institucional, e num momento surpreendente como esse, exatamente quando a presidência do ICMBio ainda está vaga, após a saída do Capobianco.**

É verdade que existem **aspectos curiosos na portaria que cria o GT, como a presença de uma integrante que também fez parte do GT de EA do IBAMA, que talvez inclusive possa ser um motivo para que questionem a legalidade dessa iniciativa.** Mas também temos pressa, para que se corrija os prejuízos que a educação ambiental no processo de gestão ambiental das Unidades de Conservação e da biodiversidade sofreu com a divisão do IBAMA e criação do ICMBio.

(...) Mas acredito que o trabalho que o novo GT virá a desempenhar será muito fácil, porque dificilmente os membros do grupo farão a opção de deixar de propor medidas concretas recuperando as diretrizes da Educação no Processo de Gestão Ambiental, porque afinal de contas, é exatamente esse o objetivo do GT. Com essa recente experiência que todos aprendemos com o GT de EA do IBAMA, acredito firmemente que seu trabalho não será nada difícil de ser realizado.

(...) Mas de qualquer modo, queria lhe dizer que me coloco inteiramente à sua disposição para auxiliá-lo no que for possível para evitarmos que a política e as diretrizes da Educação no Processo de Gestão Ambiental de UCs e biodiversidade não continuem sofrendo a descontinuidade por efeito daquele erro burocrático que ocorreu por ocasião da criação do ICMBio em 2007. **Erro esse que oportunisticamente tem servido como justificativa pautada por uma ambição política de poder totalitário, que acredita ser possível anular o trabalho de terceiros** apenas para suprimir qualquer diretriz que aponte para um horizonte comum da verdadeira transversalização dos trabalhos da educação ambiental de forma orgânica dentro de uma instituição pública, algo que deve ser enfaticamente combatido, até porque no limite, gera um precedente que pode colocar em risco o próprio Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, nossa carta de princípios maior.

Os educadores/gestores ambientais do IBAMA, em sua lista de discussão se posicionam e repassam a informação à REBEA, demonstrando novamente que não concordam com as ações dos GTEAs:

E142

Pela revogação do GT precipitado e ilegítimo

Em tempo, acho ótimo novamente o debate vir à tona. Gostaria de ressaltar que apesar de toda tentativa de desmonte de um processo político pedagógico com diretrizes formuladas e método bastante claro, ele vive. Vive enquanto teoria que reflete a prática e vice-versa. Digo isso com propriedade, pois vivi todo o processo de construção juntamente com a equipe da CGEAM como educadora integrante da equipe do NEA do Ceará. **Continuamos resistindo e trabalhando.** As nossas afirmações enquanto Educação na gestão tem raízes e bastantes profundas no IBAMA, antes da criação do ICMBIO e até mesmo depois dele e com ele.

A EA no processo de gestão se solidificou no IBAMA tanto no licenciamento ambiental, como no ordenamento pesqueiro, na gestão participativa em unidades de conservação, nos processos de criação de reservas extrativistas, no contexto da reforma agrária e da agricultura familiar, na capacitação de gestores municipais, na articulação intra e interinstitucional, nas conferências estaduais e nacionais de meio ambiente, nas conferências de pesca, e por aí vai.

É por isso, que temos a nossa práxis como fiel da balança. Por mais que queiram negar é real e incomodou e ainda incomoda, mesmo estando no limbo como dizem. Resistimos, não por ser contra A, B, C, ou D.

Resistimos, chegamos também a "Academia" e continuamos resistindo pelos resultados que saltam aos olhos de todos, principalmente dos menos favorecidos e mais afetados no processo da gestão ambiental pública. Foram e são troncos fincados com raízes fortes que abastecem com sua seiva galhos, folhas e frutos que se curvam, mas não se abatem e nem morrem diante de tantas intempéries. **Por isso apesar de respeitar o trabalho do GT de EA no IBAMA, não o considero como definitivo e nos posicionamos sempre em todos os documentos que foram apresentados juntamente com outras educadoras e educadores que fazem os NEA(S). É hora sim de repensar o documento.** Esse é o desejo de muitos de nós que fizemos e continuamos fazendo a Educação Ambiental no IBAMA e ainda no ICMBIO. E que o GT do ICMBIO não trilhe os mesmos caminhos do GT do IBAMA, pois realmente a pressa atropela o trem da história.

Novo ministro, novos presidentes, VAMOS APROFUNDAR O DEBATE, rever o processo e o documento do GT, nós educadoras e educadores ambientais não concordamos que o "prego está batido e a ponta virada".

Resposta do coordenador do GT de EA no ICMBio:

E143

(...) Para quem ainda não leu a Portaria, esse GT está sendo formado por servidores da Presidência e de cada Diretoria do Instituto, indicados, portanto, pelos seus respectivos Diretores e pela Presidência. Isso para que se contemple, enquanto representação possível, a diversidade de visões, interesses, contribuições e demandas de cada uma das áreas desta casa.

(...) **Obviamente que seria interessante que esse GT tivesse a participação direta de servidores que trabalham nas unidades de conservação e nos centros de pesquisa (estruturas denominadas unidades descentralizadas, que atualmente compõem o ICMBio).** Isso por uma questão de participação democrática mesmo, mas também porque temos centros e unidades com larga experiência em educação e comunicação ambiental.

Entretanto, a agenda do GT será intensa para que os trabalhos possam ser concluídos em tempo, com duas ou mais reuniões semanais; o que inviabiliza a composição do GT com pessoas não lotadas na sede, mas não inviabiliza que as mesmas contribuam.

Teremos variados momentos de participação indireta e direta das unidades e dos centros. O GT não trabalhará no sentido de fechar a discussão sobre a educação ambiental no ICMBio. Ao contrário, a tarefa do GT é deflagrar esse processo de construção, buscando ampliar a participação não só de atores, mas de idéias, de concepções e de práticas. Nesse processo é necessário que a educação ambiental tenha ressonância na casa, que esta se reconheça no resultado do trabalho e se envolva com o pensar e fazer educação ambiental, para que consigamos uma política de educação ambiental do ICMBio integrada, forte e transversal. O processo de construção evidentemente não se encerrará com o término do GT.

É premissa do Grupo a ampliação dessa discussão para dentro desta casa e o planejamento de momentos para a colaboração de educadores ambientais e gestores também de fora desta instituição. Temos, todos, muito trabalho a frente.

É claro que o Instituto nasce com histórico, não nasce no vazio. E como Instituto novo, numa nova conjuntura é também claro que **há necessidade de um processo avaliativo sobre o que foi feito e sobre o que está sendo feito nas Ucs e nos Centros de Pesquisa que aponte o que deve ser corrigido, o que deve ser mantido, o que deve ser fortalecido e onde se deve fortalecer, para orientar o nosso caminhar.**

A avaliação é parte fundamental da educação, da gestão, da política pública. Diante da complexidade dessa tarefa da avaliação e diante do tempo limitado, não caberá ao GT fazê-la com a profundidade necessária, mas sim construir os caminhos para sua realização com qualidade e com a contribuição e participação da diversidade das pessoas e instituições envolvidas com o trabalho do ICMBio.

Alguns de vocês estão manifestando surpresa com a edição desta portaria neste momento em que o ICMBio está sem presidente; e ainda esta edição ter sido assinada pela Diretora de Planejamento, Orçamento e Logística. No entanto, a gestação deste Grupo não ocorreu em uma ou duas semanas, ou de maneira precipitada. Muitos do IBAMA, ICMBio e MMA bem sabem. A criação do GT foi gestada no mesmo período em que o GT de Educação Ambiental do IBAMA estava sendo criado. Os servidores do ICMBio foram informados da criação do GT pela Direção do Instituto nos nossos Fóruns Virtuais, no âmbito do processo de planejamento do próprio Instituto, na semana de 25/04 e também por meio da lista de discussões EAIBAMA. Infelizmente, por questões burocráticas esse GT não pode ser institucionalizado naquele momento, no entanto, como os diretores do ICMBio e a presidência indicaram seus representantes, esses começaram a se reunir já nessa semana de 25/04, trabalhando na organização do Fórum Virtual, que foi especificamente sobre o tema educação ambiental, e posteriormente nos itens do acordo de gestão entre MMA e ICMBio relativos à EA e nos entendimentos sobre a institucionalização e funcionamento da EA do Instituto. Quanto à portaria ser assinada pela Diretora de Planejamento, a ela foi atribuída essa competência, conforme consta no início do texto da portaria 116 (a quem desejar, leiam as portarias 69/2007 e 18/2008).

Como bem colocou (EI35) em mensagem a mim endereçada, pontuando sua expectativa com o GT de EA do ICMBio e, como porta voz, a expectativa de outros comprometidos com a educação no processo de gestão ambiental, assim como desejando a nós do GT sucesso no trabalho, não podemos esperar mais tempo e, acrescento, não temos porque esperar mais tempo. Principalmente porque o Instituto está passando por um processo de planejamento macroestrutural, para o qual foi contratada uma consultoria especializada. Esse trabalho está sendo feito e se esperarmos a educação ambiental perderá espaço nesse processo, perderá o momento.

Nesta conjuntura do ICMBio, o trabalho deste GT será, portanto, diferente do trabalho do GT do IBAMA, pois nele a estrutura de diretorias já está definida, já no ICMBio a proposta é pela organização da instituição por processos e não por diretorias com coordenações gerais e coordenações.

Assim, compete ao GT caminhar com seu trabalho de modo convergente com esse planejamento macroestrutural, para que o resultado não seja incompatível com o desenho macroestrutural do Instituto.

Nesse sentido, a criação do GT demarca uma posição da Instituição em rever a falha burocrática cometida na criação do ICMBio. E, para isso, precisaremos sim do apoio de todas as educadoras e educadores desta Instituição, do IBAMA, do MMA, do MEC, da REBEA, etc.

E desde já manifesto minha satisfação com essa preocupação quanto a EA do ICMBio e essa vitalidade mobilizadora.

Novamente os educadores/gestores ambientais do IBAMA se contrapõem:

EI36B

(EI44) aborda um problema que considero importante. Ficamos presos à ditadura do tempo, e com isso vamos fazendo apenas o "possível" sem às vezes nos atentarmos pela necessidade de lutarmos pelo melhor ou pelo que queremos.

Dessa forma muitas comunidades que não têm acesso à internet, telefone etc, ficam excluídas de processos de tomadas de decisão, pois não há tempo para consultá-los. É dessa forma que pessoas que precisam de dois dias de caminhada para chegar até o local de uma reunião ficam excluídas pois "não há tempo para darmos o tempo necessário de maturação, de discussão e informação". Bem sabemos disso, pois precisamos levar este aspecto em conta na construção dos processos/espços educativos.

Com quem estamos falando e para quem queremos falar? Com quem estamos construindo e para quem? Como será feito a construção? Quais as condições dos grupos envolvidos? Quais as necessidades que têm para uma efetiva participação? Muitas vezes a melhor forma, a mais participativa e efetiva de dar resultados construídos coletivamente é mais onerosa e podemos chegar à conclusão de que "nós faremos o possível para contemplá-los".

É essa a lógica que queremos abraçar? Ou podemos lutar conjuntamente, tensionando para que uma nova lógica se imponha? Sou servidora pública há apenas 10 anos, e sei que muitas vezes temos o "cumpra-se" mas sei também da necessidade de nos juntarmos e construirmos internamente (e externamente) uma resistência, de não nos afastarmos, e do quanto nossa atividade é enriquecida quando lutamos para que a técnica não omita o político que existe em si.

Por isso, senti falta de, em todo este tempo em que o GT tem trabalhado extra-oficialmente, de ser também construído conjuntamente, pelo menos com quem vinha trabalhando a EA na esfera de atuação da instituição, suas estratégias.

Pôxa, além do mais, havíamos lançado na REBEA e no EAIBAMA o manifesto que estava sendo construído na REBEA no qual foi mencionada a EA no ICMBio. Por que não nos foi atualizado a situação, antes da publicação da Portaria??? Talvez daí a minha surpresa maior. No caso do GTEAIBAMA, fomos pegos de surpresa, mas não teríamos tido "tempo" para recompô-lo ou interferirmos, pois não sabíamos de sua gestação, além de estarmos todos atônitos pelo desfacelamento da CGEAM e de alguns NEAs cujos servidores estavam sendo loteados em outros setores. Veio no susto. Por isso, nos apressamos, e mesmo antes de uma solicitação do referido GT, enviamos nossa contribuição, inclusive para deixar claro que os NEAs gostariam de participar ativamente deste processo e das decisões que fossem tomadas. Nesse caso, não.

Se ele já vinha sendo gestado e se vcs já vinham se reunindo mas a portaria não havia sido publicada, não poderíamos ter construído conjuntamente uma proposta a ser apresentada para a instalação e funcionamento desse GT? E todas as atividades que o GT vinha fazendo, não poderiam ter sido construídas/discutidas/anunciadas?

Por que chamo atenção a este aspecto? Porque muitas vezes detalhes como esses nos passam despercebidos em processos de construção e inviabiliza sua legitimidade. Precisamos nos atentar! Não podemos acreditar que fóruns virtuais e/ou questionários (que é o que fazemos qdo não temos muito tempo) darão conta da complexidade da discussão. Sabemos de seus problemas e de sua falha no quesito "interação" entre os envolvidos, que é primordial na construção de processos participativos.

E, finalmente, por que batemos na tecla da institucionalização de uma Coordenação geral? Porque vivemos por muitas vezes processos nas pontas, que a existência de institucionalidade nos segurava e nos dava segurança institucional para prosseguir. Aja vista que a primeira providência de alguns superintendentes quando da perda de institucionalidade da EA foi dissolver seus NEAs.

A educação ambiental incomoda, sim. Por quê? Porque a educação ambiental que acreditamos, e que muitos nessa Rede e nesse grupo vivenciam no dia a dia, que atua junto aos grupos que têm menor acesso aos fóruns de discussão em nossa sociedade, questiona e tensiona o fundamento da sociedade capitalista que dá aos mais favorecidos, aos detentores do poder econômico, o poder de decisão. Intervir para que os menos favorecidos (e mais afetados) tenham poder de decisão na criação, na definição de uso, no desenvolvimento de processos de uma Unidade de Conservação incomoda, e muito. E exige tempo. Exige processos, exige paciência, respeito e construção. Não basta boa vontade para combater o poderio econômico que vem em cima.

Bem, já fui bastante longa, o que não costumo fazer. Mas como disse em e-mail anterior ao grupo, procuro ter criticidade e paixão pelo que faço, pelo que acredito e luto: uma sociedade melhor e mais justa. Por isso não me furto ao debate e procuro estar presente nos diversos espaços/fóruns de discussão que me são afetos. Terminando dizendo que continuo acreditando na necessidade de um redimensionamento deste GT. Poderíamos pensar e construir juntos. **Não vamos reproduzir o que vivemos há um ano atrás e o que tem sido a tônica de algumas medidas recentes do ICMBio, infelizmente. Lembro que para avaliar, redimensionar, reorganizar ou fortalecer uma prática, precisamos do olhar "de fora" e do "de dentro". Não dá para ouvir os de dentro, sendo que a decisão será tomada pelos "de fora" dos processos que ocorreram.** Isso significa desconsiderar na prática e de fato a construção existente.

Retomo, esquematicamente, os argumentos das duas posições-sujeito:

Posição-sujeito dissidente: Educação no Processo de Gestão Ambiental	Posição-sujeito dominante: Educação Ambiental Crítica e Emancipatória
Quem: educadores/gestores ambientais ligado aos NEA/IBAMA, EA/OEMA/RJ e EA/MMA.	Quem: coordenadores do GTEA/IBAMA e GTEA/ICMBio e alguns membros dos GTs.
Contra considerar os resultados do Relatório do GTEA na Carta da REBEA ao Ministro Minc	Favorável a considerar os resultados do Relatório do GTEA na Carta da REBEA ao Ministro Minc
Educação no Processo de Gestão Ambiental, por materializar as diretrizes crítica, transformadora, emancipatória e popular no âmbito das atividades finalísticas do IBAMA. Tomando o espaço da gestão ambiental pública atividade finalística do IBAMA como um espaço pedagógico, e orientado pela concepção da justiça sócio-ambiental, as diretrizes da CGEAM estavam em sintonia com o enfrentamento dos conflitos sócio-	EA do IBAMA deve ser crítica, transformadora e emancipatória, ser transversal, portanto, sair do casulo.

<p>ambientais. Gestão ambiental é um processo de mediação de interesses e conflitos entre distintos atores sociais que agem no ambiente natural e construído, redefinindo continuamente o modo como alteram a qualidade ambiental, e também como se distribuem os custos e benefícios da apropriação e uso dos bens ambientais. Assim, a singularidade das diretrizes da Educação Ambiental no IBAMA estava em tomar o espaço da gestão ambiental como lugar de aprendizagem propiciando condições à participação nos processos decisórios sobre acesso e uso dos bens ambientais. Visava o controle social na elaboração e participação de políticas públicas por meio da participação cidadã, principalmente de forma coletiva, na gestão do uso dos recursos ambientais e decisões que afetam a qualidade ambiental. O processo pedagógico desenvolvia-se junto a servidores públicos envolvidos na gestão ambiental e comunidades dependentes ou vulneráveis sob os recursos ambientais, partindo da análise da realidade sócio-ambiental de tais grupos sociais, tomando como tema-gerador o exame dos conflitos latentes ou explícitos e as condições de risco e injustiça ambiental.</p>	
<p>Principais argumentos:</p>	<p>Principais argumentos:</p>
<p>Solicita a reinstitucionalização da CGEAM.</p>	<p>A nova Coordenação de Educação Ambiental formulará as diretrizes para a Educação Ambiental no IBAMA.</p>
<p>Questiona a existência de processo de avaliação concluindo que as diretrizes para a Educação Ambiental no IBAMA deveriam ser substituídas.</p>	<p>Discutir o projeto político pedagógico da EA no IBAMA é algo tão sério, tão complexo que o GT julgou ser necessário que isso ocorra com tempo adequado, com aprofundamento conceitual e com mais atores participando desta discussão. Por isso o Grupo não entrou com aprofundamento nesta questão em seu período de vigência, contudo sinalizou que isso deve ocorrer.</p> <p>O GT propôs a criação de um COLEGIADO para a EA do IBAMA, que inclusive será composto por pessoas da Coordenação de EA, por educadores lotados nas diretorias e sobretudo por educadores dos NEAs.</p> <p>O ICMBio propõe um processo avaliativo sobre o que foi feito e sobre o que está sendo feito nas Ucs e nos Centros de Pesquisa que aponte o que deve ser corrigido, o que deve ser mantido, o que deve ser fortalecido e onde se deve fortalecer.</p>
<p>Relatório afirmou haver um compromisso com os princípios de uma educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória; o GT poderia também concluir pela manutenção das diretrizes da Educação no Processo de Gestão Ambiental.</p>	<p>A Educação no processo de Gestão Ambiental, embora seja uma prática pedagógica construída a 15 anos por pessoas capazes e comprometidas, precisa ser potencializada, ganhar escala e desta forma precisa de ajustes, de discussão, de aprofundamento, de reflexão, de outros olhares. O IBAMA, desde sua (re)estruturação ocorrida em abril de 2007,</p>

	entrou em uma nova fase onde suas competências são relativas ao licenciamento, proteção e controle ambiental.
Não há interesse de grande parte dos educadores do órgão de que seja extinta a Educação no Processo de Gestão Ambiental.	Os NEAs foram convidados para darem sua contribuição. Aquilo que o GTEA julgou pertinente, tendo em vista as convicções que foram construídas ao longo do processo, foi incorporado. O GTEA da ICMBio terá uma agenda intensa e isto inviabiliza a composição do GT com pessoas não lotadas na sede, mas não inviabiliza que as mesmas contribuam. Terão variados momentos de participação indireta e direta das unidades e dos centros.
A proposta do GTEA é inoperante pois atrelada a uma estrutura engessada, sem autonomia nem recursos orçamentários próprios, dependente da vontade política e financeira de dirigentes de plantão nos cargos de diretoria e presidência.	
O GTEA IBAMA escolheu sua proposta, mais voltada a atender uma demanda ministerial do que a uma necessidade do Instituto.	
Não considera o Relatório do GT definitivo, consensual, mas parcial.	
O GTEA IBAMA foi constituído sem os educadores ambientais dos NEAs saberem da sua existência.	
A educação ambiental incomoda porque atua junto aos grupos que têm menor acesso aos fóruns de discussão em nossa sociedade, questiona e tensiona o fundamento da sociedade capitalista que dá aos mais favorecidos, aos detentores do poder econômico, o poder de decisão. Intervir para que os menos favorecidos (e mais afetados) tenham poder de decisão na criação, na definição de uso, no desenvolvimento de processos de uma Unidade de Conservação incomoda e muito. E exige tempo. Exige processos, exige paciência, respeito e construção.	
Avaliar, redimensionar, reorganizar ou fortalecer uma prática depende do olhar "de fora" e do "de dentro". Não dá para ouvir os de dentro, sendo que a decisão será tomada pelos "de fora" dos processos que ocorreram.	
Questões ao GTEA/IBAMA e GTEA/ICMBio:	Respostas do GTEA/IBAMA e GTEA/ICMBio:
A QUEM interessou este esquecimento (do CGEAM na reestruturação do IBAMA)?	
Se foi realmente um mero esquecimento, por que não foi reestruturada imediatamente (a MP poderia ser republicada por erro de redação, por exemplo, a gente vê isto cotidianamente no Diário Oficial), tendo sido necessária a instalação de um GT, mesmo assim apenas 10 meses depois, e com prazos curtos para amplos debates, e que	

<p>resolveu recriar diretrizes pedagógicas que se eram boas, operacionais e estruturadas orçamentariamente porque deveriam ser recriadas?</p>	
<p>E por que o GT não absorveu alguma que fosse das contribuições propostas pelos NEAs, nem mesmo citando no Relatório Final que houve estas contribuições?</p>	
<p>As diretrizes e ações da CGEAM serão de fato transversalizadas na nova estrutura organizacional do IBAMA? Que unidade do IBAMA ficará responsável pela coordenação do Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental? E dos cursos de aprofundamento temáticos decorrentes?</p>	<p>Fico a me perguntar qual é a real intencionalidade desse gesto? Existe algo mais a ser lido nas entrelinhas? Não sei! O que sei é que não podemos perder o foco, sob risco de em alguns dias estarmos chorando/debatendo mais um copo de leite derramado. Não me nego ao debate da EA no IBAMA. Não mesmo! Só afirmo que isso não deve ocorrer agora... vamos focar na EA do MMA.</p>
<p>Como dar continuidade a processos educativos autênticos, inseridos no lócus das políticas de gestão executadas pelo órgão, se as ações e atividades ficam engessadas a um programa ministerial? Qual a autonomia de um processo educativo assim construído?</p>	
<p>Com quem estamos falando e para quem queremos falar? Com quem estamos construindo e para quem?</p>	<p>GTEA/ICMBio está sendo formado por servidores da Presidência e de cada Diretoria do Instituto, indicados, portanto, pelos seus respectivos Diretores e pela Presidência.</p>
<p>Como será feito a construção? Quais as condições dos grupos envolvidos? Quais as necessidades que têm para uma efetiva participação? Muitas vezes a melhor forma, a mais participativa e efetiva de dar resultados construídos coletivamente é mais onerosa e podemos chegar à conclusão de que "nós faremos o possível para contemplá-los". É essa a lógica que queremos abraçar? Ou podemos lutar conjuntamente, tensionando para que uma nova lógica se imponha?</p>	<p>Seria interessante que o GTEA/ICMBio tivesse a participação direta de servidores que trabalham nas unidades de conservação e nos centros de pesquisa. Entretanto, a agenda do GT será intensa para que os trabalhos possam ser concluídos em tempo, com duas ou mais reuniões semanais; o que inviabiliza a composição do GT com pessoas não lotadas na sede, mas não inviabiliza que as mesmas contribuam.</p>
	<p>O ICMBio é novo, em uma nova conjuntura e há necessidade de um processo avaliativo sobre o que foi feito e sobre o que está sendo feito nas UC e nos Centros de Pesquisa que aponte o que deve ser corrigido, o que deve ser mantido, o que deve ser fortalecido e onde se deve fortalecer.</p>
<p>Por que não nos foi atualizado a situação, antes da publicação da Portaria? Se ele já vinha sendo gestado e se vocês já vinham se reunindo mas a portaria não havia sido publicada, não poderíamos ter construído conjuntamente uma proposta a ser apresentada para a instalação e funcionamento desse GT? E todas as atividades que o GT vinha fazendo, não poderiam ter sido construídas/discutidas/anunciadas? Por que chamo atenção a este aspecto? Porque muitas vezes detalhes como esses nos passam despercebidos em processos de construção e inviabiliza sua legitimidade.</p>	<p>A criação do GT foi gestada no mesmo período em que o GTEA do IBAMA estava sendo criado. Os servidores do ICMBio foram informados da criação do GT pela Direção do Instituto nos nossos Fóruns Virtuais, no âmbito do processo de planejamento do próprio Instituto, na semana de 25/04 e também por meio da lista de discussões EAIBAMA. Ele começou a se reunir na semana de 25/04.</p>

<p>Precisamos nos atentar! Não podemos acreditar que fóruns virtuais e/ou questionários (que é o que fazemos quando não temos muito tempo) darão conta da complexidade da discussão.</p> <p>Sabemos de seus problemas (do coordenador do GTEA ICMBio) e de sua falha no quesito "interação" entre os envolvidos, que é primordial na construção de processos participativos.</p>	
<p>Questões a REBEA:</p>	<p>Respostas da REBEA</p>
<p>Os educadores da REBEA e outras redes não apóiam as políticas desenvolvidas pela DISAM e pela CGEAM?</p> <p>Se apóiam, este apoio também não deveria estar explicitado no texto?</p> <p>Como a REBEA pode "esquecer" também desta enorme contribuição à EA, que a CGEAM, deu ao país? A REBEA não apóia esta política de EA?</p>	

Este esquema argumentativo baseia-se nas informações veiculadas nos recortes discursivos reproduzidos neste estudo. Nesse sentido, não busco referências fora deste espaço argumentativo e não procuro estabelecer “a verdade dos fatos”, pois a AD trabalha com “versões”, sendo que uma prevalece na história. Santos (2005:22) dirá que quando um conhecimento ou versão prevalece há um “esquecimento” dos processos históricos, das posições e correntes que foram derrotadas ou remetidas para posições marginais em relação à versão dominante. O que se pode inferir é que o GTEA/IBAMA e GTEA/ICMBio (EI34 e EI43) são frutos de articulações políticas colonizadoras que em grande medida excluíram os educadores/gestores ambientais do IBAMA do processo de instituição e problematização da questão da EA neste novo contexto e que não têm interesse em manter a proposta de educação ambiental formulada e implementada na CGEAM. Não é minha questão de pesquisa avaliar este processo. Estudos aprofundados são necessários para compreender essa questão e os sentidos que ela explicita.

Discussões como a descritas nos recortes discursivos acima são exceções e rompem com rotina da rede, por isso são importantes e deve-se registrá-las porque indicam que este cenário aparentemente sem contradições se mantém a partir do silenciamento da divergência, da manutenção artificial de uma zona de conforto onde atores de diferentes segmentos sociais apagam sua inscrição nestes lugares, assumindo somente seu lugar de enredado. Todavia, em alguns momentos o conflito se instaura. E a rede borbulha de sentidos.

Como já foi dito acima, a discussão sobre a questão da EA no IBAMA é realizada somente entre enredados vinculados ao Estado, cada qual defendendo uma concepção de EA, de gestão, de Estado, de sociedade, de ideologia. Os enredados nesse sentido tomam

um espaço da sociedade civil, do movimento ambiental para realizar uma discussão que não foi possível dentro da estrutura de Estado.

Este é um dado importante se considerarmos que a Educação no Processo de Gestão Ambiental foi construída, com a marca da resistência, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, assumidamente neoliberal. Contrariando as expectativas criadas com a eleição do Presidente Lula, com aparente compromisso com a questão ambiental concretizado na pessoa da Marina Silva como ministra de Meio Ambiente, a Educação no Processo de Gestão Ambiental não se aprofunda nesta gestão. Ao contrário, sofre tensionamento constante e é “esquecida” na reestruturação do IBAMA, abrindo espaço para que outros grupos vinculados com a gestão do DEA no período estudado, com outra concepção de EA, se instaurem na coordenação dos GTs e, mesmo sem a adesão da grande maioria dos educadores/gestores do IBAMA, fiquem à frente deste processo.

Na gestão FHC a questão ambiental não tinha grande importância e assim a Educação no Processo de Gestão Ambiental pôde, no silêncio e discretamente, instalar-se e realizar um trabalho que é referência para os educadores ambientais. Já na gestão Lula, a questão ambiental ganha visibilidade e inicia-se disputas e tensionamentos, com gestores/educadores de diferentes linhas criando e/ou ocupando espaços para sua concepção de EA. É característica da gestão pública a desconstrução e desqualificação do trabalho anterior, não havendo continuidade mas constante rupturas e a gestão atual não fez diferente.

4.3.3 Posicionamento: enredados analisam o (em)/(de)bate

E o semelhante é um ponto de partida, não de chegada.
Boaventura de Sousa Santos, 2007.

Vejamos como enredados não ligados ao Estado compreendem essa questão. Reproduzo um diálogo entre membros não pertencentes à Facilitação Nacional e o tomo como uma **análise** que contempla não somente a questão do IBAMA, mas também os movimentos da rede para acolher alguns sentidos e desqualificar outros. Entendo este diálogo como um movimento para criar inteligibilidade mútua e um espaço de poder dizer.

EI44A

Após acompanhar nestes aproximadamente dez dias muito do que foi dito e também do que não foi dito gostaria de me posicionar junto aos colegas e amigos da EA e externar algumas reflexões pessoais:

- Julgo extremamente oportuna e legítima todas as discussões feitas após a nomeação do novo ministro. Não vejo a publicização de pontos que geram conflitos como algo negativo ou perda de foco, mas a possibilidade efetiva de amadurecermos o que queremos daqui pra frente em relação ao que compete à EA no MMA e vinculadas. **Abrir pontos em disputa e divergentes, que por muito tempo ficaram abafados ou minimizados para um público mais amplo, de modo algum significa entrar numa postura de revanchismo, oportunismo ou perseguição pessoal.**

Falo isso com tranqüilidade, pois muitos dos que estão lendo esta mensagem conhecem claramente minhas posições e, mesmo entre os que destas discordam, jamais tive atrito de ordem pessoal com qualquer dos envolvidos com a condução das políticas e com a produção de conhecimentos em EA. **Contudo, devo ressaltar, a cordialidade, o respeito e a valorização do outro nos tratamentos interpessoais não pode representar a simples aprovação do que é feito em nome da amizade ou do reconhecimento do mérito do que se conseguiu. Este tipo de postura esvazia a EA e permite manipulações em nada democráticas.** Além disso, se é fato que o histórico de luta que desempenhamos há quase três décadas, em defesa do bem comum e para se chegar à consolidação de políticas públicas em EA, nos uniu e criou laços pessoais que marcam nossas vidas, isso não pode ser visto como **anulação da possibilidade de construção de outros sentidos** ao que é este bem comum a ser assegurado pelas políticas implementadas pelo Estado brasileiro.

Evidentemente, tal análise não está sendo feita "no vazio", mas apoiada em duas constatações:

(1) nenhuma das posições apresentadas na REBEA questiona os avanços estruturais e institucionais obtidos de 2003 em diante. O que está posto se refere sim à possibilidade de se ampliar, reforçar, ajustar, retomar ou estabelecer ações que assegurem o cumprimento das diretrizes que constam da PNEA e da política ambiental em geral. Portanto, garantir que sejamos capazes de continuar a responder e a buscar alternativas aos problemas que o padrão civilizatório e societário nos coloca, naquilo que compete à prática educativa, passa sim por esta capacidade de dialogarmos e explicitarmos as divergências e disputas sem ficarmos imobilizados;

(2) isso só é viável agora porque estamos em um novo arranjo político-institucional no governo Lula e porque **não há nenhum motivo para se acreditar que o ministro seja uma ameaça à DEA ou à PNEA.**

Particularmente conheço o Minc há 22 anos e nunca o vi fazer nada que fosse a comprovação de que sua nomeação seja um risco. Pelo contrário!

- Toda manifestação é legítima e deve ser respeitada, contudo, a imprensa ou a omissão, quando não se tem algo de muito concreto que a justifique, normalmente nega aquilo que é essencial no debate público. Mais do que isso, pode conduzir, deliberadamente ou não, as manifestações que são tornadas públicas para aspectos que se referem a interesses por demais pessoais. No caso em foco, a imprensa pode ocasionar isso ou evidenciar o total desconhecimento de quais são as posições políticas do Minc.

- Não concordo com as falas que procuram sinalizar que o que está posto são apenas narrativas divergentes. **Na história de construção do Estado e, principalmente, das políticas públicas, as divergências sobre o que se quer com controle social, participação, transformação social, sobre o que se entende por Estado, sociedade civil, igualdade e diversidade, e sobre o tipo de participação que se deseja de ONGs, movimentos sociais, empresariado, etc., se traduzem em ações e proposições bem distintas, por vezes inconciliáveis, mesmo quando se parte de pontos em comum. Portanto, não sejamos ingênuos quanto aos efeitos dos discursos e aos interesses dos agentes que portam tais discursos.** Isso pode ser facilmente identificado em pelo menos dois fatos ocorridos.

O primeiro manifesto a ser entregue ao Minc, apresentado como sendo urgente, **após algumas considerações relativas à necessidade de ajustes e a apresentação de um novo texto incorporando as modificações sugeridas gerou dos que estavam com mais pressa o silêncio.** E isso se deu após termos um número bem maior de pessoas concordando com as mudanças sugeridas não só na REBEA quanto em outras redes - cadê a mobilização para o envio do novo manifesto? Passou o tempo?

O que ocorreu no processo de, primeiro, esvaziamento e, posteriormente, desmonte da CGEAM está muito longe de problemas de competências pessoais, de cumprimento de prazos burocráticos ou esquecimentos, mas se refere claramente a uma postura de afirmação de uma posição em detrimento da outra em um contexto maior de rearranjo institucional que favoreceu uma decisão política de crescimento econômico. E presenciei vários acontecimentos de 2004 para cá que sustentam tal afirmação.

Não falo isso de quem olha de fora. Acompanho a CGEAM há mais de uma década, sua dinâmica de funcionamento e as pressões sofridas, participei ativamente como docente dos seus cursos e da construção das propostas para o licenciamento e para unidades de conservação, e participo de experiências que demonstram objetivamente a viabilidade das propostas formadas nestes dois espaços da gestão ambiental. São extraordinários os resultados da EA em processos de licenciamento de atividades de petróleo e igualmente positivos os obtidos nos projetos de EA em inúmeras UCs no Rio de Janeiro, região sul e parte do norte. **A omissão diante do ocorrido e o esquecimento até o presente do que foi feito em quinze anos foi conveniente a quem? Atendeu a quais interesses?**

E sobre este ponto em particular gostaria de tecer mais algumas considerações.

Colocar que a constituição do GT, entre outras coisas, buscou garantir que se reconheça todas as formas praticadas de EA no âmbito do IBAMA, alegando implicitamente que a CGEAM se colocava numa postura excludente, é, no mínimo, desconhecer quais são os verdadeiros entraves institucionais existentes que ocasionam a falta de diálogo e fragmentação interna e como o Estado opera, inclusive, na inviabilização de projetos de EA em outros setores produtivos estratégicos, para além do petróleo.

Ora, não estamos falando de um Estado abstrato, mas de um Estado que condensa forças que não só garantiram a sobreposição do econômico sobre o político e permitiu a invasão do interesse privado na esfera pública, como historicamente foi e é profundamente patrimonialista! Pensar que cabe tudo diante disso ou considerar que tudo é igualmente legítimo quando estamos pensando em uma EA que atenda aos interesses de uma gestão ambiental pública, é cair em um formalismo conceitual ou na aceitação do contratualismo liberal. Ter uma posição não é sinônimo de estar fechado ao diálogo, ser auto-suficiente. É sim ter a compreensão de que é preciso construir no diálogo e no movimento dos acontecimentos a coerência teórica e prática que possibilite a materialização de uma política pública e seus instrumentos, tendo por base as premissas da PNEA, entre outras que sustentam a EA brasileira: justiça socioambiental, participação, autonomia, emancipação, etc.

Convenhamos, em política pública não podemos reproduzir o discurso de tratamento igual a todos, numa típica abstração constituída na troca de mercadorias e incorporada pelo Estado de Direito, ignorando que isto reproduz as injustiças socioambientais existentes ao descolar os indivíduos da sociedade concreta em que vivemos. Buscar a igualdade significa assumir posturas e ações que superem as relações assimétricas que estão na base dos conflitos ambientais. É exatamente por isso que grande parte dos estudos internacionais e nacionais sobre a interface sociedade-natureza tem os conflitos distributivos e de uso como a categoria mais central de análise.

Um dos grandes méritos da CGEAM foi admitir este aspecto como uma de suas premissas principais, pois só quando enfrentamos e mediamos os conflitos é que somos capazes de entender o lugar social de cada agente e as formas de reverter relações econômicas e políticas desiguais que geram boa parte dos problemas ambientais contemporâneos. Não ter isso como premissa gera uma EA asséptica, cognitivista, pautada na "boa fé", sem a menor condição de alterar

significativamente uma determinada realidade socioambiental, principalmente no âmbito da gestão ambiental.

Afirmar que a CGEAM favoreceu a idéia de que existiam formas de EA "clandestinas" é uma distorção grave da realidade e um deslocamento da discussão necessária sobre os parâmetros que devem garantir o cumprimento da finalidade pública da EA e as formas de superação dos entraves políticos, econômicos e institucionais. E mais, fazer um discurso do plural sem considerar isto é reproduzir as premissas mais elementares do liberalismo do século XVII! (está se defendendo isso? Espero e acredito que não...). O curioso é que, por vezes, se afirma a defesa da diversidade, caindo no achatamento das práticas que não defendem a mesma visão de diversidade. Ou seja, o que fica como mensagem é: exaltemos o diverso desde que seja o nosso diverso!

Falta de debates que garantam a realização de ações e diretrizes compatíveis com as premissas da PNEA, democraticamente e coletivamente discutidas e consensuadas, gera um equívoco clássico da construção de políticas públicas: a possibilidade de se direcionar para o que se quer em função de certos interesses privados ou corporativos. Isso não é um risco único da EA. Isso ocorre e ocorreu em praticamente todos os setores das políticas públicas nos Estados-nação modernos e se agravou no caso brasileiro exatamente em função do patrimonialismo mencionado antes.

Considero, portanto, a (re)institucionalização da CGEAM no IBAMA e a institucionalização de estrutura similar no ICMBio fundamentais para a retomada da EA no processo de gestão, com ênfase no interesse público, no controle social, na mediação e enfrentamento de conflitos e na participação efetiva daqueles que historicamente estiveram excluídos dos processos decisórios. Isso implica, entre outras coisas, na revisão do modo como foi constituído e a composição do GT criado no IBAMA e recentemente no ICMBio. **Uma unidade institucional como a CGEAM não impede a desejada transversalização e a articulação, nem impede outras possibilidades de EA que atendam às premissas já colocadas (que precisam ser discutidas sempre e aprimoradas no exercício democrático).** A experiência concreta comprova que quando se tenta a transversalização sem certas estruturas institucionais e processos de controle social esta tende a ocorrer de modo muito frágil ou simplesmente a não ocorrer, algo constatado largamente no campo educacional.

Este posicionamento encontra interlocutores na lista aberta da REBEA e inicia-se um diálogo na lista aberta onde são pontuados aspectos que diferenciam a abordagem da DEA/MMA e CGEAM/IBAMA em relação a EA:

EI45A

Olhando de fora me parece que não estão todos em pólos opostos. Não concordo com a abordagem que categoriza educadores ambientais de formação marxista versus os neo-liberais. Isso ignora vários elementos que tornam esta abordagem não só incompleta como injusta. Assim provocamos encaminhamentos disruptivos. (...)

O conflito social é importante na abordagem do DEA/MMA, mas não é central, como é central para a CGEAM. Na verdade a não centralidade do conflito social do DEA decorre de uma análise da conjuntura da EA nacional. Eu, particularmente, só trabalho e me interesso pela desocultação de conflitos mas creio que mais de 90% da EA brasileira não foca isso. Fazer política pública exige uma construção conjunta que não confunda público com estatal. Fazer política pública de EA exige que 100% dos atores da EA estejam convidados a conversar, esta diversidade não visa esvaziar o sentido político da ação social em educação ambiental ela tem objetivo pedagógico. Imaginamos que a EA brasileira possa evoluir no sentido de

aprofundar seu sentido e sua contundência. Não é possível fazer política pública de EA só conversando entre iguais.

EI44B

Saber fazer este movimento de diálogo e explicitação de posições pode significar um "salto qualitativo" para a EA enquanto política pública no Brasil, sem criarmos uma "briga de torcidas" ou coisa similar que favoreça vaidades, perseguições pessoais, formas hierarquizadas de poder e não o interesse público.

Também não concordo com leituras maniqueístas que colocam grupo A contra grupo B, sendo que um é o bonzinho e o outro o malzinho da história. Isso é por demais simplório. Mas certamente o inverso é tão simplório quanto: colocar os grupos em uma condição de igualdade (de poder, comunicacional, econômica etc.) quando isto não se evidencia nas relações sociais concretas. E é exatamente por isso que enfatizei a necessidade de se discutir melhor algumas coisas que passaram à condição de consenso sem a devida reflexão crítica.

(...)A questão, pelo menos para mim, é: quais são as formas de EA que devem ser potencializadas em uma política pública quando se tem por foco a gestão ambiental pública e as diretrizes que constam da PNEA? Esse é um critério importante de análise e estabelecer posições não significa excluir outras formas de se fazer legitimamente EA nos espaços pedagógicos formais ou não e nem evitar a conversa. Só que uma conversa (...) não existe quando se minimiza o lugar social dos agentes postos em relações, pois o que acaba ocorrendo, em grande parte, é a reprodução das formas de dominação. Como diria o consensual Paulo Freire, a educação se dá em comunhão, mas esta não está previamente dada e sem o enfrentamento das formas de expropriação e preconceitos reproduzimos a submissão e não propiciamos a emancipação.

Agora, o que é o público? Parece também simples. Uma resposta clássica diria: aquilo que se refere ao que é comum, à vida em comum. Contudo, a discussão é mais complexa do que isso. O público na antiga Grécia não é a mesma coisa que o público na contemporaneidade. Nem público é igual ao que é comunal.

(...) E como nós, educadores e educadoras ambientais, nos posicionamos diante disso? E como encaramos este tipo de Estado diante da política do PAC? Acho que é uma questão nebulosa para grande parte dos educadores, esvaziar a esfera política não se esgota na vontade das pessoas, mas remete a determinadas relações sociais que precisam ser bem conhecidas para analisarmos se os caminhos escolhidos são os mais pertinentes ou não para a defesa dos interesses públicos, devendo, todos, estar abertos permanentemente para a revisão do que se institui.

EI45B

Para mim fica muito claro que a transformação que buscamos não acontecerá pela conquista do governo. Precisamos construir a transformação pela superestrutura, pela direção política, pela busca de um novo senso comum. Isto não significa, para mim, que desistimos de influenciar ou mesmo ocupar postos na estrutura do Estado.

A educação ambiental tem alguns lugarezinhos na estrutura (MEC, MMA, IBAMA, ICMBIO). Eles são muito importantes. Dali pode-se influenciar, um pouquinho só, o pensamento do governo e da EA brasileira.

Neste sentido, além de exercitar uma perspectiva de EA crítica e transformadora acho que cabe uma criação de espaços acústicos cujo hardware induz a reflexividade e a crítica. A idéia é juntar nestes espaços acústicos uma diversidade que seja convidada a um processo de reflexão extremamente pedagógico. É isso que acontece quando nos Coletivos Educadores e nas Salas Verdes a diversidade senta pra pensar "que educação ambiental devemos oferecer para esta realidade?" Esse diálogo conflitivo na diversidade é potencialmente transformador para a EA. Isso

não significa dizer que toda perspectiva política é boa, não significa um discurso vazio e despolitizante a favor da diversidade. **Aí reside uma hipótese, do Boaventura, de que grupos que se reúnem para interpretar a realidade (as comunidades interpretativas) "produzem" emancipação. Essa emancipação tem relação com a sociedade desocultar conflitos e formular novos arranjos, novas propostas de ação, modo de vida, modo de produção.** Como deve ser uma política pública que ajude a proliferar comunidades interpretativas?

Essa pergunta moveu boa parte das reflexões do DEA 2004-2006, eu participava do grupo nessa época. Admito que possa haver equívocos ou até inocência nesta formulação e assim acho que deve haver uma boa avaliação que permita melhorias no processo.

Do que conheço da CGEAM entendi que havia uma hipótese que orientava um exercício do Estado como revelador de conflitos sociais, imagino que foi um exercício muito bom e do qual precisamos aprender lições.

Espero não ter sido simplista mas "teoricamente" **nunca vi um conflito de fundo entre as abordagens do DEA e da CGEAM. Há, sim, grande diferença de estratégia. Elas convergem? Competem? Sinergizam? Devemos encontrar lugares apropriados para ambas? Só conseguiremos responder a tais perguntas se conseguirmos dialogar juntos sobre isso, planejar como um conjunto a política pública de EA.**

Isso, a meu ver, sugere a necessidade de um encontro teórico e prático sobre políticas públicas em EA. Este, idealmente, seria promovido pelos órgãos MMA-IBAMA-ICMBIO.

Este diálogo na minha interpretação demonstra que a REBEA tem entre seus membros a capacidade crítica para se posicionar frente aos acontecimentos, absorvendo diferentes concepções e, respeitando a alteridade, potencializar a confluência. O motivo deste procedimento de *tradução* não ser a regra, mas exceção entre os enredados demonstra que esta opção reflete um posicionamento não-político da rede. Este é também um dos resultados da elisão do político na rede.

4.4 O ACONTECIMENTO DISCURSIVO

É importante estar plenamente presente.

Hanna Arendt

Karl Jaspers

Os recortes discursivos EI35, EI36, EI40, EI41, EI42, EI44, EI45 e EI46, EI47, EI48 podem ser caracterizados como um *discurso polêmico*, na medida em que se abrem para a polissemia e a deriva do sentido, buscando na interlocução, na relação com o outro, respostas (ORLANDI, 1996). Eni Orlandi distingue três tipos de discurso: lúdico, polêmico e autoritário. O critério para a distinção entre os 3 tipos de discurso é baseado no referente e os participantes do discurso. O discurso lúdico é aquele em que seu objeto se mantém presente enquanto tal e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando o que chamaríamos de polissemia aberta. O discurso polêmico mantém a presença do seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrário procuram dominar seu referente, dando-lhes uma direção, indicando perspectivas particularizantes o que resulta na polissemia controlada. No discurso autoritário, o referente está ausente, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta polissemia contida.

O discurso polêmico instaura o conflito, expondo que os sentidos não se constroem pacificamente, mas são fruto de um embate constante: a “versão que prevalece” é disputada pelos interlocutores e podemos observar o “jogo entre o mesmo e o diferente, entre um e outro sentido, entre paráfrase e polissemia” (ORLANDI, 1996:155).

Contrariando a prática corrente na REBEA que é *silenciar* sobre as ações de membros do Estado, aqui revela-se um discurso questionador, que *diz o que não pode ser dito* na rede. EI35, uma posição-sujeito vinculada ao Estado, mas que entendo como dissidente, revela que, em relação ao IBAMA e CGEAM **não posicionar-se, manter-se indiferente e passivo é também uma tomada de posição político e ideológica.**

Esta posição de sujeito – atualizada em diferentes recortes discursivos - inaugura um *acontecimento discursivo*, isto é, o momento em que um enunciado rompe com a estrutura vigente, instaurando um novo processo discursivo. O acontecimento inaugura uma nova forma de dizer, estabelecendo um marco inicial de onde uma nova rede de dizeres possíveis irá emergir (LEANDRO FERREIRA, 2001:11). Neste sentido, esta posição-sujeito para além de explicitar a contradição que existe entre os membros do OG e seus aliados, revela também a utilização da rede para legitimar suas ações e embates dentro do governo. Esta posição-sujeito dissidente dissemina seus sentidos e afeta outros sujeitos que reiteram os novos movimentos argumentativos:

EI46

Acompanhando essa discussão, achei o Manifesto uma “versão feliz” do trabalho feito nesses 5 anos pela DEA e embora tenha algumas omissões importantes, ela reflete, de modo geral, o cenário da EA no MMA.

Eu só não entendi bem a urgência: o Minc sinalizou que haverá mudanças na EA do MMA?

Alguém está demissionário?

Qual o teor dessas mudanças?

A que estamos reagindo?

Estamos nos mobilizando para evitar exatamente o quê?

Desconheço a gestão do Minc no Rio, só sei o que a mídia veiculou, mas pelo que entendi, ele fez um bom trabalho no Rio e é um ambientalista conhecido e pelo jeito, aberto ao diálogo. Ao menos nesses últimos dias, falou muito ;-)

Assim, eu fico aqui pensando: será que não seria mais simples, primeiro a REBEA ir conhecer o projeto dele?

Perguntar quais os planos, negociar o que for preciso, mas, principalmente, conversar com ele antes de reagir?

E nessa conversa frisar a importância do povo que está no MMA e os avanços que obtivemos na área com essa equipe?

Me parece que pode ser um tiro no pé um Manifesto que, pelo menos aqui na rede, teve bem pouca adesão e quase nenhuma discussão pelos enredados (a única discussão - hiper-relevante por sinal, pois problematiza uma questão crucial - foi silenciada em nome do tempo que urge). É visível que é uma iniciativa de um grupo pequeno e não gerou mobilização dentro da rede.

Não sou contra a manutenção de uma política que visivelmente provocou avanços significativos, mas acho que deveríamos primeiro conhecer o projeto do Minc, daí tirar uma posição - debatida e negociada entre os enredados – e aí, se for o caso, ir pro embate (ou debate).

EI36C

Acho que nos omitir, neste momento, sobre a situação da EA no IBAMA e no ICMBio será jogar fora uma oportunidade de reafirmar a posição que a REBEA tomou quando da re-estruturação do MMA e vinculadas há um ano atrás.

Afinal, na época não nos posicionamos (não lembro se foi individualmente ou em Rede, mas recorro-me perfeitamente da movimentação) indignados pelo 'sumiço' da EA nesses órgãos? Não nos posicionamos sobre a extinção da CGEAM? Porque não reafirmar isso agora que temos, talvez uma oportunidade de rever a situação?

(...) Essa é uma questão urgente. Se apenas falarmos da continuidade da política e ações em EA sem ressaltarmos esse fato que ao meu ver, manchou a gestão da Marina, seria afirmar que tudo foi ótimo, perfeito, não deixando margem para intervenções posteriores. Afinal, as pessoas que estão lá dentro devem se fortalecer com nossos argumentos, e estaríamos reiterando manifestações da CISEA, inclusive.

EI47

Soubemos que nesta semana está circulando na REBEA um documento para ser avaliado pelos educadores ambientais do país e entregue ao novo Ministro do Meio Ambiente. Pelo que tenho conversado com vários educadores ambientais – não apenas do IBAMA e do ICMBio -, este documento não é unanimidade, existindo nele vários pontos que deveriam ser melhor discutidos para realmente transparecer a vontade dos educadores ambientais do país.

EI48A

Eu por exemplo, optei receber resumos diários, apenas hoje tive acesso a vários posicionamentos. Sem contar a necessidade de ler os documentos mencionados para que seja possível concordar ou discordar. Como fazer para não cair nesta armadilha que em nome da urgência pode nos fazer tomar decisões precipitadas?

Os sentidos que surgem provocam uma proposta de mudança no texto “original” da Carta (em 02/06/08).

TEXTO ORIGINAL	TEXTO MODIFICADO
<p>Cabe destacar neste contexto, a necessidade urgente da (re) institucionalização da educação ambiental no IBAMA e a criação de estrutura de EA no ICMBio, tendo em vista os serviços prestados à educação ambiental pelo IBAMA e o potencial de ação de suas estruturas descentralizadas – Núcleos de Educação Ambiental (NEAs). Ressaltamos que devem ser levados em consideração, no que tange a (re)institucionalização, os resultados do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (GTEA) do IBAMA, instituído pela Portaria IBAMA n.147, de 22 de fevereiro de 2008.</p>	<p>Cabe destacar neste contexto, a necessidade de rever um grande lapso que ocorreu em função da reestruturação do MMA e do IBAMA com a publicação da MP 366/07, quando não foi contemplada a estrutura existente para educação ambiental no Instituto e não foi criada uma estrutura equivalente no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, motivo de manifestações da REBEA e de discussão na 37ª reunião da Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA). Diante disto, e de um comprometimento assumido publicamente pela então ministra Marina Silva de rever a questão, solicitamos a (re)institucionalização da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM) no IBAMA e a criação desta estrutura de EA no ICMBio, tendo em vista os serviços prestados à educação ambiental pelo IBAMA, em uma</p>

	prática em favor da gestão ambiental pública, e o potencial de ação de suas estruturas descentralizadas – Núcleos de Educação Ambiental (NEAs).
--	---

Esta modificação na Carta não é problematizada na REBEA, no sentido de discutir a *compreensão política dos sentidos*, pois em vez de legitimar o discurso do novo grupo que protagoniza a EA dentro do IBAMA reestruturado, a Carta agora reivindica o *retorno* de uma política ambiental que foi excluída arbitrariamente e unilateralmente.

Os enredados da Facilitação Nacional – com exceção aos vinculados ao Estado - não participaram do debate, não se posicionando na rede e acataram a modificação do texto com a mesma complacência que haviam acolhido o texto original²². No entanto, *depois* da modificação da Carta, alguns facilitadores se manifestam:

EI49

Mas, independentemente da posição dos demais, apoio a alteração sugerida, uma vez que, como redes autônomas e independentes não temos por que esconder debaixo do tapete o conflito institucional e de poder entre o IBAMA e o MMA.

EI50

Muito embora tenha concordado com a primeira proposta de texto, considero oportuno que possamos avançar em nossas reflexões. (...) Penso que sendo assim, cabe a nós RE-fletirmos e RE-fazermos para que contemple o conjunto de sugestões pertinentes.

EI51

Não é possível que um "mero esquecimento" ocasione a perda de anos de construção da EA dentro do IBAMA.

EI52

Me incomoda demais aquele silêncio trombudo, sabem? Quando se cala na lista mas se futrica nos bastidores. Não se constrói desse jeito. Portanto, fica aqui meu de acordo com as alterações propostas e minhas renovadas esperanças nesse viver em rede.

EI53

Uma curiosidade: quem teve a iniciativa de fazer este manifesto? Qual a origem dele?

EI54

Concordo com a modificação importantíssima proposta no texto.

EI55

Acho que essa inclusão mostra um cenário mais verdadeiro e não apaga as contradições que existiram.

EI56

O texto está claro e objetivo, especialmente por conter o pedido para a (re) institucionalização da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM) no IBAMA e a criação dessa estrutura de EA no ICMBio.

²²Neste sentido, reproduzem a mesma postura da época da reestruturação do MMA/IBAMA: na lista aberta correram 84 e-mails noticiando os acontecimentos, posicionando-se e mobilizando-se. Na lista restrita da FN entre abril/junho/2007 houve um único e-mail sobre esta questão. Este e-mail não obteve resposta.

A Carta para o Ministro de Meio Ambiente Carlos Minc é enviada no dia 18 de junho de 2008 por e-mail. Um dado curioso é que nenhum enredado perguntou pela *resposta do Ministro*. Este assunto nunca foi retomado e a REBEA seguiu adiante.

No dia 01 de julho de 2008 é anunciado o afastamento do diretor da DEA, como havia sido sinalizado na mensagem de 29 de maio da assessora do Ministro Carlos Minc. A rede se mostra *surpreendida* pela notícia, embora ela tenha sido anunciada à REBEA com mais de um mês de antecedência.

Esta mobilização da REBEA, iniciada em 13 de maio e que se encerrou em 18 de junho de 2007 com o envio da Carta, mostra vários movimentos e filiações de sentidos circulando, estes movimentos evidenciam o trabalho do político e da ideologia na rede. Para fins de análise quero destacar posições que se relacionam à minha questão de pesquisa e procura compreender como se dão os processos decisórios e o que é decidido coletivamente na rede.

4.5 A PARTICIPAÇÃO DOS ENREDADOS NOS PROCESSOS DECISÓRIOS

Na Rede Brasileira, como em outras redes que atuam de acordo com os fundamentos organizacionais horizontais não há delegação de poder nem representação. As ações são consensuadas uma a uma e as adesões firmadas uma a uma. O que se estabelece nos processos executivos da rede é que entidades assumem responsabilidades em função de objetivos regulares e temporários. (REBEA, 2004b:4).

Inicialmente destaco a **pouca participação dos enredados nos processos decisórios da REBEA**. Entre maio e junho na lista aberta da REBEA circularam 373 e-mails. Destes, 81 mensagens se relacionaram à Carta. Se considerarmos a quantidade de enredados que efetivamente participaram desta discussão este número torna evidente que em vários momentos *os mesmos enredados se manifestaram várias vezes*. A Carta ao Ministro consumiu cerca de 35 dias de discussões que envolveram 37 membros da REBEA. Destes, 12 fazem parte do OG ou IBAMA. É interessante também destacar que entre estes 37, 17 fazem parte da Facilitação Nacional (5 ligados ao Estado e 12 às redes, Universidades e ONGs). Ou seja, 8 membros da lista aberta participaram do processo decisório de uma mobilização em um momento político importante. Das 44 redes-elo somente a REJUMA e a REASUL posicionaram-se na REBEA a favor da Carta, após deliberarem no coletivo.

4.5.1 Os critérios decisórios da REBEA: quem decide o quê?

A hegemonia é uma tentativa de criar consenso baseada na idéia de que o que ela produz é bom para todos. Boaventura de Sousa Santos, 2007.

Ao mesmo tempo em que essa discussão entre os gestores modifica a Carta, uma outra discussão emerge e desvela um dos critérios decisórios da REBEA:

E157

Usando nosso processo de decisão aqui, quando não há manifestações em contrário, está aprovado - é isto?

EF10

Por um pacto nosso (ainda que não escrito, porém presente), os que calam concordam.

Assim, pode-se presumir que para a posição-sujeito dominante o silêncio que caracteriza a REBEA é entendido como “concordância” ou “consentimento”. Esta visão, ingênua ou não, despolitizada ou não, parte de um pressuposto: todos os enredados acompanham as discussões e não se manifestam porque o enredado silencioso se *reconhece* na posição-sujeito dominante e esta *reflete* o entendimento da totalidade dos membros rede que não participam diretamente dos processos decisórios.

Esta compreensão é relativizada quando os membros demonstram que desconhecem os processos decisórios:

E148B

Quais são os critérios para uma ação da REBEA?

Existe algum documento (como um regimento interno) que trate sobre isto?

O que você quis dizer com: "Usando nosso processo de decisão aqui, quando não há manifestações em contrário, está aprovado - é isto?"

Como funciona este processo de decisão?

Aprovado pelo coletivo de pessoas ou de redes?

São os enredados da REBEA ou as redes estaduais/temáticas da REBEA que se pronunciam para uma tomada de decisão?

É na lista aberta ou na lista de facilitação?

Como tomar decisões quando não há consenso?

Pela sua fala e se houver uma manifestação em contrário o processo é invalidado?

Se conta pelo número de pessoas e/ou redes em relação ao total?

E a questão do tempo de amadurecimento e diálogo necessários para uma construção coletiva e possíveis negociações?

Vejo que sua mensagem foi postada ontem e as mensagens referentes a um possível posicionamento da REBEA à favor da EA no MMA tem de dois a três dias. Como é possível as pessoas e/ou redes se manifestarem em tão curto espaço de tempo?

Será que a cada caso não seria necessário a estipulação de prazos distintos?

Acho que este fato nos mostra o quanto precisamos de debates, principalmente sobre os processos deliberativos da própria REBEA.

Qual metodologia de tomada de decisão pode ser usada em uma rede de redes?

Minha preocupação é que estamos seguindo a mesma lógica que tanto queremos combater...

Este questionamento não tem resposta, embora ele tenha sido lançado diretamente à Secretaria Executiva da REBEA. Esta ausência de resposta é uma característica do processo de silenciamento que os membros que não integram o grupo gestor são submetidos quando questionam as ações da rede. Este processo tem um segundo momento que é caracterizado pela desqualificação da questão ao se presumir intenções ocultas, não-verbalizadas no enunciado:

EI58A

Eu acho que nos falta memória e nos sobra intenções ocultas...primeiro como a REBEA não é uma empresa nem ONG, me parece que a burocratização de tudo, inclusive de critérios para decisão, nunca foi nosso forte... mas o grande problema é mesmo de memória, pois não sei se intencionalmente ou por displicência, esquecemos que a REBEA tem uma carta de princípios... E é com base nesta carta de princípios que definimos nosso *modus operandi*... lembrando que esta carta de princípios se estrutura a partir do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global... Quem se lembra? Quem usa? Onde ela está?

Este recurso argumentativo é característico do *discurso autoritário* que coloca a questão dos processos decisórios como “algo que se deve saber” (ORLANDI, 1983:17). Neste tipo de discurso as “informações” aparecem como dadas, predeterminadas, e não deixa espaço para que se situe a articulação em um contexto sócio-histórico (idem:p.33). Não responder a questão formulada e lançar outra questão sobre um outro assunto, no caso o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis – é utilizado para desqualificar o interlocutor, sugerindo que ele desconhece princípios básicos que os outros enredados já dominam, sinalizando que ele não compartilha da *memória do dizer* que seria um traço identitário dos enredados. Passa para o enunciador a responsabilidade de conhecer a resposta de sua questão, criando o efeito de evidência dos sentidos.

Esta memória compartilhada é um mero efeito discursivo, pois os enredados que protagonizaram os encontros e acordaram os princípios estruturais da rede são hoje um grupo pequeno e quase não interagem com a lista aberta. Além disto, como os membros da lista aberta não participam da gestão da REBEA muitos procedimentos não são conhecidos.

Ao se referir a “intenções ocultas” o enunciador desfoca a questão sobre “critérios e processos decisórios” sugerindo que esta questão encobre outras, não reveladas. Remete ao *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis* sugerindo que a resposta está lá. Ledo engano. O Tratado não refere a processos decisórios, nem tampouco sugere modos de convivência em redes. Ao contrário, estimula questionamentos e mudanças: “Este Tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve portanto propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação”. Não há nada no Tratado que sugira relações estáticas e auto-evidentes. Surge, então, uma questão: por que em vez de simplesmente responder às perguntas, existe este movimento para desqualificá-las? Por que silenciar sobre os processos decisórios? A quem interessa que estas questões continuem restritas a um grupo? Na minha leitura esta estratégia visa evitar novas perguntas que poderiam mobilizar novos sentidos e desestabilizar sentidos hegemônicos.

EI49B traz uma questão importante: qual a metodologia para a tomada de decisão a ser adotada em uma **rede de redes**? Desde 2000 a REBEA se propõe a ser uma “rede de redes”, um espaço de convergência das redes estaduais e locais que estariam ali

representadas por 3 a 5 enredados no espaço da Facilitação Nacional (cf. AMARAL, 2004b). Pode-se inferir que a “rede de redes” é a Facilitação Nacional e a lista aberta, como já sugeri anteriormente, é uma rede de convivência, uma lista de informação, e os educadores que ali estão presentes pertencem a outras redes, locais e é na esfera local que eles teriam participação nos processos decisórios da REBEA. Mas não é isso que acontece: os facilitadores muitas vezes representam a si mesmos, outras vezes são indicados pelas redes, alguns são indicados pelo Estado (que não é rede), tem redes que não indicaram facilitadores, grande parte dos facilitadores listados não interagem na rede. E as decisões são ora tomadas na FN, ora na lista aberta. Ou seja, a realidade da REBEA é mais rica e complexa do que versões idealizadas sobre seu suposto funcionamento.

O “acordo de convivência” da REBEA indica algumas pistas de como os processos decisórios devem ocorrer:

Acordo de Convivência – REBEA

Do ponto de vista da gestão da rede e do convívio de seus integrantes são nossas regras de convivência:

- Uso permanente de diálogo respeitoso, evitando a agressividade nas discussões e nos atos.
- **O respeito ao sigilo e privacidade das instâncias deliberativas da REBEA (lista da facilitação nacional e reuniões da facilitação).**
- Respeito às decisões específicas de cada rede, no que se refere a um determinado assunto e ações, efetivando o princípio da autonomia.
- Consulta às redes membros da REBEA quando da tomada de decisões que venham a atingi-las, aprimorando a horizontalização e a democracia interna e evitando a verticalidade no processo de gestão e decisão.
- Respeito à diversidade dos integrantes, considerando o caráter multi-setorial da REBEA, evitando-se atitudes excludentes e preconceituosas.
- Permanente busca do envolvimento dos participantes nos planejamentos,
- participação em eventos, representações, colocando em prática os princípios de multiliderança e interdependência.
- Compromisso de compartilhamento de informações, conhecimentos, experiências, colocando em prática o princípio da conectividade.
- Inclusão na agenda da rede membro dos temas definidos para uma agenda de ação comum da REBEA: apoio a implantação da Política Nacional de Educação Ambiental, mobilização para a destinação de recursos públicos para a Educação Ambiental, participação e apoio aos movimentos pela inclusão digital, participação nos movimentos por uma Educação com qualidade, educação para o consumo sustentável.
- Evitar o uso de elementos que caracterizam a REBEA (marca, textos etc.), a
- não ser em eventos e ações em que a rede efetivamente participe.
- **Evitar que os interesses pessoais ou institucionais se sobreponham ao interesse coletivo da REBEA.**
- O Acordo de Convivência é um documento elaborado pela Facilitação Nacional da REBEA com o intuito de definir normas para

o relacionamento, tendo como fonte inspiradora os princípios do padrão organizacional em rede: autonomia, democracia interna, respeito à diversidade, conectividade, multi-liderança e interdependência (Fonte: www.rebea.org.br, grifo meu).

A questão das decisões da REBEA ainda está em disputa: quem decide o quê? O que vai para a lista aberta e o que permanece no grupo restrito? O que significa *consenso* em uma rede que é composta por cerca de 500 pessoas, espalhadas em um país-continente? Na Facilitação Nacional algumas considerações sobre os processos decisórios são postadas:

EI58B

A meu ver a elaboração da carta ao ministro é demonstrativa do estágio de desarticulação que vivemos... primeiro que caímos na armadilha de em nome de inclusão de mais dois parágrafos na proposta inicial da carta levamos um tempo enorme para finalizá-la, pois trabalhamos de forma confusa, sem coordenação desse processo, e é evidente que para algumas pessoas esse processo de retardamento era intencional...

Mas pior do que isso, o que conseguimos no máximo foi enviar a carta por e-mail para o novo ministro... a meu ver, isso e nada é a mesma coisa... quem pode garantir que o ministro leu esse e-mail, vocês já imaginaram a quantidade de e-mails que o Minc recebia como secretário e depois como ministro? Será que ele tem tempo para ler e-mails? Mas lamentavelmente nosso encaminhamento foi esse... Não nos organizamos nem para fazermos esse documento chegar ao ministro, e estou falando de todos nós, por isso me incluo também...

EI33C

Momento atual de organização da REBEA: também considero que enquanto Rede estamos bem longe do ideal. É preciso refletir sobre isso. Vejo um grande descompasso entre nosso discurso de redes e nossa prática/gestão. Temos sido pouco executivos, nossos processos de tomada de decisão são confusos e lentos, discutimos muitas coisas e poucos encaminhamentos são efetivamente tomados, etc. Não se trata aqui de apontar nomes, mas de discutirmos o processo de gestão, que envolve: Sec. Executiva (uma ou várias), facilitadores com funções definidas, recursos, listas diversas, site, VI Fórum, RevBEA, etc.

EI59

Como ter uma ação política eficaz, no tempo certo, oportuna, com um processo de decisão a distancia? Eu definitivamente não tenho a resposta, apenas muitas, muitas dúvidas sobre essa democracia virtual, que às vezes me parece muito precária por seu próprio contexto de funcionamento e modo de existência.

Estes recortes enunciativos elencam os problemas nos processos decisórios da REBEA: inexistência de um acordo sobre os processos decisórios, quem fala pela REBEA e quem fala pelas redes elos, falta de lideranças e de um plano de ação, tempos longos e indefinidos. Enfim, **não se tem um sentido político para suas ações políticas** e este é outro efeito da elisão do político na REBEA. Quando a rede inicia processos de mobilização essa questão retorna e ainda não se tem um acordo sobre isto. Episódios onde a REBEA se

coloca politicamente²³ têm em comum a pouca adesão dos membros à causa e o fato de que a iniciativa de publicizar os fatos coube ao Estado.

Convém destacar que para além da centralização de poder e núcleo decisório na FN, a lista aberta não dá respostas rapidamente. Neste sentido ela subverte a lógica do *tempo intemporal* e do *território-rede* onde tudo é rápido, instantâneo, simultâneo, fluido. A lista aberta parece que já incorporou a dimensão do silêncio enquanto estruturante e mesmo quando tem oportunidade de se manifestar politicamente não o faz. E assim, as decisões se concentram nos grupos mais estabilizados, localizados na Facilitação Nacional e em seus aliados na lista aberta.

Essa questão já foi problematizada na FN, principalmente quando surge a possibilidade de um membro ir “representar” a REBEA politicamente e um membro da FN faz uma análise que considera que as redes estão na “tensão da transição entre o novo e o que já existe”. Nessa visão, o esforço para consolidar as redes enfraquece “formas tradicionais de organização como os movimentos sociais representativos de uma identidade ideológica”, reduzindo as possibilidades de atuação. As redes seriam “espaços de articulação pela possibilidade participativa inerente aos seus princípios; espaço de difusão de informações; de reflexão coletiva pela explicitação da diversidade de idéias e desvelamento de conflitos; de ampliação do espaço público para o ambiente virtual”.

Porém a pouca participação dos enredados induz a uma representatividade pouco legitimada e as redes por agregarem tanta heterogeneidade não representa “uma posição” e por isso a dificuldade em consensos. A solução sugerida é organizar

EF11

Uma estruturação tradicional nossa de um movimento de EA verticalizado, de caráter representativo desta posição ideológica de uma Educação Ambiental crítica, que cria a meu ver, inclusive, um comprometimento maior dos representantes, até pelo caráter instituído e significado em nossa sociedade (formalmente eleito, mandato, etc.), do que o voluntariado das redes (condizente aos seus princípios). Vejo como dois movimentos que não são excludentes e sim potencialmente complementares, pois as redes como um espaço formativo do novo e de ampliação do espaço público, são de interesse dos que se comprometem com o embate contra-hegemônico. Portanto esse movimento representativo da EA (que no meu entendimento começa a amadurecer a sua necessidade), tem a ele inerente o compromisso político de facilitar as redes como um de seus nós. Me parece que na composição destes dois movimentos (de rede e

²³Como exemplos emblemáticos da REBEA posicionando-se politicamente, temos em 2003 a extinção no MEC da Coordenação de Educação Ambiental, em 2007 a reestruturação do IBAMA e em 2008 a Carta para o Ministro. No caso do MEC a Secretaria Executiva organizou um movimento e o publicizou, a mídia nacional tomou conhecimento da questão e, após reuniões entre MEC e MMA, a situação foi revertida. Mas na lista da REBEA a movimentação foi relativamente pouca. No episódio do IBAMA coube à REMTEA o protagonismo da ação a favor da reestruturação do IBAMA porque a REBEA não conseguiu ir além de noticiar e publicizar os fatos. Mesmo para aderir ao Manifesto da REMTEA, a REBEA demorou muito tempo, simplesmente porque a rede não se manifestou.

representativo) poderemos contemplar o nosso engajamento político para que o novo aconteça como resultado do embate hegemônico.(FN, 23 de outubro de 2007).

A resposta à elisão do político na REBEA nessa visão seria o retorno de uma estrutura piramidal. No entanto, outras redes, procurando criar uma experiência vivida para radicalizar os processos democráticos, criam outras possibilidades para comprometer todos os enredados à participação.

Devido a sua morfologia (horizontalidade, desconcentração de poder), a sua multilideranças e aos seus fundamentos libertários, a rede só pode existir numa autogestão ou seja, numa gestão coletiva e participativa. Entretanto é importante salientar que dentro da rede níveis diferenciados de participação podem ocorrer por parte de diversos integrantes. Alguns estarão muito fortemente engajados no fazer cotidiano da rede, outros terão atuação mais pontual e localizada. Em ambos os casos, contudo, mantém a gratuidade da participação que se faz em função de pactos estabelecidos em torno de princípios e valores compartilhados. Esta participação voluntária e gratuita expressa a condição de autonomia dos integrantes da rede – autonomia para agir, decidir e estabelecer conexões. Esta autonomia não é referenciada no sujeito solitário, mas pactuada na rede, cujo princípio motor é a responsabilidade – ou seja, a resposta ao Outro (MAKIUCHI, 2005:134)

Assim como não existe uma receita que possa determinar o que funciona ou não em determinada rede e não se possa portanto generalizar as estratégias sem contextualizá-las, pode-se inferir que em vez de silenciar o conflito ou desqualificar a diferença, é necessário compreender que estes fazem parte do processo de ser rede e que é na superação e no ir além que a rede se fortalece.

A rede (social solidária) é auto-regulável, está em constante processo de auto-organização, autoproduzindo-se, em autopoiese. Esta autopoiese supõe a dialógica entre ordem/desordem/organização, isto é, um movimento contínuo onde ordem e desordem atuam numa dupla lógica entre antagonismo e complementaridade. Isso significa que na rede os momentos de ordem (estabilidade, consenso) são seguidos de momentos de desordem (instabilidade, conflitos) e nesse movimento a rede segue consolidando-se. Nesta auto-organização estão as idéias de recursividade e retroalimentação. (...) Esmiuçando um pouco mais, uma rede real nunca está pronta, terminada, pois ela é um sistema aberto, permanecendo à temperatura de sua própria destruição. Este é um ponto extremamente delicado ao se tratar de redes sociais, a idéia de que por meio de uma ação externa à rede se possa impedir que esta se extinga. É um erro crasso. Ao fazer isso, a intervenção externa cria um foco de poder e hierarquia e joga por terra a própria rede. No caso das redes sociais solidárias a aposta que deve ser feita reside na própria regulação interna da rede que se dá a partir de seus fundamentos valorativos e nos laços solidários que realimentam. (MAKIUCHI, 2005:132)

É interessante frisar que retornar a um formato que historicamente aprofunda a desigualdade e a assimetria entre os sujeitos pode até fazer com que o grupo tenha mais agilidade nas respostas, mas com certeza essas respostas não irão intensificar a vontade e promover subjetividades “rebeldes” (cf. SANTOS, 2007) e processos emancipatórios. Santos (2007:41) entende ser necessária uma maneira nova de relacionar os conhecimentos e é preciso captar toda a riqueza para não desperdiçar a experiência” e esse processo tem um

sentido político e também um sentido epistemológico e visa “criar uma nova concepção de dignidade humana e de consciência humana”.

Deve-se “credibilizar as articulações e tentar que elas se sustentem, se ampliem, se densifiquem, e para isso é necessário manter a luta política da pluralidade. O capitalismo vive da possibilidade de que as classes populares confundam o inimigo e pensem que o que está mais próximo é o mais importante como inimigo, de fato, quase nunca é (SANTOS, 2007:120)

5 O SILÊNCIO E O NÃO-DITO

(...) adentraram a cena política os anônimos, com os seus discursos truncados mas carregados de veracidade, de indignação e de pertinência (...) os anônimos, os invisíveis e os ensimesmados estavam observando atentamente, procurando entender as origens e os significados desses comportamentos.
Marcos Reigota, 2006.

5.1 O PARADOXO: MONOLOGIA NUMA REDE DE CONVIVÊNCIA

Que bom ver algum comentário,
esse silêncio me angustia muito... há tempos!
Enredado, FN, outubro de 2007

Na REBEA, tanto na lista aberta quanto na restrita, o *silêncio* é a principal característica da rede. Justifico esta afirmação, com base na análise dos e-mails que circulam pela REBEA. A leitura dos e-mails sugere que a lista aberta serve principalmente para tornar público cursos, eventos, notícias da área ambiental. São avisos, editais, convites, projetos, abaixo-assinados e textos diversos que alimentam o fluxo de informações e produzem grande número de mensagens. Essa ausência passa muitas vezes despercebida, pois a lista aberta *transborda* de e-mails que não dependem da resposta do outro, são monológicos.

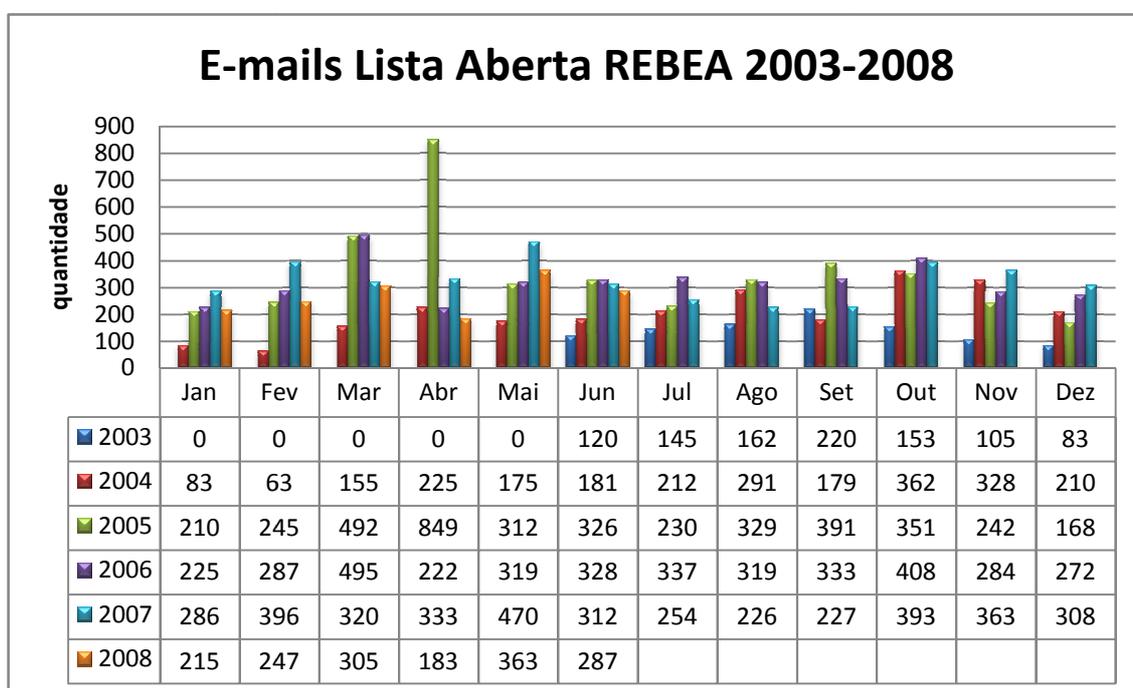
Assim, a maioria dos membros e da Facilitação Nacional permanecem em silêncio e não participam das trocas entre os enredados. Podemos nos perguntar o motivo de manterem-se na lista. Já foi dito anteriormente que os membros da REBEA não participam da gestão e processos decisórios, sendo *informados dos acontecimentos* pela Facilitação Nacional. Cabe perguntar em relação à lista aberta: quem fala? Com quem fala? Sobre o que falam?

Para responder a estas questões cabe retornar à rotina da rede, entender que a rede se organiza entre fluxos e refluxos, existe as atividades ordinárias que forjam um cotidiano de informações e surge esporadicamente o extraordinário, episódios onde a REBEA se coloca discursivamente no espaço de interlocução e no espaço de formulação. Via de regra, um pequeno grupo troca opiniões sobre diferentes temas ambientais, geralmente alguém se coloca a favor de algum ponto, outro se contrapõe e iniciam pequenas discussões que se esgotam em si mesmas. Quem inicia e participa dessas discussões são os mesmos enredados, em geral membros que não participam da lista da Facilitação Nacional, embora alguns facilitadores ocasionalmente se manifestem. Essas discussões não são mencionadas na lista da Facilitação Nacional e esses dois grupos raramente cruzam entre si. São listas paralelas, com informações e dinâmicas absolutamente distintas. Ocasionalmente um membro da Facilitação Nacional se coloca na lista aberta e contribui para uma discussão, mas a regra é que, fora os Facilitadores que são moderadores, os outros facilitadores pouco se conectam. As ponderações dos membros não ecoam na lista restrita e, de modo geral,

não produzem deslocamentos de sentido. Nos processos decisórios existem dois movimentos:

- se a decisão é sobre a gestão da REBEA cabe à Facilitação Nacional discutir entre si a questão e, posteriormente, informar (ou não) a lista aberta;
- se a REBEA posiciona-se em relação a determinado assunto, a sugestão do posicionamento cabe novamente à Facilitação Nacional e os membros são instados a aderir (ou não) ao processo.

O gráfico que segue apresenta a quantidade de e-mails que circula na lista aberta da REBEA²⁴.



Na tentativa de mapear esse grupo imenso e silencioso e compreender porque estão na lista, enviei uma mensagem - na época da Carta da REBEA - onde compartilho minhas impressões sobre a dinâmica da rede e procuro provocar respostas para o silêncio:

EI60A

Todos os textos sobre a REBEA falam da sua vocação para a alteridade, para o encontro com o outro, para a troca, caracterizada pelo questionamento e pela insubordinação, mas eu percebo que na rede isso não é exercitado.

Existe “NÓS” (ou o grupo hegemônico) e existe “OS OUTROS” (os dissidentes).

“NÓS” é facilmente identificável: ele é **nomeado**, repete o mesmo de diferentes maneiras e seus ditos são ratificados pelo grupo.

“OS OUTROS” é mais arisco: raramente é nomeado, é **identificado como “eles” ou “alguns”**, e na visão de “NÓS”, “ELES” é adepto de teorias de

²⁴Esses dados estão disponíveis na página inicial da lista de discussão da REBEA no Yahoo grupos: <http://br.groups.yahoo.com/group/REBEA/>.

conspirações para derrubar desafetos e não concorda com tudo que é dito e questiona “NÓS”, olha que absurdo.

E entre eles existe um mar de membros silenciosos que raramente se manifestam.

Acho muito estranho que questionamentos sejam tomados sistematicamente como tentativas de deslegitimar processos e não pelo que realmente são: **perguntas**. Perguntas que deveriam ser respondidas (e não arbitrariamente ignoradas ou desqualificadas). Me parece que toda questão merece uma resposta e que não deveria ser encarada como um desafeto, mas como vontade de saber.

Eu sempre fico com a impressão que perdi alguma coisa, deixei de ler alguma mensagem, porque as referências a futricas de bastidores me deixam a impressão de quem sugere isso sabe algo que desconheço e que não é explicitado na rede. **Os conflitos são velados, indiretos, ampliam o desconforto e não resolvem nada.**

Também acho que considerar o SILÊNCIO que ronda a rede como concordância e adesão ou mera indiferença é simplificar e ignorar os sentidos do silêncio. Para mim é claro que **esse silêncio grita a ausência de espaço para a alteridade.**

Nas mensagens que recebo para compor minha pesquisa fica muito claro que os enredados se abstêm de comentários não porque concordam ou porque estão ocupados demais para responder (embora isso também ocorra), mas porque não se sentem acolhidos e ouvidos. A rede não tem escuta.

É característica os e-mails não serem respondidos, comentados, debatidos, as perguntas são ignoradas ou, pior, são desqualificadas, e é sempre os mesmos que conversam entre si, se cumprimentando porque pensam igual.

Acho que hoje já escrevi mais que o suficiente. Eu torço para não ser mal compreendida e ir morar definitivamente lá com OS OUTROS, mas me calar ou só me manifestar na defesa do mestrado, me pareceu cumplicidade no desperdício da experiência de todos nós.

Esse e-mail postado na lista aberta e na lista da Facilitação Nacional obteve respostas que apontam sentidos para o silêncio. A primeira manifestação procura desqualificar o interlocutor e inverter o sentido da argumentação, atribuindo ao interlocutor a responsabilidade pelo efeito de sentido que está criticando:

EF11

Gostei da sua ruptura com o silêncio. Toda e qualquer neutralidade é burra.

Aqui existe a compreensão que o silêncio significa neutralidade, o desejo de não querer envolver-se. Porém, quando refiro ao silêncio que caracteriza a REBEA, não considero a neutralidade em momento algum, pois a neutralidade infere que os enredados ao não se manifestarem, o fazem porque não desejam participar. Ao contrário, sugiro que a REBEA não permite ou estimule a participação plena para que o poder permaneça concentrado em um grupo restrito.

Ao serem interpelados, os “silenciosos” manifestam-se e, esquematicamente, relaciono suas posições a diferentes efeitos de sentidos para seus silêncios e sua opção por não se manifestarem na rede:

Silêncio1: desconhecimento, ausência de pertença, não-participação.	Silêncio2: invisibilidade, indiferença, controle dos sentidos, falta de respostas.
Para falar a verdade, eu não sabia que existia esse Grupo de Facilitação. Só para	Parece que sou invisível e o que escrevo não é levado em consideração. Estou muito triste

esclarecer, os representantes são os moderadores da Rede?	com isso. Minha postura ultimamente está sendo mais de ler o que está sendo discutido, pois opinar ou não, não faz diferença. Só algumas pessoas tem o controle de opinião na rede e é o que eles falam que vale.
Outro aspecto que você levanta que também sinto muito forte é a sensação de que perdi alguma parte do enredo da história. Talvez seja porque eu também seja uma jovem enredada e me sinto ainda meio desorientada ou porque nem sempre os conflitos são explicitados...bom, não sei o motivo!	Concordo com a maioria dos pontos que você traz, principalmente quanto à falta de eco (talvez demasia de eco, pois alguns continuam ouvindo somente as perguntas feitas sem respostas), traduzida em desconsideração.
Quando não obtenho respostas, acredito que o que coloquei não era importante para o grupo e não toco mais naquele assunto.	Sabe, ficava pensando que o seu – solenemente ignorada -, acontecia somente comigo e restringia a minha atuação na rede à observação dela.
Não fiz nenhuma contribuição na rede, assim como tampouco me senti estimulada a fazê-lo.	Enviei mensagens sobre atividades de EA que desenvolvo, mas o retorno recebido dos membros da REBEA foi ínfimo. Quase nulo.
Acompanho as mensagens e divulgo as que considero mais importantes e pertinentes. Raramente envio mensagens a REBEA.	É importante a partir desta visão crítica e divergente analisar o imobilismo e aquietamento das redes de EA nesta administração.

Estes sentidos remetem a processos de *silenciamento* (ORLANDI, 1997), ou seja, por em silêncio, e indicam distância do poder e do acesso às informações. Indicam também sujeitos que não conseguem se alçar à condição de *narrador*, pois não possuem um interlocutor, sendo fadados ao anonimato, com seus saberes e experiências não compartilhadas sendo desperdiçadas e tornadas invisíveis mesmo para o grupo que, idealmente, deveria acolhê-los. Derrida (1995) entende que toda voz que não encontra condições para exposição ou discussão pública ilimitada sofre um *efeito de censura*. Este é um sentido do silêncio: censura que gera o constrangimento, a incompreensão e a exclusão. As duas redes de formulação (silêncio 1 e silêncio 2) trazem sentidos para o silêncio que indicam um processo de censura, de falta de escuta e acolhimento que sofrem os membros da REBEA e em nenhum momento o silêncio é compreendido como *adesão* ao projeto da rede. Esse é um dado importante e que contraria explicitamente o discurso presente na posição-sujeito dominante na Facilitação Nacional (ver, por exemplo, EI57 e EF10 já citados) que entende o silêncio como consentimento: **nenhum membro seja nas mensagens postadas na rede, seja nas mensagens trocadas para responder as questões desta pesquisa, indicou o silêncio como adesão**. Assim, a esta posição de sujeito trata o silêncio a partir de um pressuposto equivocado. Uma saída simples desse impasse seria perguntar à REBEA sobre os sentidos do seu silêncio.

A censura é entendida como uma “língua de espuma” que produz uma política da palavra que separa a esfera pública e a esfera privada, produzindo efeitos de sentido pela clivagem que a imposição de uma divisão entre sentidos permitidos e sentidos proibidos

produz no sujeito (ORLANDI, 1997:97). **A censura não é vista em seu sentido maniqueísta – mal ou bem – mas como um fato heterogêneo que resulta de processos mais ou menos conscientes e que reportam a diferentes ordens: política, moral, estética, epistemológica, ideológica, etc.** (idem:p.107).

Em nenhum dos casos trata-se da oposição entre sentido verdadeiro e o sentido falso, mas do sentido imposto e do sentido recusado, sejam quais forem. É pela relação de forças (marcando os sentidos pela posição dos que os produzem) que se instala o confronto e não pela sinceridade, ou falsidade dos que os produzem (ORLANDI, 1997:112).

5.2 O SILÊNCIO DOS FACILITADORES

Não é no silêncio que os homens se fazem,
mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.
Paulo Freire, 1987.

A REBEA produz outro silêncio, este determinado a não responsabilizar-se pelo dito. Este silêncio é produzido pela Facilitação Nacional, na sua posição-sujeito dominante, a instância gestora, responsável pela voz da REBEA *para fora*, quando ela não se *posiciona* sobre certos fatos²⁵ políticos que são publicizados na rede. A recusa da responsabilidade – e suas conseqüências – determina um efeito discursivo da rede que denominei, à falta de termo mais adequado, de elisão do político entendido como um gesto deliberado de controle e regulação dos sentidos que transitam no território-rede, caracterizado pela repetição do mesmo, do igual, não abrindo espaço para a polissemia.

Entender o silêncio nesta perspectiva remete a uma *política do sentido* (ORLANDI, 1997:75), a um poder-dizer (e a um não poder-dizer) que relaciona-se ao contexto sócio-histórico que produz um efeito no discurso: não se diz “X” para não deixar dizer “Y” ou se obriga a dizer “X” para não deixar dizer “Y” (p.83). Assim se “apagam os sentidos que se quer evitar”, sentidos que poderiam comprometer politicamente a REBEA. A interdição do dizer provoca também a *censura* como estratégia política de controle dos sentidos.

Um aspecto a ser considerado diz respeito que a interdição do dizer afeta a identidade do sujeito, pois na perspectiva discursiva, o sujeito constrói a sua identidade a partir de sua inscrição a determinada formação discursiva, inscrita por sua vez em uma formação ideológica.

²⁵Como exemplos, podemos citar as condições de produção da Carta da REBEA para o Ministro Minc, analisada no capítulo anterior, onde a discussão é realizada somente entre membros do Estado. O texto da Carta tem seu sentido invertido: da adesão à EA Crítica e a um novo espaço da EA no IBAMA, reivindica a legitimação da EA no processo de gestão característica da extinta CGEAM e pede inclusive a sua re-institucionalização. Em 2007 também em relação à reestruturação do IBAMA, enquanto os membros da REBEA trocavam informações e outras redes se posicionavam, os Facilitadores não trocaram no período entre abril e julho e-mail sobre a questão, posicionando-se. A REBEA trocou no período 84 mensagens sobre a questão, mas apenas cerca de 15% dessas mensagens sugeria um posicionamento da rede e destes 15% grande parte não fazia parte da FN.

A censura estabelece um jogo de relações de força pelo qual ela configura, de forma localizada, o que, do dizível, não deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala. A relação com o dizível é, pois, modificada, quando a censura intervém: não se trata mais do dizível sócio-historicamente definido, não se pode dizer o que foi proibido (o dizer devido). Ou seja, não se pode dizer o que se pode dizer (ORLANDI, 1997:78-9).

5.3 CENSURA E RESISTÊNCIA: TENSÃO ESTRUTURANTE DO PROCESSO SIGNIFICATIVO DA REBEA

A censura é sintoma de que ali pode haver um outro sentido.
Na censura, está a resistência.
Eni Orlandi, 1997.

A reflexão de Orlandi remete para uma questão relacionada à censura, pelo seu revés: a alteridade, a interlocução com o Outro mostra que o sujeito se constitui sempre e necessariamente em relação a um outro, exterior a si mesmo, e sua fala contempla a fala do seu interlocutor ao considerar que seu dizer ocupa uma posição que pode vir a ser ocupada por qualquer sujeito com ela identificada. O sujeito é complexo, incompleto, sempre em abertura, buscando novos sentidos, ao mesmo tempo que almeja a completude, dizer tudo.

Daí advém o seguinte: *somos sujeitos desejan-tes, constituídos pela incompletude*. O que nos move é o desejo, a falta, a *busca de*, desejo de sermos completos. Como não há possibilidade de sermos, em nós mesmos completos, buscamos o reconhecimento no Outro para nos sentirmos completos. A completude, na verdade é um *efeito*, pois é uma impossibilidade que nos constitui.

Ora, na língua temos a mesma necessidade: queremos dizer tudo, “fechando” o sentido até o ponto de não haver possibilidade para qualquer outra interpretação possível. Almejamos o sentido pleno, completo. Pensar assim, mostra que língua e sujeito buscam o mesmo, da mesma forma: queremos ser completos, mas como isso não é possível, seguimos vivendo e falando.

A censura impede que o sujeito realize sua vocação de *poder dizer*: ela é a interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado e o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o “lugar” que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito (cf. ORLANDI, 1997:81), ao negar-lhe a sua complexidade e possibilidade de transitar em diferentes posições enunciativas com as quais se identifica.

Neste caso, criar-se-ia a ilusão de que no silêncio não há o que dizer, só o já-dito. Ou seja, o silêncio seria o que não é preciso ser dito. Assim, o silêncio seria o “exílio” do sujeito, o seu desterro, pois já estaria habitado pelo já-dito, o pleno, o efeito do UM: o literal. Paralelamente à produção do efeito da literalidade (ou, nos termos deste estudo, do sentido

dominante), esse mecanismo de apagamento do silêncio tira do sujeito a possibilidade dele mover-se. O que nos faz ver a literalidade aqui relacionada à posição de sujeito dominante como a negação do sujeito. A ilusão de que o “seu” sentido só pode ser aquele é justamente sua negação. Nega-se historicidade ao sentido e nega-se a história ao sujeito. (ORLANDI, 1997:91).

No entanto, o sujeito enredado procura brechas, de onde o sentido censurado ecoa produzindo a “retórica da resistência”. É nesse sentido que entendo as mensagens que embora não tenham resposta são postadas mesmo assim. Sua presença na lista aponta que o consenso é um efeito do processo de silenciamento e que se rompido, produzirá necessariamente a polissemia e a disputa pelos sentidos da REBEA. Um bom exemplo que vemos na REBEA do funcionamento de uma “retórica da resistência” é o sujeito que *narra* a sua experiência no campo ambiental. “Quando ele conta sua história, ela se torna literatura (narrativa) e ele entra para a História (contada)” (op.cit, p.84). É uma forma de sair do silêncio definido pela censura, atravessando-o e que organiza uma narrativa a partir do que é feito, do realizado. O sujeito mostra que existe uma diversidade correndo sobre e através dos “consensos e combinados” que caracteriza o discurso dominante e que há produção de polissemia apesar dele. “Pela escrita cria um espaço intermediário – absolutamente necessário às redes sociais – que lhe permite não se deixar falar pela censura e não dizer só que o não é proibido” (Idem:p.87).

Outro aspecto importante do silêncio é que ele marca uma *presença, a do oprimido pela política do silêncio*. O enredado silencioso - ao contrário do sugerido pela Facilitação Nacional que compreende no silêncio a marca da adesão -, marca sua presença na rede a partir de uma posição enunciativa que não diz, pois recusa a repetição do mesmo. Entendo que essa posição entende o silêncio como uma marca de resistência, ao ocupar calado um espaço que, se falado, lhe seria negado (ou desqualificado). Estes enredados anônimos, tornados invisíveis e aparentemente ensimesmados compõem a maioria dos membros da REBEA e são eles, em última instância que tornam a “rede de redes” a maior rede de EA do Brasil. Torna-se urgente, pois, que eles tomem a palavra.

6 PARA TER UMA CONCLUSÃO

De fato, a paciência da utopia é infinita.
Boaventura de Sousa Santos.

6.1 DAS MARGENS SE VÊEM MELHOR AS ESTRUTURAS DE PODER²⁶

A fim de manter a ilusão discursiva de que existe um final, aqui crio uma linha no meu mapa, um fio, um gesto de interpretação que se compreende incompleto porque a cada nova leitura surgem temas não desenvolvidos, porém prenhes de sentidos. Eu também silencio sentidos possíveis, pois não é possível dizer tudo a respeito de um assunto, sempre sobram fios que podem posteriormente ser retomados e ressignificados. A cartografia subjetiva caracteriza-se por esse constante movimento, nesses encontros entre *estrangeiros* que juntos forjam um novo relevo nas paisagens contemporâneas. Agora, no final, há a necessidade de *retornar*, retomando os fios da narrativa a fim de verificarmos os resultados desta trajetória educativa através da memória do dizer.

Parto de um contexto mundial de *globalização neoliberal* entendida como

Um novo regime de acumulação do capital que visa, por um lado, a dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social se organiza melhor quando se organiza sob a forma de mercado (SANTOS, 2005a:13).

A consequência da globalização neoliberal é a “distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades no interior do sistema mundial” (idem) acarretando desigualdades sociais entre países ricos e países pobres – a dicotomia Norte/Sul – e entre ricos e pobres no interior do mesmo país (idem).

Todo processo traz consigo o seu revés e a globalização está a ser confrontada por iniciativas absolutamente heterogêneas entre si que têm em comum o desejo de criar alternativas contra-hegemônicas. Essas iniciativas indicam processos de globalização plurais constituídas por um “conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos, redes e alianças locais/globais, lutam contra a globalização neoliberal, mobilizados pela aspiração de um mundo melhor, mais justo e pacífico que julgam possível e que sentem ter direito” (ibidem).

Nesse contexto, entendo as redes sociais como iniciativas emergentes, que utilizam os recursos da tecnologia apropriando-se dos *espaços de fluxos e do território-rede* para

²⁶Boaventura de Sousa Santos, 2007.

subverter sua lógica original, vinculada a processos hegemônicos. Assim, *nas brechas, nos interstícios*, produz-se contra-hegemonia.

Tal atitude exige a abertura a um questionamento mais amplo e profundo e uma participação mais alargada e informada no debate, por forma a constituir uma rede de intervenção em que todas as formas de conhecimento possam construtivamente participar em função de sua relevância para a situação em causa (SANTOS, 2005a:25).

Toda ação está sujeita à *ecologia dos atos* (MORIN, 2002) e pode desencadear processos paradoxais e conflituosos. Ao me propor estudar a REBEA, não tenho como objetivo fazer uma denúncia ou arbitrar o certo e o errado em ser rede, mas tentar *compreender a rede* dentro da sua complexidade e contradições e por isso a escolha em privilegiar os espaços de formulação e interlocução da rede, pois nestes espaços a rede fala e a rede silencia. A principal motivação deste estudo se deve à crença – construída a partir da leitura de Boaventura de Sousa Santos – de que existem dois tipos de conhecimento: o *conhecimento regulação* e o *conhecimento emancipação* e que se eles revelam a existência de uma tensão epistemológica neste início de novo milênio, essa tensão é também político-ideológica, pois reflete a disputa que hoje existe entre uma matriz econômica-cultural hegemônica e as tentativas dispersas no tempo e no espaço em produzir conhecimentos “emergentes”, que são trazidos a partir da experiência vivida pelos grupos que são historicamente excluídos dos processos decisórios.

A este grupo une-se parte dos intelectuais e classe média politizada à “esquerda” e a partir desta *mistura* criam-se experiências interessantes de produção de *conhecimento emancipação*. As redes sociais solidárias – em suas diferentes e infinitas possibilidades de realização – são uma dessas experiências contra-hegemônicas e revelam um cenário onde mais facilmente se mostram “as potencialidades e os limites da reinvenção da emancipação social” (SANTOS, 2005a:14). O *conhecimento emancipação* em uma versão mal sucedida reproduz o *colonialismo*, entendido como a “incapacidade de reconhecer o outro como igual” (SANTOS, 2007:53), mas quando plenamente realizado leva à *autonomia solidária*.

As redes de EA, particularmente a REBEA, transitam no entremeio entre as possibilidades do conhecimento emancipação – entre o colonialismo e a autonomia – buscando uma mudança de ordem epistemológica, condizente com o campo ambiental. Essa mudança implica uma *ecologia dos saberes* que resulta no entendimento que sua base epistemológica é formada a partir do encontro entre teorias de vários campos sociais, práticas variadas, a apropriação dos *espaços de fluxo* e do *território-rede*, valores e uma ética do cuidado e da responsabilidade. Nesses termos, ela é absolutamente complexa e visa reinventar as possibilidades emancipatórias para chegar a uma *utopia crítica*, como propõe Boaventura de Sousa Santos. Minha proposta foi descrever uma parte do trajeto da REBEA, o período entre junho de 2003 a junho de 2008.

No início deste estudo ao mesmo tempo em que não me aprofundo nas noções que compõem o campo ambiental, já bem explorada na bibliografia indicada e certamente conhecida pelo meu leitor imaginado, dou ênfase às noções da AD porque compreendo que meu interlocutor as desconhece e busco compartilhar esse saber que me permite olhar um texto ou fragmentos de textos e percebê-los como um *discurso*, impregnado de história, ideologia e subjetividade, uma *posição* que marca uma compreensão de mundo. O rigor que a AD impõe ao analista me pareceu contribuir para que a *cartografia* seja realmente um *mapa possível da REBEA*, aliada ao fato de que a AD se alardeia uma disciplina que dialoga com as outras disciplinas e necessita delas para tornar claro seu objeto. Para mim, a AD está tranquilamente instalada no paradigma da complexidade.

Ao longo da pesquisa mencionei a *reflexividade do conhecimento* (GIDDENS, 1991; SANTOS, 2006b) como uma característica importante da modernidade porque permite problematizar as rotinas de reprodução e com isso refazer caminhos e alterar as práticas. Os enredados produzem reflexão sobre ser/estar em rede e eu busquei referências nos trabalhos desenvolvidos pelos enredados, em suas análises e na produção de conhecimentos a partir da experiência brasileira – e por isso a profusão de citações oriundas do espaço de interlocução e formulação -, em busca do que Boaventura de Sousa Santos (2004, 2007) chama a “epistemologia do Sul” que produz o “conhecimento emancipação”, no sentido de estabelecer um “conhecimento prudente para uma vida decente” e forjar “subjetividades rebeldes”. Entendo este momento - *pós-colonial* - como a passagem entre um paradigma conservador atrelado a um modo de vida que vem perdendo força por ser insustentável e “fundado na meritocracia, individualismo, competição e a fluidez dos laços sociais” (MAKIUCHI, 2005:69-70) e a elaboração de uma outra lógica, para além dos paradigmas.

Sobre esse momento entre-paradigmas, muitas dúvidas e um consenso: estamos vivendo um momento de *crise* onde o que está sendo questionado é o nosso projeto civilizatório baseado no capitalismo. O capitalismo, entre outras coisas, gera desigualdade social, uma sociedade baseada na produção e consumo e em modelos excludentes. Essa crise é agravada pela degradação ambiental, pelo aumento desordenado populacional e distribuição desigual de riquezas. Ela vem acompanhada por uma crise política da razão que não encontra mais explicação nos modelos atuais.

Essa crise, ao mesmo tempo em que questiona o paradigma atual, torna possível o surgimento de *outros paradigmas*, entre eles, o *ambiental*. Visões de mundo disputam a hegemonia, pois como ensina Kuhn (2003), na cultura ocidental existe somente a possibilidade de um único paradigma se tornar hegemônico. Os valores do paradigma ambiental e ecológico estão sendo absorvidos pelo paradigma atual que os incorpora,

renovando-os, dando-lhes mais longevidade, traduzidos nos termos do desenvolvimento sustentável, hoje vinculado ao capitalismo. Mas no campo ambiental, onde me incluo, existe um esforço para produzir conhecimentos emergentes e denunciar este movimento de sermos todos – os que inicialmente estão produzindo movimentos de resistência, de contracultura – assimilados pelo sistema hegemônico, reproduzindo-o mesmo quando nos comprometemos a procurar alternativas. Entendo que minha pesquisa, mesmo que frágil e rodeada de incertezas, procurou mostrar que as redes sociais e seus protagonistas estão na disputa por uma outra forma de vida, mais justa e solidária.

Propositadamente, me abstive de problematizar a *missão*, os *objetivos*, o *acordo de convivência*, o *Tratado*, os *textos fundadores*, embora muito pudesse ser dito sobre os documentos que todo educador ambiental, quando se insere na rede, tem que assumir como referência. Este ritual de entrada é um *fato discursivo*, cria uma ilusão de que estas referências são compartilhadas e torna possível a REBEA assumir uma identidade coletiva, idealizada. O ritual encobre o fato de que nem mesmo todos os membros da Facilitação Nacional conhecem a origem desses documentos, seu contexto histórico de escrita e adoção. A REBEA não organizou um modo de compartilhar esta memória discursiva. Assim, adotam-se os documentos, mas não se renovam as expectativas que cercaram sua formulação, e sua adoção se torna um gesto vazio de sentido. Estes documentos são falados, mas não vividos ou problematizados no dia-a-dia da rede.

Estes documentos de modo geral traduzem um alinhamento ao sistema hegemônico, comprometendo-se a apoiar uma política de Estado e criando ou naturalizando instâncias verticais e hierarquizadas que negam o desejo de emancipação. A espontaneidade, o voluntariado, a fluidez, o desejo - que são marcas das redes solidárias - encontram resistência, pois não são todos que podem assumir funções na rede, estas são restritas a membros “autorizados”. Um estudo sobre os documentos da REBEA, suas origens e significados poderia esclarecer este e outros aspectos não abordados neste trabalho. Nesse sentido, destaco que no II Encontro da REBEA com o Órgão Gestor, em setembro de 2008, foi reconhecida a necessidade de **rever estes documentos**, porque os mesmos não são suficientes “para pensar a participação que sustente a rede” (REBEA, 2008:101). Neste encontro foi feito um “alinhamento da origem contextual dos objetivos da REBEA para a atual conjuntura histórica” (idem:115) e os objetivos da REBEA foram redefinidos, mas permanecem alinhados ao Estado:

- Difundir e implantar o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global;
- Difundir e experienciar a cultura organizacional em padrão de rede;
- Propiciar a difusão de informações relacionadas aos temas presentes no exercício da Educação Ambiental;

- Potencializar estratégias de atuação conjunta que apontem para uma maior definição do campo de atuação da EA;
- Contribuir para o fortalecimento da atuação dos educadores e educadoras ambientais no país, através do incentivo e apoio à comunicação e à troca de informações;
- Mapear iniciativas de EA, identificando métodos e técnicas bem sucedidas de maneira a alimentar o SIBEA;
- Identificar os principais setores (por área temática e/ou geográfica) fomentando o surgimento de redes temáticas/geográficas, cientes e comprometidas com os objetivos, que funcionariam articuladas a REBEA e o fortalecimento das redes já atreladas;
- Contribuir para uma maior visibilidade e socialização de projetos e experiências da área de Educação Ambiental;
- Promover e/ou apoiar, através dos Elos da REBEA, os Fóruns de Educação Ambiental em nível nacional, descentralizando ações e propiciando o exercício presencial da Rede;
- Difundir e Incentivar a participação na discussão das políticas públicas de Educação Ambiental com vistas a potencializar o controle social avaliar e
- propor políticas públicas relacionadas à Educação Ambiental;
- Acompanhar a implantação da Política Nacional de Educação Ambiental. (REBEA, 2008:115-6).

O discurso ambiental é “repleto de conflitos, paradoxos que escamoteiam um jogo oculto de forças e poder que tem como principal objetivo a implementação de uma sociedade com diferentes valores no que diz respeito às relações com o meio ambiente” (SANCHEZ, 2008:98). Para este autor, ele se apresenta como uma “mescla de um discurso fortemente científico com o discurso da contracultura que criou um sistema ideológico dominante” (op.cit, p.97). O discurso ambiental se transformou, foi ressignificado ao longo do tempo, foi se acomodando para integrar as estruturas de governo, sendo assimilado pelos diferentes setores que o utilizam para manutenção de *status quo*, com regras pré-estabelecidas de controle e regulação social (p.88)

Podemos interpretar essa prática educativa como uma força instituinte, geradora de jogos de poder e dominação, nos quais a legitimidade é garantida em função de um discurso fortemente legitimado pela ciência, marcado por um caráter futurista. Com ele se garante a eficácia na manipulação de desejos e no controle ideológico do futuro e, portanto, do tempo por parte do projeto ambientalista e do discurso legitimador da ciência. (SANCHEZ, 2008:97).

Neste estudo proponho um **sujeito complexo**, a partir da releitura do *unitas multiplex* de Morin, que está além da fragmentação proposta pela Análise do Discurso mas é afetado igualmente pela história, ideologia e inconsciente e incorpora determinações de diferentes ordens: biológicas, históricas, ideológicas, inconscientes, imaginárias, simbólicas. É o sujeito do *desejo*, da contradição, da práxis, um **vivo**. Um ser complexo que não se deixa reduzir a um modelo e que, sempre que necessário, transforma-se em outro, modificando-se na relação com o Outro. Este Outro é alteridade e não pode ser *compreendido* – e por isso reduzido *ao mesmo* – mas exige uma resposta que é a responsabilidade e a abertura ao diálogo. Esta noção precisa ser aprofundada e melhor desenvolvida, mas julgo importante

não deixar de registrá-la, mesmo que incompleta, pois ela permite ver *sujeito ecológico* – enquanto um ideal identitário e uma utopia societária – entendendo-o como uma *forma-sujeito* que regula os saberes do campo ambiental e que se relaciona com os educadores ambientais a partir de posições de sujeito que se aproximam e distanciam-se dessa idealização, jamais a realizando completamente.

A EA promove a fantasia de um sujeito ideal, ecologicamente equilibrado, que deve ser copiado e admirado. Sem dúvida, é esse sujeito imaginário que promove os estereótipos que se apresentam entre os educadores ambientais (SANCHEZ, 2008: 98).

O campo ambiental é um espaço heterogêneo a si mesmo e seja composto por sujeitos oriundos de diferentes lugares sócio-histórico-ideológicos. Mesmo acolhendo a diferença, a REBEA busca a hegemonia, evoca o que é comum e é a partir da *repetição do mesmo* que constrói a sua memória discursiva. Aos sujeitos que se identificam com esses dizeres, denominei *posição-sujeito dominante*, pois são os responsáveis pelo trabalho de paráfrase e de repetição que fortalece a rede e compõem o núcleo de gestão da rede. Confirmando que todo processo hegemônico necessariamente produz um processo contra-hegemônico (SANTOS, 2003) e que a repetição do mesmo não dá conta da complexa realidade, pois a contradição é inerente, co-existe uma posição-sujeito que questiona e *interpreta* estes dizeres, disputando espaços, abrindo para a polissemia, que nomeei *dissidente*. A REBEA transita entre a paráfrase e a polissemia, entre o mesmo e o novo, mas o que ainda prevalece é, como bem diz o nome, a posição-sujeito dominante. Mas, para além, dos dominantes e dissidentes, dos consensos e dos embates, está o *silêncio*. O silêncio, contraditoriamente, caracteriza a rede quando ela abunda de *monólogos*.

A rede assim organizada adia a possibilidade da experiência, desperdiçando-a, pois concentra os esforços para manter artificialmente sua estabilidade, submetendo o sentido ao controle a partir da posição-sujeito dominante, negando o espaço de argumentação. Esta tentativa de controle dos sentidos defino como a **elisão do político**, negando-o pelo conhecimento dos efeitos e transformações que sua inserção produz. Isto é possível a partir de uma *política do silêncio*.

A REBEA, ainda na posição de sujeito dominante, aparentemente não vê contradição entre sua busca pela “autonomia e responsabilidade” e sua decisão de “ter por princípio um não alinhamento político-ideológico” (REBEA, 2008:110), imaginando que por acolher diferentes sujeitos, oriundos de lugares sociais diversos deva anular-se politicamente. Ora, imaginar que a educação e os educadores não têm um alinhamento político-ideológico é uma falácia. Nenhum sujeito que se queira educador pode reivindicar tal posição, seja por ingenuidade seja por oportunismo. A EA brasileira, como demonstra Loureiro et al (2002, 2006a e 2006b) entre outros, foi construída na militância e é dela que tira seu sentido.

Santos defende que na construção de alternativas possíveis é absolutamente fundamental distinguir entre objetividade e neutralidade:

É a idéia de que devemos ter uma distância crítica em relação à realidade, mas, ao mesmo tempo, não podemos nos isolar totalmente das conseqüências e da natureza do nosso saber, porque ele está contextualizado culturalmente (SANTOS, 2007:58).

Para ele, os grupos que se organizam como alternativas à hegemonia do capital têm que criar condições de oportunidades políticas e se articular, superando uma tradição “nefasta baseada na crença de que politizar uma questão é polarizar uma diferença” (idem:p.99). Embora nem todos os educadores ambientais compartilhem os mesmos referenciais e a mesma ideologia, todos são interpelados e negar essa interpelação é um retrocesso. Assim, insisto em questionar: por que a Rede Brasileira de Educação Ambiental em seu espaço de formulação se furta ao debate político e ideológico?

Ao tentar buscar uma resposta a essa indagação retomo a história de filiação de sentidos que a REBEA construiu a partir de sua posição-sujeito dominante no período estudado:

- a opção por ser uma rede de redes, desvinculada da ação local, enraizada;
- ter como objetivo expresso apoiar/acompanhar o PNEA;
- não problematizar a vinculação político-ideológica de seus membros que pertencem indistintamente à sociedade civil, movimento social, Estado e mercado;
- ter uma relação com o Estado que, dependendo da posição-sujeito dos membros, é entendida desde como “parceria” a “cooptação” ou “instrumentalização”.

Estas filiações de sentido se tornam predominantes na (des)/(não)política da REBEA e criam um grupo hegemônico, a Facilitação Nacional, que se mantém, como já foi dito, a partir de uma posição que controla o que se diz (e o que não se diz) na rede para manter arbitrariamente uma pretensa neutralidade que não a comprometa porque se a REBEA abrir mão desse controle e a polissemia se instalar, os dissidentes serão ouvidos (e respondidos) e o silêncio será rompido e haverá um sentido político para as ações políticas da REBEA.

A opção por elidir o político cria um vácuo em sua representatividade, mas paradoxalmente permite que a REBEA, a partir da FN, permaneça próxima ao poder, buscando maior espaço e assento nas discussões das políticas públicas, “disseminando a cultura de redes e os princípios da EA, através da participação em Comitês, Encontros, Fóruns, Seminários e vários outros instrumentos de comunicação e participação coletiva” e entende que não ocupar estes espaços “pode significar, nesta conjuntura, uma perda de espaço político com conseqüências danosas para a Educação Ambiental como um todo” (REBEA, 2008:117).

A REBEA se organizou em duas redes distintas – a lista aberta caracterizada como uma *rede de convivência* e a Facilitação Nacional, a *rede de redes* de EA, pois é lá que os representantes das redes locais se encontram – mantém o núcleo de gestão distanciado dos demais membros e torna mais fácil concentrar o poder e a tomada de decisões.

A partir do espaço de formulação sua noção de rede – que transita entre uma concepção *à priori* de redes sociais solidárias organizando um ideal de rede fundado na idéia-força de *sustentabilidade, colaboração, diversidade, auto-organização, multi-relações, auto-gestão, gestão compartilhada, autonomia, horizontalidade, multi-liderança, articulação, malha* e uma rede onde o poder concentra-se em algumas conexões, constituindo um outro campo semântico: *gerência, lista restrita, lista aberta, lista fechada, instância gestora, secretaria executiva, coordenadores* – constitui a memória discursiva da rede, onde o discurso da REBEA é repetido e naturalizado. Estes dois campos semânticos indicam que o espaço de formulação da REBEA incorpora na sua noção de rede características das redes solidárias e das redes neoliberais simultaneamente. O trabalho de *textualizar* e naturalizar léxicos que estão vinculados a campos ideológicos antagônicos só é possível a partir da não-politização dos aspectos conflitantes da rede e esta foi uma opção da Facilitação Nacional. Os próprios enredados reconhecem que “a instância deliberativa da REBEA é a lista de Facilitação Nacional e que ela teve um percurso antidemocrático e centralizador, mas essa foi uma definição do coletivo” (REBEA:2008:100).

Essa dubiedade a torna uma **rede social híbrida**: uma rede que transita entre a rede ideal – solidária - e a rede vivida – neoliberal -, que acolhe igualmente princípios da regulação e da emancipação, que prega a horizontalidade, mas vive a verticalidade, que não diferencia sujeitos sociais a partir da elisão do político e da naturalização da diferença tornada igual.

Santos vincula o hibridismo à falta de elucidação das relações de poder “que presidem à produção tanto de homogeneização (ou paráfrases) quanto de diferenciação (ou polissemia)”. Sem tal elucidação não se diferenciam vinculações e hierarquias entre eles (SANTOS,2005b:46). No caso da REBEA, quem “obriga o poder a tomar forma”, retomando Melucci (2001), é a posição-sujeito dissidente, ao denunciar as arbitrariedades e contradições que constituem a rede.

Outra dimensão do hibridismo (cf. SANTOS, 2007) diz respeito à rede estar *colada* ao Estado, reproduzindo seus valores e abrindo mão do seu papel de controle social. Nesse sentido a REBEA é um recorte da sociedade onde está o movimento social, mas está igualmente o Estado e o mercado, todos tensionando para que seus interesses prevaleçam. As formas híbridas assim o são porque muitas vezes identificam-se com elementos de

desigualdade e exclusão e demonstram as dificuldades em produzir contra-hegemonia a partir da ressignificação de instrumentos hegemônicos.

A formação híbrida da REBEA favorece a aproximação entre o Estado e segmentos que historicamente têm dificuldade em acessá-lo. É o caso, por exemplo, das ONGs e outras instituições do terceiro setor e do movimento social que compõem a REBEA. Este segmento está comprometido em “combater o isolamento do indivíduo face ao Estado e à organização capitalista de produção e sociedade” (SANTOS, 2006a: 350). Para isso a “idéia de autonomia associativa é matricial neste movimento” (idem). Ou seja, aproximar-se do Estado é absolutamente necessário para se criar uma interlocução qualificada, mas *colar-se* a ele, reproduzindo apenas a visão hegemônica que ele determina é absolutamente nocivo às iniciativas contra-hegemônicas.

Nesse sentido, Santos argumenta que o terceiro setor e os movimentos sociais são hoje um sinal de que o princípio da comunidade, entendido como um pilar de regulação social, disputa a hegemonia representada pelo Estado e pelo mercado, mas existe também a possibilidade desses grupos tornarem poderosos e privilegiados “capazes de distorcer a vontade geral em favor dos seus interesses particulares” (SANTOS, 2006a:352). Para evitar que os interesses particulares se sobreponham ele sugere que os grupos sejam pequenos, em grande número, que se evite a desigualdade de poder entre seus membros (idem) e que estejam ancoradas em locais concretos e em lutas locais concretas para criarem, em si mesmos, as condições de sua sustentabilidade (SANTOS, 2005b:74).

Pensando a REBEA enquanto uma “rede de redes”, desvinculada do local e não possuindo uma agenda ou pauta elaborada no coletivo pode-se inferir que para ela torna-se mais difícil e problemático situar-se ao lado de práticas contra-hegemônicas porque o seu formato não favorece a redistribuição de poder e governança compartilhada. Santos (2005b:72) argumenta que a resistência mais eficaz contra a globalização neoliberal consiste justamente em promover o local e a comunidade – em pequena escala, diversificada e auto-sustentáveis, ligadas às formas exteriores, mas não dependentes delas. Ou seja, uma das respostas possíveis à globalização neoliberal são as redes sociais locais. Ele propõe a “localização” - entendida como o “conjunto de iniciativas que visam criar ou manter espaços de sociabilidade de pequena escala, comunitários, assentes em relação face-a-face, orientadas para a auto-sustentabilidade e regida por lógicas cooperativas e participativas” (idem:p.72), como um paradigma coerente para a promoção das sociabilidades locais – organizadas em redes, em abertura e comunicação com outras redes – associada à resistências globais ou translocais.

No campo das práticas sociais e culturais a transformação contra-hegemônica consiste na

Construção do multiculturalismo emancipatório, ou seja, na **construção democrática das regras de reconhecimento recíproco**, entre identidades e entre culturas distintas. Este reconhecimento pode resultar em múltiplas formas de partilha – tais como, identidades duais, identidades híbridas, interidentidade e transidentidade – mas todas elas devem orientar-se pela seguinte pauta transidentitária e transcultural: **temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza** (SANTOS, 2005b:75, 2006a:313, grifo meu).

A *rede de redes* não pode ser confundida com o movimento social por seu hibridismo em relação ao Estado e ao mercado, mas pode ser entendida como um *movimento institucional*; parece estar na transição da emancipação para a regulação - a interceptação da emancipação pela regulação. Pode ser entendida também como uma *comunidade fictícia* que visa proteger um núcleo identitário mínimo estabelecido em bases não dialógicas (MAKIUCHI, 2005:70) e que se mantém artificialmente no silenciamento da alteridade e da disparidade dos interesses que nela se confrontam.

Os **processos decisórios** da REBEA indicam uma forte influência do Estado na rede e uma baixa influência dos membros da lista aberta. A leitura de 5 anos de mensagens mostra que são enredados ligados ao Estado quem sugerem a agenda da REBEA no período estudado. Nesse sentido, retorna a noção de “permeabilidade” descrita por Marques (2000) onde ele demonstra que são as relações pessoais entre os membros das redes e o Estado que determinam as ações e não uma necessidade política de Estado ou governo ou da rede. Suas mobilizações envolvem geralmente os mesmos protagonistas e são caracterizadas pela pouca participação dos membros, ausência de problematização e pela mera adesão a uma proposta já elaborada. Outra característica é o “assimilacionismo” que consiste em participar sem poder discutir as regras de participação (cf. SANTOS, 2007:92).

O episódio analisado – a Carta da REBEA para o Ministro Carlos Minc – demonstra que embora os papéis sociais não sejam explicitados e problematizados, o poder simbólico atua e além das diferenças entre membros e facilitadores, existe a diferença entre membros vinculados ao Estado e os outros membros. Senão, como explicar que em uma rede de redes de educação ambiental, sejam membros do Estado quem sugiram a mobilização, indiquem a pauta, proponham a escrita (incluindo reivindicações para favorecimento político pessoal), e entreguem o documento ao Ministro sem o conhecimento da REBEA? A REBEA torna-se mera coadjuvante em uma mobilização que deveria liderar.

Nesse episódio destaco o debate em que a rede torna-se palco, onde membros do Estado em diferentes posições-sujeito discutem sobre o Relatório do GTEA e a reestruturação da EA no IBAMA. Não retomo os argumentos nesse espaço porque dediquei

boa parte do capítulo 4 a ele. Destaco somente o *silêncio* da Facilitação Nacional e demais membros da REBEA que se limitam a assistir a argumentação entre membros do Estado com posicionamento político-ideológico diferentes.

O silêncio na rede se manifesta de diferentes formas. Aqui recupero **os sentidos do silêncio** da REBEA que surgiram da análise:

- **O silêncio como marca da não-participação**, pois cerca de 53% dos membros cadastrados não mandam nem respondem mensagens. A pesquisa indica sentidos para este estar em silêncio: desconhecimento das rotinas da rede, ausência de pertença, sensação de ser invisível, indiferença dos demais membros, controle dos sentidos e falta de respostas;
- **O silêncio como marca da não responsabilização pelo dizer**, produzido pela Facilitação Nacional quando esta abre mão de seu papel de controle social e se anula politicamente – efeito de elisão do político;
- **O silêncio como censura**, que é o *por em silêncio*, quando o dizer possível é interdito;
- **O silêncio como resistência**, característica dos membros que ocupam uma posição que não diz, pois recusa a repetição do mesmo. Alguns sujeitos ocupam posição-sujeito dissidente e que mesmo não tendo interlocutores e o reconhecimento da sua mensagem, a postam mesmo assim, produzindo uma “retórica da resistência”, mostrando que o consenso é imaginário e produzido a partir da censura de sentidos possíveis.

Os sentidos do silêncio apontam um fechamento que visa a concentração de poder em um mesmo grupo, a Facilitação Nacional. Reverter este processo é necessário porque ele nega o sentido de ser rede que é o acolhimento à alteridade, explicitando-a, valorizando-a, dando-lhe um espaço. A REBEA - entre silenciados, silenciosos, dominantes e dissidentes, entre a oposição em “nós” e “eles”-, vive a tensão característica da modernidade provocada pela negação da alteridade, a recusa em responder ao Outro e a presença da diversidade. O Outro neste contexto como aqueles que

No aceptan la oposición misma: no aceptan divisiones de ningún tipo, límites que los alejen y, por lo tanto, tampoco la claridad del mundo social que resulta de todo ello. Allí reside su importancia, su significado y el papel que desempeñan en la vida social. Por su mera presencia, que no encaja fácilmente dentro de alguna de las categorías establecidas, los extranjeros niegan la validez de las oposiciones aceptadas. Desmienten el carácter “natural” de las oposiciones, denuncian su arbitrariedad, exponen su fragilidad. Los extranjeros muestran lo que son las divisiones: líneas imaginarias que pueden ser cruzadas o modificadas (BAUMAN, 2007).

A oposição que existe entre “nós” e “eles” dentro da REBEA concebe o outro como um “estrangeiro”, por não compartilhar as mesmas referências. E os *dissidentes*, por sua vez,

comportam-se como estrangeiros ao resistirem e não aceitarem os limites que não têm origem em si mesmo, mas no arbítrio.

Lo quiera yo o no, “ellos” se instalan firmemente en el mundo que ocupo y donde actúo, y no dan muestras de pensar en irse. Si no fuera por eso, no serían extranjeros; simplemente, no serían “nadie”. Se confundirían con las muchísimas figuras intercambiables y sin rostro que se mueven en el trasfondo de mi vida cotidiana - casi siempre sin molestar, sin llamar la atención, atentos sólo a ellos mismos -, figuras que miro pero no veo. Escucho, pero no oigo lo que dicen. Los extranjeros, por el contrario, son gente a quien veo y oigo. Y precisamente porque noto su presencia, porque no puedo ignorar esta presencia ni tornarla insignificante apelando al simple recurso de no prestarles atención, me resulta difícil entenderlos. No están, por decirlo de algún modo, ni cerca ni lejos. Por esta razón, causan confusión y ansiedad. No sé exactamente qué esperar de ellos ni cómo tratarlos (BAUMAN, 2007).

Considero o “estrangeiro” uma *metáfora* poderosa para compreender a alteridade silenciosa que também compõem a REBEA. São os recém-chegados, “nuevos en nuestra forma de vida, no conocen nuestros procedimientos ni nuestros recursos”. Formulam perguntas que não se sabe ainda como responder: “¿Por qué actúas así? ¿Te parece que eso está bien? ¿Has tratado de comportarte de otro modo?” (BAUMAN, 2007). O questionamento põe em evidência que a estrutura da rede é uma convenção, a entrada de novos enredados converte em *problema* esta estrutura e ela passa a ser discutida, explicada, justificada, não é mais auto-evidente. Ao se ver confrontado em um espaço que foi dado como estável, o enredado que ocupa posição-sujeito dominante compreende as perguntas como ofensas, a discussão se converte em subversão, a comparação em arrogância e desdém. Para manter o mesmo, recusa-se a alteridade e a condena ao silêncio. Mas mesmo esse silêncio significa:

Aun cuando permanezcan mudos, mantengan la boca cerrada y se abstengan respetuosamente de hacer preguntas molestas, su manera de actuar en la vida cotidiana formula las preguntas por ellos; y el efecto es igualmente inquietante.” (BAUMAN, 2007).

Entendo que os questionamentos produzidos durante o episódio da escrita da Carta da REBEA - e que trato como um **acontecimento discursivo** porque introduz na rede um *novo modo de dizer os acontecimentos* -, embora não tenha estabelecido uma interlocução direta entre os enredados e a Facilitação Nacional produziu na rede um deslocamento que a revitalizou ao mostrar que **não há neutralidade no silêncio, que ele não indica concordância e que quando existe espaço (ou quando este espaço é construído no embate) a alteridade se manifesta**. Mesmo não sendo alvo de problematização direta, ficaram evidentes os sentidos do silêncio atuando e por sua vez, novos sentidos e novos dizeres atravessam a REBEA.

A REBEA, desde então, está em processo de se renovar, reinventando-se para permanecer. Um momento importante para forjar uma nova forma de ser REBEA foi o II

Encontro da REBEA com o Órgão Gestor, onde dos 67 participantes apenas 6 membros estiveram presentes na Rio92 e predominaram novos enredados, indicados por 30 redes locais (REBEA:2008:29).

Vamos mostrar ao país o que significa a 'governança em redes'. Ou fazemos isso ou dizemos que estamos construindo rede e estamos fazendo pirâmide de novo. (REBEA, 2008:36).

Este encontro foi importante na medida em que reconheceu que os desafios da REBEA permanecem os mesmos ao longo da sua existência e que os modos de enfrentamento adotados não deram conta dos problemas, inclusive contribuíram para seu aprofundamento, pois criaram uma estrutura bipartida, uma alienada da outra. O coletivo conseguiu reconhecer algumas características que negam a vocação das redes solidárias e encaminhou algumas novas diretrizes:

- As atividades da REBEA não devem estar localizadas todas na Secretaria Executiva;
- Há a necessidade de se ressignificar os objetivos da REBEA;
- Proposta de extinção da lista da Facilitação – não há fluxo de informação entre a lista aberta e a lista da Facilitação;
- A lista aberta não possui discussão qualificada;
- Sobre a dinâmica de gestão – deve-se romper o padrão subordinação-insubordinação e construir o padrão autonomia-interdependência;
- A questão de como esta organizada a REDE deve ser decidida através da participação dos integrantes da Rede – a construção da inteligência política;
- A horizontalidade e emergente no processo – ela emerge quando você consegue operacionalizar alguns princípios;
- A REDE como espaço de recriação política – os membros devem se apropriar politicamente das ações da rede;
- A rede é um instrumento operativo para alcançar os objetivos;
- Indicadores de horizontalidade – circulação de lideranças, mapa para conhecimento de onde se parte as iniciativas, a autonomia;
- **A REBEA hoje enquanto fenômeno político: instrumentalização pela política de estado . É um mito dizer-se que hoje a REBEA exerce controle social da PNEA (REBEA, 2008:86-7, grifo meu).**

A decisão – por 14 votos a favor, 09 contra e 07 abstenções – de manter a Secretaria Executiva perpetua um modelo de gestão onde existe a tentativa de controle dos sentidos e concentração de poder, embora tenha sido sinalizado alguns deslocamentos como a possibilidade de gestão compartilhada por meio de comissões, com as redes-elos assumindo tarefas e responsabilidades e com os educadores que não estão ligados a redes locais podendo assumir funções. Existe ainda a presença de estruturas hierárquicas e centralizadoras, mas este pode vir a ser um passo importante, se acompanhados de outras iniciativas de descentralização e partilhamento de poder e gestão.

A questão da representatividade também foi foco de discussão no encontro e foram acordaram alguns critérios:

- O universo de diversidade e complexidade de elos e participantes da REBEA;

- a manifestação de vontade em participar dos seus participantes;
- a análise do perfil e habilidades do participante em consonância com a competência das atribuições;
- a frequência de participação nas discussões e atividades da REBEA;
- a disponibilidade para o cumprimento do rigor das atribuições; e a aceitação de tal incumbência perante o compromisso de prestar esclarecimentos e procedimentos consultivos perante os demais participantes da REBEA (REBEA, 2008:118).

O maior avanço se verifica na resignificação da Facilitação Nacional e da lista aberta. Embora o momento inicial dos processos decisórios ainda se realize na FN – e esteja sujeito portanto às mesmas influências que lhe são características: Estado, projetos pessoais, etc. – a tomada de decisão “deverá acontecer **obrigatoriamente** na Lista Aberta da REBEA” (REBEA:2008:118, grifo meu). Deslocar o processo decisório de um ambiente restrito – e por isso controlado – torna possível a abertura dos sentidos e até mesmo decisões não previstas, como foi o caso, por exemplo, da alteração da Carta para o Ministro Minc cujo debate foi totalmente realizado na lista aberta. Outro avanço é a lista de Facilitação Nacional ser “formada por pessoas **identificadas** e sugeridas pelas redes da malha da REBEA e que estes **necessariamente** estejam na lista aberta” embora seja absolutamente questionável a opção por manter “a lista de Facilitação Fechada” (op.cit, p.119, grifos meu). Esse critério vincula o facilitador – agora nomeado de animador e interlocutor – à REBEA e à sua rede local, tornando-o suscetível de avaliação e monitoramento constante.

Observa-se que a Lista de Facilitação será um espaço de articulação entre os Interlocutores das redes e as Comissões da REBEA, que promova discussão sobre as maneiras de operacionalizar e potencializar ações e a articulação entre a Lista de Facilitação e a Lista Aberta, não cabendo a esta o caráter decisivo sobre questões políticas e conceituais que devem obrigatoriamente serem discutidos e deliberados na Lista Aberta.

A Lista de Facilitação será composta por no máximo cinco Interlocutores de cada rede que compõem a malha da REBEA e que deverão ser trocados segundo a demanda da própria rede em que atuam. Da Lista de Facilitação, fará parte um Interlocutor ou um grupo de Interlocutores que será (ão) responsável (eis) pelo processo de Adesão à REBEA; pela atualização constante do banco de dados de cadastro de integrantes da REBEA; pela atualização constante dos integrantes da Lista de Facilitação, a este se enquadra o procedimento de inclusão e de exclusão e a manutenção do Banco de Dados de Interlocutores e Animadores da REBEA. Para isto, é de competência deste(s) Interlocutor (es) planejar periodicamente junto aos Interlocutores das redes da malha da REBEA e que fazem parte da Lista de Facilitação, maneiras de estimular o senso de co-responsabilidade e o pertencimento no intuito de manter as informações atualizadas.

(...)Não cabe ao Interlocutor o poder de decisão isolada, seu papel é de a partir das possibilidades específicas de sua rede, apresentar e promover discussões pertinentes a ação para o coletivo e construir, com a participação de todos, instrumentos adequados para a tomada de decisão.

A Interlocução, na Lista de Facilitação, poderá ser ocupada por um ou até cinco integrantes da rede a que pertence desde que este procedimento seja estabelecido por todos, que esteja claro para todo o coletivo e que as atividades desenvolvidas por cada Interlocutor estejam bem definidas e esclarecidas para a Lista de Facilitação.

(...) Ao Animador, cabe a função de circulação de discussões e de comunicação, tanto na sua rede quanto na Lista Aberta da REBEA . O animador deve zelar para que o fluxo de informação tenha como característica a pertinência da informação. Para isso, deve ser responsável pela constante disseminação de informações, por meio de boletins, informativos, artigos, ações, entre outras, sempre na perspectiva de estímulo ao diálogo e construção crítica reflexiva (REBEA, 2008:121).

A REBEA neste movimento de redefinir seus pressupostos indica que terá fôlego para se manter como a principal referência em Educação Ambiental. Entre o encontro onde essas mudanças foram esboçadas e a escrita deste trabalho já decorreram 4 meses e a rede continua aparentemente igual²⁷. Os acordos ainda não foram sequer explicitados para os enredados. O relatório – escrito de forma telegráfica e sem foco - onde essas decisões foram documentadas foi postado na lista aberta e, como de hábito, não foi alvo de leitura coletiva ou problematizado. Assim como as decisões que mobilizaram muitos enredados em encontros anteriores, essas podem vir a tornar-se uma carta de boas intenções, um desejo de vir-a-ser.

Estudos sobre as redes de EA indicam que muitos dos pressupostos e princípios na prática não se realizam e são questionáveis e sujeito à problematização por isso essa forma de organização pode ser vista como uma *utopia* (LIMA, 2006:11). Essa utopia, entendida como um desejo de *vir-a-ser*, dissimula, na prática, as mesmas relações que questiona e critica no modelo hegemônico ao qual se opõe, onde os sujeitos estão dentro da rede de uma maneira subordinada e se permitem serem colonizados.

É importante também desmistificar a beleza do modelo, para minimizar as surpresas e frustrações que a realidade da prática da articulação em rede possa revelar, pois as pessoas continuam influenciadas pelas velhas estruturas hierárquicas de organização do poder e certamente as tentarão reproduzir, mesmo em uma rede (LIMA, 2006:18).

A dimensão utópica da REBEA urge ser retomada – não apenas como um desejo de vir-a-ser, mas como a realidade do *já-estar-sendo* - porque esta é a condição para articular as utopias individuais que surgem como contraponto à insatisfação com o modelo social, econômico e político vigente na contemporaneidade, representado pelo capitalismo, pela sociedade individualizada e pela política voltada aos interesses privados (MAKIUCHI, 2005:131).

Entendo que o pessoal é político, é o poder realizando-se nas relações cotidianas. Negar a dimensão política é tirar da rede sua potência, sua capacidade de complementaridade a partir da alteridade. Reforçar o ideal de uma identidade homogênea impede o início da reconstrução necessária de processos plurais para o desenvolvimento

²⁷Digo aparentemente porque em email à lista da FN ao perguntar pela listagem atualizada dos membros, vários enredados deixaram a FN alegando que continuam atuantes, porém entendem que este espaço deve ser restrito somente aos que realmente atuam na gestão. O sentido desta evasão ainda não está claro, mas indica uma mudança.

das capacidades necessárias ao enfrentamento dos determinismos econômicos e sócio-culturais que caracterizam o capitalismo. “A negação da diversidade é inerente ao colonialismo” (SANTOS, 2005:26). Viver em rede é paradoxal, assim como é paradoxal a sociedade contemporânea. Assim os “sintomas” descritos nesse trabalho são conhecidos na medida em que constituem as contradições da nossa sociedade e somos nós quem a reproduzimos em nossas rotinas e hábitos, mesmo quando estamos buscando novas referências.

Santos (2007:55) diz que é cada vez mais necessária uma *utopia crítica*, que reinvente as possibilidades emancipatórias e **avance entre o silêncio e a diferença**. Superar o contato colonizador, reaprender a dizer, fazer o silêncio falar para produzir autonomia e não a reprodução do silenciamento, só é possível por meio da democratização de todos os espaços, ao “substituir relações de poder por relações de autoridade compartilhada” e da “relação entre o respeito da igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença” (p.62). O lado político dessa utopia é a incompletude de propostas políticas e a necessidade de uni-las **sem** uma teoria geral, a partir do procedimento de uma tradução para criar inteligibilidade a partir da argumentação (op.cit, p.99-100).

Tais iniciativas estão enraizadas no espírito do lugar, na especificidade dos contextos, dos actores e dos horizontes de vida localmente constituídos. Não falam a linguagem da globalização e sem sequer linguagens globalmente inteligíveis. O que faz delas globalização contra-hegemônica é, por um lado, sua proliferação um pouco por toda a parte enquanto respostas locais a pressões globais – o local é produzido globalmente – e, por outro, as articulações translocais que é possível estabelecer entre elas ou entre elas e organizações e movimentos transnacionais que partilham ao menos parte dos seus objetivos (SANTOS, 2005b:75)

Nesse espírito, não há fórmulas ou regras que determinem o *correto* da rede social, mas *historicidade*. Um *já-vivido* e um *por-viver* que trazem a memória de um percurso já percorrido e alimentam uma visão de futuro. A utopia crítica realiza-se nas contradições ou não será realizada. A utopia é uma busca cotidiana, que se constrói e reconstrói diariamente e tornam sempre atual Eduardo Galeano, com quem finalizo esta reflexão.

A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- AMARAL, Vivianne; OLIVATO, Débora. **REBEA – laboratório de lideranças coletiva. Análise do Perfil dos Membros da Rede Brasileira de Educação Ambiental**. SP: REBEA, 2004.
- AMARAL, Vivianne. **Redes Sociais: conexões**. s/d.(mimeo).
- _____. Desafios do trabalho em rede. Publicado no site da RITS www.rits.org.br em 18 de julho de 2004a.
- _____. REBEA; apontamentos pessoais para uma história de ação coletiva. In: **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, número zero. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004b.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. **Globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. **Pensando Sociologicamente**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2007.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. **Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais; por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade**. Série documentos técnicos no. 07. Brasília: MMA, 2006.
- _____. **Relatório do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade** (Portaria nº 116/2008). Brasília: ICMBio/IBAMA, 2008.
- CARNEIRO, Augusto Cunha. **A história do ambientalismo; o socialismo, a direita e o ecologismo**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2003.
- CARVALHO, Isabel Cristina M. **A invenção ecológica; narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.
- _____. Biografia e formação na educação ambiental: um ambiente de sentidos para viver. In: **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. no. 0. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004a.
- _____. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (orgs). **Juventude e Sociedade; trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, 2004b.

_____. Educação, Natureza e cultura: ou sobre o destino das latas. In: ZARZKZEVSKI, S.; BARCELOS, V. (orgs.). **Educação ambiental e compromisso social: pensamentos e ações**. Erechim: Edifapes, 2004c.

_____. Diagnóstico da EA: Um retrato desde as redes. In: **Encontro de pesquisa em educação ambiental**. Ribeirão Preto: USP, 2005.

_____. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B, LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Sousa. **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2006a.

_____. O sujeito ecológico e identidade social: a Juventude nas trilhas da reinvenção de si e da Política. In: BRASIL. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. **Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para elaboração de políticas públicas**. / Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. – Brasília: UNESCO, 2006b.

_____. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2006c.

_____. El sujeto en la contemporaneidad: entrecruzamientos de su invención y autoinvención. In: **Magistralis**, Universidad iberoamericana Puebla, vol xiii, n. 27 enero-julio 2006d.

_____. O sujeito ecológico: A formação de novas identidades culturais na sociedade e na escola. In: MELLO, Soraia Silva. **Vamos Cuidar do Brasil: Conceitos e Práticas em Educação Ambiental na Escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2007.

CASTELLS, Manuel. **Fim de Milênio**. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, vol. 3. São Paulo: Paz e terra, 1999a.

_____. **O poder da identidade**. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, vol. 2. São Paulo: Paz e terra, 1999b.

_____. **A sociedade em rede**. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, vol. 1. São Paulo: Paz e terra, 1999c.

COURTINE, Jean Jacques. Le tissu de la mémoire: quelque perspectives de travail historique dans les sciences du langage. **Langages**, (144), p. 05 -13.

_____. O discurso inatingível: marxismo e lingüística (1965-1985). In: **Cadernos de Tradução**, Instituto de Letras, UFRGS, n 6, Abril-junho de 1999.

COURTINE-DENAMY, Sylvie. **Cuidado com o mundo; diálogos entre Hanna Arendt e alguns de seus contemporâneos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil platôs; capitalismo e esquizofrenia**. Vol1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

- DERRIDA, Jacques. La Filosofía en su Lengua Nacional. In: **El Lenguaje y las Instituciones Filosóficas**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1995.
- DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. (1984) In: **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.
- FERRAREZI, Ludmila e ROMÃO, Lucília Maria. Arquivo, documento e memória na concepção discursiva. In: **Revista. Eletrônica Biblioteconomia**. Florianópolis, n. 24, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1969.
- _____. **Microfísica do poder**. RJ: Graal, 1979.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.
- GADET, F. e HAK, T. (orgs) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- GALIAZZI, Maria do Carmo e FREITAS, José Vicente de. **Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental**. Ijuí: Editora UNIJUI, 2007.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia crítica**. Porto Alegre: EDIPUC, 1999.
- GUARNIERI, Maria Cristina de Lourdes. Governança de (em) redes sociais – uma contradição? (2004) Disponível em WWW.rits.org.br, acesso em 05 de março de 2008.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas; cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- GUERRA, A. F. S. et al. As redes no espelho: conceitos e práticas da cultura de redes de Educação Ambiental In: **Educação Ambiental: fundamentos, práticas e desafios**. Itajaí: UNIVALI, 2007.
- GUERRA, A. F. S.; TAGLIEBER, J. E.; FREITAS, J. V.; OLIVEIRA, K. L de; RODRIGUES, A. M. T.; PINHO, G. B. de; LIMA, A. de. Um olhar sobre EA e suas práticas na região Sul – a contribuição da REASul. In: **Ambiente e Educação**. Rio Grande. v. 9.2004a.
- _____. Tecendo a rede de educadores ambientais da Região Sul. In: **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, v. 1, n. 0. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004b.
- GUIMARÃES, Eduardo (org.) **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. **Os limites do sentido**. Campinas: Pontes, 1995.
- INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs.) **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Coleção Ensaios, CPG Letras/UFRGS, nº 12.
- INDURSKY, Freda. A construção metafórica do povo brasileiro. In: **Organon**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, v. 9, no. 23, 1995.

- _____. **A fala dos quartéis e as outras vozes.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.
- _____. A prática discursiva da leitura. In: ORLANDI, Eni P. **A leitura e seus leitores.** Campinas: Pontes, 1998.
- _____. **Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura.** Porto Alegre: IL/UFRGS, 1999. (inédito)
- _____. Reflexões sobre a linguagem: de Bakhtin a Análise do Discurso. In: **Língua e instrumentos lingüísticos.** Campinas: Pontes, n 4/5, jun.2000.
- _____. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: NDURSKY, Freda & CAMPOS, Maria do Carmo (orgs.). **Discurso, memória, identidade.** Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2003.
- JACOBI, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (org.) **Patrimônio Ambiental.** SP: EDUSP, 2003.
- KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003.
- LABREA, Valéria Viana. **O texto jornalístico e o papel dos operadores argumentativos na formação de leitores críticos: uma abordagem semântico-discursiva.** (Monografia). Porto Alegre: IL/UFRGS, 2000.
- _____. Língua e sujeito: a busca inalcançável pela completude ou os limites do indizível. Porto Alegre: IL/UFRGS, Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso, 2002a.
- _____. O percurso do Sentido. Porto Alegre: IL/UFRGS, Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso, 2002b.
- _____. **Redes de aprendizagem: um outro espaço educativo é possível. A Experiência do FórumZINHO Social Mundial.** Brasília: SENAC, 2007a. (Monografia de Especialização).
- _____. A crise dos paradigmas e o mito do desenvolvimento sustentável. Brasília: CDS/UnB, 2007b.
- _____. Utopia da mesma chance: mesma chance para quem? Brasília: CDS/UnB, 2007c.
- LABREA, Valéria Viana; MARINHO, Kleber M. **Histórias de aprender-e-ensinar para mudar o mundo.** Paulínia: Instituto Bioma/FNDE, 2007.
- LABREA, Valéria Viana; MAKIUCHI, Maria de Fátima; CHALUB, Leila; ZANETI, Isabel; KORNIJEZUK, Nádia. The Ecology of Knowledge and Reinventing University Extension Education. In: CORCORAN, Peter Blaze; OSANO, Philip. **young people, education, and sustainable development: exploring principles, perspectives, and praxis.** Netherland: Wageningen Academic Publishers, 2009.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
-

_____. Educação para a Gestão Ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B, LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Sousa. **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2006a.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambigüidade ao equívoco**. São Paulo: UNICAMP, 1994 (Tese de Doutorado).

_____. **A AD no Brasil: notas à sua história**. Porto Alegre, UFRGS, 2006. disponível em www.discurso.ufrgs.br

LERRER, Débora Franco. **Trajetória de militantes sulistas: tradição e modernidade do MST**. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008. (Tese de Doutorado).

LIMA, Anabel de. **Do universo das redes às redes de Educação Ambiental, potencialidades e limitações da Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental: REASul**. Rio Grande: FURG, 2006. (Dissertação de Mestrado).

LIMA, Gustavo F. da Costa. **Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: Emergência, identidades, desafios**. Campinas: Unicamp, 2005. (Tese de doutorado).

LOUREIRO, C. F. B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico B, LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Sousa. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006b.

MAKIUCHI, Maria de Fátima Rodrigues. **Tessituras de uma rede: um bordado social**. Brasília: CDS, 2005. (Tese de doutorado).

MANCE, E. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômicos -filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

MARQUES, Eduardo César; BICHIR, Renata M. Estado e empreiteiras II: permeabilidade e políticas públicas em São Paulo. In: **Dados**. Volume 46 no. 1. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: RJ,2003.

MARQUES, Eduardo César. **Estado e Redes Sociais: Permeabilidade e Coesão nas Políticas Públicas do Rio de Janeiro**. RJ:Revan/FAPESP, 2000.

MARTINHO, Cássio. **Redes, uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. Brasília: WWF, 2003.

- MENDONÇA, P. R. **Educação Ambiental como Política Pública: Avaliação dos Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola**. Brasília: UnB/Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2004. (Dissertação de Mestrado).
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. SP:Cortez; Brasília:UNESCO, 2000.
- _____. **Ciência com consciência**. RJ: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. **O método I: a natureza da natureza**. Porto Alegre:Sulina, 2005.
- ORLANDI, Eni P. et al. **Sujeito e Texto**. São Paulo: EDUC, 1988.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. **As formas do silêncio: o movimento dos sentidos**. Campinas: UNICAMP, 1993.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1996.
- _____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2003.
- _____. O discurso da Educação Ambiental. Disponível em: WWW.ecoar.org.br, acesso em 2008.
- _____. Quem foi Michel Pêcheux. Disponível em: WWW.labeurb.unicamp.br, acesso em 2008.
- _____. A Análise do Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. Disponível em: WWW.discurso.ufrgs.br, acesso em 2008.
- PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.
- _____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- PEDRINI, Alexandre de G. Trajetórias em Educação Ambiental. In: PEDRINI, Alexandre de G. (Org.) **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- PENA-VEGA, A. **O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- PILLAR, Gabriel Gomes. **Cidades híbridas: um estudo sobre o Google Earth como ferramenta de escrita virtual sobre a cidade**. Porto Alegre: FABICO/UFRGS, 2006.
- REBEA. **Memória da Reunião da Facilitação Nacional da REBEA e da oficina Sustentabilidade: projetando o futuro**. SP: REBEA, 2003.
- _____. **Institucional, encerramento do projeto Tecendo Cidadania**. SP:REBEA, 2004a.
- _____. **Projeto Tecendo Cidadania**. SP: REBEA, 2004b.
- _____. **REBEA desenvolvendo horizontalidade e inteligência coletiva**. SP: REBEA, 2005.
-

- _____. **Relatório do II Encontro do Órgão Gestor da Política de Educação Ambiental com as Redes de Educação Ambiental das malhas da REBEA**. Brasília: REBEA, 2008.
- REIGOTA, Marcos. Fundamentos teóricos para a realização da educação ambiental popular. In: **Em aberto**, Brasília, v.10, n49, jan/mar 1991.
- _____. **Educação Ambiental e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. A educação ambiental frente ao esfacelamento da cidadania no governo Lula (2002-2006). In: **XI Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pós-graduação em Psicologia (Anpepp)**. Florianópolis: 2006.
- REIGOTA, Marcos; POSSAS, Raquel; RIBEIRO, Adalberto. **Trajetórias e narrativas através da Educação Ambiental**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. SP: Estação Liberdade, 1989.
- SANCHEZ, Celso; PEDRINI, Alexandre de G. Educação Ambiental e seus estrangeiros. In: **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. Fundação Universidade Federal do Rio Grande. v.18, janeiro a junho de 2007.
- SANCHEZ, Celso. **Os nós, os laços e a rede: considerações sobre a institucionalização da Educação Ambiental no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC, 2008. (Tese de Doutorado).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A territorialização/desterritorialização da exclusão/inclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória. SP: Exposição realizado no **Seminário: “Estudos Territoriais de desigualdades sociais”**, 16 e 17 de maio de 2001. (mimeo).
- _____. (org.) **Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **Conhecimento prudente para uma vida decente. Um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. (org.) **Semear outras soluções; os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.
- _____. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2005b.
- _____. **A gramática do tempo; para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006a.
- _____. **Pela mão de Alice; o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2006b.
- _____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SATO, Michèle. Formação em educação ambiental - da escola à comunidade. In COEA/MEC (org.) **Panorama da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília: MEC, 2000.
- _____. **Educação ambiental**. São Carlos: Rima, 2003.
-

_____. Identidades da Educação Ambiental como rebeldia contra a hegemonia do desenvolvimento sustentável. In: **XII Jornadas Pedagógicas da Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA): Educação Ambiental no contexto da década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)**. Ericeira: ANAIS, ASPEA, p.18-20, 2005 [conferência].

_____. Debatendo os desafios da educação ambiental. In: **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

SAUVE, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M. e CARVALHO, I.C.M. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**; ações coletiva na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, Rosana Gonçalves da. **Poéticas e Educação Ambiental: uma ciranda multicolor**. Brasília: Faculdade de Educação, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SOTERO, João Paulo. **O financiamento público da Política Nacional de Educação Ambiental: do veto do artigo 18 às novas estratégias de financiamento**. Brasília: CDS/UnB, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Igor Velho de. **Fóruns de Educação Ambiental no Brasil: algumas articulações no horizonte da educação ambiental**. Rio Grande: FURG, 2007. (Dissertação de Mestrado).

TAMAIÓ, Irineu. **A Política de Educação Ambiental – sentidos e contradições na experiência dos gestores/educadores**. Brasília: CDS/UnB, 2006. (Tese de Doutorado).

VIEZZER, Moema. **Somos todos aprendizes**; lembranças da construção do Tratado de Educação Ambiental.

In: http://www.5iberoea.org.br/docs/lembranca_construcao_tratado.doc, acesso em 05 de março de 2008.

ANEXO I

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL

Este Tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve portanto propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Nós signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na Terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Nos comprometemos com o processo educativo transformador através do envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e eqüitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta.

I - Introdução

Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade eqüitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário. Consideramos que a preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. As causas primárias de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e superconsumo para uns e subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria. Consideramos que são inerentes à crise a erosão dos valores básicos e a alienação e a não participação da quase totalidade dos indivíduos na construção de seu futuro. É fundamental que as comunidade planejem e implementem[suas próprias alternativas às políticas vigentes. dentre estas alternativas está a necessidade de abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana. Consideramos que a educação ambiental deve gerar com urgência mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanas e destes com outras formas de vida.

II - Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

1. A educação é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores.
2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.

3. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.

4. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social.

5. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.

6. A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas.

7. A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seus contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente tais como população, saúde, democracia, fome, degradação da flora e fauna devem ser abordados dessa maneira.

8. A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e eqüitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.

9. A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, lingüística e ecológica. Isto implica uma revisão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilingüe.

10. A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.

11. A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.

12. A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana. 13. A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião, classe ou mentais.

14. A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.

15. A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

16. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

III - Plano de Ação

As organizações que assinam este tratado se propõem a implementar as seguintes diretrizes:

1. Transformar as declarações deste Tratado e dos demais produzidos pela Conferência da Sociedade Civil durante o processo da Rio 92 em documentos a serem utilizados na rede formal de ensino e em programas educativos dos movimentos sociais e suas organizações.

2. Trabalhar a dimensão da educação ambiental para sociedades sustentáveis em conjunto com os grupos que elaboraram os demais tratados aprovados durante a Rio 92.

3. Realizar estudos comparativos entre os tratados da sociedade civil e os produzidos pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED; utilizar as conclusões em ações educativas.

4. Trabalhar os princípios deste tratado a partir das realidades locais, estabelecendo as devidas conexões com a realidade planetária, objetivando a conscientização para a transformação.

5. Incentivar a produção de conhecimento, políticos, metodologias e práticas de Educação Ambiental em todos os espaços de educação formal, informal e não formal, para todas as faixas etárias.

6. Promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar e gerenciar o ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária.

7. Estimular posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais que revisem permanentemente a coerência entre o que se diz e o que se faz, os valores de nossas culturas, tradições e história.

8. Fazer circular informações sobre o saber e a memória populares; e sobre iniciativas e tecnologias apropriadas ao uso dos recursos naturais.

9. Promover a co-responsabilidade dos gêneros feminino e masculino sobre a produção, reprodução e manutenção da vida. 10. Estimular a apoiar a criação e o fortalecimento de associações de produtores e de consumidores e redes de comercialização que sejam ecologicamente responsáveis.

11. Sensibilizar as populações para que constituam Conselhos populares de ação Ecológica e Gestão do Ambiente visando investigar, informar, debater e decidir sobre problemas e políticas ambientais.

12. Criar condições educativas, jurídicas, organizacionais e políticas para exigir dos governos que destinem parte significativa de seu orçamento à educação e meio ambiente.

13. Promover relações de parceria e cooperação entre as Ongs e movimentos sociais e as agencias da ONU (UNESCO, PNUMA, FAO entre outras), a nível nacional, regional e internacional, a fim de estabelecerem em conjunto as prioridades de ação para educação, meio ambiente e desenvolvimento.

14. Promover a criação e o fortalecimento de redes nacionais, regionais e mundiais para a realização de ações conjuntas entre organizações do Norte, Sul, Leste e Oeste com perspectiva planetária (exemplos: dívida externa, direitos humanos, paz, aquecimento global, população, produtos contaminados).

15. Garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais para a preservação e conservação de recursos naturais, apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualizando as informações. Estimular transmissões de programas gerados pelas comunidades locais.

16. Promover a compreensão das causas dos hábitos consumistas e agir para a transformação dos sistemas que os sustentam, assim como para com a transformação de nossas próprias práticas.

17. Buscar alternativas de produção autogestionária e apropriadas econômica e ecologicamente, que contribuam para uma melhoria da qualidade de vida.

18. Atuar para erradicar o racismo, o sexismo e outros preconceitos; e contribuir para um processo de reconhecimento da diversidade cultural dos direitos territoriais e da autodeterminação dos povos.

19. Mobilizar instituições formais e não formais de educação superior para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental e a criação, em cada universidade, de centros interdisciplinares para o meio ambiente.

20. Fortalecer as organizações e movimentos sociais como espaços privilegiados para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida e do ambiente.

21. Assegurar que os grupos de ecologistas popularizem suas atividades e que as comunidades incorporem em seu cotidiano a questão ecológica.

22. Estabelecer critérios para a aprovação de projetos de educação para sociedades sustentáveis, discutindo prioridades sociais junto às agencias financiadoras.

IV - Sistema de Coordenação, Monitoramento e Avaliação

Todos os que assinam este Tratado concordam em:

1. Difundir e promover em todos os países o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e responsabilidade Global através de campanhas individuais e coletivas, promovidas por Ongs, movimentos sociais e outros.
2. Estimular e criar organizações, grupos de Ongs e Movimentos Sociais para implantar, implementar, acompanhar e avaliar os elementos deste Tratado.
3. Produzir materiais de divulgação deste tratado e de seus desdobramentos em ações educativas, sob a forma de textos, cartilhas, cursos, pesquisas, eventos culturais, programas na mídia, ferias de criatividade popular, correio eletrônico e outros.
4. Estabelecer um grupo de coordenação internacional para dar continuidade às propostas deste Tratado.
5. Estimular, criar e desenvolver redes de educadores ambientais.
6. Garantir a realização, nos próximos três anos, do 1º Encontro Planetário de educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis.
7. Coordenar ações de apoio aos movimentos sociais em defesa da melhoria da qualidade de vida, exercendo assim uma efetiva solidariedade internacional.
8. Estimular articulações de ONGs e movimentos sociais para rever estratégias de seus programas relativos ao meio ambiente e educação.

V - Grupos a serem envolvidos

Este Tratado é dirigido para:

1. Organizações dos movimentos sociais-ecologistas, mulheres, jovens, grupos étnicos, artistas, agricultores, sindicalistas, associações de bairro e outros.
2. Ongs comprometidas com os movimentos sociais de caráter popular.
3. Profissionais de educação interessados em implantar e implementar programas voltados à questão ambiental tanto nas redes formais de ensino , como em outros espaços educacionais.
4. Responsáveis pelos meios de comunicação capazes de aceitar o desafio de um trabalho transparente e democrático, iniciando uma nova política de comunicação de massas.
5. Cientistas e instituições científicas com postura ética e sensíveis ao trabalho conjunto com as organizações dos movimentos sociais.
6. Grupos religiosos interessados em atuar junto às organizações dos movimentos sociais.

7. Governos locais e nacionais capazes de atuar em sintonia/parceria com as propostas deste Tratado.

8. Empresários (as) comprometidos (as) em atuar dentro de uma lógica de recuperação e conservação do meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida, condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.

9. Comunidades alternativas que experimentam novos estilos de vida condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.

VI - Recursos

Todas as organizações que assinam o presente Tratado se comprometem :

1. Reservar uma parte significativa de seus recursos para o desenvolvimento de programas educativos relacionados com a melhoria do ambiente e com a qualidade de vida.

2. Reivindicar dos governos que destinem um percentual significativo do Produto Nacional Bruto para a implantação de programas de Educação Ambiental em todos os setores da administração pública, com a participação direta de Ongs e movimentos sociais.

3. Propor políticas econômicas que estimulem empresas a desenvolverem aplicarem tecnologias apropriadas e a criarem programas de educação ambiental parte de treinamentos de pessoal e para comunidade em geral.

4. Incentivar as agencias financiadoras a alocarem recursos significativos a projetos dedicados à educação ambiental: além de garantir sua presença em outros projetos a serem aprovados, sempre que possível.

5. Contribuir para a formação de um sistema bancário planetário das Ongs e movimentos sociais, cooperativo e descentralizado que se proponha a destinar uma parte de seus recursos para programas de educação e seja ao mesmo tempo um exercício educativo de utilização de recursos financeiros.

ANEXO II

O PERFIL DA FACILITAÇÃO NACIONAL

Para entender a organização da rede e buscar visualizar os núcleos de poder e dispersão, mapeei as trocas de e-mails no período entre 2003-2008 e é no cruzamento das informações que podemos visualizar os movimentos dos membros da rede que vão definir posições-sujeito em disputa e co-existência.

O perfil dos facilitadores que é considerado nesse estudo foi traçado a partir das informações constante em seus e-mails na lista de facilitação. Assim, esse perfil é um *gesto de interpretação*, baseado na descrição que os enredados fazem de si mesmo e por isso ele não reflete um cenário estático. Um enredado muitas vezes é professor ou pesquisador universitário, consultor de ONG e representante de redes de EA e eu considero para fins de análise o modo como ele se denomina em seus e-mail e essa denominação muda, conforme a situação enunciativa (e os jogos de poder) ele queira acentuar.

Podemos perceber que embora os facilitadores inscritos sejam em torno de 100 pessoas¹, ao longo desses 5 anos o número de pessoas que participam da gestão da REBEA é bem menor. Para diferenciar entre membros ativos e não ativos, considero ativo aquele membro que contribuiu na rede com ao menos uma mensagem eletrônica anual. O exame do gráfico dos membros ativos mostra que ao longo de 2003-2008 o grupo se mantém homogêneo, havendo poucas mudanças de facilitadores não são significativas, pois os novos enredados, em geral, limitam-se a uma participação mínima (um e-mail anual ou somente leitura), mantendo-se mais ou menos estável o grupo que iniciou seu trabalho em 2003 e que, em grande parte, se organizou a partir da Reunião da REBEA “Cultura de Redes” em 2000 no Rio de Janeiro. Esse gráfico aponta uma característica da Facilitação Nacional: essa lista de gestão não sofre alterações significativas, não acompanha o crescimento do número de membros e muitos dos facilitadores sequer são membros ativos de redes locais ou estão inscritos na lista aberta. A troca fica restrita aos facilitadores entre si.

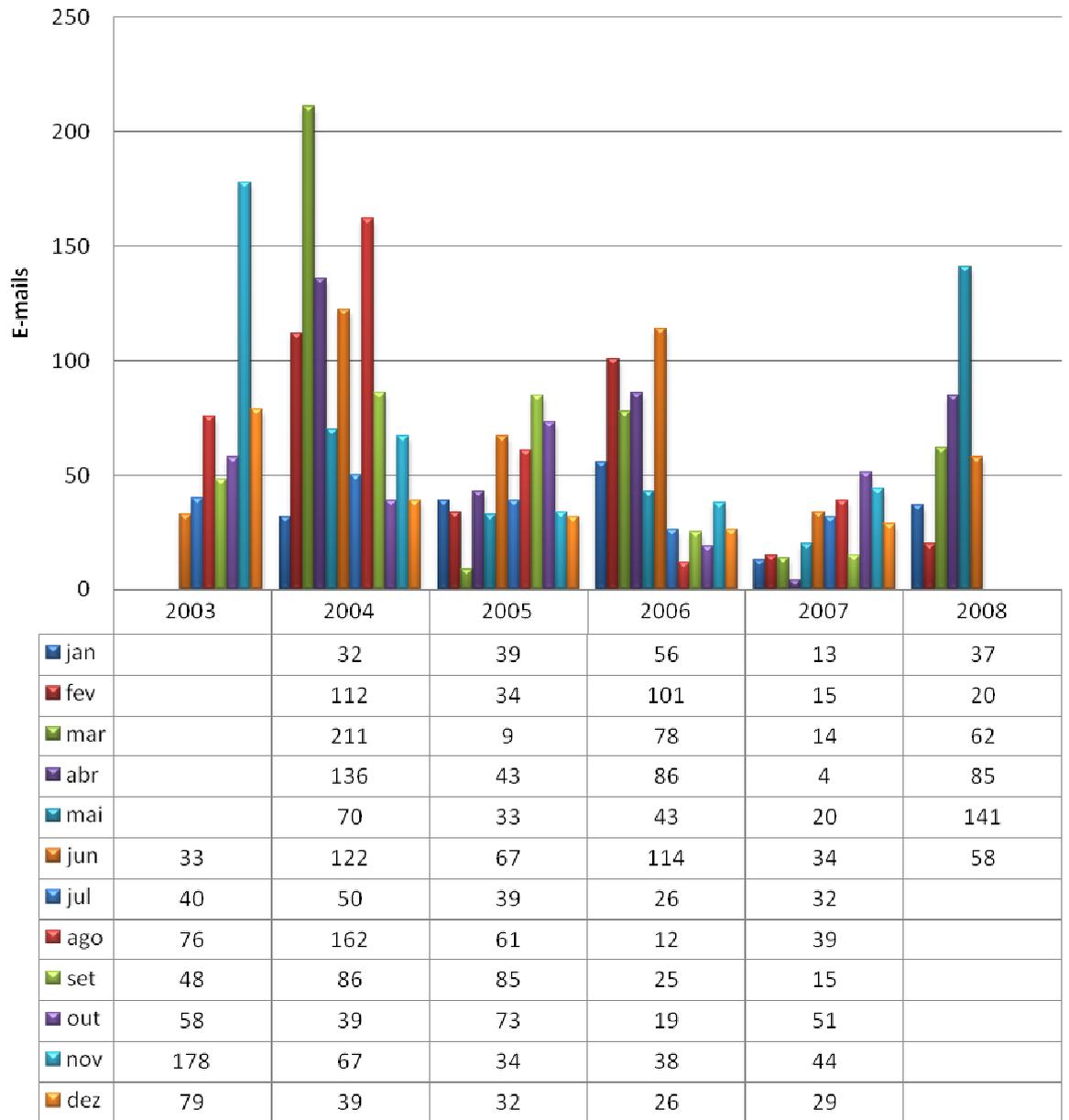
¹ Em junho de 2008 eram 118 membros inscritos, conforme listagem na página da facilitação nacional no site da RITS. <http://listas.rits.org.br/mailman/listinfo/facilitacaonacional>

Assim, pode-se perguntar: os facilitadores facilitam o quê? Qual o sentido de ser “facilitador” da REBEA?



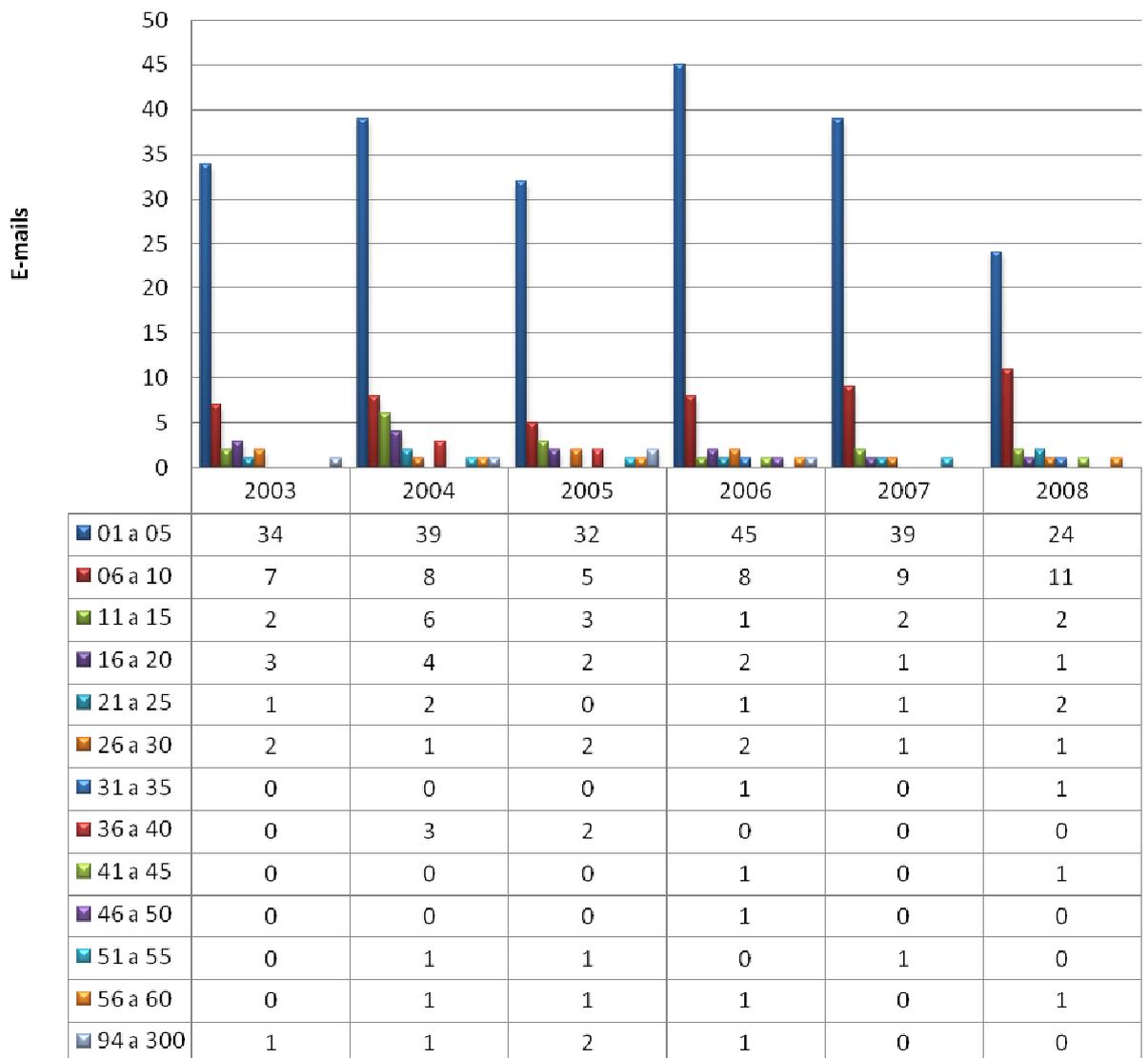
Os membros ativos são os responsáveis pela troca de e-mail ao longo de 2003-2008 que garante a instância deliberativa e de gestão da REBEA. Abaixo o gráfico com a totalidade de e-mail trocados durante o período, mensalmente. Entre 2003-2008, a Facilitação Nacional contou com 118 membros, destes em média 56 membros ativos participaram da lista, sendo que destes, 35 limitam-se a sua participação a um e-mail anual, 10 facilitadores transitam entre 10 e-mails anuais e os 10 restantes são os membros que fazem a lista funcionar, iniciando as discussões ou mobilizações e dando a direção do sentido da rede. Esse mapeamento quantitativo não considera, obviamente, a *qualidade* das intervenções, mas aponta que a maior parte dos membros ativos não interfere no processo de gestão e tomada de decisões. Esse cenário pode ser melhor visualizado no gráfico abaixo.

E-mails Lista da Facilitação Nacional da Rebea entre 2003 e 2008



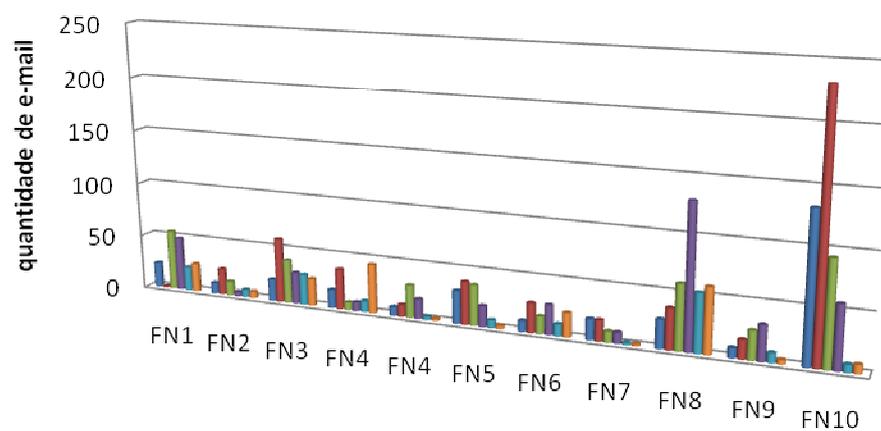
A facilitação nacional acompanha a tendência verificada na lista aberta que é o silêncio e a não-participação. A maior parte dos membros limita-se a acompanhar as discussões, lendo os e-mails sem respondê-los. Mesmo entre os membros ativos, a grande maioria limita-se a enviar entre 1 e 5 e-mails por ano. O gráfico abaixo mostra a participação dos membros ativos entre 2003 e 2008.

Quantidade de E-mails Lista da Facilitação Nacional da REBEA entre 2003 e 2008



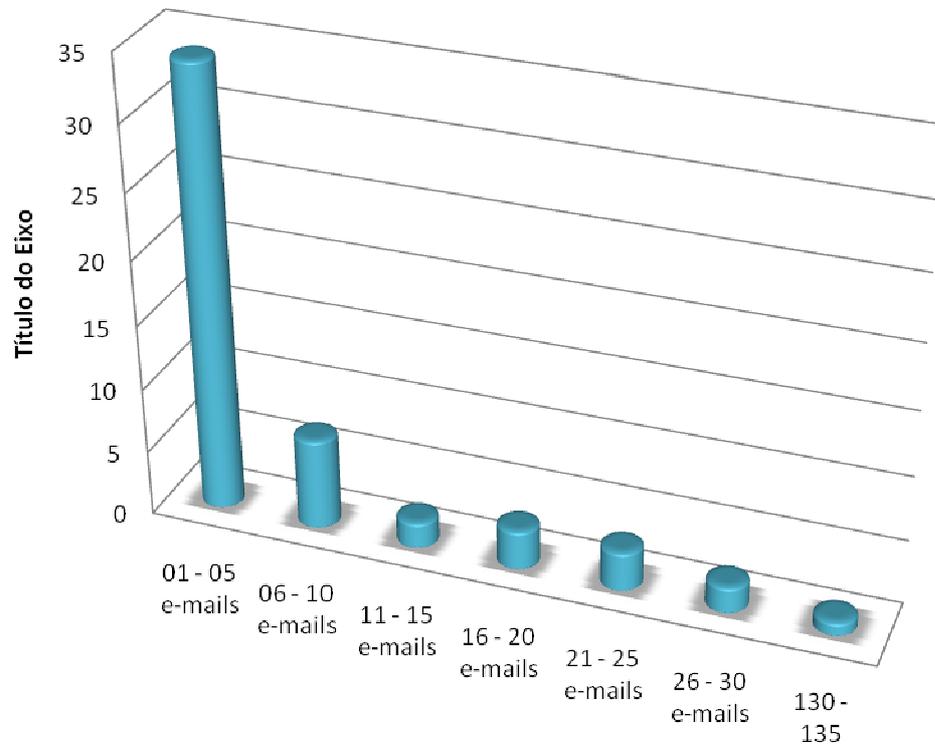
Pode-se perceber que são poucos os enredados que participam ativamente da lista e são responsáveis pela maior parte dos e-mails trocados anualmente. Mapeamos a participação de todos os enredados e apenas 10 contribuem constantemente na lista restrita e são esses 10 que, em grande parte, constituem o núcleo decisório e que sinalizam e influenciam a direção de sentidos da rede.

Núcleo decisório da REBEA



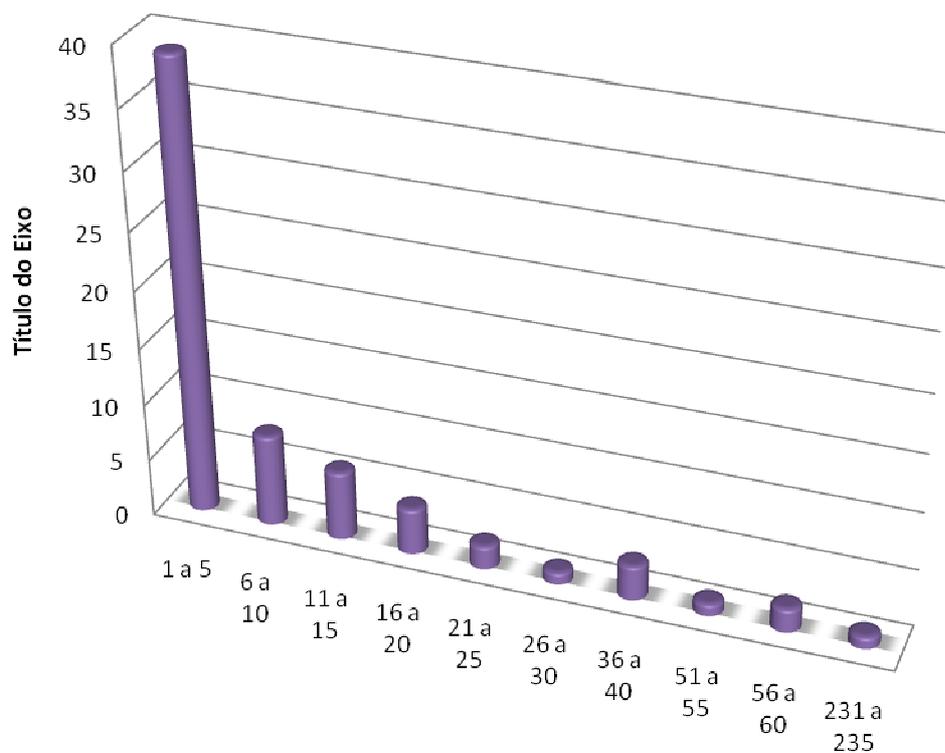
	FN1	FN2	FN3	FN4	FN4	FN5	FN6	FN7	FN8	FN9	FN10
■ 2003	23	10	20	17	8	30	10	19	26	9	133
■ 2004	1	24	59	37	11	39	27	19	37	17	232
■ 2005	55	13	40	7	30	37	16	10	59	26	94
■ 2006	49	4	29	8	18	19	27	10	130	32	57
■ 2007	22	7	28	10	3	7	11	2	53	9	7
■ 2008	26	6	25	45	2	3	22	2	59	4	8

Participação dos enredados na Lista de Facilitação 2003



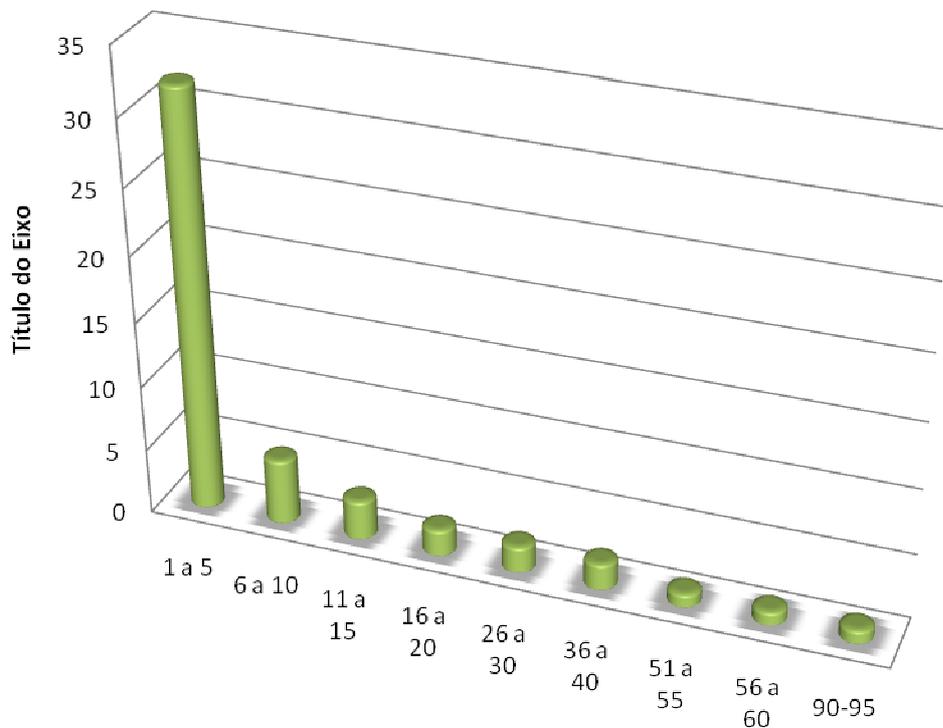
	01 - 05 e-mails	06 - 10 e-mails	11 - 15 e-mails	16 - 20 e-mails	21 - 25 e-mails	26 - 30 e-mails	130 - 135
■ Participação dos enredados na Lista de Facilitação 2003	34	7	2	3	3	2	1

Participação dos enredados na Lista de Facilitação 2004



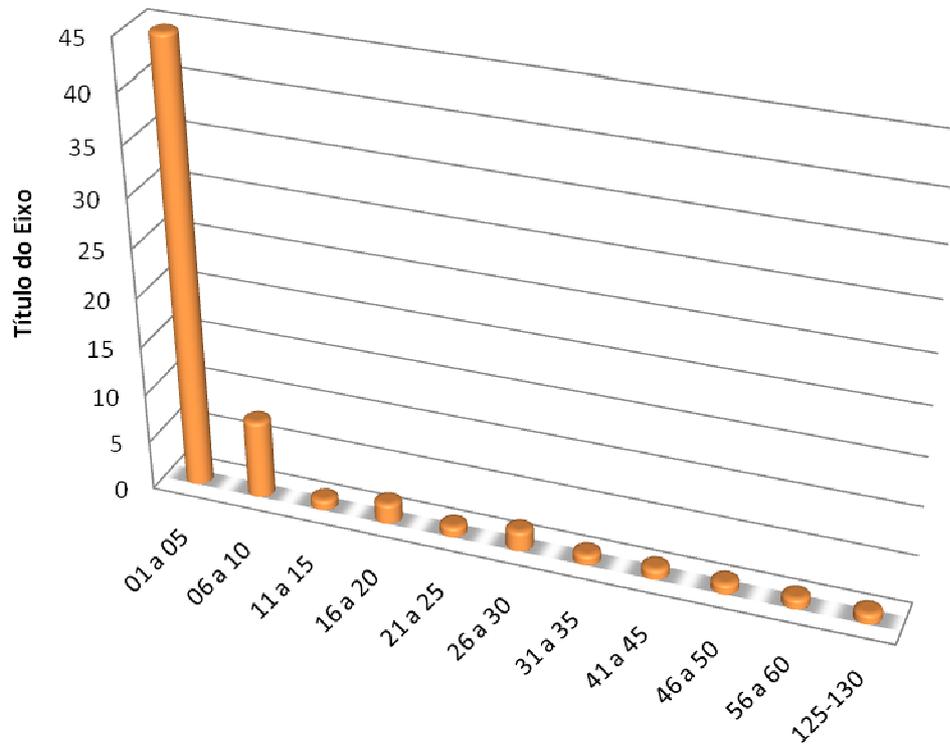
	1 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	36 a 40	51 a 55	56 a 60	231 a 235
■ Participação dos enredados na Lista de Facilitação 2004	39	8	6	4	2	1	3	1	2	1

Participação dos enredados na Lista de Facilitação 2005



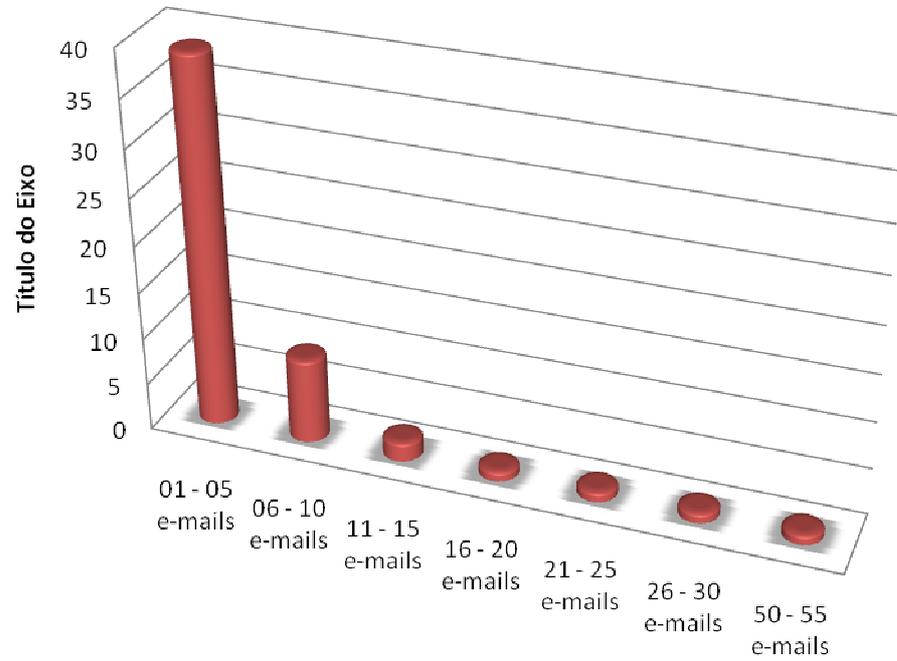
	1 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	26 a 30	36 a 40	51 a 55	56 a 60	90-95
■ Participação dos Enredados na Lista de Facilitação 2005	32	5	3	2	2	2	1	1	1

Participação dos enredados na Lista de Facilitação 2006



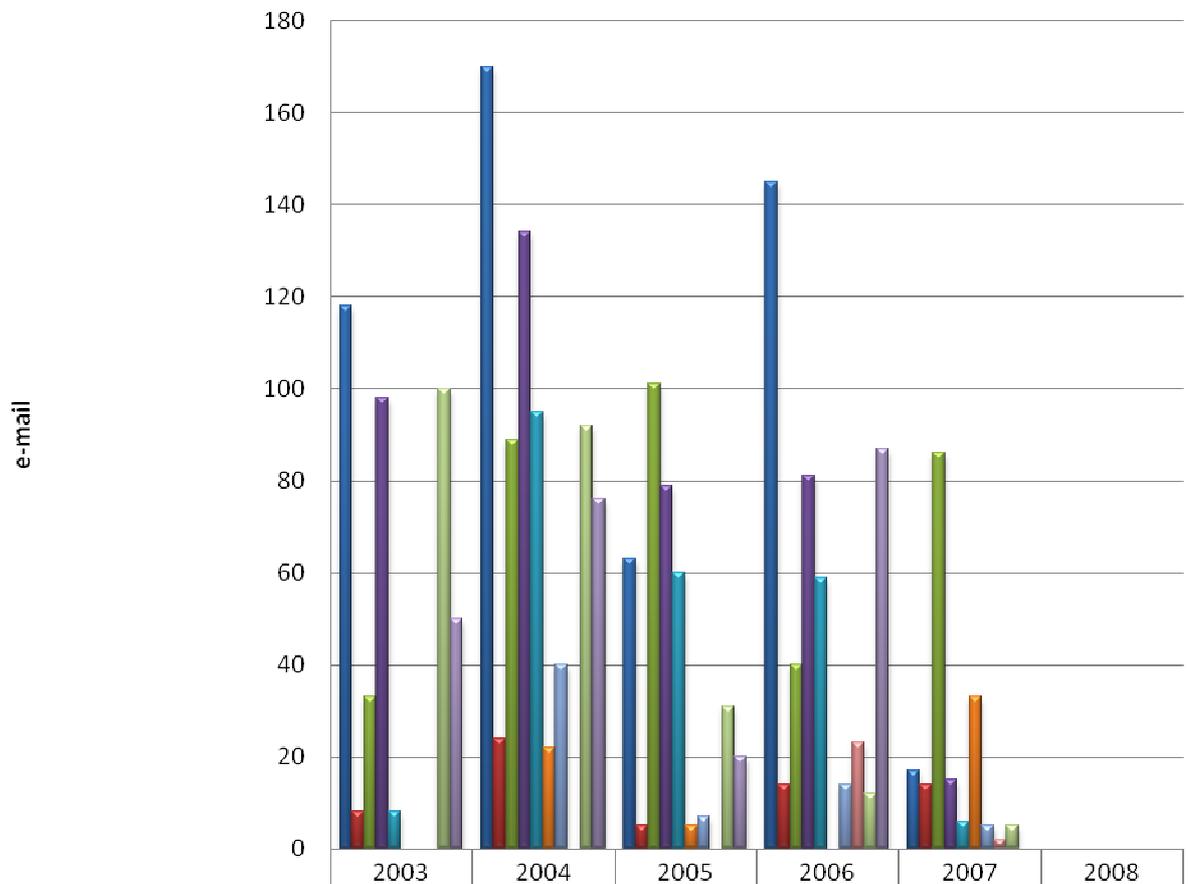
	01 a 05	06 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	41 a 45	46 a 50	56 a 60	125-130
■ Participação dos Enredados na Lista de Facilitação 2005	45	8	1	2	1	2	1	1	1	1	1

Participação dos enredados na Lista de Facilitação 2007



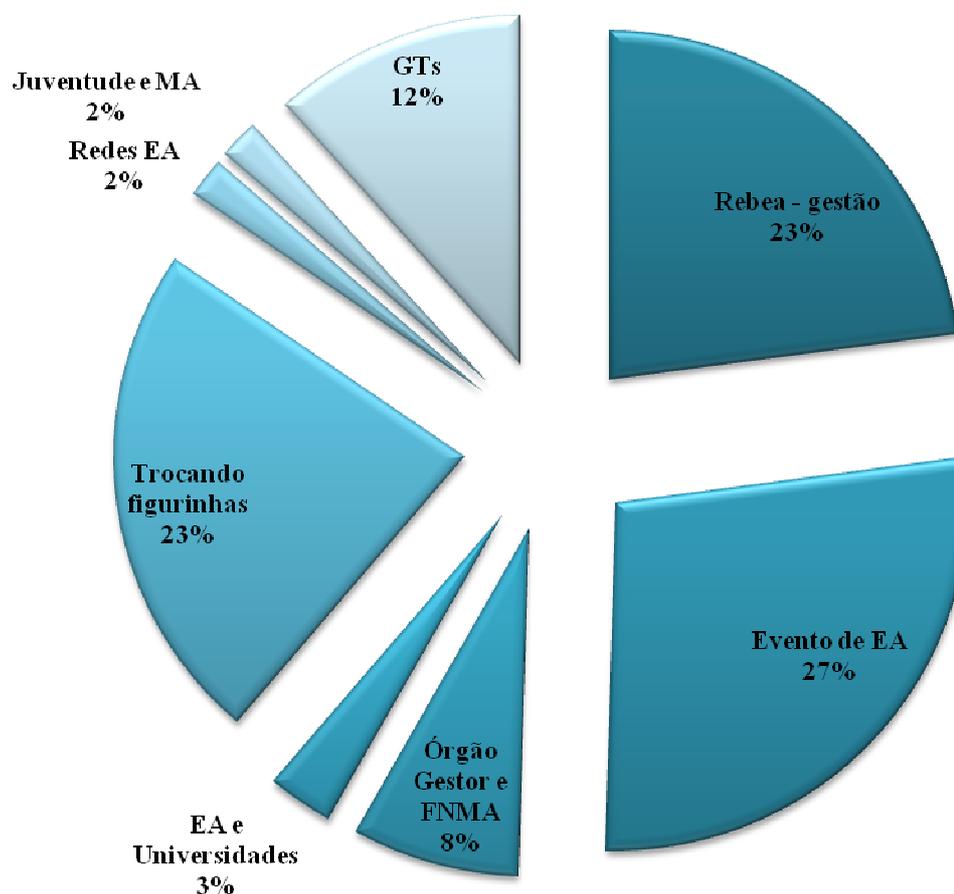
	01 - 05 e-mails	06 - 10 e-mails	11 - 15 e-mails	16 - 20 e-mails	21 - 25 e-mails	26 - 30 e-mails	50 - 55 e-mails
■ Participação dos enredados na Lista de Facilitação 2007	39	9	2	1	1	1	1

Temas na FN

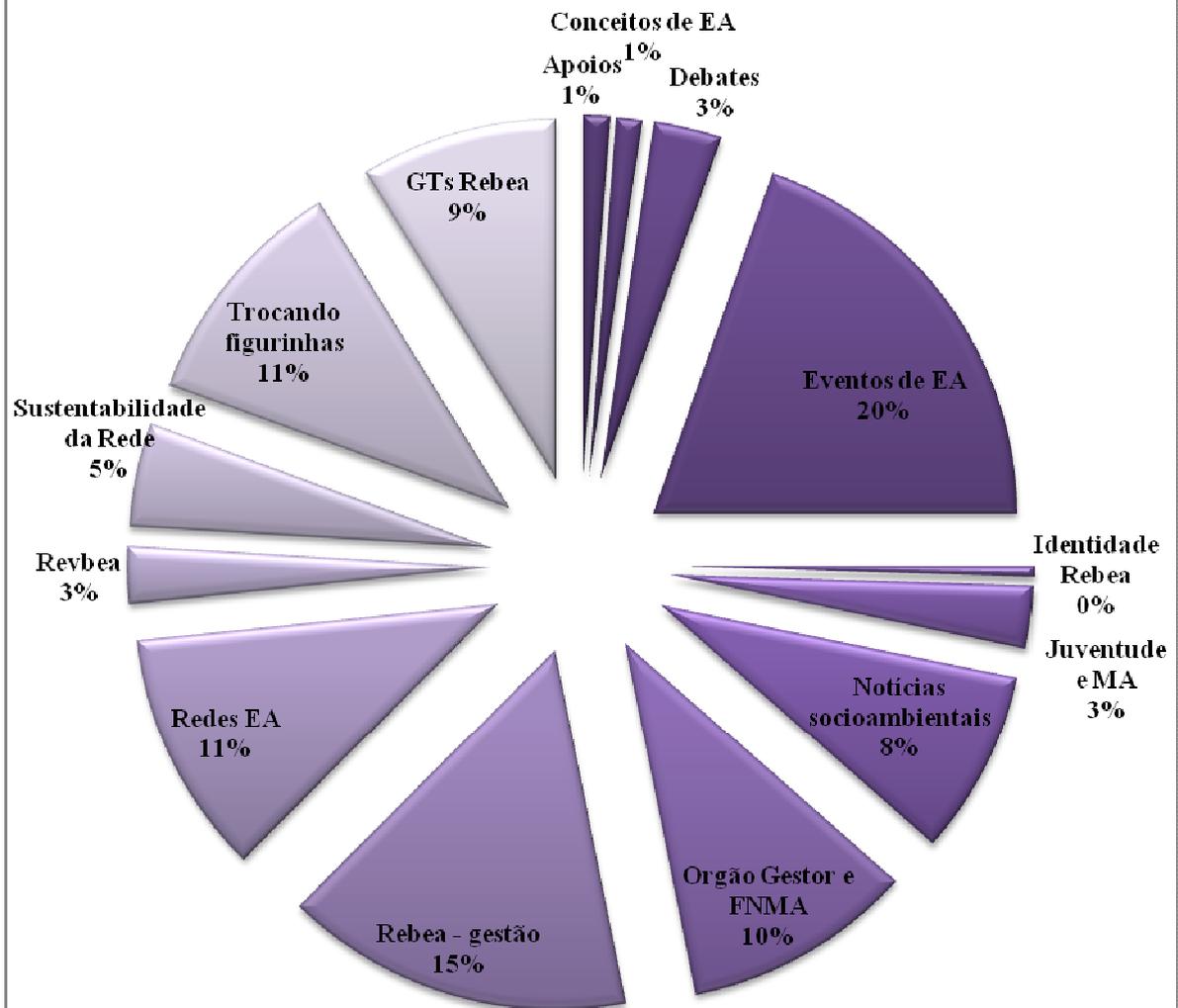


	2003	2004	2005	2006	2007	2008
■ Eventos de EA	118	170	63	145	17	
■ Juventude e MA	8	24	5	14	14	
■ OG e FNMA	33	89	101	40	86	
■ Rebea gestão	98	134	79	81	15	
■ Redes EA	8	95	60	59	6	
■ REVBEA	0	22	5	0	33	
■ Sustentabilidade da Rede	0	40	7	14	5	
■ Tratado de Ea	0	0	0	23	2	
■ Trocando Figurinhas	100	92	31	12	5	
■ GTs	50	76	20	87	0	

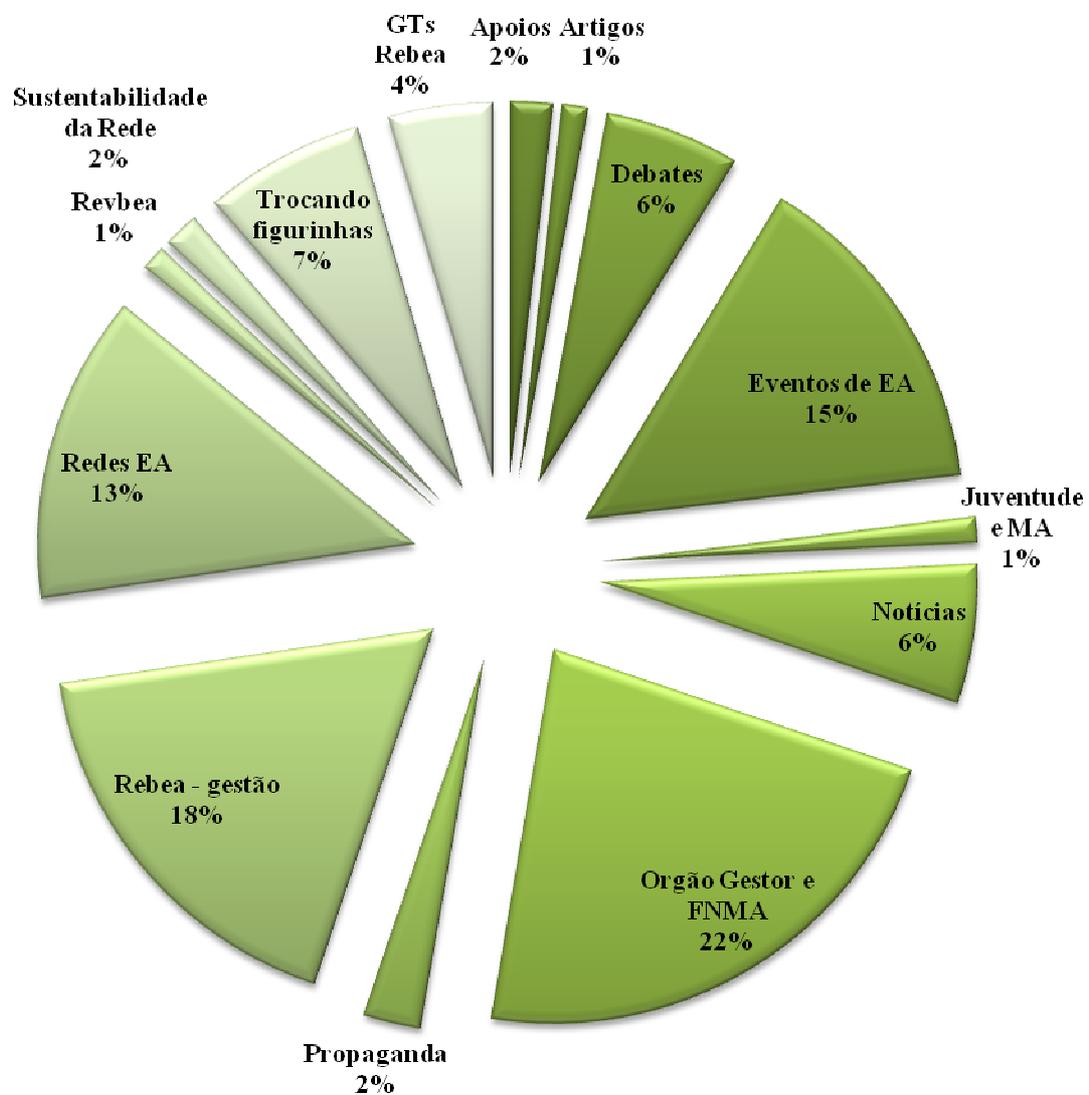
Temas das discussões da Lista de Facilitação da Rebea em 2003



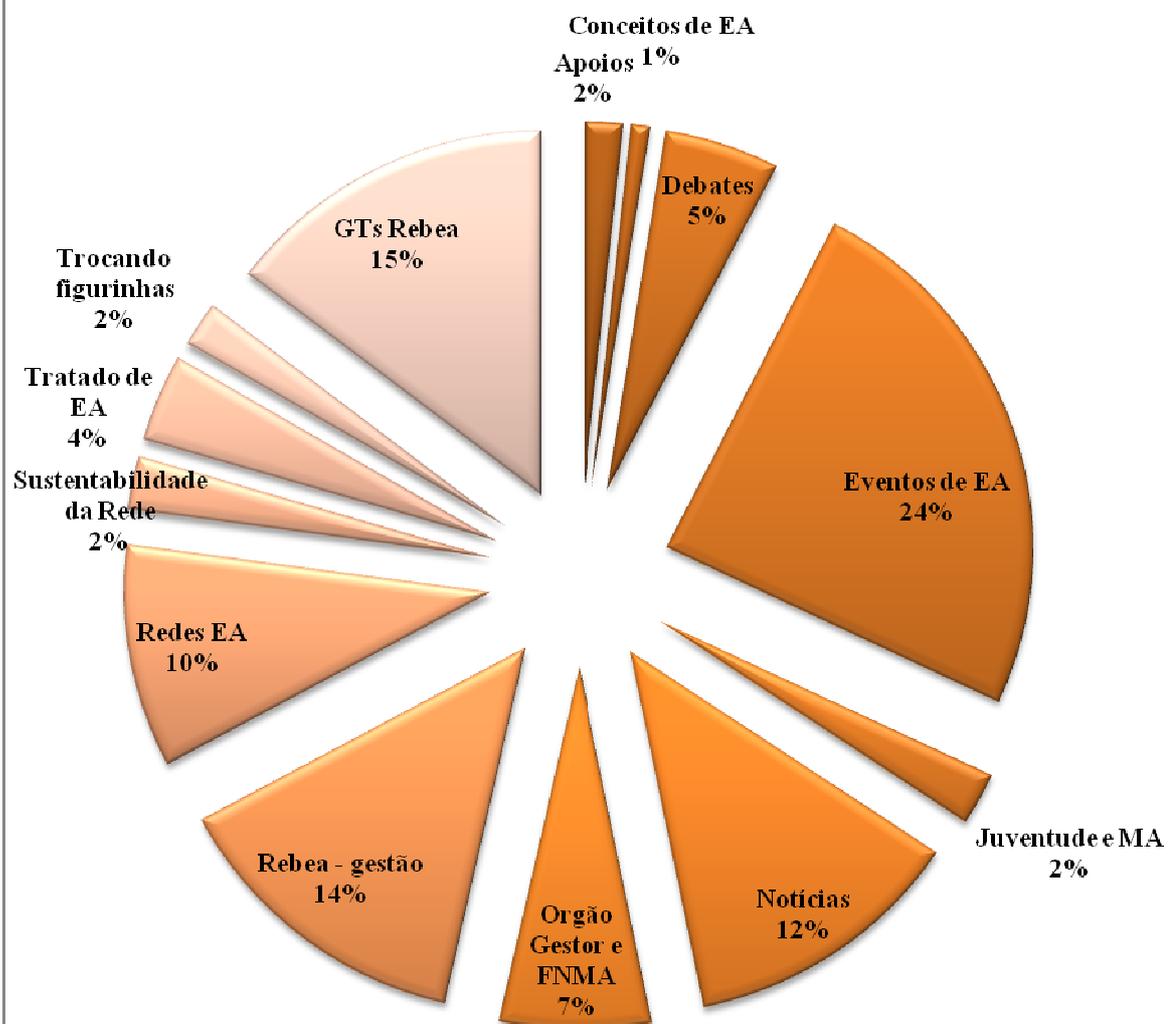
Temas das discussões da Lista de Facilitação da Rebea em 2004



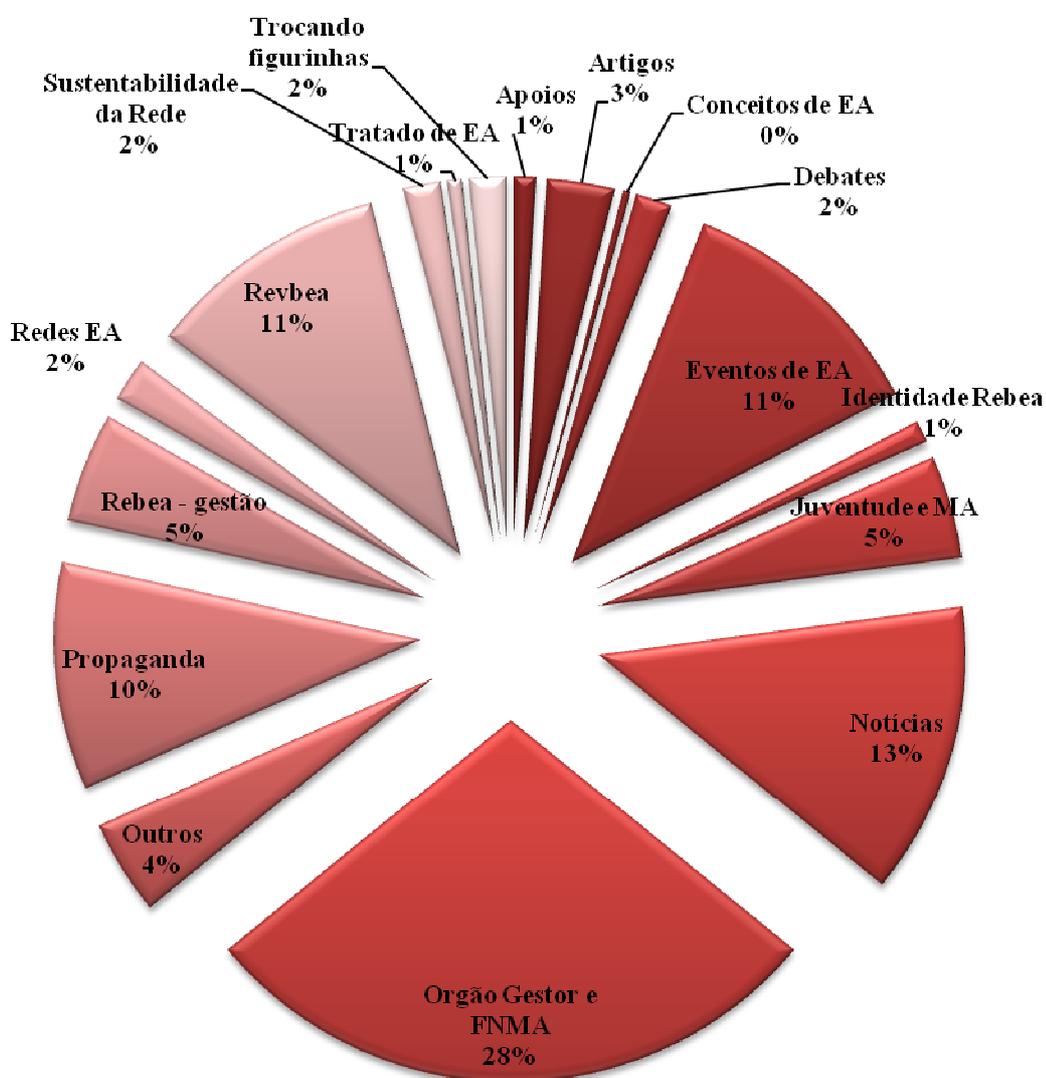
Temas das discussões da Lista de Facilitação da Rebea em 2005



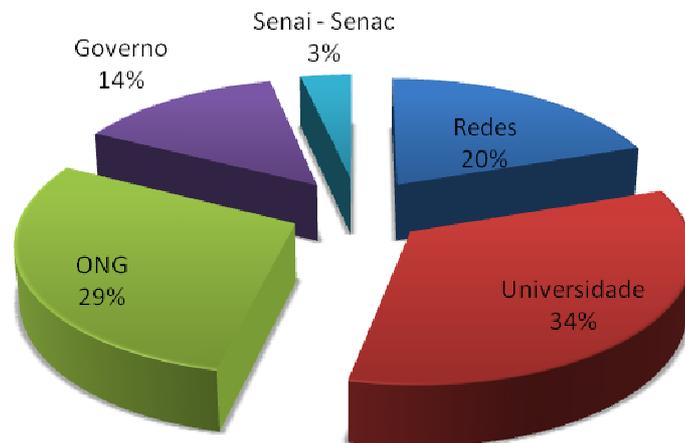
Temas das discussões da Lista de Facilitação da Rebea em 2006



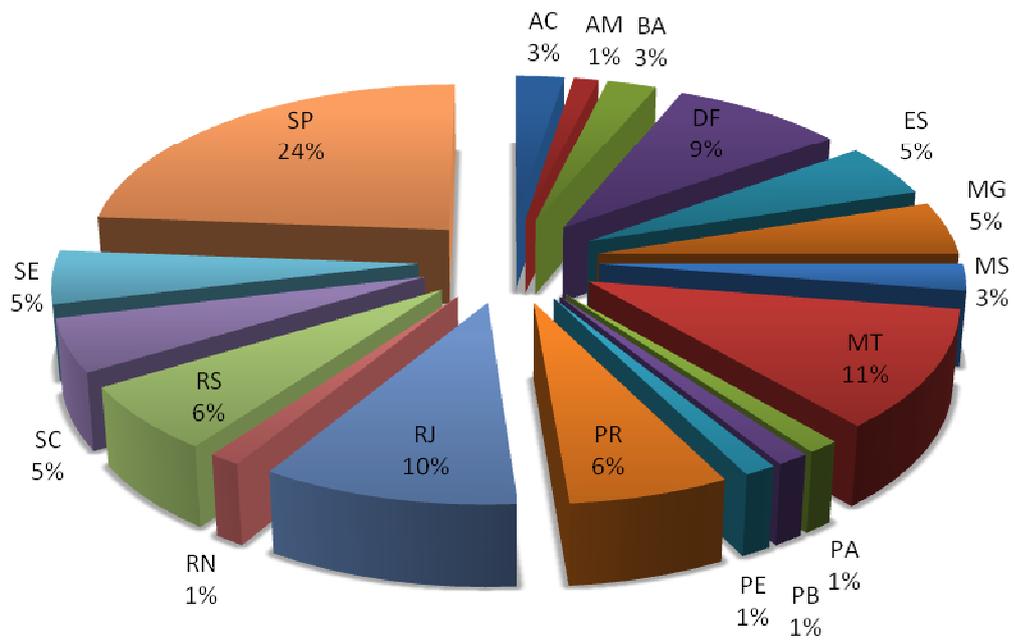
Temas das discussões da Lista de Facilitação da Rebea em 2007



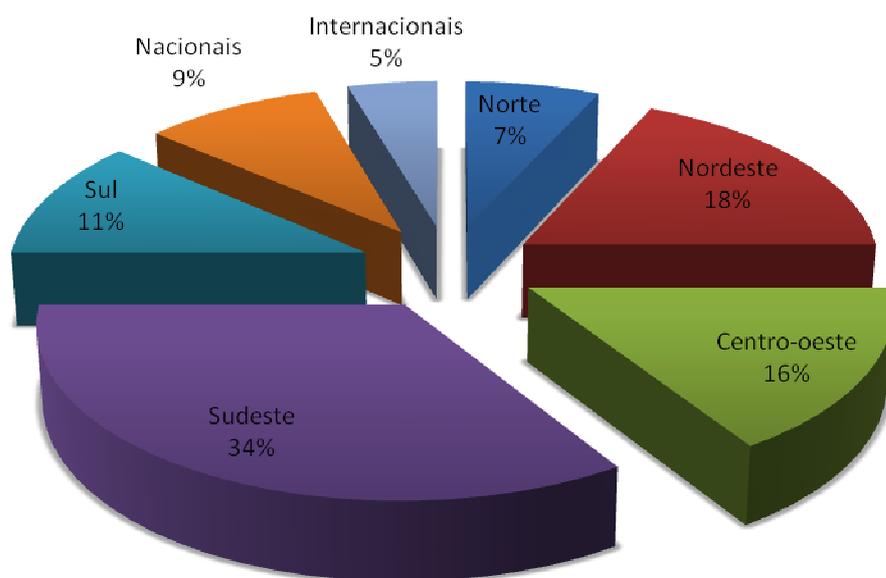
Facilitação Nacional da Rebea: segmentos sociais - 2003 a 2008



Lista de Facilitação da Rebea: participação por estado 2003 - 2008

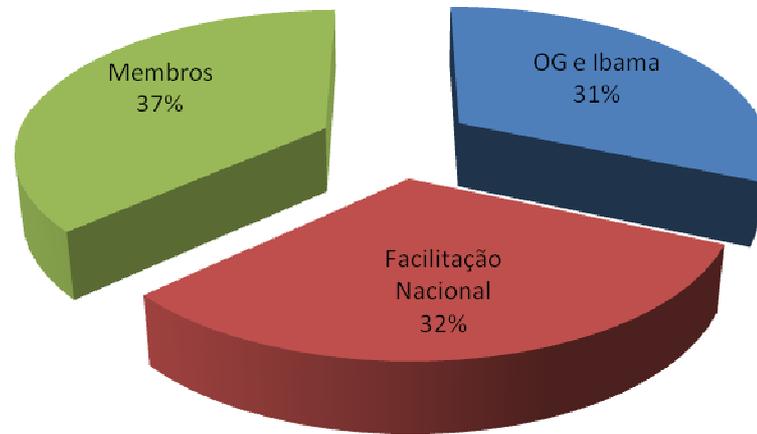


Redes Elos da Rebea: participação por região



Fonte: www.REBEA.org.br acesso em maio 2008.

A Carta



ANEXO III

Termo de Adesão

A REDE _____,

Sigla _____, ciente da carta de princípios da REBEA – o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis –, dos seus objetivos e dos termos do Acordo de Convivência, declara sua adesão e desejo de participar do coletivo de redes de Educação Ambiental que constituem a malha da REBEA, assumindo o compromisso de respeitar e difundir seus princípios e apoiar seu funcionamento e atividades como rede elo, participar da gestão da REBEA e contribuir com a animação e nutrição das listas de comunicação.

Local, data:

Assinatura: _____

Nota: o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e o Acordo de Convivência estão disponíveis no *site* da REBEA.

Histórico da Rede:

ANEXO IV

Acordo de Convivência – REBEA

Do ponto de vista da gestão da rede e do convívio de seus integrantes são nossas regras de convivência:

- Uso permanente de diálogo respeitoso, evitando a agressividade nas discussões e nos atos.
- O respeito ao sigilo e privacidade das instâncias deliberativas da REBEA (lista da facilitação nacional e reuniões da facilitação).
- Respeito às decisões específicas de cada rede, no que se refere a um determinado assunto e ações, efetivando o princípio da autonomia.
- Consulta às redes membros da REBEA quando da tomada de decisões que venham a atingi-las, aprimorando a horizontalização e a democracia interna e evitando a verticalidade no processo de gestão e decisão.
- Respeito à diversidade dos integrantes, considerando o caráter multi-setorial da REBEA, evitando-se atitudes excludentes e preconceituosas.
- Permanente busca do envolvimento dos participantes nos planejamentos, participação em eventos, representações, colocando em prática os princípios de multi-liderança e interdependência.
- Compromisso de compartilhamento de informações, conhecimentos, experiências, colocando em prática o princípio da conectividade.
- Inclusão na agenda da rede membro dos temas definidos para uma **agenda de ação comum** da REBEA: apoio a implantação da Política Nacional de Educação Ambiental, mobilização para a destinação de recursos públicos para a Educação Ambiental, participação e apoio aos movimentos pela inclusão digital, participação nos movimentos por uma Educação com qualidade, educação para o consumo sustentável.
- Evitar o uso de elementos que caracterizam a REBEA (marca, textos etc), a não ser em eventos e ações em que a rede efetivamente participe. Evitar que os interesses pessoais ou institucionais se sobreponham ao interesse coletivo da REBEA.
- O **Acordo de Convivência** é um documento elaborado pela Facilitação Nacional da REBEA com o intuito de definir normas para o relacionamento, tendo como fonte inspiradora os princípios do padrão organizacional em rede: **autonomia, democracia interna, respeito à diversidade, conectividade, multi-liderança e interdependência.**